



October 2025

Relatório Final

Avaliação Consolidada Busca Ativa Escolar

BUSCA ATIVA ESCOLAR

INICIATIVA

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas)
Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)

COORDENAÇÃO TÉCNICA DA AVALIAÇÃO

Carolina Velho
Daniella Rocha
José Gilberto Rodrigues Boari
Júlia Ribeiro
Renata Alencar
Mônica Pinto
Vilmar Klemann

DIRETORIA H&P

Cristina Margoto	Diretora Executiva
Guilherme Rodrigues	Diretor Técnico
Lucas Sardinha	Diretor de Projetos
Guilherme Silveira	Diretor de Metodologias, Produtos e Inovação

EQUIPE DO PROJETO

COORDENAÇÃO	
Juliana Vasconcelos	Cientista Social e Doutora em Demografia
LIDERANÇA TÉCNICA	
Jorge Alexandre Neves	Cientista Social e Doutor em Sociologia
EQUIPE DE REFERÊNCIA	
Mariana G. Canaan	Cientista Social, Mestra e Doutora em Educação
Thais Victorino	Cientista Social e Mestra em Educação
Antônio Claret	Cientista Social e Doutor em Ciência Política
Lara Reis	Estatística
NÚCLEO DE METODOLOGIAS E PRODUTOS	
Mariana Cockles	Cientista Política, Mestra e Doutora em Ciência Política em Ciências Sociais
Amanda Clemente	Cientista Social
Gabriela Reis Mendonça	Cientista Socioambiental
COMUNICAÇÃO	
Thais Lima	Designer, MBA em Branding e Comunicação
Amanda Bisi	Graduanda em Publicidade
Richard Queiroz	Graduando em Design
Emanuel Brandão	Graduando em Jornalismo

CRÉDITOS

Foto de capa	©UNICEF / BRZ / Manoel Alvares
Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1r5q1F4cvJi-1RCNUlIOvuqRb-ssFspz-/view?usp=sharing Acesso em 20 out. 2025.	

Sumário

Sumário Executivo	vii
Introdução	vii
Resultados	viii
1 Contexto e objeto da avaliação	12
2 Finalidade, objetivos e âmbito da avaliação	3
3 Critérios e questões avaliativas	7
4 Percurso metodológico	8
5 Resultados Avaliação da Busca Ativa Escolar	16
6 Conclusão	65
7 Anexos	72

Lista de gráficos

Gráfico 1. Distribuição regional dos municípios que nunca aderiram à BAE e aqueles que já aderiram à BAE, ao menos uma vez.....	17
Gráfico 2. Taxa Média de Abandono nos anos iniciais do Ensino Fundamental nos municípios nos anos de 2017 a 2023, por readesão e não readesão	18
Gráfico 3. Taxa Média de Abandono nos anos finais do Ensino Fundamental nos municípios nos anos de 2017 a 2023, por readesão e não readesão	19
Gráfico 4. Média da população dos municípios que aderiram à BAE e que nunca aderiram à BAE.....	122
Gráfico 5: Média do PIB per capita dos municípios que aderiram à BAE e que nunca aderiram à BAE	122
Gráfico 6: Média da receita líquida dos municípios que aderiram à BAE e que nunca aderiram à BAE	122
Gráfico 7: Distribuição regional dos municípios do primeiro ciclo de adesão à BAE (2017-2020) que readeriram ou não ao segundo ciclo (2021-2024).....	123
Gráfico 8: Tamanho populacional médio dos municípios do primeiro ciclo de adesão à BAE (2017-2020) que readeriram ou não ao segundo ciclo (2021-2024).....	123
Gráfico 9: PIB per capita médio dos municípios do primeiro ciclo de adesão à BAE (2017-2021)	123

Lista de tabelas

Tabela 1 . Técnicas de produção de dados.....	9
Tabela 2 . Aspectos envolvidos na colaboração entre municípios e estados	24
Tabela 3 . Percentual de presença dos Conselhos nos Comitês Intersetoriais, por porte dos município	31
Tabela 4. Usos esperados da avaliação, segundo a categoria de usuário.....	75
Tabela 5: Critérios e perguntas avaliativas.....	77
Tabela 6: Principais etapas e atividades da avaliação	83
Tabela 7 : Produtos e cronograma de pagamento.....	84
Tabela 8 : Coordenadores(as) e supervisores(as) municipais - Resultado da motivação para adesão à	123
Tabela 9 . Coordenadores(as) e supervisores(as) estaduais -Resultado da motivação para adesão à BAE.....	124
Tabela 10 : Lista de motivos da BAE para evasão e abandono escolar	124
Tabela 11 : Coordenadores(as) Municipais – Houve algum apoio por parte do Governo ou das Secretarias Estaduais para adesão, implementação ou execução da BAE?	125
Tabela 12 : Coordenadores(as) do Espírito Santo – Houve algum apoio por parte do Governo ou das Secretarias Estaduais para adesão, implementação ou execução da BAE?	125
Tabela 13 : Coordenadores(as) Estaduais – Foram realizadas ações de pactuação, assessoria técnica, monitoramento, articulação e mobilização junto aos municípios que também implementam a BAE?	126
Tabela 14 : Secretaria dos Estados - Foram realizadas ações de pactuação, assessoria técnica, monitoramento, articulação e mobilização junto aos municípios do seu estado que também implementam a BAE?	126
Tabela 15 : Coordenadores(as) Municipais - Há fluxo de atendimento dos casos de crianças e adolescentes compartilhado entre o município e a Secretaria Estadual de Educação?	126
Tabela 16: Coordenadores(as) Municipais - Há atuação intersetorial com Secretarias do Governo Estadual para execução da BAE?	126
Tabela 17: Coordenadores(as) Municipais - Qual é sua avaliação sobre a participação do Governo Estadual, ou das Secretarias envolvidas, na estratégia BAE no seu município?	126
Tabela 18: Coordenadores(as) Estaduais - O seu estado apoia e/ou fomenta ações da BAE direcionadas a etapas da educação básica que não são ofertadas pela rede estadual?	126
Tabela 19: Secretaria do Estado - O seu estado apoia e/ou fomenta ações da BAE direcionadas a etapas da educação básica que não são ofertadas pela rede estadual?	127
Tabela 20: A partir da sua atuação, indique quais desafios para a implementação da BAE você vivenciou e/ou observou.....	127
Tabela 21 : Houve algum apoio por parte da Secretaria Estadual de Assistência Social ou similar	127
Tabela 22 : Coordenadores(as) Municipais - Indique quão envolvida cada secretaria estava na estratégia	127
Tabela 23 : Coordenadores(as) Espírito Santo - Indique quão envolvida cada secretaria estava na estratégia.....	128
Tabela 24: Coordenadores(as) Selo - Indique quão envolvida cada secretaria estava na estratégia	128
Tabela 25: Coordenadores(as) Estaduais - Na sua opinião, o trabalho intersetorial realizado no contexto da BAE, contribui, efetivamente, para a (re)inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola?	129
Tabela 26: Coordenadores(as) Municipais - Na sua opinião, o trabalho intersetorial realizado no contexto da BAE, contribui, efetivamente, para a (re)inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola?	129
Tabela 27: Coordenadores(as) Municipais - Em relação aos encaminhamentos mais comuns adotados na BAE no seu município, eles estão, em geral, mais relacionados à quais políticas públicas?	129
Tabela 28: Coordenadores(as) Estaduais - Em relação aos encaminhamentos mais comuns adotados na BAE no seu estado, eles estão, em geral, mais relacionados à quais políticas públicas?	130
Tabela 29: Coordenadores(as) Municipais – Desafios relacionados à área da assistência social ou da saúde para a rematrícula de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono	130
Tabela 30: Coordenadores(as) do Estado – Desafios relacionados à área da assistência social ou da saúde para a rematrícula de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono	130
Tabela 31 : Coordenadores(as) Municipais – Contribuição da BAE para o desenvolvimento de uma cultura intersetorial na administração municipal	130

Tabela 32: Coordenadores(as) Estaduais – Contribuição da BAE para o desenvolvimento de uma cultura intersetorial na administração estadual	130
Tabela 33: Coordenadores(as) Municipais – Frequência de encontros do Comitê Intersectorial da BAE	131
Tabela 34: Coordenadores Estaduais - Frequência de encontros do Comitê Intersectorial da BAE	131
Tabela 35: Coordenadores municipais - Frequência de encontros do Comitê Intersectorial da BAE, por porte do município	131
Tabela 36: Coordenadores(as) Municipais - Quais atores (órgãos ou instituições, por exemplo) participam das reuniões ampliadas do Comitê Intersectorial?	131
Tabela 37: Coordenadores(as) Estaduais - No seu estado, quais são as Secretarias, órgãos e associações representativas que participam do comitê intersectorial da BAE?	132
Tabela 38: Coordenadores(as) Municipais - Quais atores (órgãos ou instituições, por exemplo) participam das reuniões ampliadas do Comitê Intersectorial? [Ministério público]	132
Tabela 39: Quais órgãos do sistema de justiça e controle apoiaram a implementação da BAE no seu município? [Defensoria Pública]	132
Tabela.40: Quais atores (órgãos ou instituições, por exemplo) participam das reuniões ampliadas do Comitê Intersectorial? [Conselho]	132
Tabela.41 Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre a afirmação "As reuniões do Comitê Intersectorial apoiam a tomada de decisões e o aprimoramento da estratégia?	133
Tabela.42 Coordenadores(as) Estaduais - Qual a sua percepção sobre a afirmação "As reuniões do Comitê Intersectorial apoiam a tomada de decisões e o aprimoramento da estratégia?"	133
Tabela .43 Coordenadores(as) Municipais - Quais atores (órgãos ou instituições, por exemplo) participam das reuniões ampliadas do Comitê Intersectorial? [Ministério público]	133
Tabela .44 Coordenadores(as) Municipais - Qual é a frequência de encontros do Comitê Intersectorial?	133
Tabela .45 Coordenadores(as) Municipais - Considerando as ações a seguir, marque aquelas que são realizadas pelo Comitê Intersectorial no seu município. [Análise dos dados disponíveis na plataforma]	134
Tabela .46 Coordenadores(as) Municipais - Em relação aos encaminhamentos mais comuns adotados na Busca Ativa Escolar no seu município, eles estão, em geral, mais relacionados à quais políticas públicas?	134
Tabela 47. Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersectorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Discriminação de gênero]	134
Tabela .48 Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersectorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Preconceito por deficiência]	134
Tabela .49 Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersectorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Bullying]	134
Tabela .50 Coordenadores(as) Municipais - O gestor político da Busca Ativa Escolar tem convocado reuniões ampliadas do Comitê Intersectorial? *	134
Tabela .51 Coordenadores(as) Municipais - Quais atores (órgãos ou instituições, por exemplo) participam das reuniões ampliadas do Comitê Intersectorial? [Prefeito]	135
Tabela .52 Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersectorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Discriminação de gênero]	135
Tabela .53 Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersectorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Discriminação étnico racial]	135
Tabela .54 Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersectorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Preconceito por deficiência]	135
Tabela 55. Coordenadores(as) Municipais – Indique seu nível de concordância com a afirmação.....	135
Tabela 56 Coordenadores(as) Estaduais - Indique seu nível de concordância com a afirmação	136
Tabela 57 Coordenadores(as) Municipais - Que tipo de recursos foram disponibilizados para orientar a implementação da BAE?	136
Tabela 58 Coordenadores(as) Estaduais - Que tipo de recursos foram utilizados para orientar a implementação da BAE?	136
Tabela 59. Coordenadores(as) Municipais - Você realizou o curso autoinstrucional da BAE em sua totalidade?.	136
Tabela 60. Coordenadores(as) Municipais - Qual o seu grau de satisfação (em termos de conteúdos, duração e formato) com o curso autoinstrucional (EAD) da BAE?	137
Tabela .61 Coordenadores(as) Municipais - Com que frequência você oferece formações sobre a BAE para a sua equipe?	137
Tabela 62. Coordenadores(as) Estaduais - Com que frequência você oferece formações sobre a BAE para a equipe que implementa as ações?	137
Tabela 63. Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua avaliação sobre essa(s) formação(ões) ofertada(s) por você, elas foram suficientes para a implementação adequada da estratégia?	137
Tabela 64. Coordenadores(as) Estaduais - Tendo em vista as formações coordenadas pelo seu estado, você considera que elas foram suficientes para uma implementação adequada da estratégia?	137
Tabela 65. Coordenadores(as) Municipais - Qual é a frequência de encontros do Comitê Gestor?	137
Tabela 66. Coordenadores(as) Estaduais - Qual é a frequência de encontros do Comitê Gestor?	138
Tabela 67. Coordenadores(as) Municipais - Seu município possui um Plano de Ação que oriente e direcione os fluxos de gestão e encaminhamentos dos dados aos diferentes casos de evasão e abandono escolar?	138
Tabela 68. Coordenadores(as) Municipais - Foram criados protocolos, orientações, normativas etc., para matrícula em qualquer tempo das crianças e adolescentes identificados?	138
Tabela 69. Coordenadores(as) Estaduais - Foram criados protocolos, orientações, normativas etc., para matrícula em qualquer tempo das crianças e adolescentes identificados?	138

Tabela 70: Coordenadores(as) Municipais - Em que ano o seu município começou a implementar efetivamente a estratégia da BAE?	138
Tabela 71: Coordenadores(as) Estaduais - Em que ano o seu estado começou a implementar efetivamente a estratégia da BAE?	138
Tabela 72. Coordenadores(as) Municipais - A partir da sua atuação, indique quais desafios para a implementação da BAE você vivenciou e/ou observou:	139
Tabela 73. Coordenadores(as) Estaduais - A partir da sua atuação, indique quais desafios para a implementação da BAE você vivenciou e/ou observou:	139
Tabela 74. Coordenadores(as) Municipais - Indique seu grau de concordância com as ações promovidas pela BAE que fortaleceram os vínculos entre estudantes, famílias e equipes escolares	140
Tabela 75: Coordenadores(as) Estaduais - Indique seu grau de concordância com as ações promovidas pela BAE que fortaleceram os vínculos entre estudantes, famílias e equipes escolares	140
Tabela 76. Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre a afirmação:	140
Tabela 77. Coordenadores(as) Estaduais - Qual a sua percepção sobre a afirmação:.....	140
Tabela 78: Dados BAE - Percentual de casos registrados na plataforma por faixa etária	141
Tabela 79. Coordenadores(as) Municipais - Com que frequência a sua equipe utiliza a plataforma?	141
Tabela 80. Coordenadores(as) Estaduais - Com que frequência a sua equipe utiliza a plataforma?.....	141
Tabela 81. Coordenadores(as) Estaduais - Sobre o registro dos casos, todos os alertas/casos de crianças e adolescentes identificadas como fora da escola são registrados na plataforma?	141
Tabela .82 Coordenadores(as) Estaduais - Sobre o registro dos casos, todas as informações levantadas nas verificações são registradas diretamente na plataforma?	141
Tabela 83. Coordenadores(as) Estaduais - Sobre o registro dos casos, todos os casos registrados na plataforma são acompanhados posteriormente?	141
Tabela 84. Coordenadores(as) Municipais - Na sua opinião, quais foram/são as principais dificuldades encontradas durante a implementação da plataforma?	141
Tabela 85. Coordenadores(as) Estaduais - Na sua opinião, quais foram/são as principais dificuldades encontradas durante a implementação da plataforma?	142
Tabela 86: Coordenadores(as) Municipais - Indique seu grau de concordância com: A BAE gerou dados diagnósticos que permitiram desenvolver intervenções mais direcionadas e eficazes.	142
Tabela 87: Coordenadores(as) Estaduais - Indique seu grau de concordância com: A BAE gerou dados diagnósticos que permitiram desenvolver intervenções mais direcionadas e eficazes.	142
Tabela 88: Coordenadores(as) Municipais - Com que frequência os dados gerados pela plataforma auxiliam na rematrícula de crianças e adolescentes e no seu encaminhamento para os demais serviços públicos?	142
Tabela 89: Coordenadores(as) Estaduais - Com que frequência os dados gerados pela plataforma auxiliam na rematrícula de crianças e adolescentes e no seu encaminhamento para os demais serviços públicos?	142
Tabela 90: Coordenadores(as) Municipais - Quais foram os públicos-alvo das campanhas realizadas?	143
Tabela 91: Coordenadores(as) Estaduais - Quais foram os públicos-alvo das campanhas realizadas?	143
Tabela 92: Coordenadores(as) Municipais - Quais ações ou estratégias foram utilizadas na realização da campanha de divulgação?	143
Tabela 93: Coordenadores(as) Estaduais - Quais ações ou estratégias foram utilizadas na realização da campanha de divulgação?	143
Tabela 94: Percepção de secretários(as) municipais e estaduais e coordenadores(as)/supervisores(as) municipais e estaduais sobre a o acesso e permanência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos serviços públicos	144
Tabela 95: Percepção dos participantes do survey acerca do impacto da BAE sobre as políticas públicas	145
Tabela 96: Percepção dos participantes sobre a contribuição da BAE para a proteção integral de crianças e adolescentes e o beneficiamento por políticas de cuidado	146
Tabela 97: Coordenadores(as) Estaduais - Você acredita que a gestão estadual daria continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma sem o apoio da Gestão Nacional da Busca Ativa Escolar? ..	147
Tabela 98: Coordenadores(as) Municipais - Você acredita que a gestão municipal daria continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma sem o apoio da Gestão Nacional da Busca Ativa Escolar? ..	147
Tabela 99: Coordenadores(as) Municipais - Você acredita que a gestão municipal daria continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma sem o apoio da Gestão Nacional da BAE?.....	147
Tabela 100: Coordenadores(as) Municipais - Você acredita que a gestão municipal daria continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma sem o apoio da Gestão Nacional da BAE?.....	147
Tabela 101: Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre: "Os RECURSOS MATERIAIS necessários para a implementação da BAE têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada pelo meu município"?147	
Tabela 102: Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre: "Os RECURSOS HUMANOS necessários para a implementação da BAE têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada pelo meu município"?148	
Tabela 103: Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre: "Os RECURSOS FINANCEIROS necessários para a implementação da BAE têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada pelo meu município"?148	
Tabela 104: Coordenadores(as) Municipais - "Os INSUMOS POLÍTICOS necessários para a implementação da BAE têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada pelo meu município"?.....	148
Tabela 105: Secretários(as) Municipais - Com que frequência os dados da plataforma apoiam o monitoramento e a avaliação da estratégia no seu município?	149
Tabela 106: Coordenadores(as) Estaduais - O plano de ação da BAE está sendo monitorado e avaliado periodicamente?	149
Tabela 107: Coordenadores(as) Municipais - Com que frequência você oferece formações sobre a BAE para a sua equipe?	149
Tabela 108: Secretários(as) Municipais -Qual a sua percepção sobre a afirmação: O planejamento da prefeitura e/ou SME	

do meu município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência ao Ensino Fundamental.. 149

Tabela 109: Secretários(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre a afirmação: O planejamento da prefeitura e/ou SME do meu município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência de bebês e crianças à Educação Infantil 150

Tabela 110: Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre a afirmação "O planejamento da prefeitura e/ou SME do meu município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência de bebês e crianças à Educação Infantil 150

Tabela 111: Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre a afirmação "O planejamento da prefeitura e/ou SME do meu município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência ao Ensino Fundamental... 150

Tabela 112: Coordenadores(as) Estaduais - O Plano Estadual possui metas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes? 150

Tabela 113: Coordenadores(as) Estaduais -Qual a sua percepção sobre a afirmação "O planejamento do governo estadual e/ou SEDUC prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência à escola 150

Lista de figuras

Figura 1. Fluxo de trabalho da Busca Ativa Escolar 41

Lista de Acrônimos

ADEs	Arranjos de Desenvolvimento da Educação
ASSERTE	Associação de Defesa e Promoção da Educação, Saúde e Assistência Social
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
BAE	Estratégia Busca Ativa Escolar
CAD	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
Covid-19	Corona Virus Disease 2019
EAD	Ensino à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Finbra	Finanças do Brasil
Gaepe-Brasil	Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LGBTQIAPN +	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais,

	pansexuais, não-binárias e outras identidades
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério Público
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PcD	Pessoa com Deficiência
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
SAGE	Sistema de Acompanhamento e Gestão de Resultados
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SME	Secretaria Municipal de Educação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TdM	Teoria da Mudança
UNCME	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Sumário Executivo

Introdução

A inclusão escolar, em que pesem avanços históricos no Brasil, apresenta desafios persistentes. O país ainda enfrenta dificuldades para garantir o direito à educação, assegurado por lei, desde a primeira infância até o ensino médio. Cerca de 993 mil crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola e aproximadamente 60% dos bebês e das crianças de 0 a 3 anos não frequentam creches. A exclusão escolar afeta, em especial, adolescentes de 15 a 17 anos, crianças pequenas e meninas e meninos em situação de maior vulnerabilidade social, como aqueles que vivem em famílias de baixa renda e pertencentes a grupos historicamente marginalizados, como pretos, pardos e indígenas (PNAD Contínua 2024).

Para apoiar os governos municipais e estaduais no enfrentamento do abandono e da exclusão escolar, a estratégia Busca Ativa Escolar (BAE) vem sendo implementada desde 2017, co-gerida pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas pela Infância) e pela Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), com o apoio do Congemas (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) e do Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde). Trata-se de uma iniciativa composta por uma metodologia social e uma plataforma tecnológica gratuitas que permitem identificar, crianças e adolescentes em risco de abandono ou fora da escola, providenciar seu atendimento pelos serviços públicos e sua (re)matrícula na escola. Até setembro de 2025, a BAE contava com a adesão de mais de 2.300 mil municípios e 21 estados, e havia contribuído para a (re)matrícula de mais 302 mil crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar ou em risco de abandonar a escola.

Sobre a avaliação

Após oito anos de implementação, UNICEF e Undime promoveram uma avaliação da estratégia, conduzida pela H&P, com foco em crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. A iniciativa teve dois objetivos complementares:

1. **Formativo:** compreender como estados e municípios estão implementando a Busca Ativa Escolar e se sua execução está alinhada aos procedimentos definidos na metodologia da Estratégia.
2. **Somativo:** analisar em que medida a Busca Ativa Escolar alcançou seus objetivos, promovendo a (re)matrícula, a permanência escolar e a proteção integral de crianças e adolescentes, especialmente os em situação de maior vulnerabilidade.

Metodologia

Para alcançar esses objetivos, foi utilizada uma matriz avaliativa, composta por perguntas e indicadores elaborados com base em quatro critérios de avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). São eles: i. Relevância; ii. Efetividade; iii. Impacto; e iv. Sustentabilidade.

Entre dezembro de 2024 e abril de 2025, foram realizadas 162 entrevistas em profundidade com atores estaduais e municipais ligados à BAE, além de uma pesquisa amostral online direcionada a secretários estaduais e municipais, coordenadores operacionais e supervisores institucionais da BAE¹, que totalizou 2.489 respostas.

Também foram analisadas bases de dados oficiais, como Censo Demográfico, Censo Escolar e PNAD Contínua, além dos registros da plataforma da Busca Ativa Escolar.

Os resultados da avaliação estão apresentados neste documento a partir dos critérios de avaliação da OCDE anteriormente citados. Para cada um deles há uma pergunta avaliativa que foi respondida por meio dos dados da avaliação, seguida dos principais achados, lições aprendidas e recomendações.

¹ A metodologia da estratégia conta com um organograma com as seguintes nomenclaturas: gestor político, coordenador operacional,

supervisores institucionais, técnicos verificadores e agentes comunitários.

Resultados

Relevância

Pergunta Avaliativa: A Busca Ativa Escolar responde de forma adequada às principais necessidades identificadas no contexto nacional e é reconhecida como pertinente por diferentes níveis de governo?

O aumento do número de adesões municipais à Busca Ativa Escolar evidencia sua relevância: passou de 2.521 (no ciclo 2017–2020) para 3.493 (no ciclo 2021–2024), alcançando 62,7% dos municípios brasileiros.

Os motivos para a adesão também são indicativos da sua pertinência, como a busca por uma abordagem estruturada e integrada e a necessidade de suporte técnico e metodológico para enfrentar a evasão e a exclusão escolar. A estratégia também é reconhecida por sua capacidade de adaptação às diversas realidades locais, o que reforça sua importância para os contextos municipais.

A BAE tem demonstrado alinhamento parcial com as evidências nacionais sobre o perfil do público excluído da escola. A estratégia tem identificado grupos historicamente mais vulneráveis, como meninos (54,8% dos casos atendidos) e negros (80,4% dos casos registrados, excluindo-se aqueles sem declaração). Contudo, existe uma sub-representação de crianças de 0 a 3 anos, faixa etária com menor taxa de atendimento do país (40,1% - INEP, 2023). Esse grupo representa apenas 3,7% dos casos da BAE, mostrando que a estratégia precisa incluir de forma mais sistemática esse público.

Em relação aos motivos para a exclusão escolar, a BAE apresenta uma alta frequência de casos por "desinteresse pela escola" (45,2%), sem abordar outras causas relevantes, divergindo das tendências nacionais. A sobrerrepresentação do desinteresse indica possíveis limitações na coleta e registro das informações sobre as causas da exclusão escolar, além de dificuldades de identificação e caracterização de alguns motivos como violências, trabalho infantil, etc.

Lição aprendida

A adaptabilidade da BAE às realidades e necessidades de municípios e estados é essencial, especialmente em contextos com maiores taxas de abandono e maior vulnerabilidade social, reforçando a importância da estratégia chegar onde a exclusão escolar é mais persistente e onde o apoio intergovernamental é mais necessário.

Recomendações

Gestão Nacional da BAE:

Ampliar o foco da BAE para contemplar crianças de 0 a 3 anos, considerando as baixas taxas de atendimento nessa faixa etária.

Estados e Municípios:

Fortalecer a identificação, o registro e o encaminhamento adequado de casos de violência e violação de direitos, articulando a BAE ao sistema de proteção social.

Efetividade

Regime de colaboração – Pergunta Avaliativa: A BAE está contribuindo para que a gestão pública atue em regime de colaboração, com ações interfederativas para garantir o acesso à educação de todas as crianças e adolescentes?

A Busca Ativa Escolar tem promovido, em certa medida, a colaboração entre estados e municípios. O apoio dos estados acontece majoritariamente nas ações de mobilização para a adesão à estratégia (41,6%) e poucos municípios (11,6%) relataram não ter recebido nenhum tipo de apoio estadual. No entanto, essa cooperação ainda não se efetiva em todos os municípios e apenas 47,3% afirmam existir fluxo de atendimento compartilhado dos casos atendidos com a Secretaria Estadual de Educação. Entre os que reconhecem a existência desse fluxo, 52,9% avaliam sua efetividade como apenas regular. Além disso, o nível de satisfação com a participação dos governos estaduais nesse fluxo revela a necessidade de avanços.

Na Educação Infantil há baixa cooperação do estado: menos da metade dos respondentes estaduais indicou a existência de apoio ou fomento da rede estadual à essa etapa, o que evidencia espaço para avanços.

Em geral, persistem barreiras políticas e operacionais que comprometem a colaboração na BAE, como: falhas de comunicação intergovernamentais; baixo suporte financeiro dos estados; dificuldade de envolvimento de outras

secretarias e instituições municipais para além da educação; e resistência das equipes às demandas da BAE, muitas vezes percebidas como esforço adicional frente às rotinas já existentes.

Intersetorialidade – Pergunta Avaliativa: As Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social atuam de forma integrada para garantir o acesso, a matrícula e a permanência de crianças e adolescentes na escola?

A maioria dos municípios (55,7%) conta com a participação das Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde nas ações da BAE. No entanto, essa participação ainda é desigual: há uma concentração das ações na Educação e nem todos os territórios contam com a integração efetiva entre as secretarias.

Entre os desafios à intersectorialidade, representantes estaduais apontam a atuação isolada das secretarias e a percepção de que a exclusão escolar é atribuição exclusiva da Educação. Já no nível municipal, destacam-se a resistência inicial dos profissionais, que veem a BAE como uma sobrecarga de trabalho, e a dificuldade de alinhar agendas entre as secretarias.

Nesse contexto, o comitê intersectorial² surge como uma peça-chave para articular órgãos e apoiar a tomada de decisões. Ainda assim, mais de 40% dos respondentes municipais afirmam não contar com um comitê intersectorial ou não souberam informar sobre sua existência. No âmbito estadual, esse cenário é ainda mais crítico, somando mais de 70% de ausência ou desconhecimento.

Ademais, mesmo onde existem comitês, a frequência dos encontros é, em geral, baixa ou irregular e a participação de atores estratégicos, como o sistema de justiça e organizações da sociedade civil, ainda é incipiente. Apesar desses obstáculos, prevalece a percepção de que a colaboração intersectorial tem contribuído, ainda que não via comitês, para a (re)inserção e permanência de estudantes na escola.

Fluxos de Trabalho – Pergunta Avaliativa: A metodologia da BAE tem sido implementada de forma abrangente e eficaz no território, garantindo a identificação e o atendimento de crianças e

adolescentes em risco de abandono ou fora da escola e sua permanência no ambiente escolar?

A implementação da BAE tem avançado, especialmente nos municípios. A percepção dos atores envolvidos é amplamente positiva e a estratégia é considerada eficaz para impulsionar a identificação e a permanência de estudantes nas escolas, promovendo avanços na mobilização social e no enfrentamento à exclusão escolar.

Destacam-se: i. o fortalecimento do compromisso das equipes com o direito à educação, na percepção dos entrevistados; ii. a criação de normativas que garantem a matrícula a qualquer tempo em 76,9% dos municípios e 61,3% dos estados; iii. A elaboração de planos de ação que abordam situações de violência e violação de direitos em 88,5% dos municípios e 93,9% dos estados.

Todavia, a abrangência e a efetividade da implementação ainda enfrentam desafios importantes nos municípios e estados. A constituição formal das equipes locais, com a composição completa e com as funções bem definidas, está consolidada em 57,9% dos municípios e apenas 33,3% dos estados. Em relação à multiplicação e abrangência das formações, algumas fragilidades são percebidas, visto que 40,2% dos municípios relatam oferecer formações “sempre ou quase sempre”, enquanto 12,5% relatam “nunca ou quase nunca”.

Soma-se a isso a governança limitada, com reuniões irregulares dos comitês gestores e dificuldades na articulação intersectorial. Nos estados, há mais entraves no fluxo de trabalho previsto pela metodologia, uso limitado da plataforma para qualificação das respostas à exclusão escolar e execução parcial do plano de ação.

Lição aprendida

Reuniões com frequência definida do Comitê Intersetorial contribuem para um processo mais consolidado de articulação intersectorial e maior capacidade de coordenação e continuidade das ações.

A atuação coordenada e intersectorial nas ações da BAE ajuda a mitigar os desafios em relação à organização da agenda e das demandas das instituições.

² Nos municípios existe o comitê gestor operacional, composto pelas secretarias participantes da execução da estratégia, e o comitê intersectorial, composto por outros órgãos que não executam, mas monitoram as ações e apoiam na resolução de casos mais complexos.

Nos estados existe o comitê intersectorial, igualmente de monitoramento e de suporte e não de implementação.

Recomendações

Gestão Nacional da BAE:

Apoiar municípios a elaborarem fluxos, desenhos de processos integrados entre as áreas envolvidas na oferta e acompanhamento das ações, para implementação sistêmica da BAE.

Estados:

Priorizar a Educação Infantil nos planos e políticas estaduais, incentivar a cooperação intergovernamental (pactos regionais) e ter previsão orçamentária para as políticas para a Primeira Infância.

Fortalecer articulação com municípios.

Municípios:

Definir periodicidade para reuniões dos Comitês Intersetoriais, incluindo-a nas agendas oficiais das secretarias e órgãos de justiça e controle social.

Promover maior integração das secretarias, promovendo articulação formal, planejamento conjunto e formações intersetoriais.

Impacto

Pergunta Avaliativa: A Busca Ativa Escolar tem contribuído para o acesso e a permanência em todas as etapas da educação, beneficiando os grupos em situação mais vulnerável e promovendo a proteção integral de crianças e adolescentes?

A Busca Ativa Escolar tem beneficiado crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias e grupos sociais. A predominância de meninos (52,1% nos estados e 54,8% nos municípios) e negros (60,6% nos estados e 54,2% nos municípios) entre aqueles (re)matriculados evidencia esse alcance. A faixa etária entre 0 e 5 anos, embora com menos casos na plataforma, é a que, quando registrados, apresenta, as maiores taxas de (re)matrícula, indicando maior efetividade da estratégia nesse grupo. Além de ampliar o acesso e a permanência na escola, a estratégia tem contribuído com o atendimento de crianças e adolescentes, sobretudo daqueles em maior situação de vulnerabilidade, em políticas e serviços de proteção.

No entanto, alguns desafios persistem. O Ensino Médio, por exemplo, apresenta as menores taxas de (re)matrícula e as maiores taxas de abandono após a reinserção escolar, segundo dados da plataforma BAE. Além disso, as percepções divididas sobre a contribuição da BAE para a redução de desigualdades de gênero apontam para possíveis lacunas na efetividade das ações

com esse recorte. Apesar disso, a percepção geral dos gestores é de que a BAE contribui significativamente para a promoção da proteção integral de crianças e adolescentes.

Lição aprendida

A estratégia Busca Ativa Escolar demonstra alcançar e impactar as crianças e adolescentes com maiores taxas de abandono em todas as etapas de ensino, inclusive da Educação Infantil. Mas os desafios na inclusão de adolescentes, especialmente aqueles entre 15 e 17 anos, reforçam a necessidade de ações mais específicas e integradas para esse público.

Recomendações

Gestão Nacional da BAE e Estados:

Qualificar as equipes para identificar e registrar corretamente os motivos da evasão, especialmente aqueles que afetam meninas.

Estados e Municípios:

Promover ações específicas de prevenção e enfrentamento das desigualdades de gênero na educação.

Priorizar estratégias para enfrentamento da evasão nos anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio nos Planos de Ação e os fluxos de trabalho da BAE.

Sustentabilidade

Os municípios e estados demonstram compromisso político e capacidade institucional para assegurar a continuidade das ações e a manutenção dos resultados ao longo do tempo?

As prefeituras e os governos estaduais têm demonstrado comprometimento político com a sustentabilidade da estratégia. Mais de 97% dos atores municipais e estaduais indicam o planejamento de ações para todas as etapas da Educação Básica e mais de 80% dos respondentes afirmaram que os Planos Estaduais estabelecem metas para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Contudo, a sustentabilidade plena da BAE ainda esbarra em limitações institucionais significativas. Alguns dos principais desafios para a continuidade das ações incluem a limitação de recursos materiais, financeiros, humanos e de apoio político; a alta rotatividade de profissionais; além da percepção predominante de necessidade de suporte contínuo do UNICEF, UNDIME e demais parceiros. Isso evidencia uma dependência técnica

por parte de estados e municípios para dar seguimento às iniciativas de forma independente.

Lição aprendida

O comprometimento político de estados e municípios, refletido no planejamento de ações para todas as etapas da Educação Básica e na definição de metas nos planos estaduais, fortalece a sustentabilidade da BAE. No entanto, a continuidade da estratégia ainda depende fortemente do apoio de parceiros como UNICEF e UNDIME, devido a limitações institucionais como escassez de recursos, alta rotatividade de profissionais e autonomia operacional reduzida.

Recomendações

Gestão Nacional da BAE:

Fortalecer a autonomia municipal por meio de capacitações contínuas e suporte técnico, com foco nas regiões com menor apropriação da Estratégia.

Estados e Municípios:

Formalizar a participação das equipes da BAE por meio de portarias ou termos de designação, com definição clara de responsabilidades.

Criar ou aderir a espaços de atuação colaborativa intermunicipais.

Estabelecer fluxos regulares e metas específicas de alocação de recursos humanos, materiais e financeiros para a implementação da BAE.

1 Contexto e objeto da avaliação

A partir de meados da década de 1980, o Brasil passou por um processo de redemocratização que trouxe mudanças significativas no que diz respeito aos **direitos humanos das crianças e adolescentes**, com a aprovação de diversos marcos legais no país voltados a esse grupo. Esses marcos são de extrema importância para a **proteção integral às crianças e adolescentes, especialmente aqueles relacionados à educação**. Esse arcabouço jurídico reflete um compromisso nacional em buscar formas de garantir a universalização do acesso, da permanência, da qualidade e da equidade na educação. Os marcos legais destacados a seguir ilustram, sinteticamente, essa trajetória de avanços.

Quadro 1. Marcos legais que garantem o direito à educação

1988	Constituição Federal Consolidou a educação como direito universal e dever do Estado e das famílias, assegurando a gratuidade e obrigatoriedade do ensino básico.
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Definiu a educação como direito inegociável e atribuiu responsabilidades coletivas para garantir acesso, permanência e condições equitativas a crianças e adolescentes. Ainda destacou a necessidade de políticas específicas para estudantes com deficiência, combate à evasão e prevenção de discriminação.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Organizou a estrutura educacional nacional reforçando princípios inclusivos e a divisão de responsabilidades entre municípios, estados e União.
2014	Plano Nacional de Educação (PNE) Estabeleceu metas decenais para ampliar acesso, permanência e qualidade do ensino, com ênfase na inclusão de estudantes com necessidades específicas como, por exemplo, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
2024	

Observa-se, assim, que o Brasil apresenta um **arcabouço legal robusto** para garantia de direitos humanos fundamentais de crianças e adolescentes, especialmente a partir da redemocratização e dos avanços normativos trazidos pela **Constituição Federal de 1988**, que estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado, além de reconhecer a Educação Infantil como um direito de bebês e crianças.

No mesmo período, em 1990, além da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, referenciado anteriormente, o Brasil ratificou a **Convenção sobre os Direitos da Criança** (*Convention on the Rights of the Child -CRC*), adotada pela ONU em 1989, a qual estabelece um conjunto abrangente de direitos fundamentais para todas as crianças. Destaca-se a defesa do direito à educação³ como instrumento de desenvolvimento integral, devendo esta promover o respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural e ao meio ambiente, além de garantir oportunidades de lazer, participação cultural e proteção contra qualquer forma de discriminação.

Outro marco importante foi a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB), promulgada em 1996. Ela definiu a organização da educação no Brasil, as responsabilidades dos entes federativos e os princípios da educação inclusiva. Assim, os entes federativos devem atuar em regime de colaboração, buscando garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação, respeitando suas competências. A União é responsável por estabelecer diretrizes gerais para a educação em todo o país, coordenando o sistema nacional de ensino, além de prestar assistência técnica e financeira aos estados e municípios. Os estados, por sua vez, têm como principal responsabilidade oferecer o Ensino Médio e atuar no Ensino Fundamental em colaboração com os municípios, devendo ainda aplicar recursos mínimos na educação. Os municípios são responsáveis pela Educação Infantil (creches e pré-escolas) e pelo Ensino Fundamental, especialmente os Anos Iniciais. Ainda, devem garantir o acesso à escola próxima da residência das crianças e organizar suas redes municipais de ensino.

Apesar desses progressos constitucionais, o acesso à educação ainda não é uma realidade para todos. Cerca de **993 mil crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola e aproximadamente 60% das crianças de 0 a 3 anos não frequentam creches**. A exclusão escolar afeta, em especial, adolescentes de 15 a 17 anos, crianças pequenas e populações em situação de maior vulnerabilidade social, como aquelas que vivem em famílias de baixa renda e pertencentes a grupos historicamente marginalizados, como pretos, pardos e indígenas (UNICEF, 2025⁴).

No contexto da Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, que compreende a creche (faixa etária de 0 a 3 anos) e a pré-escola (faixa etária de 4 a 6 anos)⁵, são observados avanços históricos, mas desafios persistentes, a serem superados para a ampliação de oferta e universalização. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, estabeleceu como meta, até 2024 (prorrogado para até 2025) que 50% das crianças de 0 a 3 anos estivessem frequentando a creche. Porém, essa taxa foi de apenas 38,7% em 2023 (PNAD, 2023⁶). Para alcançar essa meta, as matrículas precisariam crescer de 4,2 milhões, registradas em 2024, para algo em torno de 5,4 milhões em 2025 (Inep, 2024⁷). Já na faixa etária correspondente à pré-escola, que se refere a crianças de 4 a 6 anos de idade⁸, o atendimento escolar foi de 92,9% em 2023 (PNAD, 2023). Embora esse percentual seja superior ao atendimento da creche, a universalização do atendimento na pré-escola, conforme estabelecido pela Constituição Federal (Art. 208), ainda precisa ser alcançada.

O Ensino Fundamental e o Ensino Médio, também fazem parte da Educação Básica e são fundamentais para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a vida de meninas e meninos. Com duração de nove anos e abrangência obrigatória dos 6 aos 14 anos o Ensino Fundamental é a etapa que garante a formação básica das crianças e adolescentes, promovendo o desenvolvimento de suas competências, autonomia e formação cidadã. Nas últimas décadas, o Brasil avançou

³ O foco no direito à educação está relacionado ao escopo temático da avaliação e da atuação da BAE.

⁴ UNICEF. Com ajuda da Busca Ativa Escolar, 300 mil crianças e adolescentes voltaram à escola no Brasil. Brasília: 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/com-ajuda-da-busca-ativa-escolar-300-mil-criancas-e-adolescentes-voltaram-a-escola-no-brasil>.

⁵ Crianças que completam 6 anos após a data de corte (31 de março) são matriculadas na pré-escola.

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

⁷ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

⁸ Crianças que fazem 6 anos após a data de corte (31 de março) são matriculadas na pré-Escola.

significativamente na ampliação da cobertura desta etapa. Segundo dados do Inep, a maior parte dos alunos da Educação Básica se concentra no Ensino Fundamental. Ao todo, 120,9 mil escolas (67,5%) ofertam alguma das suas etapas, com 103,1 mil atendendo alunos nos anos iniciais (1º ao 5º) e 61,7 mil nos anos finais (6º ao 9º) (Inep, 2024). A rede municipal é responsável por 86,8% da oferta pública do 1º ao 5º ano, enquanto as redes estaduais e municipais, juntas, representam 83% das matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental (Inep, 2024).

A continuidade dessa trajetória se dá no Ensino Médio, que compreende adolescentes de 15 a 17 anos e, embora seja obrigatório desde a Emenda Constitucional nº 59/2009, as taxas de abandono escolar são significativamente altas. Muitos estudantes abandonam essa etapa devido a fatores como desigualdade socioeconômica, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e ausência de políticas de apoio. Em relação ao Ensino Médio, 93,4% da população de 15 a 17 anos frequenta a escola (Inep, 2024), com 95,8% das matrículas em escolas públicas. Ainda segundo o Censo Escolar, 82,5% dos alunos estudam no turno diurno, enquanto 17,5% frequentam o turno noturno.

Apesar da ampliação do acesso, **persistem desafios relacionados à qualidade da aprendizagem**, infraestrutura escolar e formação docente. Em muitas regiões, sobretudo nas periferias urbanas e áreas rurais, a expansão da cobertura não foi acompanhada de investimentos equivalentes, o que contribui para a manutenção de desigualdades educacionais.

A alta taxa de distorção idade-série e os índices preocupantes de abandono e reprovação nos

anos finais do Ensino Fundamental (Inep, 2024)⁹ indicam que o acesso, por si só, não garante a permanência nem o sucesso escolar dos estudantes. Esse cenário é impulsionado por uma complexa rede de causas que transcendem o ambiente educacional (UNICEF, 2023¹⁰). Entre esses fatores, destacam-se questões socioculturais (discriminação racial, bullying, homofobia, transfobia, exposição a violências, gravidez na adolescência), econômicas (pobreza, trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes) e relacionadas à infraestrutura escolar (falta de escola e/ou falta de vaga, infraestrutura inadequada, falta de docentes, transporte escolar inadequado). É importante ressaltar que tais obstáculos interagem com as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira, afetando de forma desproporcional os grupos em situação de maior vulnerabilidade social.

As desigualdades no acesso e permanência no sistema educacional são ainda mais preocupantes quando se analisa por recortes sociais, de maneira que há grande interseccionalidade entre essas variáveis. Nesse sentido, estudantes negros, do sexo masculino, em maior situação de vulnerabilidade social e com algum tipo de deficiência apresentam maiores taxas de abandono, reprovação e distorção idade-série.

Percebe-se, assim, que o Brasil adota marcos legais nacionais e internacionais que reforçam a importância da garantia da educação como direito humano fundamental de todos e dever prioritário, assegurando condições para o pleno desenvolvimento da criança e sua preparação para o exercício da cidadania. Mas ainda há barreiras importantes a serem superadas para sua garantia plena.

1.1 A Busca Ativa Escolar

Nesse cenário complexo de abandono e exclusão escolar no Brasil, **a Busca Ativa Escolar (BAE) foi lançada em 2017, com o objetivo de enfrentar os desafios que mantêm crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão escolar**. Essa Estratégia inovadora, que possui abrangência nacional, combina uma metodologia social com

uma plataforma tecnológica, permitindo que os gestores públicos identifiquem e rematriculem quem se encontra em situação de exclusão ou abandono escolar. Até meados de 2025, 21 estados e 2.373 municípios haviam aderido à Estratégia, a maioria localizados nas regiões Norte e Nordeste.

⁹ Censo Escolar 2024 – Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

¹⁰ UNICEF. Cenário da exclusão escolar no Brasil. Brasília: UNICEF, 2023.

Dessa forma, a BAE soma forças para garantir o direito fundamental e constitucional à educação para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos e **se consolida como uma ferramenta estratégica para a garantia de direitos e a promoção de um desenvolvimento mais justo e inclusivo para meninas e meninos.**

Entre 2017 e 2025, por exemplo, aproximadamente **300 mil crianças e adolescentes** que estavam **fora da escola** ou em **risco de evasão** foram **identificados e retornaram às salas de aula por meio da Busca Ativa Escolar**. Além disso, ao atuar na identificação e (re)integração de crianças e adolescentes fora da escola por meio de uma abordagem intersetorial, contribui diretamente para o **alcance de diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, especialmente o ODS 4 – Educação de Qualidade, o ODS 5 – Igualdade de Gênero, o ODS 10 – Redução das Desigualdades, e com o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes¹¹

A BAE é disponibilizada gratuitamente para estados e municípios com o objetivo de auxiliar os governos na identificação de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou que apresentam risco de abandono, no seu atendimento pelos diversos serviços públicos e na sua (re)matrícula e permanência na escola. Contudo, para que a sua implementação seja eficaz, é fundamental que os estados e municípios se comprometam a fornecer os recursos financeiros, humanos e materiais necessários. Estes recursos devem ser alocados a partir da estrutura já existente nas gestões públicas, o que implica que os custos totais podem variar significativamente, dependendo do orçamento, da capacidade financeira e das prioridades de cada localidade.

A implementação da BAE se dá por meio da adesão de prefeitos e governadores, e deve ser realizada a cada novo ciclo de gestão municipal/estadual. Esse

processo ocorre de forma intersetorial, envolvendo as Secretarias de Educação (que lideram a iniciativa), Saúde e Assistência Social, dentre outras. Desse modo, estados e municípios, com suas respectivas secretarias, são responsáveis pela execução da estratégia, ou seja, pela identificação dos casos, encaminhamentos necessários e (re)matrícula de crianças e adolescentes. A articulação com a gestão nacional, realizada pelo UNICEF e pela Undime, garante apoio técnico aos entes que aderem à Busca Ativa Escolar.

Essa adesão à BAE pode ser fomentada de várias maneiras. Uma delas é por meio da participação dos municípios no **Selo UNICEF**¹². Um dos resultados sistêmicos obrigatórios do Selo, nas suas últimas edições, é a adesão à BAE e o cumprimento de metas de rematrícula¹³, o que induz os municípios a aderirem e implementarem a estratégia. Outra forma de fomento é por meio dos **estados que, pelo regime de colaboração, mobilizam seu conjunto de municípios à adesão**. Há ainda as adesões fomentadas pela Undime nos estados e até mesmo aquelas espontâneas, nas quais os municípios ou estados conhecem a estratégia, por meio de algum evento e/ou boa prática compartilhada, e optam por aderir.

Até 2024, a Estratégia contava com três ciclos de adesão municipais e dois ciclos estaduais, o que indica um nível significativo de maturidade e validação da BAE.

A Estratégia Busca Ativa Escolar prevê em seu organograma **uma ampla equipe envolvida em todo o seu processo de adesão e implementação**, incluindo: equipes locais

¹¹ Destaca-se, especialmente, sua relação com o ODS 4 – Educação de Qualidade, ao enfrentar fatores que dificultam o acesso e a permanência escolar; com o ODS 5 – Igualdade de Gênero, ao atuar também sobre causas da evasão escolar relacionadas à violência e discriminação contra meninas, como o casamento infantil e a exploração sexual; com o ODS 10 – Redução das Desigualdades, ao combater desigualdades educacionais e ampliar o acesso a serviços básicos, especialmente para populações vulneráveis; e com o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ao fortalecer a articulação com a rede de proteção social, apoiar a escuta qualificada de crianças em situação de violência e incentivar o enfrentamento de abusos, exploração, tráfico e outras formas de violação de direitos contra crianças e adolescentes.

¹² O Selo UNICEF é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) direcionada a municípios do Semiárido e da Amazônia

Legal brasileira. O Selo visa estimular e reconhecer avanços na promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Ao aderir ao Selo, o município automaticamente se compromete com alguns resultados, sendo necessário alcançar esses objetivos para obter a certificação. Cada edição dura o ciclo de 4 anos da gestão municipal.

¹³ Os resultados sistêmicos do Selo UNICEF são ações sugeridas aos municípios para o fortalecimento das políticas públicas que visam garantir os direitos de crianças e adolescentes. A atual edição do Selo UNICEF (2025-2028) conta com diversos resultados sistêmicos que abrangem 6 áreas programáticas, como saúde, educação, e proteção contra as violências. Um desses resultados é a implementação de programas de busca ativa, inclusão e acompanhamento de crianças e adolescentes na escola.

compostas por gestor(a) político(a), comunitários(as). O Quadro 2 a seguir elenca, de coordenador(a) operacional, supervisor(a) forma sintética, as principais tarefas realizadas por institucional, técnicos(as) verificadores e agentes estes diferentes perfis das equipes locais.

Quadro 2. Equipes locais da Busca Ativa Escolar

Gestor(a) político	Lidera o processo de articulação política da Busca Ativa Escolar.
Coordenador(a) operacional	Elabora e acompanha a execução do Plano de Ação e a implementação de todas as atividades da Busca Ativa Escolar.
Supervisores(as) institucionais	Realiza a gestão dos casos para encaminhamento aos diversos serviços públicos e realiza as (re)matrículas.
Técnicos(as) verificadores(as)	Faz abordagem às famílias das crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandoná-la a fim de realizar pesquisa detalhada sobre os motivos da exclusão escolar.
Agentes comunitários(as)	Identifica, nos territórios onde atua, crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandoná-la, e emite alertas sobre essas situações.

Além disso, a implementação da BAE conta com a colaboração de diversos parceiros institucionais e nacionais, os quais desempenham papéis essenciais no funcionamento da Estratégia. Entre esses parceiros, destacam-se:

Quadro 3. Parceiros institucionais e nacionais da Busca Ativa Escolar

UNICEF e UNDIME Fundo das Nações Unidas para a Infância e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação	Gestores nacionais da estratégia, sensibilizam e mobilizam estados e municípios para a adesão e ofertam apoio técnico para a implementação.
CONGEMAS e CONASEMS Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde	Parceiros estratégicos da BAE.
CONSED Conselho Nacional de Secretários de Educação	Oferece apoio na relação com os estados.
ATRICON Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil	Mobiliza municípios e estados para adesão e monitoramento da implementação.
MINISTÉRIOS PÚBLICOS E TRIBUNAIS DE CONTAS	Monitoramento da implementação pelos municípios e estados.
UNCME União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação	Discussão sobre a matrícula a qualquer tempo e outros temas normativos.

A BAE atua, portanto, no apoio a estados e municípios para a identificação dos casos de abandono e exclusão escolar de crianças e adolescentes e sua (re)matrícula na escola. Após oito anos de sua implementação, tornou-se **necessário avaliar sua implementação e resultados**, de modo a perceber os avanços e desafios ao longo desse tempo, sua relevância e efetividade em atender o público que mais precisa e cumprir seus objetivos, além dos impactos gerados. A próxima seção apresenta de maneira mais detalhada a finalidade desta avaliação.

A presente avaliação tem como propósito principal **analisar a efetividade da Estratégia Busca Ativa Escolar**, investigando sua capacidade de gerar resultados concretos na redução da exclusão escolar, considerando seus diferentes modelos de implementação. Ela se justifica pelo fato de que, desde o lançamento da Estratégia em 2017, ocorreram mudanças no perfil do abandono e da exclusão escolar no Brasil, além dos efeitos nefastos da Covid-19 na escolarização. Ao mesmo tempo, o UNICEF Brasil passou por mudanças em seu programa, reforçando o compromisso com o enfrentamento da exclusão escolar, por meio da Busca Ativa Escolar, que segue como uma estratégia central da instituição. Além disso, o Brasil apresenta diversos marcos legais que preconizam o direito de todas as crianças e adolescentes ao acesso à educação, mas as lacunas existentes ainda impedem sua plena

execução, sendo de grande relevância entender iniciativas como a BAE, que buscam fortalecer esses direitos.

Esse contexto evidencia a necessidade de uma **avaliação que aborde tanto os aspectos relacionados à sua implementação quanto aos resultados já alcançados** pela estratégia. Em 2021 foi realizada uma avaliação formativa da estratégia e, a partir de 2024, a **H&P** passou a conduzir uma **avaliação somativa combinada com uma avaliação formativa**, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o desempenho, desafios e oportunidades de aprimoramento da BAE. O quadro abaixo sumariza os principais objetivos da avaliação, que se mantiveram os mesmos do Termo de Referência.

Quadro 4. Objetivos da avaliação formativa e somativa para a BAE

OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO FORMATIVA E SOMATIVA BUSCA ATIVA ESCOLAR ¹⁴	
FORMATIVA	
Avaliar “se” e “em que medida” a Estratégia Busca Ativa Escolar tem sido implementada nos estados e municípios .	
Avaliar “se” e “em que medida” os pressupostos e fluxos de trabalho adotados a partir dos diferentes modelos de implementação nos estados e municípios são efetivos e sustentáveis .	
Identificar boas práticas para inspirar municípios e estados a melhorarem sua atuação na Busca Ativa Escolar.	
FORMATIVA	
Avaliar se os casos de exclusão e abandono escolar identificados e encaminhados pela Busca Ativa Escolar estão em sintonia com os dados oficiais sobre o tema, visando garantir a adequação da Estratégia às evidências disponíveis.	
Avaliar se, e de que forma, a Busca Ativa Escolar tem beneficiado a vida das crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias e em maior situação de vulnerabilidade.	



¹⁴ Fonte: Termo de Referência (LRPS-2024-9192040).

Para alcançar esses objetivos, o **escopo temporal** da avaliação abrange o período desde sua criação, em 2017, até o ciclo 2021-2024 para os municípios e 2023-2026 para os estados¹⁵. Além disso, abrange todos os estados e municípios que aderiram nesses ciclos, buscando não apenas mensurar resultados imediatos, mas também compreender como a Estratégia tem sido incorporada por entes federativos e parceiros em diferentes realidades territoriais, políticas e sociais. Desse modo, o **escopo geográfico** da avaliação abarca o conjunto de 21 estados e 3.476

municípios que participaram da Estratégia Busca Ativa Escolar, segundo dados administrativos de novembro de 2024.

O **escopo temático** perpassado pela avaliação concentrou-se no desempenho da BAE em relação aos modelos de implementação e ao atendimento às etapas da educação básica, com especial atenção à Educação Infantil e Ensino Fundamental, segmentos críticos para a garantia de direitos educacionais. Foram analisados seis eixos temáticos, descritos abaixo.

Tabela 1. Eixos temáticos – Avaliação da BAE

1	A cultura de trabalho intersetorial das equipes da Estratégia em nível subnacional.
2	O funcionamento dos pressupostos da Estratégia, nomeadamente o regime de colaboração e o trabalho intersetorial
3	A percepção compartilhada pelas equipes da Busca Ativa Escolar sobre as culturas de fracasso e de exclusão escolar e os impactos dessas percepções na efetividade da implementação.
4	O funcionamento e a efetividades dos fluxos de trabalho da Busca Ativa Escolar, incluindo: (i) as capacidades locais para realização do trabalho (políticas, recursos humanos, capacidade técnica e recursos financeiros); (ii) os mecanismos de identificação das crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandono; e (iii) os mecanismos de matrícula e da permanência dos(as) estudantes.
5	A sustentabilidade da Estratégia na consolidação das capacidades locais de efetivação dos processos de matrícula e permanência dos(as) estudantes na escola.
6	O impacto da Estratégia na vida das crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade na perspectiva de equidade para as questões de gênero, raça/cor, étnicas e deficiências.

Espera-se que **os resultados levantados na avaliação sejam utilizados para informar atores primários (como UNICEF Brasil, Undime e governos subnacionais) e secundários (como UNICEF LACRO e sociedade civil) que utilizarão a avaliação** para fortalecer os propósitos da Busca Ativa Escolar, tomar decisões para aprimoramento da Estratégia e, ainda, visando ampliar o alcance de resultados relacionados à matrícula, redução da exclusão escolar e, principalmente, de superação

da cultura de exclusão escolar na sociedade. Serão produzidos materiais específicos para diferentes tipos de comunicação de resultados e públicos que os acessarão, desde relatórios mais completos sobre o percurso avaliativo e os resultados, apresentações institucionais até sínteses em mensagens-chave e infográfico. Mais detalhes sobre os usos esperados, documentos a serem acessados e públicos estão disponíveis no Anexo 9.

¹⁵ A Busca Ativa Escolar (BAE) segue o ciclo das gestões públicas, portanto, sempre que há novo pleito, prefeitos e governadores devem realizar a readesão. Por esse motivo, algumas das análises podem ficar condicionadas aos resultados do último ciclo de estados e municípios,

visto que os atores envolvidos nele são os que serão ouvidos na avaliação por serem os que estão ativos na execução.

Para garantir a aderência da avaliação aos objetivos e eixos temáticos delimitados anteriormente, foi desenvolvida a **Teoria da Mudança (TdM)** da estratégia Busca Ativa Escolar. Como um instrumento de planejamento da avaliação, a TdM foi de suma importância para mapear os insumos e atividades necessários para alcançar os resultados desejados e explicitar o encadeamento lógico entre ações e impactos e orientar a definição de perguntas avaliativas e indicadores.

A lógica utilizada nessa construção foi, primeiramente, ouvir atores chave envolvidos na Estratégia, provocando entre eles uma reflexão sobre os impactos esperados, o propósito e as contribuições das ações desenvolvidas pela BAE. Somando-se a isso uma análise documental, que buscou entender a implementação da estratégia, a relação com a garantia de direitos e a situação histórica de alguns indicadores educacionais. Assim, foi elaborada uma primeira versão discutida em oficina com esses atores, a qual foi consolidada a partir das novas contribuições.

A TdM construída parte do reconhecimento de que a BAE busca enfrentar o número alarmante de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono escolar no país, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, o que compromete seu desenvolvimento e perpetua desigualdades sociais. Para enfrentar esse desafio, a estratégia propõe aos estados e municípios atividades como planejamento intersetorial, ações de busca ativa no território, gestão de casos e mobilização social, com o objetivo de identificar e reintegrar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão.

Os **resultados esperados** incluem efeitos imediatos, como o engajamento para

implementação da estratégia e identificação e encaminhamento dos casos de exclusão e de abandono, com sensibilização das famílias, e de longo prazo, ligados ao fortalecimento do vínculo escolar, a atuação em regime de colaboração e intersetorial do poder público e a ampliação do acesso às políticas de cuidado. Assim, a estratégia tem como **propósito de impacto** promover uma mudança na cultura da exclusão escolar, desnaturalizando a presença de crianças e adolescentes fora da escola, além de promover o acesso a uma educação de qualidade, com proteção e desenvolvimento integral e que contribua para a redução das desigualdades no país.

Para obter um entendimento mais aprofundado, a Teoria da Mudança da BAE pode ser consultada integralmente no Anexo 3 do relatório, com informações sobre sua construção e sobre a relação causal entre os produtos (outputs) e os resultados esperados (outcomes).

Como forma de operacionalizar os elementos definidos na TdM, foi elaborada, de maneira complementar, uma **Matriz Avaliativa** com o objetivo de proporcionar um acompanhamento preciso e estruturado dos resultados e impactos esperados a partir de perguntas avaliativas e indicadores objetivos.

A construção dessa Matriz fundamentou-se em **quatro critérios de avaliação**, que foram definidos pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE). Esses critérios, detalhados abaixo, são: Efetividade, Relevância, Sustentabilidade e Impacto

EFETIVIDADE
Refere-se ao grau em que os objetivos da intervenção foram alcançados. Avalia se a intervenção está realmente produzindo os resultados esperados e se está cumprindo suas metas.
RELEVÂNCIA
Examina a pertinência da intervenção em relação às necessidades e prioridades do contexto e do público-alvo. Avalia se a intervenção está alinhada com as demandas locais.
SUSTENTABILIDADE
Avalia a probabilidade de que os benefícios da intervenção continuem após o término do apoio inicial. Considera se os resultados alcançados são duradouros e se a intervenção pode ser mantida a longo prazo.
IMPACTO
Refere-se às mudanças de longo prazo geradas pela intervenção, tanto positivas quanto negativas. Avalia a diferença que a intervenção faz na vida das pessoas e no contexto em que foi implementada.

Para cada um dos quatro critérios avaliativos mencionados, **foram elaboradas perguntas avaliativas, critérios de julgamento e indicadores, juntamente com as fontes de coleta de dados.** A elaboração da Matriz também considerou a lógica delineada na Teoria da Mudança da BAE, o que contribuiu para firmar a integração dos diversos instrumentos utilizados na avaliação. Além disso, aspectos relacionados à defesa de direitos humanos, equidade e gênero foram utilizados como lentes de leitura e análise de forma transversal durante todo processo.

As perguntas avaliativas que a avaliação busca elucidar, elaboradas por cada critério, serão apresentadas na seção de Resultados, como forma de orientar a leitura da seção e subseções, ou seja, indicando o que foi analisado em cada uma delas. A Matriz Avaliativa completa pode ser consultada no Anexo 2 deste relatório.

4 Percurso metodológico

A avaliação da Estratégia Busca Ativa Escolar foi fundamentada em três abordagens metodológicas complementares. A combinação dessas abordagens permite produzir evidências robustas, vis-à-vis as particularidades da Estratégia Busca Ativa Escolar, marcada por

período de vigência longo, pela variedade de ações, pela grande quantidade de atores envolvidos e pela diversidade de critérios e perguntas avaliativas. A seguir, explica-se cada uma delas:

Quadro 6. Abordagens avaliativas utilizadas

Abordagem baseada na TdM	Abordagem participativa	Abordagem de métodos mistos
Esta abordagem orientou a avaliação ao estruturar perguntas e instrumentos de coleta de dados alinhados com os objetivos e resultados esperados na TdM.	Envolveu diversos atores na construção da TdM, garantindo que suas perspectivas fossem consideradas , aumentando a relevância do desenho avaliativo. Além disso, houve momentos de discussão e validação dos resultados durante a elaboração dos relatórios, além da perspectiva de apresentação em fóruns e seminários para discussão ampla com governos e sociedade civil.	Combinou a pesquisa quantitativa e qualitativa , utilizando diversas técnicas de coleta de dados. Essa integração proporcionou uma visão abrangente e contextualizada , permitindo a verificação cruzada das informações e aumentando a validade dos resultados.

Durante toda a avaliação, foram consideradas questões relativas a **direitos humanos, gênero, raça e outros recortes de desigualdades** que atravessam o contexto de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar. Essa perspectiva esteve presente desde o desenho da avaliação até sua execução e análise, orientando a elaboração dos roteiros, da matriz avaliativa, bem como a interpretação dos dados e a formulação das conclusões. O objetivo foi identificar possíveis barreiras relacionadas ao gênero, à raça e a outras dimensões da desigualdade, além de verificar a existência de ações — intencionais ou não — voltadas à sua mitigação no âmbito da estratégia.

Por exemplo, na análise de dados, buscou-se compreender o impacto da estratégia sobre diferentes gêneros e raça/cor, por meio do uso de **indicadores desagregados por sexo e raça/cor**. Também buscou-se adotar uma **linguagem inclusiva** nas diversas fases da avaliação. Ela incorporou, ainda, **recomendações voltadas à equidade de gênero**, com a identificação de lacunas e de caminhos para sua mitigação, contribuindo para o aprimoramento da estratégia e para a promoção de um ambiente educacional mais justo e inclusivo.

No próximo tópico, descreve-se, com mais detalhes, os procedimentos metodológicos adotados para a avaliação.

4.1 Estratégias de pesquisa

A seguir estão apresentadas todas as técnicas aplicadas para realização da avaliação. Para aquelas que envolveram coleta de dados

primários, os quantitativos e perfis estão descritos para fins de contextualização.

Tabela 1. Técnicas de produção de dados

Análise documental
- Revisão de documentos relacionados à Estratégia - como os guias/manuais destinados aos profissionais da BAE¹⁶ que abordam o funcionamento da ferramenta tecnológica e da metodologia e traz orientações para a implementação - utilizados no desenvolvimento dos instrumentos de coleta de dados e na compreensão dos resultados. - Uso do relatório da avaliação formativa realizada anteriormente¹⁷ como linha de base para comparação com alguns indicadores atuais sobre a implementação, o apoio da Gestão Nacional da BAE e a percepção de impacto.
Dados secundários
- Informações provenientes de bases como PNAD Contínua¹⁸ e Censo Escolar¹⁹ foram utilizados na contextualização da estratégia e na complementação dos dados primários coletados pela H&P, proporcionando uma visão mais ampla sobre a cobertura e o abandono escolar no país. - Dados da Finbra²⁰, do Censo Demográfico²¹ e do Sistema de Contas Nacionais²². Delas vieram informações sobre receita líquida, Produto Interno Bruto (PIB) e tamanho populacional utilizados na caracterização dos municípios e modelo de regressão.
Dados administrativos
Informações dos casos registrados na plataforma da Busca Ativa Escolar, fornecidas pelo UNICEF, foram analisadas para compreensão do perfil dos(as) beneficiários(as), dos fatores que levam à exclusão escolar e da efetividade da BAE.

¹⁶ Disponíveis na biblioteca da Estratégia: <https://buscaativaescolar.org.br/biblioteca>.

¹⁷ Em 2021, outra empresa de consultoria realizou uma avaliação formativa sobre a Busca Ativa Escolar.

¹⁸ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui um módulo anual de Educação que, durante o segundo trimestre de cada ano, coleta informações sobre o acesso, permanência e escolarização da população brasileira, incluindo indicadores como taxa de escolarização e motivos para não frequentarem a escola ou não terem concluído a educação básica.

¹⁹ O Censo Escolar é a principal fonte de dados sobre a educação básica no Brasil. Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), coleta informações sobre matrículas e fluxo escolar.

²⁰ A Base FINBRA (Finanças Municipais) é um banco de dados que contém informações contábeis, orçamentárias e financeiras enviadas pelos entes da federação ao Tesouro Nacional.

²¹ O Censo Demográfico é uma pesquisa nacional que coleta dados sociodemográficos sobre toda a população brasileira.

²² O Sistema de Contas Nacionais, do IBGE, compreende informações sobre a geração, distribuição e uso da renda no Brasil.

Pesquisa quantitativa | Survey

- Foram respondidos 2.489 questionários on-line, aplicados com o objetivo de otimizar tempo e recursos diante da ampla extensão territorial e da diversidade de atores envolvidos na BAE. Os participantes e o quantitativo alcançado, por perfil, foram: Secretárias(as) Estaduais de Educação (22); Coordenadores(as) Operacionais e Supervisores(as) Institucionais Estaduais (101); Secretários(as) Municipais (1.050); Coordenadores(as) Operacionais e Supervisores(as) Institucionais Municipais (1.316). Para mais detalhes, sobre a amostra prevista e alcançada, desagregada, ver o Anexo 4.

Pesquisa qualitativa | Entrevistas

- Foram realizadas 162 entrevistas semiestruturadas com o objetivo de aprofundar percepções e opiniões relacionados à estratégia e de contextualizar os achados quantitativos. Os participantes e o quantitativo alcançado, por perfil, foram: Secretários(as) Municipais (31); Gestor Político(a) Municipal (4); Coordenador(a) Operacional Municipal (20); Supervisor(a) Institucional Municipal (31); Técnico(a) Verificador(a) Municipal (26); Agente Comunitário Municipal (11); Famílias (8); Secretarias de Educação Estadual (2); Gestor(a) Político Estadual (1); Coordenador(a) Operacional Estadual (4); Coordenador(a) Operacional Regional (8); Supervisor(a) Institucional Estadual (7); Técnico(a) Verificador(a) Estadual (4); Outros (5)²³.

Dentre essas técnicas, duas se destacam pela **centralidade na produção dos achados deste relatório — o levantamento quantitativo via questionário eletrônico e a realização de entrevistas qualitativas** — e, por isso, serão detalhadas a seguir.

4.1.1 Pesquisa quantitativa (survey)

Para o **survey**, foram calculadas amostras representativas considerando diferentes abrangências territoriais²⁴. Adotou-se um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5% sobre o universo de estados e municípios participantes da BAE²⁵. Como o survey contempla duas fontes de informação (secretários(as)/gestores(as) políticos(as) e coordenadores(as) operacionais/supervisores(as) institucionais), foi necessário que se chegasse a esse número de respostas em cada um dos públicos respondentes.

No caso dos estados, o universo para cálculo amostral foi de 20 estados, visto que um deles ainda estava em fase inicial de implementação e, por isso, não foi incluído no cálculo da amostra.

Considerando o tamanho reduzido dessa população, para que a amostra fosse representativa, era necessário aplicar questionários em todos os estados com a Estratégia já implementada. No caso dos coordenadores(as) e supervisores(as), foram obtidas respostas de participantes de 20 estados, o que garante uma amostra representativa. Já entre os secretários(as), houve participação de apenas 10 estados, o que limita a representatividade desse grupo.

Já no caso dos municípios, as amostras foram calculadas conforme os seguintes níveis geográficos²⁶.

²³ Articulador do Selo Unicef, Chefe de apoio da divisão de avaliação de indicadores educacionais, Gerente do acompanhamento pedagógico e Assessora Técnica.

²⁴ O universo considerado corresponde a todos os estados e municípios que aderiram e implementaram a BAE no último ciclo, conforme lista disponibilizada pelo UNICEF em novembro de 2024.

²⁵ Também foi realizada uma pós-estratificação amostral, com o objetivo de ajustar os pesos e garantir que a proporcionalidade dos estratos na população fosse mantida na amostra. Esse método é fundamental para assegurar a representatividade de todos os grupos de interesse e evitar vieses de sub-representação ou sobre-representação. A fórmula, os quadros que apresentam o número de municípios amostrados em cada abrangência territorial e seus pesos, além das amostras calculadas para o survey com gestores(as) estaduais e equipes locais dos estados signatários estão presentes no Anexo 4.

²⁶ À princípio, as amostras foram calculadas considerando os recortes delimitados no termo de referência, a saber: Brasil, Região e Porte dos municípios. No entanto, após a aplicação da rodada de pesquisa quantitativa com os municípios, realizada em dezembro de 2024 e janeiro de 2025, foi necessário repensar os recortes amostrais diante do baixo retorno de respostas dos coordenadores(as)/supervisores(as) e secretários(as)/gestores(as) municipais do Sul e Sudeste e de municípios de grande porte e metrópoles. É importante ressaltar que, quando se trabalha com populações pequenas, é necessário um número relativamente maior de observações, ou seja, uma proporção significativa da população precisa ser incluída na amostra. Isso ocorre porque, em populações reduzidas, a variabilidade dos dados pode ser maior, e uma amostra pequena pode não representar adequadamente todas as características do grupo. Dessa forma, optar por amostras que dividem a população em grupos pequenos exige uma maior participação dos indivíduos na pesquisa, pois a exclusão de um pequeno número de respondentes pode impactar significativamente os resultados. Nesse sentido, ficou definido, em comum acordo com a equipe gestora da avaliação, que seriam adotados os seguintes parâmetros para análise: amostra representativa para o Brasil, para as regiões Norte e Nordeste, e para o estado do Espírito Santo.

Quadro 7. Critérios amostrais para municípios, por nível geográfico

	Nível geográfico	Definição da amostra
	Brasil	▪ Amostra representativa para o Brasil, estratificada por região.
	Região	▪ Amostra representativa para as regiões Norte e Nordeste, estratificada por estado.
	Estado	▪ Amostra representativa para o estado do Espírito Santo.

A utilização de uma **amostra nacional estratificada** por região permite captar a heterogeneidade das diferentes partes do país, garantindo que cada unidade geográfica tenha representatividade suficiente para análises comparativas.

Já a inclusão de **amostras específicas para as regiões Norte e Nordeste**, estratificadas por estado, responde à grande adesão dos municípios e estados dessas regiões à BAE, possibilitando uma análise mais detalhada sobre o funcionamento da Estratégia nesses locais. Além disso, por serem regiões marcadas por fortes desigualdades em diversos aspectos, e que se configuram como locais onde o UNICEF

concentrou esforços para atuar, especialmente devido ao grande número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, sua análise torna-se ainda mais relevante, porque preserva as diferenças regionais e permite uma melhor compreensão dos desafios e resultados nessas localidades em que a Estratégia tem maior alcance.

Já a definição de uma **amostra representativa para o Espírito Santo** responde à necessidade de um recorte específico para avaliar a implementação nos municípios em um território que conta com um forte engajamento na Estratégia e aplicação bem-sucedida no estado.

4.1.2. Pesquisa qualitativa (Entrevistas)

A amostra para aplicação da **pesquisa qualitativa** foi definida em comum acordo com a equipe do UNICEF, seguindo o quantitativo indicado no Termo de Referência. Os quatro estados onde a pesquisa foi realizada foram indicados pelo UNICEF, considerando o modelo de implementação, a saber, Selo UNICEF e implementação induzida pelo estado. Nesses estados, o UNICEF apontou entre cinco e sete municípios para serem selecionados para visita, levando em conta critérios de localização (centros urbanos e interior), adesão ou não ao Selo UNICEF e avaliação do nível de implementação da BAE (boa ou ruim), segundo o próprio UNICEF.

Foram selecionados quatro municípios a serem visitados em cada estado, totalizando 16 municípios. Para seleção considerou-se os dois municípios indicados como prioridade de visita pelo UNICEF e outros dois segundo a avaliação e adesão ao Selo UNICEF, buscando, sempre que possível, um balanceamento de municípios com avaliação boa e ruim e adesão ou não ao Selo para permitir ouvir maior multiplicidade de cenários e,

assim, levantar informações mais fidedignas aos diversos contextos.²⁷

Todos os estados e municípios indicados pertencem à região Norte e Nordeste, por motivos semelhantes aos do survey: grande adesão e alcance da Estratégia e concentração de esforços e trabalho do UNICEF para atuar, devido ao número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nessas áreas.

As **entrevistas em profundidade contemplaram stakeholders que possuem centralidade no desenvolvimento da BAE** e exercem funções estratégicas em cada etapa da metodologia, sendo necessário ouvi-los para a compreensão da lógica de implementação. São eles: os(as) secretários(as) municipais e estaduais e todos os perfis da metodologia da BAE (desde o comitê gestor até o grupo de campo): gestores(as) políticos(as), coordenadores(as) operacionais, supervisores(as) institucionais, técnicos(as) verificadores e agentes comunitários(as) das equipes da BAE dos estados e municípios selecionados. Nos estados e em alguns municípios, técnicos(as) e agentes

²⁷ O quadro com a identificação de estados e municípios selecionados para a pesquisa, segundo critérios de seleção, encontra-se no Anexo 4.

comunitários(as) estão lotados nas escolas (são diretores(as) e coordenadores(as) pedagógicos), de modo que esses atores do nível escolar também foram entrevistados.

No caso da coleta com os estados, as entrevistas ocorreram com os representantes das UFs²⁸ em que as visitas municipais foram realizadas, incluindo também o Espírito Santo. Destaca-se que a indicação dos supervisores(as), técnicos(as) e agentes que seriam entrevistados ficou à cargo do(a) coordenador(a) operacional.

Além dos atores diretamente envolvidos na implementação da BAE, também foram realizadas entrevistas em profundidade com pais, mães e/ou cuidadores de crianças e adolescentes alcançados pela Estratégia. O objetivo foi compreender como a iniciativa tem contribuído para a matrícula e a

permanência deles, dando voz àqueles(as) que passaram pela situação de exclusão escolar e entendendo como a Estratégia atuou.

Ainda em relação às famílias, ressalta-se que a indicação e o agendamento das entrevistas ficaram a cargo das equipes locais da Busca Ativa Escolar. Dessa maneira, em alguns municípios, as equipes não conseguiram agendar as entrevistas no período disponível, ou as famílias não puderam/quiseram receber os entrevistadores, de modo que não houve uma quantidade pré-determinada de entrevistas a serem realizadas e nem todos os municípios possuem informações desse grupo. Destaca-se ainda que não houve a participação de crianças e/ou adolescentes (menores de idade) nas entrevistas.

4.2 Análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos a um rigoroso processo de verificação e validação, com o uso **combinado de métodos estatísticos e qualitativos** para avaliar a Estratégia Busca Ativa Escolar. A análise foi conduzida em duas frentes complementares: qualitativa e quantitativa. Durante o processo analítico, foram incorporadas transversalmente dimensões como direitos humanos, questões de gênero e outros marcadores sociais, considerando os marcos legais existentes no país sobre a garantia de direitos. Essa escolha metodológica teve como objetivo evidenciar desigualdades e violências que afetam crianças e adolescentes, bem como suas relações com a exclusão escolar e identificar barreiras e oportunidades para a garantia de acesso à educação às populações em situação de vulnerabilidade.

A análise dos dados levantados com a **abordagem qualitativa** empregou técnicas de análise de conteúdo aplicadas às entrevistas em profundidade realizadas com diferentes atores envolvidos na implementação da estratégia. Todas as entrevistas realizadas foram codificadas segundo os temas de interesse, analisando-as em

conjunto para observar as tendências. As informações foram sistematizadas em uma matriz de registro, que permitiu a codificação das respostas com base nas questões dos instrumentos de coleta e nos indicadores definidos na matriz avaliativa. Esse procedimento favoreceu uma **leitura estruturada e comparativa das percepções dos participantes**, facilitando a identificação de consensos e divergências, bem como de aspectos positivos e negativos destacados nas falas dos entrevistados.

Essa análise, além de garantir insumos para responder às questões avaliativas, permitiu trazer exemplos sobre a realidade da implementação, qualidade das entregas e alcance dos resultados, bem como a percepção de atores chave sobre os resultados e as mudanças decorrentes da estratégia.

A **abordagem quantitativa**, por sua vez, utilizou estatísticas descritivas, testes de associação entre variáveis e modelos de regressão multivariada, permitindo identificar padrões e relações significativas nos dados. Essas técnicas serão detalhadas nas subseções a seguir.

4.2.1 Análises Comparativas e Testes de Associação

Para aprofundar a compreensão dos dados, foram realizados cruzamentos entre variáveis

categóricas de interesse e os seguintes fatores contextuais:

²⁸ Com exceção de um estado, que, à época da coleta de dados, passava por um processo de transição na coordenação estadual da estratégia e,

por esse motivo, não respondeu aos contatos para participação dentro do prazo previsto.

Aspectos contextuais

- Região do país
- Porte do município
- Participação no Selo UNICEF

Essas comparações ajudaram a entender se essas características estão relacionadas com os resultados da BAE. No entanto, apenas os resultados que apresentaram **associações estatisticamente significativas** (valor dep

<0,05) foram incluídos no relatório — ou seja, aqueles em que os dados indicam que a diferença observada não ocorreu por acaso. Para realizar essas comparações, foram utilizados os seguintes testes estatísticos:

Teste Qui-Quadrado	Verifica se há relação entre duas variáveis categóricas.
Teste Exato de Fisher	Aplicado quando os pressupostos do Qui-Quadrado não são atendidos em tabelas 2x2.
Teste Qui-Quadrado Simulado	Com simulação de Monte Carlo, utilizado quando os dados não atendem aos critérios dos testes anteriores (apresentam baixa frequência em algumas categorias).

Além disso, foi utilizado o **V de Cramer** para medir a intensidade da associação entre duas

variáveis categóricas, permitindo uma interpretação mais precisa dos resultados.

4.2.2 Análise de Regressão Linear Multivariada

A regressão linear multivariada com dados em painel é uma técnica estatística que permite analisar simultaneamente múltiplas variáveis ao longo do tempo, observando como elas se comportam dentro das mesmas unidades de análise, nesse caso, municípios. Diferente de modelos que utilizam apenas dados transversais, essa abordagem oferece uma vantagem importante: a possibilidade de captar tanto as diferenças entre os municípios, quanto as transformações que ocorrem em cada um deles ao longo do tempo. Além disso, esse modelo permite isolar os efeitos específicos de cada variável, controlando influências que poderiam distorcer os resultados, como características próprias de cada município que permanecem constantes ao longo do tempo.

Nessa avaliação, foram empregados dois modelos para mensurar a contribuição da BAE no acesso (taxa de matrícula) e permanência (taxa de abandono) de crianças e adolescentes na escola entre 2017 e 2023. No primeiro deles, a variável que se pretende explicar (variável dependente) corresponde às taxas de matrícula registradas na plataforma da BAE, desagregadas por etapa de ensino. Esse modelo considera apenas os municípios que aderiram à estratégia, e a principal variável de interesse é o **tempo de adesão à BAE**. Parte-se da hipótese de que, com o passar do

tempo, a implementação da estratégia gera impactos cumulativos e melhorias operacionais (como uma curva de aprendizado), que potencializam os resultados obtidos pelos municípios participantes. Complementarmente, foi analisado se o **modelo de implementação**, seja por meio do Selo UNICEF ou via articulação estadual, influenciou os resultados observados.

No segundo modelo, a variável dependente é a taxa de abandono escolar nas etapas do Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e do Ensino Médio, registrada no Censo Escolar (INEP). Nesse caso, foram realizadas **duas abordagens**: a primeira abrange todos os municípios brasileiros, com foco nos efeitos da adesão à BAE sobre as taxas de abandono; a segunda considera apenas os municípios participantes da estratégia, tendo como principal variável de interesse o tempo de adesão, além da participação no Selo UNICEF e do engajamento do estado na implementação da BAE.

Para garantir maior precisão na identificação dos efeitos das variáveis de interesse, os modelos foram ajustados para controlar outras características dos municípios que poderiam interferir nos resultados, como tamanho da população, PIB e perfil sociodemográfico das crianças identificadas pela estratégia (este se aplica somente ao primeiro modelo, de taxa de

rematrícula). Esse controle permite apurar com mais segurança os efeitos observados à BAE, minimizando a influência de fatores externos²⁹. Ressalta-se, no entanto, que **esses modelos não permitem avaliar impacto causal**, mas ajudam a evidenciar com mais robustez a contribuição da BAE.

4.3 Limitações e Medidas de Mitigação

Como ocorre em toda pesquisa de avaliação, alguns desafios e limitações impactaram o processo de coleta e análise de dados. Uma das mais relevantes foi o **contexto político**, já que o início da avaliação coincidiu com o período eleitoral municipal. Esse cenário trouxe o risco de mudanças nas equipes locais da BAE, o que poderia dificultar o acesso a informações estratégicas. Para reduzir esse impacto, optou-se por iniciar as atividades de campo antes da transição de gestão, garantindo o engajamento dos profissionais ainda em exercício e minimizando a perda de dados relevantes. No entanto, essa antecipação exigiu a finalização dos instrumentos de coleta antes da conclusão da matriz avaliativa, o que limitou a capacidade de responder integralmente a algumas perguntas formuladas posteriormente. Como medida compensatória, foram incluídas — se viável — questões adicionais nos roteiros e questionários direcionados a atores estaduais³⁰, além da utilização de dados secundários.

Outra limitação significativa foi a **dificuldade de obtenção de amostras representativas em determinados recortes territoriais**. Apesar da ampla mobilização promovida pelo UNICEF e pela Undime, não foram obtidas respostas suficientes para compor amostras representativas de secretários(as) estaduais e de secretários(as) municipais do Espírito Santo. Os estados das regiões Sul e Sudeste, e os municípios de médio e grande porte, apresentaram baixo engajamento, resultando em um número reduzido de respostas. Para mitigar essas lacunas, priorizou-se a análise

Em ambos os modelos, a definição das variáveis, as hipóteses testadas e a análise desenvolvidas foram orientadas pelos eixos temáticos e impactos esperados delimitados na Teoria da Mudança e Matriz de Indicadores, respondendo especialmente a dimensão do Impacto.

das respostas de coordenadores(as) e supervisores(as), complementadas com respostas de secretários. Nos casos em que não foi possível garantir representatividade (porte dos municípios e regiões do país) foram adotadas estratégias analíticas alternativas, como teste de hipótese para diferença de proporções (ex. qui-quadrado). Esses testes, por se basearem em erros padrões que consideram todas as categorias incluídas na análise, permitem comparações entre grupos mesmo quando alguns deles têm amostras menores. Assim, embora não seja possível realizar estimativas precisas, é viável identificar diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Além disso, a coleta de dados primários concentrou-se em percepções dos participantes, como relatos, opiniões e impressões. Embora esse tipo de informação seja fundamental para compreender os contextos locais e as experiências vividas, sua natureza subjetiva **impõe limites à objetividade da análise e à precisão na mensuração dos impactos**. Para enfrentar essa limitação, a equipe adotou uma abordagem de triangulação metodológica, integrando dados secundários e administrativos que permitiram validar e contextualizar as percepções obtidas, fortalecendo a consistência das conclusões.

Por fim, identificaram-se **limitações nos dados secundários**, especialmente nos registros da plataforma Busca Ativa Escolar. Observou-se que nem todos os municípios e estados participantes atualizam essas informações de forma regular, o que pode comprometer a confiabilidade de indicadores como taxas de conversão, rematrícula e abandono. Essa fragilidade foi considerada na análise e devidamente contextualizada nos achados apresentados no relatório.

²⁹ Detalhes dos modelos podem ser consultados no anexo 10.

³⁰ A coleta de dados junto aos atores estaduais ocorreu posteriormente, em janeiro de 2025.

4.4 Considerações éticas

Durante todo o processo avaliativo, as questões éticas e de direitos humanos foram orientadoras da coleta e análise das informações. Foram seguidos as normas e padrões de avaliação das Nações Unidas e do UNICEF³¹ em todas as etapas de planejamento, coleta de dados, análise e comunicação dos resultados, que foram realizadas de forma objetiva, imparcial, aberta e participativa, orientada pelos princípios éticos de respeito, justiça, integridade e responsabilidade.

Nesse sentido, todas as partes interessadas foram ouvidas considerando o respeito pela dignidade e diversidade dos indivíduos entrevistados, incluindo a diversidade de cor/raça, etnia, gênero e as pessoas com deficiência³² tanto dos públicos participantes, buscando-se equilibrar a representatividade dos grupos nas entrevistas³³, como também da equipe de pesquisa, buscando-se selecionar pesquisadores(as) de gêneros e raças variadas para propiciar maior identificação entre as partes.

Cabe destacar que as equipes responsáveis pela coleta de dados primários foram capacitadas não apenas quanto à estratégia e aos instrumentos de pesquisa, mas também em relação à abordagem empática aos participantes. Esse preparo visou promover acolhimento e estabelecer vínculos, criando um ambiente seguro e tranquilo para a realização das entrevistas, além de assegurar que os temas tratados não gerassem constrangimento aos envolvidos.

Também foi garantindo o consentimento informado mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³⁴ e a privacidade e confidencialidade dos dados, seguindo medidas alinhadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)³⁵, Lei nº 13.709 de 2018. Todos os dados foram tratados e divulgados preservando-se o anonimato dos(as) participantes, sem menção a nomes ou características que permitam a sua identificação.

³¹ Utilizou-se como referência o documento “Procedure on Ethical Standards in Research, Evaluation, Data Collection and Analysis”, disponível em <https://www.unicef.org/evaluation/documents/unicef-procedure-ethical-standards-research-evaluation-data-collection-and-analysis>.

³² Em comum acordo com a equipe do UNICEF, optou-se por não entrevistar as crianças e adolescentes alcançados pela estratégia devido ao tempo disponível para início da coleta de dados, que deveria ocorrer antes da mudança da gestão municipal. Por questões éticas, a abordagem junto a grupos em situação de vulnerabilidade precisa passar pelo comitê de ética, o que inviabilizaria o início da coleta ainda em dezembro de 2024. Para os demais públicos, a Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, dispensa a submissão ao sistema CEP/CONEP em alguns casos, como de pesquisa de opinião pública com

participantes não identificados. Isso não significa que cuidados éticos não serão tomados. Pelo contrário, todas as medidas necessárias para garantir a proteção e o bem-estar dos participantes serão rigorosamente seguidas. Isso inclui a obtenção de consentimento livre e esclarecido, a garantia de anonimato e confidencialidade dos dados coletados, e a realização das atividades em ambientes seguros e confortáveis. Além disso, a equipe de pesquisa estará atenta a qualquer questão ética que possa surgir durante o processo, assegurando que os direitos e a dignidade dos participantes sejam sempre respeitados.

³³ Como destacado anteriormente, nem sempre estará no controle da equipe de avaliação pelo fato de os entrevistados serem indicados pela equipe local da BAE, mas, sempre que possível, a equipe de avaliação trará esses recortes.

³⁴ Disponível no Anexo 7.

³⁵ Disponível no Anexo 6.

Nesta seção, apresentam-se os resultados da Avaliação da Estratégia Busca Ativa Escolar³⁶ conduzida conforme descrito nas seções anteriores. Eles foram organizados com base nos **Tabela 3. Critérios de avaliação e temas**

Critérios de Avaliação previamente definidos e apresentados por temas estruturados a partir da Teoria de Mudança³⁷, sendo eles:

Relevância
- Adesão à BAE e percepção sobre sua relevância - Públicos atendidos e motivos da exclusão e abandono escolar: consonância com dados nacionais
Efetividade
- Regime de colaboração - Intersetorialidade - Fluxos de trabalho
Impacto
- Ampliação do acesso e permanência na escola: impacto nos beneficiários e grupos em situação de maior vulnerabilidade - Proteção integral e políticas públicas
Sustentabilidade
- Sustentabilidade institucional e política - Sustentabilidade técnica e operacional

Cada tema reúne um conjunto de perguntas da Matriz Avaliativa que compartilham objetivos analíticos comuns. Para responder a essas perguntas e formular conclusões da avaliação, foram utilizados os critérios de julgamento e os indicadores correspondentes previstos na Matriz, o que permitiu uma análise integrada e orientada

pelos parâmetros estabelecidos no desenho avaliativo.

A fim de facilitar a compreensão do processo analítico e apoiar a leitura dos resultados, após a apresentação dos critérios avaliativos, são destacadas as perguntas correspondentes a cada um deles³⁸.

5.1 Relevância

O critério Relevância, como já indicado, examina a pertinência da intervenção em relação às necessidades e prioridades do contexto e do

público-alvo e avalia se a intervenção está alinhada com as demandas locais. Ele responde às seguintes perguntas avaliativas:



- As prefeituras e os governos dos estados estão sensibilizados e convencidos da importância e relevância da estratégia?
- Os motivos da exclusão e do abandono escolar identificados pela estratégia estão em sintonia com as evidências nacionais sobre o tema?

³⁶ As bases de dados com os resultados do *survey* serão enviadas ao cliente posteriormente. Para o relatório, sempre que for significativo para a análise, os resultados estarão descritos ou com a indicação das tabelas completas presentes nos anexos. Além disso, ao longo das análises, serão utilizados o somatório de concordo ou discordo total e parcialmente, somente resultados totais ou parciais de concordância ou discordâncias, médias ou outros formatos que melhor se adequem à necessidade de transmissão da informação, considerando,

principalmente, a quantidade de dados e atores participantes da pesquisa.

³⁷ O processo de construção da Teoria da Mudança, bem como a relação causal entre atividades previstas, resultados iniciais, intermediários e finais está no Anexo 3.

³⁸ Os indicadores e critérios de julgamento relacionados a cada uma dessas perguntas, e que orientaram a análise dentro de cada tema, podem ser consultados no Anexo 2.

5.1.1 Adesão à BAE e percepção sobre sua relevância

Avaliar a adesão e a implementação da Busca Ativa Escolar passa pelo entendimento de que ela está diretamente vinculada aos pleitos eleitorais municipais e estaduais, já que, a cada mudança de gestão, é necessária a readesão dos novos prefeitos(as) e governadores(as), o que significa um novo ciclo na BAE. Os dados a seguir, de fevereiro de 2025, mostram uma **tendência contínua de crescimento de adesão à Estratégia entre os municípios**.

CICLOS MUNICIPAIS	
2017 a 2020	2.521 adesões
2021 a 2024	3.493 adesões

Fonte: Dados disponibilizados pela Busca Ativa Escolar.

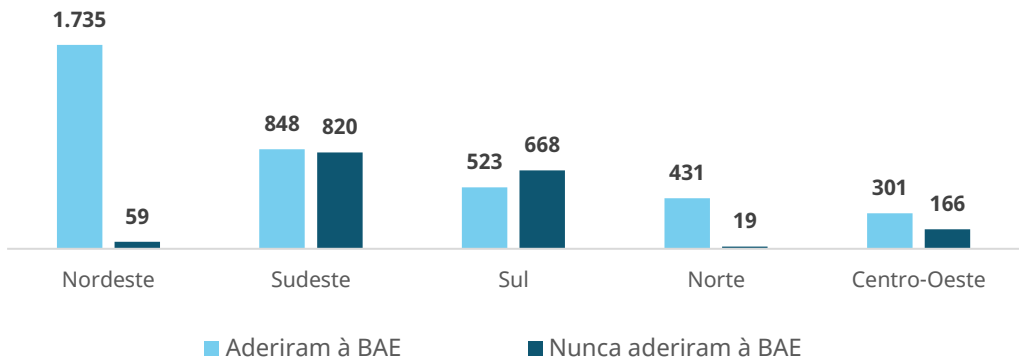
CICLOS ESTADUAIS	
2017 a 2020	23 adesões
2021 a 2024	21 adesões

As fases de implementação da BAE já foram descritas no Relatório Inicial encaminhado ao UNICEF, no entanto, cabe destacar que a metodologia visa garantir a **adaptabilidade à realidade e às necessidades dos municípios e estados que fazem a adesão**. Além disso, o processo de organização também tem como objetivo se **enquadrar na infraestrutura e no contexto** daqueles que se inserem na Estratégia. A adaptabilidade é importante, já que o objetivo é alcançar o maior número possível de municípios e estados no país, os quais possuem diferentes formas de organização institucional, aportes de

recursos financeiros, humanos e de infraestrutura que podem interferir no sucesso da implementação da Estratégia.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição regional de adesão dos municípios à BAE. O objetivo é demonstrar, em todas as regiões, os municípios que já aderiram ao menos uma vez e aqueles que nunca aderiram à Estratégia. Nota-se que Nordeste e Norte³⁹ são os principais focos de adesão à BAE. No caso daqueles que nunca aderiram à Estratégia, o Sul desponta com a maior quantidade de municípios, seguido pelo Sudeste.

Gráfico 1. Distribuição regional dos municípios que nunca aderiram à BAE e aqueles que já aderiram à BAE, ao menos uma vez



Fonte: Dados disponibilizados pela Busca Ativa Escolar.

Em relação ao perfil dos municípios, no recorte temporal de 2017 a 2023, nota-se que os municípios que aderiram são maiores, com média acima dos 45 mil habitantes e, no caso dos que não aderiram, a média não chega a 35 mil habitantes. Apesar de os municípios que aderiram à Busca Ativa Escolar (BAE) apresentarem, em média, uma receita líquida municipal superior à dos que não

aderiram — o que, em tese, indicaria maior capacidade de investimento em políticas públicas —, esses mesmos municípios registram um PIB per capita inferior. **Essa combinação revela um perfil de municípios que, embora disponham de mais recursos orçamentários, enfrentam maiores desafios econômicos e sociais**⁴⁰.

³⁹ A região Nordeste possui 32,2% dos municípios brasileiros, seguido pelo Sudeste com 29,9% e Sul, com 21,3%, comparativamente, a região Norte é aquela com a menor quantidade de municípios, 8,08%, nesse

sentido, os dados demonstram que a adesão nessa região é consideravelmente alta e significativa.

⁴⁰ Os gráficos que apresentam esses resultados estão disponíveis no Anexo 5.

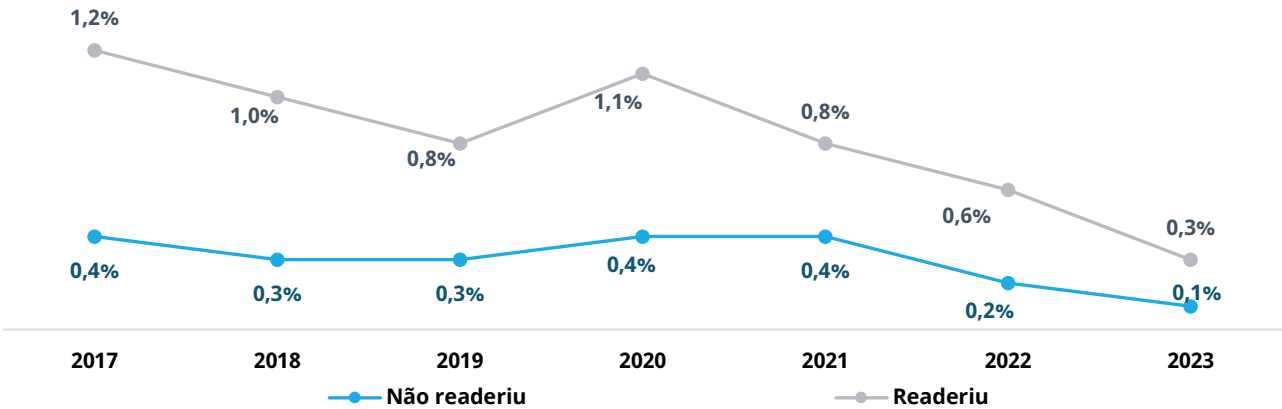
Portanto, é possível que esses municípios enfrentem maiores desafios para assegurar as condições necessárias à implementação efetiva da Estratégia. Fatores como a limitação de recursos para realizar ações de busca ativa, registrar e analisar os casos, abordar as famílias e acompanhar crianças e adolescentes, bem como a escassez de pessoal técnico-administrativo para executar a Estratégia, podem comprometer a qualidade das ações.⁴¹.

Uma outra característica que diferencia os municípios que aderem ou não à BAE é a taxa de abandono escolar (INEP, 2023). O que se percebe, para todas as etapas de ensino, no período de 2017 a 2023, é que a **adesão ocorre entre municípios que possuem uma taxa mais elevada de abandono escolar**. Municípios que nunca aderiram à BAE estão, ao longo de todo o período, com taxas constantemente inferiores.⁴²

Diante desse cenário, em que a adesão à BAE se concentra em municípios mais populosos e com maiores desafios econômicos e educacionais, o próximo passo é compreender o que leva determinados municípios a manterem o compromisso com a Estratégia ao longo do tempo, por meio da readesão no ciclo seguinte.

Entre os municípios que aderiram à Busca Ativa Escolar no primeiro ciclo (2017–2020), observa-se que aqueles que renovaram a adesão no ciclo seguinte (2021–2024) mantêm o perfil observado anteriormente. Esses municípios apresentam, ao longo de todo o período analisado — com exceção de 2020, ano atípico devido à pandemia de COVID-19 —, taxas de abandono escolar consistentemente superiores às dos municípios que não readeriram, conforme os gráficos a seguir⁴³.

Gráfico 2. Taxa Média de Abandono nos anos iniciais do Ensino Fundamental nos municípios nos anos de 2017 a 2023, por readesão e não readesão



Fonte: INEP, 2023

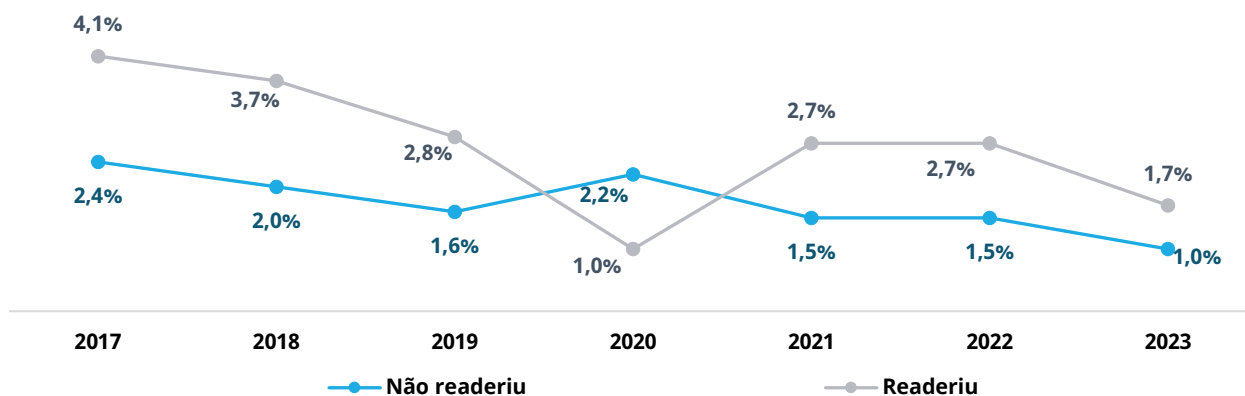
⁴¹ Ressalta-se que a remuneração de pessoal não é uma exigência da metodologia da BAE.

⁴² Os gráficos referentes a essa análise estão presentes no Anexo 5.

⁴³ A discrepância significativa dos dados do ano de 2020 se deu em função da Covid-19. No entanto, nos relatos colhidos ao longo das

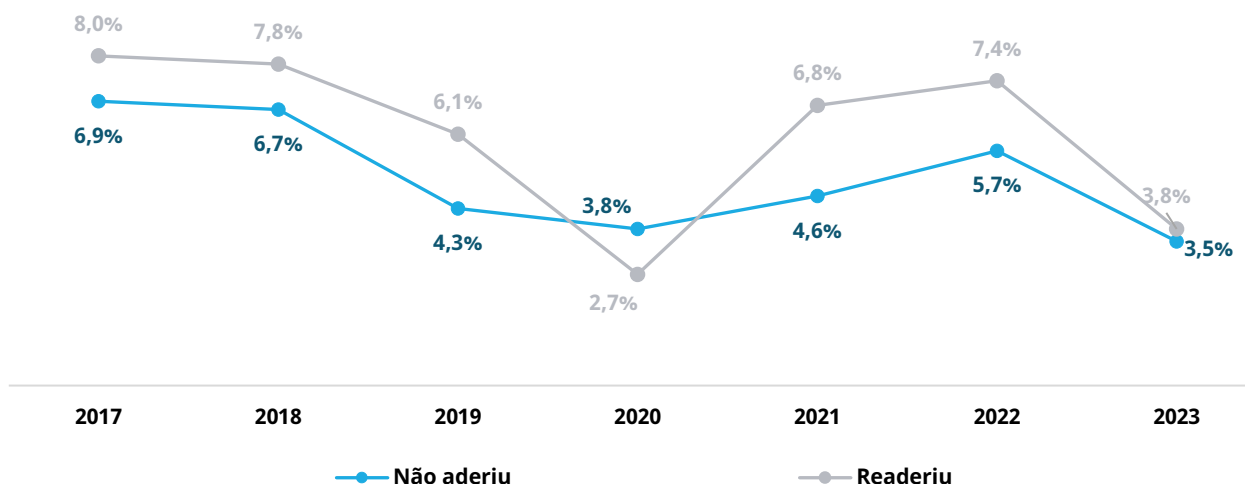
entrevistas o aumento da evasão e abandono escolar foi, de fato, sentido e mencionado pelos gestores, que precisaram tomar medidas para a solução dessa questão.

Gráfico 3. Taxa Média de Abandono nos anos finais do Ensino Fundamental nos municípios nos anos de 2017 a 2023, por readesão e não readesão



Fonte: INEP, 2023

Gráfico 4. Taxa Média de Abandono no Ensino Médio nos municípios de 2017 a 2023, por readesão e não readesão



Fonte: INEP, 2023

Além disso, os municípios que readeriram são, em média, mais populosos e possuem um PIB per capita inferior aos que não renovaram a adesão. Esse perfil é fortemente marcado por uma concentração regional no Nordeste, caracterizando-se por maiores desafios socioeconômicos e educacionais. Por outro lado, os municípios que não readeriram tendem a estar localizados nas regiões Sul e Sudeste, são menos populosos, apresentam PIB per capita mais elevado e menores taxas de abandono escolar⁴⁴. **Esse contraste evidencia que os municípios que**

readerem enfrentam contextos mais adversos, o que pode refletir em uma postura mais proativa diante das desigualdades educacionais. Outra possível explicação é o Selo UNICEF, que também constitui uma iniciativa que promove a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, inclusive à educação. Como somente municípios das regiões da Amazônia Legal e do Semiárido brasileiro (ou seja, sobretudo, regiões Norte e Nordeste) podem aderir ao Selo, isso pode impactar na readesão como uma soma de esforços.

⁴⁴ Os gráficos referentes a essa análise estão presentes no Anexo 5.

Seguindo a perspectiva de adesão à BAE e a adaptabilidade de municípios e estados à Estratégia, entre coordenadores(as) e supervisores(as) estaduais, 96,1%, concordam, total ou parcialmente, que a organização proposta pela BAE se enquadra na infraestrutura e no contexto disponível em seus estados. O survey demonstrou que **coordenadores(as) e**

supervisores(as) municipais da Estratégia, majoritariamente, compreendem que, tanto a metodologia, quanto a organização proposta pela BAE são adaptáveis e se encaixam nos seus contextos, infraestruturas e realidades. Essa percepção vem do somatório das concordâncias *total e parcial* para cada um desses pontos, sendo:

95,0%

concordam que a metodologia da Estratégia é adaptável à realidade e às necessidades de seus municípios.

94,2%

concordam que a organização proposta pela BAE consegue se enquadrar na infraestrutura e no contexto dos seus municípios

As entrevistas com secretários(as) estaduais apontaram o **cenário pós-pandemia** como um momento crucial para o “resgate” dos alunos, devido ao alto índice de evasão e/ou abandono escolar, e apontaram também a plataforma da BAE como um importante instrumento para operacionalizar as ações, nortear a atuação das

equipes a partir de dados e a relevância da Estratégia para a articulação com diferentes municípios e instituições. Nesse sentido, atores estratégicos e outras instituições foram essenciais para adesão e implementação da Estratégia, com destaque para a atuação do Ministério Público em Alagoas e em Rondônia.



“O Ministério Público criou também um gabinete de apoio à educação que é o Gaeduc e dentro do Ministério Público já existia um projeto, que era uma busca ativa na verdade, que se (...) chama Todos na Escola. (...) E o Tribunal de Contas também tinha, tem um programa chamado Pontes pela Educação – Busca Ativa Escolar e Governança em Rede que também foi agregado ao programa do UNICEF e fortalece o Busca Ativa Escolar. Então, hoje, a equipe da Secretaria de Educação atua de forma muito forte com o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que fazem inclusive o Ministério Público Itinerante que vai até os municípios e nossa equipe compõe esse MP Itinerante com o Busca Ativa Escolar.”

Além dos resultados coletados a partir do survey e entrevistas, quando observada a amostra de **municípios participantes do Selo UNICEF**, nota-se a tendência de que existe maior clareza quanto à adequação da metodologia à sua realidade local. Esse reconhecimento se expressa, primeiramente, na percepção de compatibilidade da BAE com o contexto municipal: 54,5% dos municípios participantes *concordam totalmente* que a metodologia se adapta à sua realidade, enquanto entre os não participantes do Selo esse percentual é de apenas 38,9%. A diferença também se manifesta na percepção sobre a organização proposta pela Estratégia, 48,9% dos participantes do Selo afirmam que ela se adequa plenamente à infraestrutura e ao funcionamento do município, contra 33,1% entre os não participantes.

Em relação aos motivos para a adesão à BAE, entre os municípios, supervisores(as) e coordenadores(as) indicaram a busca por uma **abordagem que fosse mais estruturada e integrada**, além da **necessidade de apoio técnico e metodológico**, que, nesse caso, é ofertado pelo UNICEF e Undime. Considerando o perfil da maioria dos municípios que aderem à BAE, é possível dizer que a busca por estruturação e apoio indica que essas localidades não possuem sistemas ou processos próprios para lidar com a exclusão escolar. No caso dos coordenadores(as) e supervisores(as) estaduais essa motivação se expande, além das duas já citadas, também foi considerada a percepção de que a **metodologia da BAE é efetiva e adotada por outros estados e municípios**, bem como a **existência de uma plataforma para a gestão dos casos de exclusão e abandono escolar**.⁴⁵

⁴⁵ A tabela com os resultados para essa questão está no Anexo 5.



A adesão à BAE, considerando os municípios participantes do **Selo UNICEF**, parece estar mais fortemente vinculada à busca por **resultados concretos para políticas ou ações** relacionadas ao abandono e à exclusão escolar.

Dos municípios que não participam do Selo, apenas 2,8% apontaram a falta de resultados satisfatórios com políticas anteriores como motivação para aderir à BAE, esse número sobe para **19,2%** entre os participantes. Isso sugere que, nesses contextos, a adesão à Estratégia não é apenas uma formalidade institucional, mas uma **resposta à necessidade de melhorar o cenário da exclusão e do abandono escolar**.

Esse padrão se reforça quando se observa que a **melhoria de indicadores sociais** é

frequentemente citada como um dos principais motivos para aderir à Estratégia em contextos de mudança de gestão entre os municípios do Selo. Isso indica que a BAE é percebida por eles como uma política pública relevante não apenas por sua proposta metodológica, mas por sua capacidade de gerar impactos mensuráveis e positivos na realidade local.

5.1.2 Públicos atendidos e motivos de exclusão e abandono escolar: consonância com dados nacionais

A Busca Ativa Escolar tem demonstrado **alinhamento parcial com as evidências nacionais** sobre o perfil do público excluído da escola. Importante destacar que não houve diferenças significativas entre os motivos de exclusão e abandono escolar entre brancos e negros.

(80,4%), grupos com as maiores taxas de abandono em todas as etapas de ensino.

No entanto, observa-se uma **sub-representação da faixa etária de 0 a 3 anos**, grupo com menor taxa de escolarização no país. Dados nacionais (Pnad, 2023) indicam que a taxa de escolarização é menor entre crianças de 0 a 3 anos, justamente onde as **desigualdades de gênero e raça** são mais expressivas.

A BAE tem conseguido identificar grupos historicamente mais vulneráveis à exclusão e ao abandono escolar. **A maioria dos casos atendidos são de meninos (54,8%) negros**

PNAD (2023) Ausência da escola

60,7% opção dos pais e/ou responsáveis. **33,5%** falta de escolas ou vagas disponíveis.

BAE Ausência da escola

31,8% mudança de domicílio, viagem ou deslocamentos frequentes. **28,8%** desinteresse pela escola ou os estudos.

No **caso da BAE**, a falta de escolas ou vagas é o motivo de apenas 15,9% dos casos de evasão ou exclusão escolar nessa faixa etária. Outro aspecto importante encontrado nos dados da

BAE é a **ausência de documentação**, conforme mostrado na tabela a seguir, com percentuais por faixa etária.

Crianças entre 0 e 3 anos

10,5%

Crianças de 4 e 5 anos

15,5%

Seguindo os perfis de grupos atendidos, os dados referentes aos indígenas, considerando todas as etapas de ensino, apresentam:

Quadro 8. Principais motivos para evasão de indígenas, segundo dados da BAE

- | | |
|----------------------------------|--------------|
| • Desinteresse pelos estudos | 25,1% |
| • Falta de infraestrutura | 17,3% |
| • Ausência de transporte escolar | 13,2% |

Como será apresentado, os motivos para os casos mapeados que envolvem indígenas **difere em alguns pontos dos resultados gerais da BAE**. O percentual para desinteresse pelos estudos, ainda que seja o primeiro, é significativamente mais baixo. Em contrapartida, quando o tema é a ausência de infraestrutura (escola e vagas) ou transporte escolar o percentual é mais alto.

A Estratégia apresenta 37 motivos para evasão e abandono escolar na plataforma⁴⁶, dentre eles, **três apareceram com maior destaque: desinteresse pela escola ou estudo (45,2%); mudança de domicílio, viagem ou deslocamento frequentes (23,9%); falta de infraestrutura (escolas ou vagas) ou transporte escolar (8,7%)**. Observando os dados disponibilizados pela BAE, o desinteresse pelos

estudos cresce, de acordo com o avanço das etapas da educação básica, já considerando esse mesmo movimento das etapas de ensino, a falta de infraestrutura ou transporte escolar diminui.

É importante destacar que existe uma **sobrerrepresentação da justificativa de “desinteresse pelos estudos”**, inclusive na Educação Infantil, divergindo das tendências nacionais e **levantando preocupações quanto à categorização dos motivos apresentados na plataforma e à profundidade da análise** realizada pelas equipes locais sobre as causas da exclusão escolar. A identificação imprecisa dos motivos do abandono pode impactar, por sua vez, em ações mais direcionadas para enfrentar o problema e alcançar os públicos necessários.



As entrevistas realizadas com representantes estaduais de Alagoas, Espírito Santo, Rondônia e Tocantins, apontam, em sua maioria, que **o público atendido pela BAE é composto de alunos em situação de vulnerabilidade social**, entretanto, também na maioria dos relatos, não foram especificadas quais são essas vulnerabilidades.

Já nas **entrevistas**, os motivos mais citados foram: situações de violência; questões de saúde e falta de acesso a tratamentos; preconceitos por cor e raça; residência em áreas de alta

vulnerabilidade social e periferias; trabalho, apoio e sustento familiar, incluindo períodos de colheita na zona rural; gravidez na adolescência; e desinteresse na escola.

“Falando de um cenário social, majoritariamente são aquelas crianças, né? Que é, vivem em território de vulnerabilidade social, né? Que são perpassados por violência. E a questão da saúde também entra nisso, né? Às vezes o não alcance de um atendimento imediato de saúde leva a infrequência, a faltas, então, majoritariamente ainda são. É essas crianças menos favorecidas no sentido social.” (Supervisor(a) Institucional Estadual)



“Olhe, aqui no nosso estado, a gente percebe com muito mais força, né? Essas situações de vulnerabilidade, até por conta do número de pessoas negras. Então, a raça, a cor, a cor, principalmente mais do que a raça, né? Porque a gente tem um grupo de Indígenas, mas é bem localizado esse grupo, inclusive, a gente tem escolas na localidade (...), mas quando a gente fala na cor da pele, meu amigo, é sério, e aí a gente tem até aquelas questões, que é a discriminação que você não percebe, né?” (Coordenador(a) Operacional Regional)

É importante destacar que os estados são responsáveis pelo Ensino Médio e os apontamentos nas entrevistas estão em **confluência com os dados nacionais sobre o tema** que apontam que, entre as pessoas de 14 a 29 anos, que nunca frequentaram a escola ou que não concluíram a educação básica, os principais

motivos são a necessidade de trabalhar (41,7%) e a falta de interesse (23,5%)⁴⁷.

Mas, diferentemente das entrevistas, os **dados quantitativos da BAE** informam que, na faixa etária de 15 anos ou mais, para 57,6% e 18,05% dos casos os motivos são, respectivamente, não tinha

⁴⁶ Os resultados para todos eles estarão apresentados em tabela no Anexo 5.

⁴⁷ Essa motivação não varia significativamente entre negros e brancos.

interesse nos estudos e mudança de domicílio. Além disso, segundo o *survey* realizado pela pesquisa **28,6% dos coordenadores(as) e supervisores(as) municipais** identificam outros motivos para a evasão para além dos elencados na plataforma e nas entrevistas, principalmente ligados às condições, conhecimentos e atitudes da família.

Destacam-se, entre esses outros motivos: sazonalidade de trabalho dos genitores; falta de incentivo ao estudo e/ou negligência familiar; falta de informações sobre a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 4 anos; problemas de saúde na família; transtornos mentais; atuação do/no tráfico de drogas; e, por fim, casamento/união estável na adolescência.

5.1.2.1 Gênero

Ao fazer o **recorte de gênero**, destaca-se que a gravidez e o trabalho doméstico impactam mais as mulheres do que os homens, enquanto a necessidade de trabalhar – embora seja o motivo mais citado pelas mulheres – é mencionada por mais que o dobro dos homens (PNAD, 2023). A tabela a seguir mostra os três primeiros motivos para abandono ou evasão no país de acordo com a PNAD.

Quadro 9 Principais motivos para abandono ou evasão escolar entre homens e mulheres

Homens		Mulheres	
Precisava trabalhar	53,4%	Precisava trabalhar	25,5%
Não tinha interesse em estudar	25,5%	Gravidez	23,1%
Tinha de realizar afazeres domésticos ou cuidar de crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência	0,8%	Não tinha interesse em estudar	20,7%

Fonte: PNAD, 2023

A opção “tinha de realizar afazeres domésticos ou cuidar de crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência”, entre as mulheres, chega a 9,5% e a opção “gravidez” não possui percentual declarado para os homens nos dados nacionais. Os dados da BAE **refletem parcialmente as informações nacionais** em relação às questões de gênero. 44% das meninas e 49,6% dos meninos evadem pelo desinteresse na escola ou nos estudos e, em relação à gravidez, o percentual de meninas que evadem é de 2,3% e o de meninos, 0,1%. Nota-se que a gravidez permanece sendo um motivo de maior evasão

para mulheres nos dois casos, mas há uma **discrepância significativa entre os percentuais**, o que, novamente, pode indicar desafios na identificação ou acompanhamento de casos por parte das equipes.

Destaca-se que o critério Relevância **não apresentou diferenças ou destaques estatisticamente significativos nos recortes realizados por porte do município ou região do país**. Todavia, todos os destaques para regiões específicas encontrados nas entrevistas ou outros dados foram incorporados à seção.

5.2 Efetividade

O critério Efetividade, como já indicado, refere-se ao grau em que os objetivos da intervenção foram alcançados e avalia se ela está realmente produzindo os resultados esperados e se está cumprindo suas metas. Especificamente neste

critério, que concentra o maior número de perguntas avaliativas, optou-se por apresentá-las nos temas, visando facilitar a correlação dessas com os resultados encontrados.

5.2.1 Regime de Colaboração



- Existem ações de colaboração interfederativa para garantir o acesso à escola por todas as crianças e adolescentes?
- A estratégia Busca Ativa Escolar está contribuindo para que a gestão pública (municipal ou estadual) consiga trabalhar de maneira colaborativa e intersetorial?

No contexto da Estratégia, para compreender a existência de colaboração entre municípios e estados para a garantia do acesso à escola por crianças e adolescentes é necessário considerar os seguintes aspectos:

Tabela 2. Aspectos envolvidos na colaboração entre municípios e estados

- Existência de apoio aos municípios por parte dos estados para execução da BAE.
- Existência de fluxos compartilhados entre esses entes e a forma como ocorrem.
- Apoio ou fomento, por parte dos estados, às ações da BAE em etapas da educação básica que não são ofertadas pela rede estadual.
- Forma de articulação entre estados e municípios para identificação, matrícula e/ou garantia de permanência das crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão.

A partir da análise dos dados dos *surveys* e das entrevistas em profundidade, pode-se afirmar que **estados e municípios mantêm algum tipo de coordenação e suporte para assegurar**

acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola. Entretanto, ainda ocorre de forma incipiente e com desafios significativos na parceria.



Segundo coordenadores(as) e supervisores(as) institucionais municipais e estaduais, os **estados têm se articulado com os municípios** principalmente para as ações de mobilização para adesão à Estratégia, prestando apoio através de assessoria, orientações e apoio técnico.

Apenas uma pequena parcela dos municípios (11,6%) afirmou que não recebeu nenhum tipo apoio estadual, qualquer que seja a área. Além disso, 62,2% dos coordenadores(as) e supervisores(as) estaduais e 63,8% dos secretários(as) estaduais declararam que o estado realizou ações específicas de pactuação, assessoria técnica, monitoramento, articulação e

mobilização junto aos municípios para implementação da Busca Ativa Escolar.

No Espírito Santo, **a porcentagem referente à ausência de apoio está muito abaixo da média nacional**, ou seja, apenas 2,8% dos respondentes municipais desse estado declararam não terem recebido nenhum tipo de apoio estadual, o que pode ser



Nos estados de Alagoas e Espírito Santo, segundo entrevistados, **o regime de colaboração é regido de forma institucionalizada por meio de termo assinado pelos municípios.**

Nesses estados, as ações da BAE compõem o compromisso firmado junto aos municípios, com vistas a garantir que, além da adesão, as ações da Estratégia sejam implementadas com o apoio da gestão estadual nas redes municipais e estaduais de ensino. Em um caso específico, no Espírito Santo, o **recebimento de recursos financeiros do estado em editais está atrelado à Busca**

Quadro 10. Aspectos envolvidos na colaboração entre municípios e estados

	Gerência de Sistemas
Setor existente em cada uma das regionais para apoio com formação, material didático complementar, avaliação diagnóstica, entre outros.	
	Gerência de Busca Ativa Escolar
Setor criado especificamente para apoio às ações da BAE, que conta com a parceria do Ministério Público.	

Para a articulação das ações da Estratégia, o **estado de Alagoas oferece incentivos para apoiar a gestão municipal na educação, incluindo articuladores de ensino que são pagos pelo estado**. Segundo um dos entrevistados, há acompanhamento contínuo tanto na gerência de ensino, quanto por gestores de sistema que monitoram os municípios. As reuniões periódicas garantem o alinhamento das

Ativa Escolar. Dessa forma, os municípios, para se candidatarem ao recebimento desses recursos, precisam ter aderido à BAE e realizar suas ações.

Em contrapartida ao regime de colaboração, esses estados oferecem apoio técnico aos municípios em dois formatos:

ações, evitando que se tornem desarticuladas e ineficazes, sinalizando que esse suporte é crucial **para alcançar os índices educacionais desejados**. Já no Espírito Santo, outro ponto de destaque no regime de colaboração, é a existência do **cargo de coordenador do regime de colaboração para servidores efetivos municipais**, que tem como objetivo conduzir as ações que ocorrem entre estado e municípios.



“Por exemplo, no regime de colaboração, no estado existe uma lei e o estado coloca, custeia esses servidores dentro das Secretarias Municipais de Educação, para eles tratarem ali, conduzirem o regime de colaboração. E aí tem que ser um servidor efetivo na rede municipal. Então eles ganham uma bolsa do estado, além do salário deles lá no município, eles ganham uma bolsa do estado para eles serem coordenadores do regime de colaboração”⁴⁸

Levando em consideração os dados dos surveys que abarcam todo o país, menos da metade dos coordenadores(as) e supervisores(as) municipais

(42,6%) afirmou existir uma **atuação conjunta para execução da Estratégia**.



O estado do **Espírito Santo** se destaca da média nacional, registrando nesse aspecto **63,7%** dos coordenadores(as) e/ou supervisores(as) municipais indicando a **atuação conjunta entre estado e município para execução da BAE**

Entre os coordenadores(as) e supervisores(as), observa-se, em geral, que há uma avaliação positiva sobre a participação do Governo Estadual ou das Secretarias envolvidas na Busca Ativa Escolar, registrando um percentual de 61,5% dos participantes muito satisfeitos ou satisfeitos. No entanto, quase 40% não

expressam esse mesmo nível de satisfação, o que indica espaço relevante para aprimorar o envolvimento e o apoio das instâncias estaduais na Estratégia.

Em relação à articulação entre as Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, foi possível

⁴⁸ Nos casos em que houver a indicação do estado, as falas ilustrativas não terão os cargos dos respondentes.

observar avanços. Na avaliação de linha de base realizada em 2022, 70% dos municípios participantes disseram não haver encaminhamentos entre as Secretarias, já **os resultados atuais do survey com municípios demonstra que em menos de 40% deles não há esse fluxo compartilhado.**

Especificamente sobre ações da BAE direcionadas à Educação Infantil - etapa cuja

oferta é de responsabilidade dos municípios, mas que deve contar com o suporte técnico e institucional dos estados e da União -, menos da metade dos respondentes estaduais indicou que existe apoio ou fomento, indicando que há espaço de melhoria e incentivo nesse quesito, especialmente se tratando de uma etapa educacional que tem carência de vagas e desafios para ampliação do acesso a creches, e de universalização do acesso à pré-escola.

Quadro 11. Resultados para ações ou fomento de ações pela rede estadual para a Educação Infantil

	Creche	Pré-escola
Coordenadores(as) e supervisores(as) estaduais	38,7%	44,0%
Secretários(as) estaduais	41,3%	46,4%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Em relação aos desafios para execução do trabalho em regime de colaboração, existem **barreiras políticas e operacionais** que comprometem a efetividade da colaboração na BAE. Segundos os coordenadores(as) e supervisores(as) municipais entrevistados, foram citados como obstáculos:



- Falhas de comunicação intergovernamentais.
- Baixo suporte financeiro dos Estados.
- Ausência de articulação no processo de transição escolar.

Além disso, 33,2% de coordenadores(as) e/ou supervisores(as) institucionais estaduais assinalaram ter vivenciado dificuldade na articulação dos esforços entre estado e municípios, além de citarem divergências políticas partidárias e desalinhamento de diretrizes entre entes federativos. Ainda, atores estaduais entrevistados apontam nos municípios os principais desafios:



- Dificuldade de envolvimento e engajamento de outras instituições municipais para além da educação.
- Resistência dos municípios às demandas e atribuições inerentes à BAE.
- Trocas constantes nas equipes municipais.
- Contexto político local.



"Há certo [regime de colaboração] em tese, mas nós temos dificuldade sim, porque o município, se você não ficar em cima, eles não querem relação. Não é porque isso demanda atribuições, demanda tarefas, porque a gente acaba demandando também funções para eles, né? (...) Você tem que estar ali dedicando, então eles não estão querendo tantas atribuições a mais. Então essa é uma dificuldade pra gente conseguir. (...) É superintendente em cima e muita insistência mesmo, porque, se parte deles, esse relacionamento não flui não" (Coordenadora Operacional Regional)

A análise de múltiplos indicadores, incluindo tipo de apoio recebido, satisfação com o suporte estadual e percepção sobre o fortalecimento da articulação intergovernamental, revelou que apenas alguns aspectos muito específicos apresentaram associação estatisticamente significativa com variáveis contextuais, como porte do município e região do país. O porte do município foi uma das poucas variáveis que

apresentou associação estatisticamente significativa com o **recebimento de apoio através da oferta de vagas na rede estadual.**

Observa-se que municípios de pequeno porte I foram os que menos indicaram o recebimento deste apoio. Em contrapartida, nota-se um padrão progressivo: municípios maiores relataram mais frequentemente esse tipo de apoio, o que pode refletir **maior capacidade de**

articulação institucional, maior presença da rede estadual e/ou maior visibilidade política. É importante destacar, no entanto, que os municípios grandes e metrópoles também foram os que mais apontaram a **falta de vagas** como um desafio concreto à efetividade da BAE. Esse dado pode indicar que a maior demanda por matrículas nesses territórios gera maior pressão

sobre a rede estadual, o que, por sua vez, pode estar relacionado à maior incidência de apoio por parte dos governos estaduais. Ou seja, o apoio recebido por esses municípios pode não ser reflexo de uma colaboração mais estruturada, mas sim de uma resposta pontual à escala do problema enfrentado.



Em **municípios de maior porte a incidência de apoio do governo estadual para oferta de vagas é maior**, no entanto, esses são os que mais apontaram a **falta de vagas como um desafio concreto à efetividade da BAE**.

A região do país também apresentou associação estatisticamente significativa apenas em relação ao **apoio na forma de cessão de prédios, recursos humanos e infraestrutura**. A região Sul se destacou com 15,8% dos municípios relatando esse tipo de apoio, enquanto nas demais regiões os percentuais foram muito baixos. Isso sugere que, embora esse tipo de apoio estadual seja, geralmente, escasso, há

variações territoriais que podem estar relacionadas a fatores como a estrutura da rede estadual ou a cultura de cooperação intergovernamental.

Por fim, a **articulação com as Secretarias Estaduais de Assistência Social** também apresentou variações regionais estatisticamente significativas.



Os municípios das regiões **Sul, Centro-Oeste e Norte** foram aqueles que mais **indicaram articulação com as Secretarias Estaduais de Assistência Social** com, respectivamente, 71,4%, 44,8% e 39,8% declarando esse fator.

O Sudeste, por outro lado, apresentou o menor percentual de articulação (18,3%), sugerindo uma fragilidade na integração com a esfera estadual da assistência social, e o Nordeste também apresenta um percentual moderadamente reduzido (36,3%). Essa articulação é especialmente relevante, considerando o **papel estratégico das secretarias estaduais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, que inclui coordenação, apoio técnico, cofinanciamento e articulação intersetorial — todos elementos que podem fortalecer a governança da BA

5.2.2 Intersetorialidade



- As equipes locais estão atuando em regime de colaboração e de forma intersetorial, com a integração das secretarias de saúde, educação e assistência social em benefício da estratégia?
- A colaboração intersetorial das equipes contribui para endereçar os fatores que levam à exclusão ou ao abandono escolar, bem como para a matrícula e permanência das crianças e adolescentes que estão fora da escola?
- A estratégia Busca Ativa Escolar está contribuindo para que a gestão pública (municipal ou estadual) consiga trabalhar de maneira colaborativa e intersetorial?
- O comitê intersetorial funciona de maneira eficaz e colaborativa, promovendo o diálogo intersetorial e o endereçamento das ações necessárias para alcançar os objetivos da estratégia, sobretudo para atender às necessidades de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?

Um dos indicadores de intersetorialidade busca identificar se as Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde atuam de forma articulada na Estratégia Busca Ativa Escolar. Para tanto, foi necessário selecionar um perfil de respondente nos questionários dos municípios para o cálculo do indicador, pois havia informações conflitantes⁴⁹. Considerando a função de promover a integração entre diferentes secretarias e o engajamento intersetorial, foi considerada como prioritária, exclusivamente na análise desse indicador, a resposta do cargo de gestor político da Estratégia⁵⁰.

Os dados indicam que 55,7% dos municípios possuem pelo menos as Secretarias de Educação,

Saúde e Assistência Social participando das ações da Busca Ativa Escolar. Apesar de a porcentagem representar mais da metade dos respondentes, ainda há um número expressivo de localidades em que não houve indicação de que essas três secretarias estavam articuladas na Estratégia.

Ainda que ocorra a participação das secretarias mencionadas anteriormente, os dados mostram que o envolvimento destas nas ações da BAE é um desafio. Isso porque, considerando todos os respondentes, as secretarias municipais de Assistência Social e Saúde foram classificadas pelos atores como sendo “pouco envolvidas” ou “moderadamente envolvidas” na Estratégia⁵¹.



As **Secretarias Municipais de Educação** aparecem como as mais engajadas nos resultados, com mais de 80% de secretários(as) e coordenadores(as) e/ou supervisores(as) municipais declarando a pasta como **“muito envolvida” nas ações da BAE**.

Destaca-se que, no Espírito Santo, a porcentagem de respondentes dos municípios que indicou o envolvimento das secretarias de Assistência Social e Saúde como “pouco” ou “moderadamente envolvidas” é superior à média nacional, o que pode indicar que nas localidades desse estado as ações estão ainda mais focadas/centralizadas na pasta da Educação. O somatório dessas categorias no caso da Assistência Social foi de 55,0% e na Saúde de 65,6%.

⁴⁹ As percepções diferenciadas entre os diversos atores envolvidos na implementação da Busca Ativa Escolar possivelmente refletem compreensões distintas sobre o que constitui “participação” na Estratégia. Enquanto alguns podem associá-la à adesão formal ou ao uso da plataforma, outros podem entendê-la como envolvimento ativo na articulação intersetorial, no acompanhamento dos casos ou no fomento de ações específicas.

⁵⁰ Considerando que em alguns municípios não foram os gestores políticos que responderam ao questionário, foi definida uma

metodologia com critérios prioritários para o cálculo das frequências. O arquivo encontra-se disponível no Anexo 09.

⁵¹ Para 33,5% dos respondentes a Secretaria de Assistência Social é “moderadamente envolvida” e para 12,0% é “pouco envolvida”, com somatório de 45,5%. Para 36,6% a Secretaria da Saúde é “moderadamente envolvida” e para 18,4% é “pouco envolvida”, com somatório de 55,0%.



47,7% dos municípios participantes do Selo UNICEF consideram a **Secretaria Municipal de Saúde como “muito envolvida”**; dentre os não participantes esse percentual cai para 34,3%. A proporção de municípios que consideram o envolvimento **“pouco” ou “nenhum” também é menor entre os participantes do Selo**, o que demonstra que pode haver uma articulação mais efetiva com o setor da saúde nessas localidades.

Além disso, há uma associação significativa entre a participação no Selo e o acionamento de **políticas de esporte e lazer** como parte dos encaminhamentos da BAE. Embora a frequência absoluta ainda seja baixa, 10,6% dos municípios participantes relataram esse tipo de encaminhamento, contra apenas 3,8% entre os não participantes. Essa diferença relativa reforça a noção de que os **municípios vinculados ao Selo adotam uma abordagem mais ampliada da intersectorialidade**, reconhecendo que a permanência escolar está relacionada não apenas à oferta educacional, mas também ao bem-estar e às oportunidades de desenvolvimento integral.



Para coordenadores(as) e/ou supervisores(as) institucionais estaduais (81,6%) e municipais (87,7%), o trabalho intersectorial realizado no contexto da Busca Ativa Escolar **contribui muito ou moderadamente para a (re)inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola.**

Em contrapartida aos dados referentes ao envolvimento das outras pastas, nas entrevistas realizadas, secretários(as) municipais descreveram a relação entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, de maneira geral, como positiva, com diálogo, e as equipes desenvolvendo seus respectivos papéis. No mesmo sentido, coordenadores(as) operacionais afirmaram, em sua maioria, que as equipes das secretarias trabalham de maneira conjunta e coordenada na execução das atividades da BAE, como exemplificado a seguir:



“As secretarias] elas participam disponibilizando profissionais para estar envolvidos dentro desse trabalho da busca ativa escolar, como por exemplo psicólogos, assistentes sociais, atores nos cargos de supervisores. Nós temos agentes de saúde envolvidos como os agentes comunitários. E dentro de cada PSF eu conto com dois profissionais, um agente comunitário que é o próprio diretor do PSF e um técnico verificador para somar nesse trabalho.”
(Coordenador Operacional Municipal – Município de médio porte, região Nordeste)

Os dados do *survey* de coordenadores(as) e/ou supervisores(as) institucionais estaduais e municipais também apontam que a maior parte dos encaminhamentos comumente realizados dizem respeito às políticas de educação, seguidas pelas políticas de assistência social e saúde, o que, novamente, mostra que há certa articulação com outras secretarias⁵². Entretanto, mais da metade dos respondentes, indicou que há desafios para esses encaminhamentos relacionados à área da

assistência social e saúde para a matrícula de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono, apontando mais uma vez a necessidade de maior articulação para realização do trabalho intersectorial.

No questionário, entre os desafios mais citados para a execução do trabalho intersectorial por coordenadores(as) e/ou supervisores(as) estaduais destacam-se:



- Desafios na articulação das ações, com a tendência de as Secretarias trabalharem de forma isolada.
- Falta de comprometimento e interesse, por entenderem a exclusão escolar como responsabilidade única da Secretaria de Educação.
- Desafios logísticos, de recursos humanos, financeiros e excesso de burocracia

⁵² A tabela com os resultados completos para essa questão está no Anexo 5.

No mesmo sentido, atores municipais indicam, nas entrevistas, que os desafios para o trabalho em conjunto perpassam pelos seguintes aspectos:



- Resistência inicial dos profissionais por entenderem as ações da BAE como um trabalho a mais.
- Dificuldade de organização e alinhamento das agendas das secretarias envolvidas.
- Alta demanda dos atores envolvidos, o que pode gerar demora no tempo de resposta para as ações.
- Baixo quantitativo das equipes frente ao grande número de atribuições.
- Dificuldade de coordenar as atividades da BAE, que é composta por muitas chefias e estruturas diferentes.
- Processos inerentes às políticas públicas são considerados complexos e demorados, afetando o andamento das ações.

Como medidas para superar esses desafios, atores municipais citaram reuniões, discussões e busca constante de diálogo intersetorial. Em relação aos processos burocráticos das políticas públicas e considerados excessivos, foi citado o **planejamento** como a medida de resolução.

Ainda que existam desafios, 94,0% dos coordenadores(as) e supervisores(as) municipais e 93,2% desses atores a nível estadual concordam total e/ou parcialmente que a BAE **contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura de colaboração intersetorial na administração municipal e estadual**. Essa percepção positiva da contribuição da Estratégia é ilustrada a seguir, na qual um representante municipal relata o estabelecimento de diálogo constante com outras secretarias a partir das ações da BAE:



“Por exemplo, a assistente social, o visitador dela está numa residência, identifica que tem um problema de saúde, imediatamente há comunicação. Não só a questão escolar não. A gente criou esse hábito. Se um agente de uma secretaria está fazendo um trabalho dentro de qualquer problema que envolve a outra, existe essa comunicação para a gente atuar imediatamente.” (Secretário de Saúde - Município de médio porte, região Nordeste)

5.2.2.1 Comitê Intersectorial

A partir da análise dos dados e das entrevistas em profundidade, o Comitê Intersectorial da Busca Ativa Escolar aparece como **órgão central para efetivar o trabalho intersectorial**. No entanto, existem desafios, uma vez que essa instância não **tem funcionamento regular** em todos os municípios e estados.

As reuniões do órgão, a nível municipal, apresentaram uma variação, sendo as periodicidades mais indicadas pelos respondentes: bimestral (29,2%), não tem cronograma fixo (23,1%) e mensal (21,7%). No caso dos estados, as reuniões ocorrem, na maioria das vezes, bimestralmente (41,1%), porém, também existe um percentual de cerca de 20% de situações em que não existe um cronograma fixo.

A análise por **porte dos municípios revela padrões distintos no funcionamento dos Comitês Intersectoriais**, refletindo tanto capacidades institucionais quanto desafios operacionais. Em municípios de grande porte ou metrópoles, observa-se uma maior institucionalização do comitê, evidenciada pela maior frequência de reuniões quinzenais (19,9%).



Uma rotina frequente de reuniões do Comitê Intersectorial pode denotar um processo mais **consolidado de articulação intersectorial, com maior capacidade de coordenação e continuidade das ações**.

Em contrapartida, municípios de menor porte, especialmente os classificados como Pequeno Porte I, apresentam maior percentual de ausência de cronograma fixo para as reuniões (26,2%).

No que diz respeito à composição dos Comitês Intersectoriais, segundo coordenadores(as) e/ou supervisores(as) municipais, para além dos atores que ocupam cargos na BAE, as instituições mais indicadas como participantes do Comitê foram:

59,3%	Conselhos
37,5%	Membros das equipes escolares
17,6%	Ministério Público

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

As análises segundo o porte dos municípios revelaram que presença do **Ministério Público nas reuniões do Comitê é significativamente mais comum em municípios de grande porte** (33,3%), enquanto em Pequeno Porte I esse percentual é de apenas 8,2%. Importante destacar que municípios de pequeno porte podem estar sob mesma jurisdição de outros, ou seja, a atuação do MP é compartilhada entre eles, o que pode inviabilizar a participação desses atores nos

comitês. De forma semelhante, o apoio da **Defensoria Pública à implementação da Estratégia cresce conforme o porte aumenta, alcançando 20,3% nos municípios de grande porte.**

A participação dos **Conselhos de políticas públicas nas reuniões dos Comitês Intersetoriais** também apresenta variações significativas em termos do porte dos municípios.

Tabela 3. Percentual de presença dos Conselhos nos Comitês Intersetoriais, por porte dos municípios

Porte dos municípios	Percentual de presença dos Conselhos
Pequeno Porte I	50,1%
Pequeno Porte II	70,1%
Médio Porte	53,9%
Grande Porte	75,4%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Nota-se que os municípios de Pequeno Porte II e Grande Porte registram maior presença dos Conselhos, o que pode **contribuir para a maior capilaridade e legitimidade da Estratégia.**

Nesse mesmo sentido, entre os atores municipais entrevistados, nas municipalidades em que a frequência do Comitê é definida, houve a indicação da participação de outras organizações nas reuniões como, por exemplo, **Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Procuradoria.**



A realização de **reuniões com frequência definida e atuação coordenada** pode ajudar a **mitigar os desafios em relação à organização da agenda e das demandas** das instituições e órgãos para atuação intersetorial nas ações da BAE.

A efetividade da intersetorialidade também se expressa na capacidade do comitê de responder a **situações de violência e violação de direitos a partir da discussão e articulação de encaminhamentos com outras pastas das políticas públicas.** A análise das discussões realizadas nessa instância sobre ações voltadas a estudantes vítimas de diferentes formas de violação revela que essa prática é mais recorrente no âmbito estadual. O quadro a seguir apresenta os três principais percentuais de ocorrência dessas discussões:

Quadro 12. Respostas do Comitê Intersetorial a situações de violência e violação de direitos

Municípios		Estados	
Violências	52,2%	Violências	74,5%
Bullying	48,9%	Bullying	73,3%
Não foram abordadas ações para nenhum dos temas ou estudantes especificados	33,1%	Discriminação étnico-racial	65,9%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Além desses casos, os atores também foram questionados sobre as seguintes situações: discriminação de gênero, preconceito por deficiência e xenofobia. De forma geral, as respostas dos coordenadores(as) e supervisores(as) estaduais são altas e indicam que seus comitês discutem ações para resolução e encaminhamento desses casos, porém, o percentual de “não foram abordadas ações para nenhum dos temas ou estudantes especificados” é significativo, 25,0%.

Nos municípios, a discussão dos casos demonstra ser bem mais restrita, especialmente da não abordagem de nenhuma ação para as situações encontradas. Além disso, quando se fala em discriminação de gênero, étnico-racial e preconceito por deficiência, a média é de apenas 26,5%. Nesse sentido, a atuação dos Comitês Intersetoriais municipais possui um ponto de atenção significativo.

Em contrapartida, de modo geral, os entrevistados dos municípios descreveram o Comitê **como espaço de discussão**. Supervisores(as) institucionais municipais indicaram especialmente o trato de casos que são considerados mais complexos e que podem envolver outros atores e/ou instituições em sua resolução, como o Ministério Público e o Conselho Tutelar. Ainda, houve a menção de que **o encontro do Comitê permite um aprofundamento dos casos para compreender as causas da evasão:**



“Quando a gente vê algumas situações, por exemplo, às vezes a gente identifica uma criança, por exemplo, que sofreu violência

sexual. Aquela criança, às vezes, deixou de ir pra escola por conta disso, por conta de bullying... Aí a gente, às vezes, tem algum medo de sentar e tentar resolver aquela situação, né? Uma situação que é grave. Existem vários motivos, às vezes, da criança não ir para a escola. Quando é identificado alguns casos assim, é hora de acionar os órgãos e tentar acionar aquela situação, aquele problema. E depois dessa busca ativa, a gente visualizou melhor. Às vezes, o fato é que a gente só condena. A escola, às vezes, só condena, bota falta, não está nem aí, o pai é irresponsável, a família não quer nada. Mas quando você está lá verificando realmente os fatos, aí tudo muda.”
(Gestor Político Municipal – Município de pequeno porte, região Nordeste)

Outro aspecto referente ao Comitê Intersetorial, diz respeito ao **quanto as reuniões apoiam a tomada de decisões e o aprimoramento da Estratégia**. Há uma percepção predominantemente positiva sobre essa perspectiva, dado que 99,3% dos coordenadores municipais e 92,9% dos estaduais concordam total ou parcialmente com essa contribuição. Em conformidade com os dados, houve consenso nas entrevistas sobre esse aspecto, sendo recorrente a fala sobre as **deliberações acontecerem de forma conjunta e com apoio de outras secretarias, órgãos e instituições**, como exemplifica o relato a seguir:



“Com certeza, a partir das reuniões que eram realizadas a gente tomava as decisões. E a partir dessas decisões, saíam as ações a serem executadas por cada ente, né? Tanto pela educação, pela saúde, quanto pela assistência social. E aí isso facilitava muito, porque dava um direcionamento para aquilo que a gente precisava fazer”
(Coordenador Operacional Municipal – município de grande porte, região Norte)

A análise regional dos Comitês Intersetoriais também apresenta variações significativas entre as regiões do país e está descrita separadamente na sequência dessa seção, retomando diferentes aspectos já tratados aqui, ou seja, trataremos novamente dos diferentes níveis de articulação institucional dessa instância, o engajamento dos atores estratégicos, bem como a capacidade de resposta às situações de vulnerabilidade.

Região Sul

- Apresenta a maior participação do Ministério Público nas reuniões dos Comitês Intersetoriais.
- 100% dos municípios relataram a presença de Conselhos nas reuniões ampliadas.
- Maior frequência de reuniões, com encontros quinzenais e mensais.
- 87,5% dos Comitês utilizam dados da BAE para orientar as ações do Comitês.
- 73,3% dos municípios indicam encaminhamentos em articulação com a rede de saúde.

Esses dados sugerem uma prática intersetorial mais sistemática, com maior institucionalização e capacidade de resposta.

Região Nordeste

- Destaque na abordagem de temas sensíveis nas reuniões dos Comitês intersetoriais: 34,9% apontam a abordagem do tema de discriminação de gênero; 32,3% o de pessoas com deficiência; e 61,5% o bullying.
- A presença do Ministério Público é baixa, com representante em apenas 9,4% dos Comitês.

Esses resultados indicam maior sensibilidade institucional às vulnerabilidades enfrentadas por crianças e adolescentes, ainda que o sistema de justiça seja incipiente na participação.

Selo UNICEF

- 62,9% dos municípios participantes afirmam que o Gestor Político convoca as reuniões, em comparação a 48,2% entre os não participantes.
- Apenas 23,8% dos municípios não convocam reuniões, sugerindo maior engajamento político e regularidade na articulação intersetorial.
- 87,7% dos municípios participantes afirmam que o Ministério Público não participa das reuniões ampliadas, o que pode estar ligado ao perfil geográfico, com alta concentração no Norte e Nordeste, justamente aquelas que apresentam menor articulação com o sistema de justiça.
- Maior discussão de temas relacionados à equidade e inclusão nas reuniões dos Comitês: discussões sobre discriminação de gênero registradas por 32,9% dos participantes; discriminação étnico-racial: 33,5%; preconceito por deficiência, 32,3%.

Os achados apontam que os municípios participantes do Selo tendem a apresentar maior institucionalização das práticas intersetoriais, maior sensibilidade a temas estruturais de enfrentamento à exclusão escolar e uma abordagem mais ampliada da permanência escolar. Além disso, os resultados das discussões sobre temas relacionados à equidade e inclusão são estatisticamente significativos e consistentes, indicando que a adesão ao Selo está associada a uma maior sensibilidade institucional às vulnerabilidades que afetam crianças e adolescentes.

5.2.3 Fluxos de trabalho



- As equipes foram devidamente constituídas e desenvolveram as capacidades necessárias para implementar a estratégia da Busca Ativa Escolar?
- O apoio oferecido pela Gestão Nacional contribui para a implementação da Busca Ativa Escolar?
- Em que medida as equipes locais estão engajadas e mobilizadas nos processos de identificação, gestão do caso, (re)matrícula e permanência das crianças e adolescentes fora da escola?
- O Comitê Gestor tem sido uma instância eficaz para garantir a intersetorialidade e a gestão dos casos, sobretudo visando a garantia de direitos para as crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?
- Os mecanismos de identificação, gestão do caso, (re)matrícula e permanência foram implementadas de forma abrangente e eficaz no território, sobretudo para crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?
- Os estados e municípios promovem um ambiente escolar acolhedor, seguro e promotor do desenvolvimento humano?
- Em que medida as ações da Busca Ativa Escolar têm sensibilizado e motivado as famílias a promoverem o retorno e a permanência de crianças e adolescentes na escola?
- De que forma o Selo UNICEF e seus incentivos contribuem para o alcance de resultados em termos de (re)matrículas e permanência das crianças e adolescentes na escola?
- O município/estado utiliza os dados disponíveis na plataforma da Busca Ativa Escolar para analisar o cenário da exclusão e abandono escolar, auxiliar na (re)matrícula e encaminhamento de crianças e adolescentes para serviços públicos, e desenvolver intervenções mais direcionadas e eficazes?
- As ações de mobilização social e advocacy foram realizadas e bem-sucedidas?

A análise da efetividade da Busca Ativa Escolar (BAE), sob a perspectiva dos fluxos de trabalho, busca compreender em que medida os **processos implementados contribuem para os resultados esperados, especialmente no enfrentamento da exclusão escolar**. Este eixo será explorado de forma sequencial, contemplando:

Tabela 6. Organização da seção de fluxo de trabalho

- Formação das equipes
- Planejamento e a organização dos fluxos de atendimento
- Execução das ações e sua efetividade
- Uso estratégico de dados para monitoramento e aprimoramento contínuo
- Ações de mobilização social voltadas ao engajamento das famílias e da comunidade.

5.2.3.1 Formação das equipes: apoio, composição e capacitação

A efetividade da Busca Ativa Escolar está estreitamente vinculada à **capacidade técnica das equipes responsáveis por sua implementação**. Nesse sentido, o apoio oferecido pela **Gestão Nacional** pode desempenhar um papel relevante ao fornecer recursos para que os profissionais compreendam os objetivos da Estratégia, se apropriem dos procedimentos operacionais e atuem de forma mais articulada e eficaz ao longo do fluxo de trabalho. Esse potencial se reflete na percepção dos gestores: 80,8% dos estados e 56,7% dos municípios relataram ter recebido apoio da Gestão Nacional da BAE durante a implementação da Estratégia. No entanto, os dados também revelam margens importantes para aprimoramento no apoio da Gestão Nacional: 21,2% dos coordenadores(as) e/ou supervisores(as) municipais afirmaram não ter tido acesso aos auxílios listados e 22,1% não souberam responder. Mesmo entre os que acessaram os mecanismos de apoio, **menos da**

com destaque para a **promoção de eventos, a disponibilização de canais de suporte e o fornecimento de materiais técnicos**.

"O UNICEF também, eu sempre falo, é uma grande parceira com a Busca Ativa, porque além de nos esclarecer com formações, capacitações, ele disponibiliza muito material bom para que a gente possa ler e possa ter conhecimento."

(Coordenador Operacional Municipal - Município de médio porte, região Nordeste)

metade declarou estar totalmente satisfeita com o auxílio prestado e com sua capacidade de contribuir para a superação das dificuldades enfrentadas nos territórios. Uma hipótese é de que, apesar de existirem diversas estratégias formativas, há poucas ações presenciais e

individualizadas devido à elevada quantidade de municípios.

Entre **coordenadores(as) e supervisores(as) estaduais**, os índices são mais elevados e positivos. Os índices de concordância total e

parcial, somados, superam os 78% para todas as categorias, e os de concordância total seguem descritos a seguir⁵³. No caso dos estados, é possível ofertar um atendimento individualizado por serem poucos, em contraste aos municípios.

Quadro 13. Percentuais de concordância total e parcial⁵⁴ com apoio da Gestão Nacional por parte de coordenações e supervisões estaduais e municipais

	Coordenadores(as) e supervisores(as) Municipais	Coordenadores(as) e supervisores(as) Estaduais
Fiquei satisfeito com o auxílio prestado pela Gestão Nacional.	47,4%	63,5%
Os mecanismos de apoio prestados pela Gestão Nacional são essenciais para a implementação da Estratégia.	56,1%	77,5%
Os mecanismos de apoio prestados pela Gestão Nacional são suficientes para superar as dificuldades de implementação encontradas no meu município.	39,8%	51,2%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Dos recursos disponibilizados pela Gestão Nacional para orientar a implementação, os três mais utilizados pelos municípios e estados são⁵⁵:

Quadro 14. Recursos utilizados para orientar a implementação da Busca Ativa Escolar

Municípios		Estados	
Curso EAD	55,5%	Eventos virtuais de formação	68,7%
Materiais da biblioteca BAE	55,2%	Informações no site da BAE	65,9%
Informações no site da BAE	52,4%	Guias e manuais da Estratégia	64,2%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Em relação ao curso autoinstrucional da BAE, entre os coordenadores(as) municipais, 59,6% afirmam ter concluído o curso EAD, enquanto 25,7% o realizaram apenas parcialmente e 14,7% não o realizaram. Apesar de os percentuais de realização parcial e não realização serem significativos, a avaliação do curso é amplamente

positiva: 97,2% dos coordenadores (as) que participaram se disseram **muito satisfeitos ou satisfeitos com o conteúdo, duração e formato**. Em geral, os materiais e formações também foram muito bem avaliados por coordenadores(as) municipais e estaduais.

96,6%

dos **coordenadores municipais** consideram materiais e formações disponibilizados às equipes úteis ou muito úteis para aprimorar os conhecimentos sobre a exclusão escolar

98,9%

dos **coordenadores estaduais** consideram materiais e formações disponibilizados às equipes úteis ou muito úteis para aprimorar os conhecimentos sobre a exclusão escolar

⁵³ A tabela completa está disponível no Anexo 5.

⁵⁴ Somatório das opções "Concordo parcialmente" e "Concordo totalmente" assinaladas na questão de referência.

⁵⁵ A tabela completa está disponível no Anexo 5.

Por outro lado, **a frequência com que as formações são efetivamente multiplicadas junto às equipes locais revela fragilidades.** Apenas 40,2% dos coordenadores municipais afirmam oferecer formações “sempre ou quase sempre”, enquanto 12,5% relatam nunca ou quase nunca as realizar. No nível estadual, 72,3% dos coordenadores(as) declararam a oferta regular, o que pode indicar uma maior **institucionalização da formação continuada**⁵⁶. No entanto, mesmo entre os que promovem as formações, quase metade dos coordenadores municipais e estaduais reconhecem que elas **poderiam ser melhores**⁵⁷.

Além da frequência, o **perfil dos participantes das formações** também aponta para limitações na abrangência e na articulação intersetorial. No âmbito **municipal**, as formações promovidas pelos coordenadores concentram-se,

majoritariamente, nos supervisores institucionais (75,8%), agentes comunitários e técnicos verificadores (61,3%) da **área da educação**. A participação de profissionais de outras áreas é consideravelmente menor, o que pode comprometer a efetividade dos fluxos de trabalho que dependem da articulação intersetorial⁵⁸. No nível **estadual**, observa-se um padrão semelhante, ainda que com foco nas estruturas regionais. Os principais participantes das formações promovidas pelos coordenadores estaduais são os coordenadores operacionais (71,7%) e supervisores institucionais (61,4%) das regionais⁵⁹. **A participação de profissionais dos municípios jurisdicionados, como coordenadores(as) operacionais e supervisores institucionais, é consideravelmente menor**, o que pode indicar uma limitação na capilaridade das formações estaduais e na disseminação do conhecimento até a ponta.



Esse cenário reforça a necessidade de que os estados assumam um **papel mais ativo como articuladores e indutores da Busca Ativa Escolar**, já que a atuação estadual na (re)matrícula de crianças e adolescentes, por meio da BAE, depende diretamente da implementação da Estratégia pelos municípios, que são os responsáveis pelo trabalho de campo e pelo atendimento básico das políticas públicas.

Nesse sentido, **cabe ao estado fortalecer tecnicamente os municípios**, promovendo formações, orientações e apoio contínuo que assegurem o alinhamento, a qualidade e a capilaridade da Estratégia nos territórios.

Em contrapartida, a **participação das equipes nas formações** é geralmente bem avaliada: 86,6% dos coordenadores municipais classificam a participação como boa ou excelente, índice que chega a 99,6% entre os coordenadores estaduais. Esses dados indicam um **bom nível de engajamento nas ações formativas**, ainda que, como discutido anteriormente, haja limitações quanto à frequência, abrangência e articulação entre setores e níveis de governo nessas formações.

Essas limitações são reforçadas pelos dados qualitativos coletados junto a técnicos verificadores e agentes comunitários dos estados

e municípios. Aproximadamente um terço dos técnicos municipais entrevistados afirmaram não ter participado de encontros formativos durante sua atuação na BAE. Entre os que participaram, a avaliação foi predominantemente positiva, mas acompanhada da percepção de que a oferta foi insuficiente. **Muitos destacaram a necessidade de mais encontros ao longo do ano e a importância de formações presenciais.**

Especificamente sobre **formações voltadas à abordagem familiar**, cerca de um terço dos técnicos afirmaram não ter recebido esse tipo de formação, embora alguns tenham relatado o recebimento de materiais ou orientações em reuniões informativas. Entre os agentes comunitários, apenas um entrevistado (de um total de nove) não participou de formações, e a avaliação dos que participaram foi bastante positiva.

⁵⁶ A tabela com todos os resultados está presente no Anexo 5.

⁵⁷ A tabela com todos os resultados está presente no Anexo 5.

⁵⁸ A tabela com todos os resultados está presente no Anexo 5.

⁵⁹ A tabela com todos os resultados está presente no Anexo 5.



Pra mim... Excelente, entendeu? Porque nós tiramos a dúvida, nós aprendemos um pouco como chegar até essas famílias (...). Cada debate, cada momento que passa, a gente sempre vai tendo exemplos que nos ajudam a enxergar que o nosso meio não é diferente (...), essa troca de conhecimento ajuda.” (Agente Comunitário Municipal - Município de pequeno porte, região Nordeste)

No nível estadual, os relatos seguem a mesma linha. Os entrevistados relataram que as formações abordaram, principalmente, **aspectos técnicos da Estratégia**, como o uso da plataforma, o preenchimento de formulários e outras pautas relacionadas à execução do trabalho. No entanto, apontaram a necessidade de **aprofundamento em temas relacionados às visitas domiciliares e à abordagem familiar**.

Com exceção de um entrevistado, a maioria dos técnicos verificadores estaduais afirmaram não ter recebido formação específica sobre como realizar essa abordagem. Embora a maioria avalie as formações como “boas”, todos **reconhecem que poderiam ser aprimoradas**, o que indica que ainda são insipientes para garantir a implementação plena da Estratégia, como ilustra o seguinte relato:



“As formações] Não são muito suficientes, né? Às vezes falta bastante coisa ainda, porque sempre é relacionado àquilo que eu falei lá na pergunta anterior, é sempre relacionado à nossa papelada, à nossa burocracia, à nossa documentação, nossos registros. Então assim, eu acho que falta [sobre como] implementar (...) uma formação pra como a gente deve agir em cada tipo de caso, como, como poderia agir em um caso de uma gravidez na adolescência? Como que eu devo agir em uma situação de negligência dos pais? Como que eu devo agir? Como que eu devo agir em um caso de um trabalho infantil, então assim, eu acho que falta formações mais específicas em relação a essa área.” (Técnico Verificador estadual)

Paralelamente às questões formativas, os dados também revelam fragilidades na composição e organização das equipes municipais e estaduais. De acordo com a metodologia da BAE, a equipe se estrutura em dois grupos, o Comitê Gestor⁶⁰ e o Grupo de Campo⁶¹. Para que a Estratégia seja

efetiva, é essencial que esses grupos estejam **constituídos formalmente, além de bem-organizados e com clareza de papéis**. No entanto, essa estrutura ainda não está plenamente consolidada:

Municípios	Estados
- Apenas 57,9% dos municípios afirmam ter equipes completas e com funções bem definidas. 37,8% das equipes estão parcialmente organizadas.	- Apenas 33,3% das equipes estão plenamente estruturadas. 66,5% delas estão parcialmente organizadas.

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

A análise qualitativa ajuda a compreender alguns fatores que contribuem para esse quadro: a rotatividade de profissionais, a insuficiência de recursos humanos e o acúmulo de funções por um mesmo agente, são apontados como entraves à consolidação das equipes em alguns territórios. Casos como os dos estados de **Alagoas e Espírito Santo** ilustram tentativas de

enfrentamento desses desafios por meio da **criação de cargos específicos para atuação na BAE**.

Em Alagoas, **professores da rede** são contratados como mentores da Estratégia, com remuneração específica para essa função. No Espírito Santo, criou-se o **cargo de agente de**

⁶⁰ Composto pelo(a) gestor(a) político(a), coordenador(a) operacional e supervisores(as) institucionais. É responsável pela gestão dos casos e articulação com os serviços públicos para garantir a (re)matrícula de crianças e adolescentes.

⁶¹ Formado por técnicos(as) verificadores(as) e agentes comunitárias(as). É encarregado de identificar, nos territórios, estudantes fora da escola ou em risco de abandono, realizando visitas domiciliares e levantando as causas da exclusão escolar.

integração, que atua tanto na articulação com diferentes setores quanto no acompanhamento direto dos estudantes rematriculados. Ainda assim, mesmo nesses contextos, a **rotatividade permanece como um obstáculo**, especialmente quando os vínculos são precários, como bolsas, ou os benefícios são considerados insuficientes.

Por outro lado, as evidências qualitativas também revelam um aspecto positivo: há uma

compreensão consolidada, por parte das equipes locais, de que a **exclusão escolar configura uma violação de direitos**. Essa perspectiva está incorporada às rotinas de trabalho por meio de práticas de mobilização e sensibilização, como reuniões internas, discussão de casos e ações formativas voltadas à garantia do direito à educação.



Todos os(as) coordenadores(as) operacionais e supervisores institucionais municipais entrevistados afirmaram que suas equipes **reconhecem a permanência escolar como um direito fundamental e inegociável**, entendimento que parece se traduzir no engajamento e comprometimento com as ações da BAE⁶².

Supervisores(as) institucionais e coordenadores(as) operacionais estaduais e municipais relataram que a **compreensão de que a atuação na BAE vai além de uma tarefa administrativa, tratando-se de uma responsabilidade ética e institucional com a garantia de direitos**, também tem sido levada para dentro das escolas, por meio de palestras, rodas de conversa e formações com professores e gestores escolares. Isso demonstra um esforço de capilarização da abordagem de direitos, ampliando o alcance da Estratégia para além das

equipes técnicas diretamente envolvidas. A afirmação abaixo sintetiza essa percepção importante.

“Temos conhecimento que devemos cumprir o papel do município, o papel do funcionário público da educação, garantir o direito de educação a todas as crianças, jovens e adultos.” (Coordenador Operacional Municipal - Município de médio porte, região Nordeste)



5.2.3.2 Planejamento e organização dos fluxos: governança, diretrizes e inclusão

Um aspecto central da organização dos fluxos de trabalho é a **frequência das reuniões do Comitê Gestor**, que são fundamentais para o planejamento, a coordenação intersetorial e o acompanhamento das ações. Os dados revelam que, nos municípios, 35,1% dos respondentes afirmam que não há cronograma fixo para os

encontros, e 1,5% não souberam responder. No nível estadual, a situação é ainda mais preocupante: 30,9% dos coordenadores não souberam informar a frequência dos encontros, 29,9% relataram que não há cronograma fixo, e 11,5% afirmaram que o comitê sequer realiza reuniões⁶³.



Mesmo onde as **equipes estão formalmente constituídas e capacitadas**, a ausência de rotinas de planejamento e articulação pode comprometer a efetividade da Estratégia, pois a regularidade dos encontros do Comitê Gestor é um componente-chave para garantir a **fluidez dos fluxos de trabalho, a integração entre setores e a capacidade de resposta às situações de exclusão escolar**.

Ainda como previsto na metodologia da BAE, cabe aos Comitês Gestores a elaboração do **Plano de Ação**, que estabelece as diretrizes para a

implementação da Estratégia, incluindo a organização dos fluxos de atendimento e encaminhamento dos casos de exclusão e

⁶² No survey, apenas 18,5% dos coordenadores(as) e supervisores(as) municipais declarou o baixo engajamento das equipes da BAE nas Estratégias e ações. Entre os mesmos atores a nível estadual esse percentual é de 13,4%.

⁶³ A tabela com todos os resultados para municípios e estados está presente no Anexo 5.

abandono escolar. Os dados indicam que em 61,0% dos municípios e 62,8% dos estados, afirmam possuir um Plano de Ação que orienta e direciona os fluxos de gestão e encaminhamentos. No entanto, ainda há uma parcela significativa de gestores que declara não dispor desse instrumento, além de um número expressivo que não soube responder⁶⁴, o que pode indicar **fragilidades na institucionalização e na disseminação do Plano entre os membros das equipes**.

Entre os entes que afirmam **possuir um Plano de Ação, a maioria declara que o documento contempla aspectos fundamentais para a execução da Estratégia**. Nos municípios, 88,5% dos respondentes afirmam que o plano aborda as

violações de direitos e as violências sofridas por crianças e adolescentes, percentual que é ainda mais elevado entre os estados, 93,9%. Outro aspecto relevante diz respeito à previsão de atendimento a diferentes grupos populacionais considerados minoritários. Nos estados, os percentuais são significativamente mais altos, indicando que **os planos de ação estaduais tendem a apresentar maior abrangência e sensibilidade à diversidade dos públicos atendidos**. Além disso, chama atenção o fato de que 25,7% dos coordenadores municipais não souberam informar se os planos contemplam esses grupos, o que reforça a compreensão de falhas na comunicação interna ou na apropriação do conteúdo do plano pelas equipes.

Quadro 15. Percentuais de satisfação com apoio da Gestão Nacional por parte de coordenações e supervisões estaduais e municipais

	Coordenadores(as) e supervisores(as) Municipais	Coordenadores(as) e supervisores(as) Estaduais
Indígenas	16,5%	83,7%
LGBTQIAPN+	20,7%	67,6%
PcD	37,2%	86,0%
Quilombolas	23,2%	61,6%
Outros	6,8%	28,4%
Não, de nenhum deles	20,7%	0,5%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.



“Nós fizemos um fluxo de atendimento e estruturamos a situação do aluno X, manda para que setor, manda para qual setor, nós temos esse fluxo de, vamos dizer assim, de gestão de caso da situação de cada aluno, encaminhando para as pessoas específicas. Por quê? Porque não adianta você pegar uma situação de um aluno PCD e você mandar para uma pessoa que não é especializada da área. Então, hoje nós contamos com salas de recurso dentro das unidades escolares que escutam aquele aluno PCD. Mediante a análise da situação do aluno, ele vai ser encaminhado para os órgãos específicos para a área dele. Então, assim, nós vamos fazendo com as situações dos alunos que sofrem de bullying ou sofrem algum abuso, vamos encaminhando para setores específicos. Então, nós temos um fluxograma.” (Coordenadora Operacional Municipal - Município de médio porte, região Nordeste)

⁶⁴ A tabela com todos os resultados para municípios e estados está presente no Anexo 5.

A **matrícula a qualquer tempo** é uma medida que complementa a Estratégia da BAE no enfrentamento à exclusão escolar e na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente o direito à educação. Ao acolher, em qualquer período do ano letivo, meninas e meninos que, por diversos motivos, tiveram seu direito de estudar interrompido, a **escola reafirma seu papel como espaço de inclusão e proteção**. Nesse contexto, a **regulamentação desse processo**, por meio de diretrizes claras para a realização da matrícula a qualquer tempo, é fundamental tanto para respaldar a atuação dos(as) gestores(as) quanto para assegurar a continuidade das trajetórias escolares dos(as) estudantes.

5.2.3.3 Execução das ações

Já em relação à execução das ações previstas na metodologia e nos planos de ação da BAE, observa-se um **cenário de implementação mais consolidado nos municípios do que nos**

A partir dos esforços da gestão nacional da BAE para incentivar e apoiar a criação de protocolos e normativas⁶⁵, observam-se avanços importantes, ainda que desiguais. Entre os **municípios**, 76,9% afirmam ter implementado tais mecanismo e, no nível **estadual**, 61,3% relataram a adoção dessas medidas, mas chama atenção o fato de que **22,6% dos coordenadores estaduais não souberam responder**⁶⁶. Esse alto percentual de **desconhecimento entre os estados** pode indicar fragilidades na comunicação interna, ausência de padronização ou formalização dos protocolos, ou ainda necessidade de formação e sensibilização dos(as) coordenadores(as) em relação às diretrizes.

estados. Os resultados principais, segundo coordenadores(as) e supervisores(as) municipais e estaduais, seguem abaixo.

Municípios	Estados
• 63,4% indicam que as ações estão sendo realizadas conforme o planejado. • 34,2% indicam execução parcial. • Apenas 1,2% relatam que as ações não estão sendo realizadas, e 1,3% não souberam responder	• 42,6% indicam que as ações estão sendo realizadas conforme o planejado. • 41,0% indicam execução parcial. • 8,0% relatam que as ações não estão sendo realizadas e 8,5% não souberam responder.

Uma possível explicação para esse cenário menos consolidado nos estados é o fato de que, em muitos deles, a implementação da BAE ocorreu mais recentemente. A maioria dos respondentes estaduais indicou que a Estratégia foi efetivamente implementada em 2023 (29,1%) ou 2024 (33%), em contraposição a 5,5% e 4,9%, respectivamente, dos municípios⁶⁷. Isso sugere que muitos estados ainda se encontram em **fase de estruturação institucional e adaptação metodológica**, o que pode impactar negativamente o ritmo e o avanço da execução das ações.

Ainda que a implementação da Estratégia esteja, em geral, mais avançada nos municípios, o

processo não transcorreu sem obstáculos. Isso se evidencia no fato de que **83% dos coordenadores municipais** relataram ter enfrentado algum tipo de dificuldade durante a implementação. Esse cenário revela que, tanto estados quanto municípios, lidam com desafios importantes na execução das ações.

Os principais desafios enfrentados na execução da BAE refletem obstáculos estruturais mais amplos⁶⁸. A dificuldade mais recorrente, apontada por 58,1% dos coordenadores municipais e 57,5% dos coordenadores estaduais, refere-se à **organização e articulação intersetorial**, um componente central da metodologia da BAE. **A baixa disponibilidade de profissionais** também

⁶⁵ Exemplo é a disponibilização do documento “Matrícula a qualquer tempo: um passo importante para garantir o direito à educação” (UNICEF, 2023). Ele pode ser acessado em: <https://www.unicef.org/brazil/innocenti/media/25651/file/matricula-a-qualquer-tempo.pdf>.

⁶⁶ A tabela com todos os resultados está no Anexo 5.

⁶⁷ A tabela completa está disponível no Anexo 5.

⁶⁸ A tabela com todos os resultados está presente no Anexo 5.

se destaca como um entrave crítico aos estados (61,4%) e municípios (44,0%), comprometendo a capacidade de resposta das equipes locais. Além disso, nos estados, somam-se a **insuficiência de formação técnica e metodológica das equipes**, bem como **desafios tecnológicos**, como a instabilidade da internet, que dificultam tanto a implementação quanto a continuidade das ações. A **difículdade de articulação entre os esforços estaduais e municipais** evidencia fragilidades no

regime de colaboração, necessário para o funcionamento eficaz da Estratégia.

A análise das taxas de conversão⁶⁹ entre as etapas do fluxo de trabalho⁷⁰ da BAE, ilustrado na figura a seguir, evidencia diferenças significativas entre municípios e estados, tanto em termos de desempenho quanto de pontos críticos de retenção.

Figura 1. Fluxo de trabalho da Busca Ativa Escolar



⁶⁹ O objetivo das taxas de conversão é medir o quanto os municípios e estados estão conseguindo avançar de uma etapa para a outra do fluxo de trabalho previsto pela metodologia da BAE. Isso ajuda a identificar onde há maior retenção ou perda ao longo do processo. Maiores detalhes sobre o cálculo das taxas podem ser consultados no Anexo 08.

⁷⁰ Na fase 1, agentes comunitários identificam crianças ou adolescentes fora da escola ou em risco de abandono e registram um alerta na plataforma. Na fase 2, ocorre a investigação detalhada da situação do

aluno e das possíveis causas da infrequência ou evasão escolar. Na fase 3, são definidos os encaminhamentos que garantem um atendimento integral e favorecem a reintegração escolar. Na fase 4, é feita a identificação da vaga para rematrícula e o diálogo com a escola para garantir um acolhimento adequado. Por fim, a fase 5 serve para acompanhar e garantir a permanência da criança ou adolescente na escola, ocorrendo em quatro momentos ao longo de um a um ano e meio.

A seguir estão apresentadas as **taxas de conversão** para estados e municípios.

Quadro 16. Taxas de conversão no fluxo de atendimento da BAE para estados e municípios

	Estados	Municípios
Taxa de conversão de alerta em pesquisa e análise técnica.	58,0%	62,2%
Taxa de conversão de pesquisa e análise técnica em gestão de casos.	57,5%	76,4%
Taxa de conversão de gestão de casos em matrículas.	80,2%	95,0%
Taxa de matrículas em observação.	74,5%	95,6%

Fonte: Dados disponibilizados pela Busca Ativa Escolar.

Nos municípios, o **fluxo de atendimento dos casos apresenta alta continuidade**, especialmente nas etapas finais do processo (matrícula e observação). Ainda que na primeira transição, conversão de alertas em pesquisas, exista uma retenção de 37,8%, ou seja, casos que não avançam no fluxo de atendimento, a maioria avança com boa fluidez. Essa fluidez

pode ser observada a partir da queda das taxas de retenção na sequência do fluxo: retenção de 23,6% entre as fases 2 e 3; apenas 4,0% entre as fases 3 e 4; e 4,4% entre as fases 4 e 5. **Esses dados indicam que uma vez superada a etapa de visita e abordagem familiar, os municípios conseguem manter um bom desempenho ao longo do fluxo.**



Em um município de pequeno porte da região Nordeste, a equipe da BAE identificou o caso de uma criança que havia deixado de frequentar a creche após passar por uma cirurgia simples, decorrente de um prolapso de uretra. A ausência prolongada levou a equipe a realizar uma visita domiciliar. Inicialmente, o caso gerou preocupação entre os profissionais entrevistados, pois havia relatos de sangramento tanto na creche quanto em casa, o que levantou a hipótese de possível violência. No entanto, após a realização da pesquisa e análise técnica previstas no fluxo da BAE, concluiu-se que o episódio foi resultado de uma condição médica rara e não havia indícios de violência. Durante a visita, a mãe explicou que não havia retornado com a filha à creche por conta da distância da instituição, o que causava desconforto à criança, ainda muito pequena, por ter que ir sozinha no transporte escolar. Diante disso, a equipe da BAE articulou a transferência da criança para uma creche mais próxima da residência, viabilizando sua matrícula. A mãe relatou estar satisfeita com a solução encontrada e destacou que, atualmente, consegue levar a filha caminhando até a escola, o que facilitou a rotina da família e garantiu a frequência da criança. Ela também reconheceu a importância das visitas realizadas pela equipe da BAE no processo de convencimento e apoio da família



“Elas começaram a conversar comigo e aí foi quando eu coloquei na minha cabeça que realmente ela tinha que estar na escola.” (Família – município pequeno porte I, região Nordeste).

Nos estados, por outro lado, as **retenções ao longo do fluxo são mais expressivas**. Entre a fase 1 e 2, há uma retenção de 42,0%; entre a fase 2 e 3, a retenção de casos é de 42,3%, indicando que a conversão de pesquisas em gestão de casos é o maior gargalo no fluxo estadual. A conversão de casos em matrículas também é significativamente menor do que nos municípios, e apenas 74,5% dos rematriculados entraram na fase de observação e acompanhamento na escola. Esses dados sugerem que os estados enfrentam maiores dificuldades em garantir a continuidade do fluxo, especialmente nas **etapas de abordagem das famílias e encaminhamento dos casos**.

Tais dificuldades podem estar associadas à **ausência de fluxos de atendimento compartilhados e fragilidades na articulação de esforços entre estados e municípios**. Como a continuidade do fluxo no nível estadual depende, frequentemente, da atuação dos serviços municipais de saúde e assistência social, a falta de integração entre estados e municípios pode comprometer o fluxo e sua efetividade⁷¹. Além disso, um percentual significativo dos(as) respondentes estaduais declararam **concordar apenas parcialmente com a adequação dos recursos disponibilizados para a implementação da BAE**. Esse dado sugere possíveis lacunas na alocação de recursos, sobretudo em relação à disponibilidade de profissionais, o que pode impactar diretamente a capacidade de resposta das equipes da BAE.

Por fim, em relação à garantia de acolhimento, permanência e aprendizado após a (re)matrícula,

91,9% dos coordenadores municipais afirmam que essas condições estão sendo asseguradas. Entre os estaduais, esse percentual cai para 69,5%, com 27,4% declarando não saber responder — o que sugere **menor institucionalização dessas ações nos estados**.

Essa percepção positiva no nível municipal encontra eco nos relatos das famílias entrevistadas⁷². Todas as oito famílias afirmaram sentir-se seguras em relação às escolas, sem expressar preocupações quanto a esse aspecto. Além disso, após o retorno à escola, a maioria relatou mudanças positivas na vida das crianças e adolescentes, **como melhora no comportamento, redução do estresse, maior interesse por brinquedos e avanços na alfabetização**. A maioria também acredita que seus filhos não abandonarão a escola novamente, embora duas famílias tenham sinalizado possíveis riscos de evasão, uma por questões de saúde e outra devido à falta de interesse da criança pela escola.

Os resultados do *survey* sobre o **fortalecimento dos vínculos entre estudantes, famílias e equipes escolares em função das ações da BAE são bastante positivos**, tanto nos municípios quanto estados. No entanto, chama a atenção o percentual de 21,1% dos coordenadores(as) estaduais que não souberam responder, o que reforça a hipótese de menor visibilidade ou inexistência dessas ações no âmbito estadual.⁷³

92,3%

dos coordenadores(as) municipais concordam que as ações da BAE fortaleceram os vínculos entre estudantes, famílias e equipes escolares.

75,2%

dos coordenadores(as) estaduais concordam que as ações da BAE fortaleceram os vínculos entre estudantes, famílias e equipes escolares.

⁷¹ Nas entrevistas realizadas com atores estaduais, essa dificuldade de articulação interinstitucional se mostrou ainda mais evidente na relação com os Conselhos Tutelares.

⁷² É importante, contudo, considerar que as entrevistas com as famílias foram realizadas na presença de profissionais envolvidos na Estratégia,

o que pode ter influenciado a forma como os entrevistados expressaram suas opiniões, especialmente em relação à percepção de segurança e satisfação com a escola.

⁷³ As tabelas com todos os resultados estão disponíveis no Anexo 5.

Por fim, em relação à efetividade da BAE, a percepção dos gestores é amplamente positiva. Os percentuais de concordância total para

diversos aspectos seguem descritos no quadro a seguir.

Quadro 17 Percepção de coordenadores(as) e supervisores(as) municipais e estaduais sobre as contribuições da BAE.

Municípios	Estados
• 70,8% reconhecem a contribuição da metodologia para identificar situações de vulnerabilidade. • 68,5% concordam que a Estratégia contribuiu para maior agilidade no enfrentamento das causas da exclusão escolar. • 67,0% reconhecem maior assertividade nas ações de busca ativa. • 58,1% apontam avanços na identificação de casos de violência.	• 72,5% concordam que a BAE contribuiu para maior foco no enfrentamento das causas da exclusão escolar. • 66,5% reconhecem a contribuição da metodologia para identificar situações de vulnerabilidade. • 62,0% destacam maior assertividade nas ações de busca ativa. • 49,0% apontam avanços na identificação de casos de violência.

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Ainda que a concordância total sobre a facilitação na identificação de casos de violência seja mais baixa, os dados indicam que a metodologia da BAE é amplamente reconhecida como uma ferramenta eficaz para qualificar a resposta institucional à exclusão escolar.

Outro aspecto relevante é a ampliação do público-alvo da Estratégia pelos municípios para além da idade escolar obrigatória, em consonância com as metas 1 e 9 do Plano Nacional de Educação⁷⁴. As indicações de ampliação encontradas no *survey* de secretários(as) municipais seguem abaixo.

Secretários Municipais	
Ampliaram ações para crianças de 0 a 3 anos e para o público da EJA ⁷⁵	59,9%
Ampliaram ações apenas para crianças de 0 a 3 anos	14,4%
Ampliaram ações apenas para o público da EJA	7,6%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

No entanto, os dados da plataforma da BAE mostram que apenas 3,7% dos casos registrados correspondem a crianças de 0 a 3 anos e 7,6% a jovens com 18 anos ou mais⁷⁶, o que revela uma **discrepância** entre a intenção declarada e a

efetivação prática dessa ampliação. A maior concentração de casos permanece entre crianças de 6 a 10 anos⁷⁷, que é a faixa etária com maior cobertura educacional no país.



Relatos das entrevistas qualitativas sugerem que a **baixa efetividade na identificação** de crianças de 0 a 3 anos pode estar associada à **forma como a busca ativa tem sido conduzida nos territórios**.

⁷⁴ Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o

analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

⁷⁵ Educação voltada para jovens e adultos que não concluíram a educação básica.

⁷⁶ A tabela completa está disponível no Anexo 5.

⁷⁷ Essa faixa etária corresponde às etapas iniciais da educação básica, especificamente o Ensino Fundamental I, cuja obrigatoriedade foi estabelecida anteriormente às demais etapas educacionais.

Em contextos em que a atuação da saúde e da assistência social é limitada, é possível que a Estratégia da BAE acabe se concentrando na identificação de crianças e adolescentes que já passaram pelo sistema educacional. Conforme relatado por uma entrevistada, no caso das crianças pequenas — que possivelmente ainda

não ingressaram na escola —, a ausência de articulação com serviços que tradicionalmente acompanham essa faixa etária, como unidades básicas de saúde e centros de referência de assistência social, pode dificultar significativamente sua localização e inclusão no fluxo da BAE.

5.2.3.4 Monitoramento e uso de dados

A efetividade da Estratégia da Busca Ativa Escolar também depende da capacidade dos municípios e estados de registrar, acompanhar e utilizar os dados gerados ao longo do fluxo. Em relação ao uso da plataforma da BAE⁷⁸, 58,8% dos coordenadores(as) municipais afirmam que suas equipes a utilizam “sempre”; entre os mesmos atores estaduais, esse percentual cai para 44,1%.

Além disso, 27,9% dos coordenadores(as) estaduais não souberam responder com que frequência a plataforma é utilizada⁷⁹. Além de utilizarem a plataforma com maior regularidade, os dados a seguir indicam que os municípios também apresentam um uso **mais consolidado da plataforma**, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento dos casos:

Quadro 18. Uso da plataforma, segundo coordenadores(as) municipais

Uso da plataforma	
73,6%	afirmam que todos os alertas de crianças e adolescentes fora da escola são registrados na plataforma.
72,0%	indicam que todas as informações levantadas nas verificações são registradas diretamente no sistema.
85,6%	declaram que todos os casos registrados são acompanhados posteriormente.

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

No nível estadual, os dados revelam um cenário mais frágil. O acompanhamento posterior dos casos é o que teve o mais alto percentual, com 62,0% dos coordenadores(as) afirmando que realizam essa etapa na plataforma. Além dos baixos percentuais de respostas afirmativas, chama a atenção o alto índice de atores que não

souberam responder se as ações são realizadas⁸⁰. Esses dados sugerem uma **menor institucionalização do uso da plataforma nos estados**, o que é corroborado pelos dados administrativos da própria plataforma da BAE, que apontam que entre os 21 estados signatários:

apenas 13	estados registraram alertas.
apenas 9	estados registraram casos na fase de matrícula e de observação.

Esse uso mais restrito da plataforma no nível estadual também pode estar associado a **dificuldades operacionais enfrentadas pelas equipes**. Um dado que ilustra esse cenário são os 67,0% de coordenadores(as) estaduais que

recorrem ao suporte técnico da BAE por dúvidas relacionadas ao uso da ferramenta, em contraste com apenas 20,4% nos municípios. Os três principais desafios apontados para o uso da plataforma nos estados e municípios foram⁸¹:

⁷⁸ Destaca-se que não foi feita uma avaliação sistemática da qualidade dos dados provenientes da plataforma ao longo dos anos, uma vez que não fazia parte do escopo desta avaliação. Os dados fornecidos pela equipe da BAE/UNICEF foram analisados exclusivamente para apresentar estes resultados, tratando-se observações fora do padrão,

considerando-se que o controle de qualidade da própria BAE é satisfatório.
⁷⁹ A tabela com todos os resultados está disponível no Anexo 5.
⁸⁰ A tabela com todos os resultados está disponível no Anexo 5.
⁸¹ A tabela com todos os resultados está disponível no Anexo 5.

Coordenadores(as) e supervisores(as) Municipais		Coordenadores(as) e supervisores(as) Estaduais	
Dificuldade de incorporá-la à rotina dos profissionais	55,4%	Dificuldade de incorporá-la à rotina dos profissionais	64,1%
Profissionais não dedicam o tempo necessário para as formações	25%	Falta de conhecimento técnico das equipes	37,5%
Apontaram a falta de conhecimento técnico desses profissionais para uso de tecnologias	22,6%	Existência de outras plataformas estaduais para registro de casos de abandono escolar	25,9%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Em relação aos estados, os dados reforçam a necessidade ações mais estruturadas de formação, apoio técnico e integração da ferramenta às rotinas de trabalho das equipes estaduais. Nos municípios, ainda que em menor escala, também há a necessidade de investimentos contínuos em formação para uso da ferramenta.

Para além do uso operacional da plataforma, a efetividade da Estratégia está relacionada à sua

capacidade de gerar insumos para retroalimentar o ciclo de gestão, subsidiando decisões e aprimorando as intervenções. Nesse aspecto, os **municípios também demonstram maior maturidade**: cerca de 62% dos coordenadores(as) municipais afirmam que os Comitês Intersetoriais analisam os dados da plataforma, e 52,6% relatam que essas informações subsidiam ações de enfrentamento à exclusão e ao abandono escolar realizadas pelo Comitê.



A maioria também reconhece que os dados gerados contribuíram para **compreender melhor o cenário da exclusão escolar e desenvolver respostas mais direcionadas e eficazes**. Inclusive, 62% afirmam que os dados gerados **auxiliam regularmente** na matrícula de crianças e adolescentes e no seu encaminhamento para os demais serviços públicos.

Nos estados, embora haja reconhecimento do valor diagnóstico da Estratégia, o uso dos dados para orientar ações concretas ainda é limitado. Apesar de 63,4% dos coordenadores indicarem que os Comitês Intersetoriais analisam os dados da plataforma, apenas 23,7% relatam que essas informações subsidiam as ações de enfrentamento à exclusão e ao abandono escolar realizadas pelo Comitê. Do mesmo modo, apenas metade concorda totalmente que os dados diagnósticos permitiram desenvolver intervenções mais eficazes. Ainda que não se

saiba diretamente o porquê da baixa utilização dos dados, é possível estabelecer algumas hipóteses a partir das diversas informações analisadas, como rotinas não integradas ao fluxo cotidiano das equipes, dificuldades na interpretação dos dados ou mesmo uma baixa cultura de monitoramento e uso de evidências da BAE. Esses e outros resultados reforçam a percepção de uma **apropriação ainda parcial da dimensão analítica da Estratégia no nível estadual**.⁸²

5.2.3.5 Mobilização Social

A realização de campanhas de mobilização social é uma estratégia recomendada aos municípios e estados pela Busca Ativa Escolar para sensibilizar

a sociedade sobre o direito à educação e o enfrentamento da exclusão escolar.

⁸² A tabela com todos os resultados está presente no anexo 5.



Campanhas “**Fora da Escola Não Pode!**” foram realizadas em **80,8% dos municípios** e 67% dos estados, com base nos materiais disponibilizados, segundo os coordenadores municipais e estaduais. Esses dados indicam uma ampla adesão, especialmente no nível municipal.

As campanhas tiveram como principais públicos-alvo as escolas e as famílias dos estudantes. Embora esses grupos sejam fundamentais para o sucesso da Estratégia, chama atenção o foco predominante em atores já vinculados ao sistema educacional. Públicos externos, como organizações da sociedade civil, serviços de saúde, assistência social e a própria imprensa, foram mobilizados em proporções significativamente menores.⁸³ Isso pode limitar o alcance das ações de mobilização, especialmente

no que diz respeito à identificação e reintegração de crianças e adolescentes que estão fora da escola e, muitas vezes, desconectados das redes formais de proteção.

As estratégias de divulgação também refletem essa centralidade nos canais institucionais e escolares (como eventos nas escolas). As principais estratégias foram redes sociais, *WhatsApp* e *e-mail*⁸⁴.

Estratégias de divulgação		Estados	Municípios
	Redes sociais ou páginas institucionais	76,5%	59,0%
	WhatsApp e e-mail	66,1%	61,6%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Embora eficazes para alcançar quem já está próximo da escola, essas abordagens podem ter **alcance limitado junto a populações mais vulneráveis ou desconectadas das redes digitais e institucionais**.

Ainda assim, os achados qualitativos revelam iniciativas presenciais relevantes em alguns contextos. Entrevistados relataram o uso de mídias sociais com postagens sobre o tema, mas também mencionaram ações como panfletagem, uso de carro de som nas ruas e a realização de matrículas itinerantes — quando equipes se deslocam até bairros específicos para facilitar o processo de pré-matricula. Essas ações demonstram esforços para alcançar populações que, muitas vezes, estão desconectadas das redes digitais e institucionais.



“Tem a panfletagem, como eu estava falando, tem o carro de som também que a gente passa nas ruas e tem um momento também que a gente faz de matrícula itinerante. A gente vai para alguns bairros, leva a equipe lá para facilitar na hora de fazer a matrícula.”

Eles lá fazem uma pré-matricula, né? Que é justamente pra forçar o pai vir à escola para fazer a matrícula.” (Coordenadora Operacional Municipal - Município de pequeno porte, região Nordeste)

Também foi recorrente a afirmação de que, mesmo sem momentos específicos para tratar do tema, a prevenção à evasão e à exclusão escolar é discutida nas reuniões de familiares e responsáveis, geralmente realizadas ao final de cada bimestre. Além disso, muitos destacaram o “Dia D” da Busca Ativa Escolar como uma ação simbólica e recorrente, realizada anualmente, que contribui para manter o tema em evidência. Embora ações presenciais, como as citadas acima, sejam mencionadas com frequência, sua integração a uma estratégia contínua e estruturada de mobilização ainda parece limitada.

Ainda assim, os dados da pesquisa indicam que a BAE como um todo tem contribuído para ampliar o **engajamento da gestão pública, da sociedade civil e das famílias**.

⁸³ A tabela com todos os resultados está presente no anexo 5.

⁸⁴ A tabela com todos os resultados está presente no anexo 5.

Mais de
90,0%

secretários(as) e coordenadores(as) municipais afirmam que a BAE levou a administração a priorizar o enfrentamento da exclusão escolar e mobilizou a sociedade para esse compromisso.

Mais de
80,0%

secretários(as) e coordenadores(as) estaduais afirmam que a BAE levou a administração a priorizar o enfrentamento da exclusão escolar e mobilizou a sociedade para esse compromisso.

Além disso, os dados também apontam para uma percepção positiva quanto ao **engajamento mais amplo da comunidade**: 91,5% dos coordenadores(as) municipais e 81,5% dos coordenadores(as) estaduais concordam total ou parcialmente que as ações da Estratégia contribuíram para **fortalecer a defesa da**

educação como direito de todas as crianças e adolescentes. Além disso, 92,8% dos coordenadores municipais e 81,1% dos estaduais reconhecem que a Estratégia **fomentou ações que motivaram as famílias a incentivarem o retorno e a permanência dos estudantes na escola**.



Esses dados sugerem que, mesmo com limitações no alcance das campanhas, a BAE tem sido **percebida como um catalisador de engajamento social mais amplo**, o que inclui, ainda que de forma indireta, lideranças comunitárias, conselhos locais e outros atores da sociedade civil.

Em síntese, a análise dos fluxos de trabalho da Busca Ativa Escolar demonstrou que, em comparação com a linha de base, não foram observadas mudanças significativas em nível municipal. A percepção dos atores envolvidos e

os desafios enfrentados se mantêm inalterados, indicando uma estabilidade nos padrões de implementação e nas dificuldades estruturais que impactam a operacionalização da Estratégia Busca Ativa Escolar nos municípios.

Fluxo de trabalho no Espírito Santo



A análise dos dados do Espírito Santo no eixo de fluxo de trabalho revela que, embora o estado atue como indutor da adesão à Busca Ativa Escolar e contribua para o compartilhamento de informações, a implementação da Estratégia nos municípios

enfrenta desafios importantes. Em diversos indicadores, como formação de equipes, uso da plataforma, planejamento e execução das ações, os resultados estão abaixo da média nacional.

Formação

- A formação aparece como um ponto crítico para os municípios capixabas: há menor proporção de profissionais com formação concluída, menor frequência de multiplicação das formações e maior insatisfação com a qualidade dos processos formativos.

Planejamento

- Embora mais municípios desse estado relatem ter um Plano de Ação, chama atenção a baixa previsão de atendimento a grupos em situação de maior vulnerabilidade e o alto número de respondentes que não souberam informar sobre esse aspecto.

Execução das ações

- A proporção de municípios que afirmam estar realizando as ações conforme o planejado também é inferior à média nacional. Além disso, a percepção sobre a efetividade da Estratégia, em aspectos como identificação de situações de violência, agilidade no enfrentamento das causas da exclusão e assertividade das ações, é menos positiva entre os respondentes dos municípios do estado.

Esses achados sugerem que, **apesar do Espírito Santo ser um articulador e promotor da adesão**, ainda há desafios importantes na capacidade de induzir e avançar em uma implementação qualificada e consistente da BAE nos municípios capixabas.



Participação no Selo UNICEF

A participação no Selo UNICEF se mostrou um fator relevante para a qualificação dos fluxos de trabalho da BAE. O Selo, ao propor uma agenda integrada de políticas públicas voltadas à infância e adolescência, **estimula os municípios a fortalecerem suas capacidades institucionais, promoverem a intersectorialidade e ampliarem o uso de dados para tomada de decisão**. Nesse contexto, a adesão ao Selo parece influenciar positivamente a forma como os municípios planejam, executam, monitoram e mobilizam esforços em torno da garantia do direito à educação.

Os municípios que participam do Selo UNICEF receberam com mais frequência os **apoios oferecidos pela gestão nacional da Busca Ativa Escolar** e demonstram níveis mais altos de satisfação com os canais de atendimento, tanto em termos de efetividade quanto de acolhimento. Também avaliam de forma mais positiva as **ações de comunicação da gestão nacional**, como os vídeos informativos e a aba de notícias do site.

- Busca Ativa Escolar contribuiu para maior agilidade e assertividade no enfrentamento da exclusão escolar
- Contribuiu para a identificação de casos relacionados à violência.
- Contribuiu para a localização de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade
- Possuem maior propensão a ampliar suas ações para além da idade escolar obrigatória, incluindo crianças pequenas e jovens da EJA.

Em relação ao **monitoramento e uso dos dados**, os municípios que participam do Selo UNICEF afirmam utilizar a plataforma com mais frequência, registrar os casos de forma mais completa e sistemática e acompanhá-los com maior regularidade. Além disso, atribuem maior importância à plataforma para a gestão de casos,

No campo da **capacitação**, esses municípios têm maior adesão ao curso autoinstrucional da BAE, com taxas mais altas de conclusão por parte de secretários e coordenadores, além de maior satisfação com o conteúdo e formato. Promovem **formações internas** com mais frequência e avaliam de forma mais positiva a participação de suas equipes. Em relação ao **planejamento e organização dos fluxos**, os municípios do Selo demonstram maior alinhamento com a perspectiva da proteção integral, incorporando com mais frequência temas como violações de direitos e violências no plano de ação. Também incluem de forma mais sistemática grupos minorizados, como quilombolas, pessoas com deficiência e população LGBTQIAPN+, evidenciando um compromisso mais robusto com a equidade.

Na **execução das ações**, enfrentam menos desafios relacionados à escassez de profissionais e demonstram uma percepção mais positiva sobre os efeitos e contribuições da Estratégia:

para a comunicação intersectorial e para a elaboração de diagnósticos. Fazem uso mais frequente e estratégico dos dados para apoiar o monitoramento e a avaliação da Estratégia, para realizar as rematrículas e os encaminhamentos, para auxiliar na tomada de decisão sobre as políticas e programas da gestão municipal e para planejar e elaborar políticas públicas.



O maior acesso ao apoio técnico da gestão nacional para uso da plataforma da BAE pode ter contribuído fortemente para a maior integração da ferramenta aos fluxos de trabalho dos municípios participantes do Selo UNICEF.

Por fim, a **mobilização social** também se mostra mais efetiva nos municípios do Selo. Ações de campanha “Fora da Escola Não Pode!” foi realizada, a partir dos materiais disponibilizados, com maior frequência nesses territórios, que também envolveram mais ativamente organizações da sociedade civil e utilizaram uma variedade mais ampla de estratégias de

divulgação, como faixas, panfletos, carros de som e eventos públicos. Esses municípios também relatam impactos mais positivos da mobilização, destacando o fortalecimento dos vínculos entre estudantes, famílias e escolas, bem como maior engajamento da comunidade na defesa da educação como direito de todas as crianças e adolescentes.

Diferenças Regionais



Há evidências de que o contexto regional está correlacionado com a forma como a BAE é implementada e percebida pelos municípios. Embora a participação no Selo UNICEF tenha se

- O **Nordeste** apresenta resultados superiores ao **Norte** em diversos aspectos como, por exemplo, inclusão de grupos minorizados, uso da plataforma, mobilização social e percepção de efetividade. Isso sugere que há características regionais específicas, que favorecem uma apropriação mais profunda da BAE nessas localidades.

mostrado positivamente associada à adesão e qualificação da Estratégia, os dados revelam diferenças relevantes, mesmo entre regiões com alta participação nessa iniciativa do UNICEF.

Em contraste com Nordeste e Norte, o Sul apresenta menor engajamento e mais incertezas sobre os fluxos e efetividade da BAE, reforçando

a importância de considerar as especificidades territoriais na análise da Estratégia.

5.3 Impacto

O critério Impacto, como já indicado, refere-se às mudanças de longo prazo geradas pela intervenção, tanto positivas quanto negativas. Avalia a diferença que a intervenção faz na vida das pessoas e no contexto em que foi

implementada e responde às perguntas avaliativas abaixo:



- A Busca Ativa Escolar impactou o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em todas as etapas da educação, desde a creche até o ensino médio?
- Em que medida as ações endereçadas aos estudantes têm contribuído para o seu acesso e permanência na escola?
- Em que medida a estratégia conseguiu identificar e atender adequadamente grupos em situação de maior vulnerabilidade (considerando marcadores de gênero, raça/cor, etnia, deficiência)?
- A Busca Ativa Escolar tem contribuído para a proteção integral e o cuidado de crianças e adolescentes?
- Como as políticas públicas de diferentes áreas foram impactadas pela estratégia?

5.3.1 Ampliação do acesso e da permanência na escola: impacto nos beneficiários e grupos em situação de maior vulnerabilidade

De acordo com os dados administrativos da BAE, entre 2017 e 2024, foram realizadas **299.403 rematrículas⁸⁵** de crianças e adolescentes⁸⁶. O

perfil desse público, em termos de gênero e raça/cor, segue descritos a seguir.

Quadro 19 Perfil dos estudantes rematriculados através da BAE, por gênero e cor/raça

Rematrículas por gênero					
	Municípios	45,2%		Municípios	54,8%
	Estados	47,9%		Estados	52,1%
Rematrículas por cor/raça					
	Indígena	Negra	Amarela	Branca	Não informado
Municípios	2,0%	54,2%	1,1%	8,9%	33,9%
Estados	0,5%	60,6%	0,4%	23,4%	15,0%

Fonte: Dados disponibilizados pela Busca Ativa Escolar.

Nota-se que a **maioria dos estudantes rematriculados são meninos e negros**, o que demonstra um alcance positivo, já que esse é um público historicamente vulnerável e que possui as maiores taxas de abandono escolar em todas as etapas de ensino. É importante compreender o alto percentual de casos de cor/raça não informados, especialmente se estiverem ligados a determinadas causas de exclusão escolar, ou preenchimento incorreto das informações na plataforma.

Na percepção dos respondentes, a BAE tem ampliado o acesso e a permanência de crianças e

adolescentes em todas as faixas etárias e etapas de ensino, desde a creche até o Ensino Médio. No entanto, é necessário observar os dados e atuar nos quais se observam pontos de atenção. Do ponto de vista dos **coordenadores(as) e supervisores(as) municipais**, quando se trata da melhoria do acesso e da permanência de crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias à escola, a **creche** é aquela com o **menor índice de soma de concordância total e parcial**. Além disso, os resultados do *survey* apontam que crianças e adolescentes dos 6 aos 14 anos são aqueles que foram mais positivamente impactados pelas ações da Estratégia.

Quadro 20. Percepção de coordenadores(as) e supervisores(as) municipais que concordam total ou parcialmente sobre a melhoria no acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola através da BAE

Crianças de 0 a 3 anos	82,7%	Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	93,8%
Crianças de 4 e 5 anos	91,0%	Adolescentes de 15 a 17 anos	85,1%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

A percepção dos(as) secretários(as) municipais sobre essa melhoria no acesso e permanência vai no mesmo sentido, com os menores percentuais para a oferta de creche para bebês, 85,4%, e para **adolescentes** de 15 a 17 anos, 85,5%. No caso dos **estados**, coordenadores(as) e supervisores(as)

têm uma percepção menos positiva sobre a ampliação do acesso e da permanência. Além disso, possuem um alto percentual de incerteza para as questões elencadas: no caso das creches, 24,7% dos respondentes não souberam responder; 29,6%, para a demanda por pré-

⁸⁵ Rematrículas representam a capacidade que as redes de ensino possuem de converter casos identificados de crianças fora da escola em matrículas, após passarem pelos processos metodológicos da BAE (pesquisa, acompanhamento etc.).

⁸⁶ Esse quantitativo pode estar subestimado. Isso porque nem todos os municípios e estados utilizam a plataforma da Busca Ativa Escolar

para registrar seus casos e, entre os que registram, há possibilidade de subnotificação ou desatualização das informações. Portanto, o quantitativo real de rematrículas pode ser superior ao informado pelos dados administrativos disponíveis.

escolas; 16,1%, para o Ensino Fundamental; e 16,5%, no caso do Ensino Médio.

Quadro 21. Percepção de coordenadores(as) e supervisores(as) estaduais que concordam total ou parcialmente sobre a melhoria no acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola através da BAE

Crianças de 0 a 3 anos	74,8%	Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	83,0%
Crianças de 4 e 5 anos	68,1%	Adolescentes de 15 a 17 anos	82,3%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Já os dados administrativos da BAE sobre **rematrícula** apresentam os seguintes resultados:

Quadro 22. Dados da BAE sobre os percentuais de re matrícula e abandono após re matrícula⁸⁷

Dados BAE					
Situação	Faixa etária				
	0 a 3 anos	4 e 5 anos	6 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos
Taxa de re matrícula	88,7%	83,8%	82,0%	77,9%	63,5%
Taxa de abandono após re matrícula	0,0%	0,0%	0,3%	0,6%	1,2%

Fonte: Dados disponibilizados pela Busca Ativa Escolar.

A taxa de re matrícula de crianças de **0 a 3 anos e 4 e 5 anos são as maiores**. Como discutido na seção **Relevância**, as crianças pequenas apresentam, nos dados nacionais, as menores taxas de escolarização e concentram desigualdades mais acentuadas de gênero e raça. Apesar de serem menos frequentemente

identificadas pela Estratégia, como apresentado na seção de Efetividade, **quando essas crianças são localizadas, os casos tendem a resultar com maior frequência em re matrícula, o que pode indicar maior efetividade da intervenção nesse perfil etário, uma vez superadas as barreiras iniciais de identificação.**



A **BAE tem contribuído positivamente para a re matrícula** de bebês e crianças nas faixas etárias da **Educação Infantil**.

Nota-se que a **taxa de re matrícula cai a partir dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio**, além de aumentarem os percentuais da taxa de abandono escolar após re matrícula, o que está de acordo com os dados nacionais sobre o assunto. O abandono pode ser explicado pelos motivos já elencados anteriormente, que muitas vezes envolvem a necessidade de trabalhar e apoiar a família financeiramente, bem como o desinteresse nos estudos, dentre outros.

Levando em consideração os recortes por porte do município, região do país e adesão ao Selo UNICEF, a análise dos dados demonstrou que esses fatores influenciam a percepção dos participantes com relação ao acesso e à

permanência dos estudantes na escola. A **adesão ao Selo UNICEF** está associada a uma percepção **mais positiva e consistente**, já que os municípios participantes apresentaram maiores percentuais de concordância total com as afirmações de que a BAE **contribuiu para o acesso e a permanência dos estudantes na escola** na maioria das etapas escolares, como mostra o quadro a seguir. Além disso, municípios participantes do Selo registraram níveis significativamente menores de incerteza nas respostas. Esse resultado mais positivo para quem também participa do Selo pode estar relacionado ao fato de que ele constitui uma iniciativa que atua no mesmo sentido da BAE, promovendo a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, inclusive à educação. Assim, já

⁸⁷ As taxas de abandono podem estar subestimadas, uma vez que são calculadas com base na identificação da interrupção dos estudos durante o período de observação após a re matrícula. No entanto, 50% dos casos que chegaram a essa etapa do fluxo nos estados e 42,7% nos municípios estão com atualização em atraso, o que compromete a atualidade das informações disponíveis. Dessa forma, é preciso cautela na interpretação desses dados, considerando possíveis lacunas nos registros.

seriam contextos mais propícios para o desenvolvimento pleno das ações da Busca Ativa.

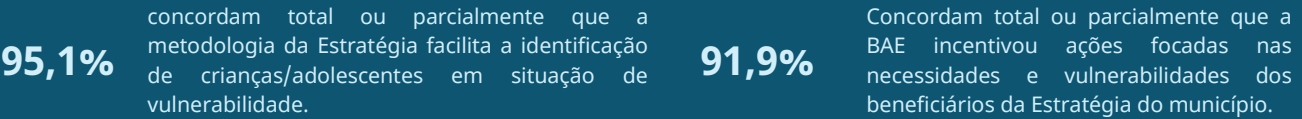
Quadro 23. Percepção dos municípios participantes e não participantes do Selo UNICEF que concordam totalmente sobre a contribuição da BAE para o acesso e permanência de estudantes na escola.

Situação do município	Etapa escolar		
	Creche	Pré-escola	Ensino Médio
Municípios participantes do Selo UNICEF	58,5%	73,3%	58,1%
Municípios não participantes do Selo UNICEF	39,0%	59,5%	45,3%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Em relação às regiões do país, **Norte e Nordeste**, historicamente mais afetadas pela exclusão escolar e que concentram a maior presença de municípios participantes do Selo, também apresentaram **níveis superiores de concordância total com relação ao impacto da BAE no acesso e na permanência de crianças e adolescentes na escola**. Na faixa etária de **15 a 17 anos**, correspondente ao Ensino Médio, caso não haja situação de distorção idade-série, 61,7% dos municípios do Nordeste concordam totalmente com o impacto da BAE e, no Norte, esse percentual é de 49,0%. Em contrapartida, o

Sul e o Sudeste apresentam percentuais elevados de incerteza, 20% e 15,5% respectivamente, o que pode refletir menor monitoramento específico dessa faixa etária ou mesmo menor priorização institucional. É importante destacar a percepção dos **coordenadores(as) e supervisores(as) municipais** sobre a metodologia da BAE ser uma aliada no enfoque de públicos em situação de vulnerabilidade. Os resultados do survey demonstram a concordância total ou parcial no seguinte sentido:



Assim, é possível dizer que, segundo os respondentes municipais e em suas localidades, a metodologia da BAE tem sido **eficaz para impactar e alcançar crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade**.

5.3.2 Impacto da BAE a partir de modelo multivariado⁸⁸

Para compor a avaliação sobre o impacto da Estratégia Busca Ativa Escolar, a H&P elaborou dois modelos de regressão multivariada que permitem analisar **como diferentes variáveis influenciam o acesso e a permanência nas diferentes etapas da Educação Básica**. A análise considera tanto o tempo de adesão à BAE quanto o modelo de implementação, incluindo a participação no Selo UNICEF e a atuação articuladora dos estados. Os resultados oferecem evidências sobre o **papel da BAE na reintegração e retenção de estudantes**, com destaque para os efeitos da continuidade das ações para alcance dos resultados. Destaca-se que estes modelos não

estabelecem relação causal ou impacto atribuído exclusivamente à BAE. No entanto, eles são muito úteis para reforçar, de maneira mais objetiva, a contribuição da Estratégia. Assim, as interpretações a seguir trazem o efeito, a contribuição e associações da BAE, sem, todavia, atribuir impactos causais exclusivamente à Estratégia.

Os resultados indicam que a **adesão à BAE** está associada a **melhores indicadores de permanência escolar**, sobretudo no Ensino Fundamental⁸⁹. Nos **Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, os municípios que aderiram à BAE,

⁸⁸ Os resultados completos dos modelos de análise multivariada, incluindo os outputs estatísticos e suas interpretações, estão disponíveis no anexo 10.
⁸⁹ Não foi possível realizar a análise do abandono escolar na Educação Infantil, uma vez que o INEP não utiliza esse indicador para essa faixa de ensino.

em ambos os ciclos de gestão municipal (2017-2020 e 2021-2024), apresentaram **uma taxa de abandono 0,19 ponto percentual (p.p) inferior** à dos que nunca participaram da iniciativa, um resultado expressivo, considerando que a taxa média não ultrapassou 0,9% no período. Além disso, entre os municípios participantes da BAE, **cada ano adicional de adesão está associado a uma redução média de 0,06 p.p. na taxa de abandono**, evidenciando que a continuidade na Estratégia contribui para resultados mais consistentes.

Nos **Anos Finais do Ensino Fundamental**, o efeito é ainda mais expressivo: municípios com adesão em ambos os ciclos registraram **uma queda de 0,5 p.p. na taxa de abandono**, e o **tempo de adesão contribuiu com uma redução média de 0,14 p.p. por ano**. Esses resultados reforçam que a permanência na iniciativa é decisiva para ampliar os impactos positivos na trajetória escolar dos estudantes.

No **Ensino Médio**, por outro lado, **a adesão à BAE e o tempo de participação não apresentaram**

efeitos significativos sobre a taxa de abandono. Isso pode estar relacionado à menor capacidade de intervenção dos municípios nessa etapa, cuja responsabilidade principal é dos estados, e aos diferentes desenhos do regime de colaboração entre os entes federativos. Nesse contexto, os municípios do Espírito Santo se destacam por apresentar taxas de abandono, no Ensino Médio, mais baixas em comparação à maioria dos demais estados, reforçando que **o engajamento estadual com a BAE pode ser um fator determinante para melhores resultados da Estratégia nessa etapa de ensino**.

Em relação ao **acesso escolar**⁹⁰, o tempo de adesão à BAE também mostrou efeitos positivos, embora mais discretos. Na **Pré-Escola** e nos **Anos Finais do Ensino Fundamental**, **cada ano adicional de adesão está associado a um aumento médio de 0,01 ponto percentual na taxa de matrícula**. Já nas demais etapas, Creche, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o tempo de adesão não apresentou efeito estatisticamente significativo.



Participação no Selo UNICEF

O modelo de implementação, especialmente a participação dos municípios no Selo UNICEF, apresentou efeitos consistentes e significativos tanto para o acesso quanto para a permanência escolar. Os **municípios participantes do Selo registraram taxas de (re)matrícula mais altas em todas as etapas, com destaque para Creche e Ensino Médio** — que são justamente as etapas com menores taxas de escolarização no país. Na Creche, o impacto estimado é de 0,40 p.p., e no Ensino Médio, 0,36 p.p., indicando que o engajamento institucional promovido pelo Selo contribui de forma decisiva para a reintegração de estudantes em contextos de maior vulnerabilidade.

No que se refere à **permanência escolar**, a participação dos municípios no Selo UNICEF também demonstrou efeitos positivos. Nos **Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, **os municípios que integram o Selo registraram uma redução adicional de 0,12 p.p. na taxa de abandono**. Já no Ensino Médio, etapa em que a adesão dos municípios à BAE não apresentou impacto estatisticamente significativo, **os municípios que também participam do Selo apresentaram taxas de abandono significativamente mais baixas, com uma redução média de 0,62 p.p. em relação aos demais**.



Esses resultados indicam uma associação positiva entre **Selo UNICEF e BAE**, especialmente em contextos de maior exclusão escolar, **contribuindo para o alcance e a efetividade da Estratégia**. A combinação entre uma adesão prolongada à BAE e a participação ativa no Selo UNICEF potencializa os resultados da Estratégia, tanto no que diz respeito ao acesso quanto à permanência escolar, mostrando a importância do Selo como um elemento que impulsiona a BAE.

⁹⁰ No modelo de acesso (matrícula), a amostra inclui apenas os municípios que aderiram à BAE, ou seja, não há grupo de comparação externo (municípios que nunca participaram). Então não é possível medir o efeito da Estratégia BAE como um todo, porque não há como

comparar com municípios que não foram expostos à intervenção. O que se pode medir é o efeito do tempo de adesão, ou seja, se permanecer mais tempo na Estratégia está associado a melhores resultados de matrícula.

5.3.2.1 Gênero

O início da seção já apontou que os dados da BAE demonstraram que, de 2017 a 2024, **as meninas foram aquelas que menos passaram por processos de matrículas**, tanto a nível municipal quanto estadual. Nesse sentido, a pesquisa buscou investigar a percepção dos respondentes acerca do tema de **redução de**

desigualdades educacionais entre meninos e meninas. Quando questionados, o somatório dos percentuais de concordância total e parcial são, majoritariamente, altos, como aponta o quadro a seguir, que diz respeito aos respondentes municipais.

Quadro 24. Percepção de Secretários(as) e Coordenadores(as)/Supervisores(as) municipais sobre a redução de desigualdades educacionais entre meninos e meninas

	Secretários Municipais	Coordenadores Municipais
Concordo totalmente	49,8%	52,6%
Concordo parcialmente	34,7%	34,1%
Total	84,5%	86,7%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Nota-se que, ao observar os resultados totais e parciais em separado, ambos são **relativamente baixos**, com destaque para mais de 34% dos secretários(as) e coordenadores(as)/supervisores(as) indicando que concordam parcialmente com a redução dessa desigualdade. **Em relação aos estados**, somando-se os percentuais de concordância, para 78,9% dos secretários(as) e 74,6% dos coordenadores(as) e supervisores(as) houve algum nível de contribuição para a redução dessas desigualdades educacionais, porém, comparativamente aos municípios, os percentuais são mais reduzidos. Além disso, é importante evidenciar que, 15,0% dos secretários(as) e 21,3% dos coordenadores(as) e supervisores(as) estaduais **não souberam responder à questão**, destacando-se um nível significativo de incerteza para esse grupo de respondentes⁹¹.

O avanço para redução de desigualdades escolares entre meninos e meninas deve passar pela identificação e análise dos motivos da exclusão escolar. Estes já foram evidenciados na seção de Relevância, no entanto, cabe ressaltar a **discrepância com os dados nacionais sobre o tema** que apontam a gravidez como o segundo maior motivo de abandono escolar por mulheres, segundo a PNAD, chegando a 23,1% dos casos e, no caso dos dados da BAE, esse percentual é de 2,3%. Isso pode indicar **desafios no acompanhamento de casos por parte das equipes, o não registro ou dificuldade de inserir informações na plataforma devido às opções disponíveis para escolha que, por serem amplas, podem sobrepor diversos motivos para a evasão/exclusão escolar**.



Os resultados se mostram mais satisfatórios quando observados pelo recorte de participação no **Selo UNICEF**. **59,0%** dos municípios participantes concordaram totalmente que a **Estratégia contribuiu muito para a redução de desigualdades entre meninos e meninas**.

5.3.3 Proteção integral e políticas públicas

A metodologia da BAE preconiza, sobretudo, a **atuação em conjunto de diferentes áreas do poder público**, e, nesse sentido, também é objetivo compreender se a metodologia da Estratégia tem sido eficaz e tem impactado

positivamente crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade no acesso aos serviços públicos. A percepção é majoritariamente positiva, tanto entre coordenadores(as) e supervisores(as)

⁹¹ O quadro com o quantitativo total de respostas está apresentado no Anexo 5.

municipais, quanto secretários(as). No entanto, nota-se que a percepção de secretários(as) municipais é ligeiramente menos positiva.

Quadro 25. Percepção de Secretários e Coordenadores/Supervisores municipais sobre a permanência e acesso de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade aos serviços públicos

	Secretários Municipais	Coordenadores Municipais
Concordo totalmente	57,8%	63,1%
Concordo parcialmente	33,6%	29,1%
Total	91,4%	92,2%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.



Na percepção dos atores municipais e estaduais, a **metodologia da BAE** tem sido eficaz em **alcançar e afetar crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade**, assim como em **ampliar e favorecer seu acesso e atendimento nos serviços públicos** dos municípios.

A perspectiva estadual para essas questões é ligeiramente diferente.

Quadro 26. Percepção de Secretários e Coordenadores/Supervisores estaduais sobre a permanência e acesso de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade aos serviços públicos

	Secretários Estaduais	Coordenadores Estaduais
Concordo totalmente	50,7%	38,7%
Concordo parcialmente	31,4%	38,5%
Total	82,1%	77,2%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Ainda que os percentuais totais de concordância sejam altos e apontem para caminhos positivos, analisando os percentuais de concordância separadamente eles são baixos, o pode indicar nuances não captadas em relação ao alcance das ações. Além disso, os **percentuais de “não sei responder”**, no caso dos respondentes estaduais, são significativos: 15,0% dos secretários(as) e 21,3% dos coordenadores(as) e supervisores(as).⁹²

Atuar intersetorialmente é fundamental para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, para que elas consigam acessar,

além da educação, programas de saúde e assistência social que são essenciais para o seu pleno desenvolvimento. A percepção dos atores sobre o impacto da BAE nas políticas públicas é, majoritariamente, positiva. Os percentuais de concordância total e parcial, somados, superam os 80% para todas as questões realizadas e para algumas superam 90%⁹³. No entanto, mais uma vez o percentual que não concorda precisa ser melhor investigado para compreender possíveis obstáculos. Em que pese essa observação, é possível afirmar que a BAE:



- Incentivou o uso dos dados diagnósticos para basear o planejamento e a elaboração de políticas públicas.
- Facilitou a parceria com organizações da sociedade civil para implementação de políticas públicas.
- Influenciou o aprimoramento ou desenvolvimento de diferentes políticas públicas nos municípios e estados.
- Promoveu e incentivou o aprimoramento e/ou elaboração de políticas intersetoriais e de atuação coordenada.

⁹² O quadro completo com os resultados para esta questão está disponível no Anexo 5.

⁹³ A tabela contendo todos os resultados encontra-se no Anexo 5.

A maioria dos participantes concorda que a **implementação da BAE tem contribuído para a proteção integral de crianças e adolescentes**, e que, a partir das ações da Estratégia, **elas e suas famílias foram beneficiadas por políticas**

Crianças e adolescentes foram beneficiados por políticas de cuidado a partir da BAE

21,2% e 23,1% de secretários(as) estaduais e coordenadores(as)/supervisores(as) estaduais não sabem responder à questão.

A implementação da BAE tem contribuído para a proteção integral de crianças e adolescentes.

16,2% de coordenadores(as)/supervisores(as) estaduais não sabem responder à questão.

Destacam-se os relatos dos atores entrevistados que indicam, de forma recorrente, a **reação positiva das famílias quando recebem a visita dos técnicos verificadores**, afirmando que se

sentem “valorizados” e acolhidos. O que pode, nos casos de vulnerabilidade, significar o início de um processo de fortalecimento social, valorização e reconhecimento.

“Às vezes também acontece também de a família ser muito grata. Tem família que o estudante está passando por um momento difícil, que a família não sabe lidar, que a família não sabe como fazer, né? Aí a busca ativa entra em ação e acaba ajudando o estudante, encaminhando para o setor de atendimento especial da escola, encaminhando para a equipe apoio, né? Que a nossa equipe de psicólogo aqui da escola. Então assim, muitas das vezes as famílias ficam muito gratas pelas ações.”
(Técnico verificador estadual)

As análises por amostras regionais, porte dos municípios e participação trouxeram um panorama interessante.

Municípios **participantes do Selo UNICEF** relataram com maior frequência (69,9%) que a **Estratégia contribuiu muito para o acesso de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade aos serviços públicos**. Além disso, 62,5% dos municípios participantes do Selo UNICEF concordam totalmente que a BAE **beneficiou famílias por meio de políticas de cuidado**.

Comparativamente, 52,7% dos municípios sem o Selo relataram a contribuição da Estratégia para o acesso aos serviços públicos e 44,9% deles relataram o beneficiamento das famílias por políticas de cuidado. Esses dados sugerem que o **Selo atua como catalisador de práticas mais integradas e orientadas à equidade**.

A análise regional reforça esse padrão, com destaque para o **Nordeste, Norte e Centro-Oeste**, que apresentam os maiores níveis de concordância quanto à **vinculação de crianças, adolescentes e suas famílias a políticas de cuidado por meio das ações da Estratégia**. O Sul, por outro lado, apresenta o menor percentual de

concordância total (36,8%) e o maior índice de incerteza (26,3%).

Quanto ao porte do município, observa-se que os de **porte médio** são os que mais **reconhecem os efeitos da BAE na articulação com políticas de cuidado** (60,9%), seguidos por Pequeno Porte II (54,1%) e Pequeno Porte I (50,8%). Já os municípios de Grande Porte ou Metrôpoles apresentam o menor percentual de concordância total (43,0%) e os maiores índices de discordância total (11,2%). Esse padrão pode refletir a **realidade dos grandes centros urbanos, onde a escala e a complexidade dos desafios podem ter efeitos sobre a percepção de impacto da Estratégia**

⁹⁴ A tabela contendo todos os resultados encontra-se no Anexo 5.



A **participação no Selo UNICEF** também se destaca como um fator associado à **maior apropriação da Estratégia como ferramenta de gestão pública**. Entre os municípios participantes, 66,2% concordam totalmente que a BAE **incentivou o uso de dados diagnósticos** para embasar o planejamento e a formulação de políticas públicas. Esse padrão se repete na percepção de que a BAE influenciou o **aprimoramento ou desenvolvimento de políticas públicas** em geral, para 62,4% dos municípios participantes, e na **promoção de políticas públicas intersetoriais e coordenadas**, para 61,6% deles..

5.4 Sustentabilidade

O critério Sustentabilidade, como já indicado, avalia a probabilidade de que os benefícios da intervenção continuem após o término do apoio inicial, considera se os resultados alcançados são

duradouros e se a intervenção pode ser mantida a longo prazo. Ainda, o critério responde às seguintes perguntas avaliativas:



- As prefeituras e os governos dos estados desenvolvem ações concretas e contínuas para o sucesso da estratégia?
- Em que medida as capacidades locais permanecem ativas em momentos críticos?
- Os objetivos da estratégia estão refletidos nos planejamentos públicos?
- Os planejamentos públicos asseguram os direitos de crianças e adolescentes?

5.4.1 Sustentabilidade institucional e política

Um dos aspectos analisados no critério de sustentabilidade foi a percepção dos(as) respondentes sobre a possibilidade de as gestões estaduais e municipais darem continuidade à estratégia de forma independente e autônoma, ou seja, sem o apoio da gestão nacional da Busca Ativa Escolar.

No que se refere à **gestão municipal, observa-se um cenário de incerteza e dependência da gestão nacional**. Apenas 40,2% dos(as) coordenadores(as) municipais acreditam que as gestões municipais dariam continuidade à BAE de forma autônoma, enquanto 42,2% não acreditam nessa possibilidade e 17,6% afirmaram não saber responder. Com relação a percepções sobre a autonomia e a independência das **gestões estaduais**, foi observado que, entre os(as) coordenadores(as) estaduais, também predominam visões que demonstram dependência e incerteza: apenas 32,2% desses(as) atores acreditam na continuidade da BAE sem apoio da instância nacional, 27,9% não acreditam nessa possibilidade e 35% não souberam opinar.

Esses percentuais evidenciam uma **percepção geral de relativa sustentabilidade institucional, tanto no nível municipal quanto estadual**. Em ambas as esferas, os índices de confiança na capacidade de continuidade de forma independente são baixos, além disso, o número

expressivo de respostas "não sei responder" aponta para incertezas importantes quanto ao grau de institucionalização local da Estratégia.

Os dados apontam ainda uma **variação significativa entre as regiões do país**. No Nordeste (46,2%) e Centro Oeste (44,9%) o número de coordenações municipais que acreditam na continuidade da Estratégia de forma autônoma foi superior ao observado a região Norte (38,9%), Sudeste (36,4%) e Sul (20,0%).

Apesar dessas variações regionais, também cabe ser pontuado que, mesmo nas localidades que apresentaram um maior nível de confiança na autonomia e na independência das gestões municipais para a continuidade, os resultados observados ainda são baixos, não chegando a 50% de respostas afirmativas. Esses dados sugerem que a sustentabilidade da Estratégia Busca Ativa Escolar ainda possui forte dependência do **apoio prestado pela gestão nacional da Estratégia em todas as regiões, com foco no Norte, Sudeste e Sul, que apresentaram os menores percentuais de confiança na autonomia das gestões municipais**. Sugere, ainda, confiança no trabalho ofertado pelo UNICEF e Undime como gestores da BAE em nível nacional. Além disso, foi observado o alto índice de incerteza nas respostas na região Sul (56,7%), o que pode indicar uma menor

apropriação sobre a Estratégia Busca Ativa Escolar e seus modos de funcionamento.⁹⁵

Quando considerada a adesão ao **Selo UNICEF**, entre os municípios participantes, 46,8%

acreditam ser possível dar continuidade a BAE sem apoio da gestão nacional; em contrapartida, esse percentual foi de 30,5% entre municípios não participantes.

⁹⁵ A tabela com os resultados para essa questão está no Anexo 5.



A **participação no Selo UNICEF** indica maior contribuição para a **institucionalização da Estratégia** e para o **fortalecimento da capacidade de gestão local**.

Ainda em relação à continuidade da Estratégia de forma independente e autônoma pelos municípios, as entrevistas demonstraram uma perspectiva diferente daquela encontrada nos dados do *survey* realizado. Segundo os entrevistados, existe uma opinião majoritária de que a gestão municipal e estadual possui condições de dar continuidade à Estratégia Busca Ativa Escolar de forma autônoma. Contudo, também foram feitas ressalvas apontando que a **rotatividade de profissionais que atuam na BAE já afetou algumas ações da iniciativa**. Em algumas localidades entrevistadas, por outro lado, foi mencionada a **alocação de servidores efetivos na BAE**, como forma de evitar a descontinuidade nas atividades em momentos de

troca de gestão. É importante destacar que essa ação pode ser resolutive para alguns desafios e incentivada na BAE, especialmente nos contextos em que há readesão em mais de um ciclo, mas depende das capacidades institucionais do município ou do estado.

Além disso, mesmo entre as pessoas entrevistadas que afirmaram que seria possível dar continuidade às atividades sem o apoio da gestão nacional, a maioria demonstrou que esse cenário não era o desejado no momento, **e reconheceu que o apoio nacional ainda permanece relevante para continuidade da Estratégia Busca Ativa Escolar**.



“Eu acho que ficaria mais difícil sem o apoio do UNICEF. Porque o UNICEF, ele traz as informações mais atuais, as capacitações, as formações on-line, a orientação, todo um núcleo que é mobilizado para isso. A gente poderia até conseguir, mas seria mais difícil.” (Secretário de Assistência Social, Município de pequeno porte, região Nordeste)

“Eu acho que nesse momento não, porque a gente está em transição de governo. Eu acho que precisaria ficar pelo menos mais aí um ciclo” (Secretária de Educação, Município de médio porte, região Nordeste)

Outro aspecto considerado no critério de sustentabilidade diz respeito à existência de compromisso por parte dos estados e municípios em planejar ações e desenvolver metas voltadas

para o enfrentamento a exclusão escolar e para a ampliação do acesso e da permanência educacional.



A partir dos resultados dos *surveys*, foi observado que a percepção predominante entre os(as) respondentes é a de que seus **estados e municípios possuem planejamento de ações e metas direcionadas à ampliação do acesso e da permanência na escola**.

Secretários(as) e coordenadores(as) e supervisores(as) municipais e estaduais foram questionados se o **planejamento da prefeitura ou da secretaria de educação** de seus municípios ou estados previa ações voltadas para

ampliação do acesso e da permanência de bebês, crianças e adolescentes na Educação Básica. Os resultados são majoritariamente positivos, indicando os seguintes somatórios dos percentuais de concordância total e parcial⁹⁶:

97,0%

Dos atores **municipais** indicam o planejamento de ações para todas as etapas da Educação Básica.

99,5%

Dos atores **estaduais** indicam o planejamento de ações para todas as etapas da Educação Básica.

⁹⁶ A tabela com todos os dados para as respostas dos atores municipais e estaduais estará presente no Anexo 5.

Com base nos resultados dos surveys é possível observar que, considerando o compromisso e o interesse das esferas municipais e estaduais em desenvolver ações e metas que estejam comprometidas com a ampliação do acesso e da permanência escolar, existe a predominância de percepção positiva compartilhada entre atores estaduais e municipais a respeito da sustentabilidade da Estratégia Busca Ativa Escolar.

Cabe destacar, ainda, que ao serem questionados(as) sobre a **previsão, no Plano**

Estadual, de recursos financeiros, materiais e humanos necessários à implementação de ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, 82,8% dos(as) coordenadores(as) estaduais indicaram que esses recursos são contemplados. Contudo, como será aprofundado no tema seguinte “sustentabilidade técnica e operacional”, é **possível que haja uma lacuna entre o que está previsto nos planos e a efetiva alocação desses recursos**, uma vez que as avaliações indicam que ainda persistem defasagens em relação à sua adequação.

5.4.2 Sustentabilidade técnica e operacional

A disponibilidade de insumos e recursos, sejam eles materiais, humanos, financeiros ou políticos, é essencial para garantir a continuidade das ações da BAE. Sobre esse ponto, os resultados dos surveys demonstram que a disponibilização adequada e satisfatória de recursos por parte dos municípios da BAE ainda **representa um desafio**⁹⁷.

A análise das percepções de coordenadores(as) municipais e estaduais indica que os percentuais

de concordância total sobre a adequada disponibilização de recursos são, em geral, baixos, revelando **oportunidades de melhoria** nesse aspecto. Observa-se ainda uma diferença significativa entre os níveis de gestão, com os **estados apresentando resultados mais críticos que os municípios**, o que sugere maiores limitações na oferta satisfatória desses recursos em âmbito estadual.

Quadro 27. Percentual de concordância total com a disponibilização de recursos e insumos, por participação no Selo UNICEF (Coordenadores(as) estaduais e municipais).

		Coordenadores(as) municipais	Coordenadores(as) estaduais
	Recursos humanos	45,7%	14,5%
	Recursos materiais	51,9%	32,1%
	Recursos financeiros	42,0%	25,7%
	Insumos políticos	45,1%	34,2%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

A análise por região também evidenciou que os percentuais de respondentes que concordaram totalmente com as afirmações relacionadas à garantia de recursos materiais, financeiros, humanos e insumos políticos ficaram, majoritariamente, abaixo de 50%, conforme é possível observar no quadro abaixo.

⁹⁷ As tabelas com os resultados para essa questão estão no Anexo 5.

Quadro 28. Percentual de concordância total com a disponibilização de recursos e insumos, por participação no Selo UNICEF (Coordenadores(as) estaduais e municipais).

	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
 Recursos humanos	43,2%	51,4%	36,4%	41,4%	40,0%
 Recursos materiais	52,3%	56,8%	41,6%	45,5%	53,3%
 Recursos financeiros	39,8%	45,1%	32,4%	39,3%	46,7%
 Insumos políticos	48,9%	49,9%	38,8%	35,2%	46,7%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Notam-se importantes variações regionais na percepção dos(as) respondentes sobre as condições necessárias para a continuidade da BAE. **A região Nordeste se destacou positivamente**, pois apresenta os maiores percentuais de concordância total em três das quatro categorias de recursos analisadas. Por outro lado, a região Norte apresenta os menores percentuais de concordância total em todas as dimensões analisadas, fato que pode indicar que os recursos atualmente disponíveis são insuficientes para propiciar o funcionamento adequado da BAE.

A **região Sudeste**, embora seja economicamente a mais desenvolvida, apresenta percentuais baixos, com destaque negativo para a avaliação quanto à disponibilidade de insumos políticos (35,2%), dado que pode indicar uma percepção de desarticulação institucional ou falta de compromisso político com as ações da BAE nessa localidade. A região **Sul** apresentou o maior percentual de concordância total em relação à

disponibilidade de recursos financeiros (46,7%), além disso, mais da metade dos respondentes dessa região (53,3%) estão satisfeitos com os recursos materiais disponíveis.

De forma geral, cabe destacar que os resultados analisados apresentaram percentuais baixos, sendo que a maioria não chegou a 50% de respostas indicando concordância total e sugerindo que **a disponibilização de recursos e de insumos pode ser ampliada em todas as regiões**. A análise qualitativa realizada a partir das entrevistas, corrobora as percepções encontradas nos resultados dos surveys, dado que grande parte das pessoas entrevistadas relataram enfrentar dificuldades, por exemplo, com relação ao transporte, devido à ausência de um veículo próprio da BAE; falta de aparelhos eletrônicos para realizar o preenchimento dos formulários de abordagem familiar e visitas domiciliares; além do uso habitual de dispositivos eletrônicos pessoais para registro das visitas.



“Não. Não tem nada. Porque pelo que eu vi, não sei se... Eu acho que foi pelo site da Undime, que a gente tem que ter um tablet, e o auxílio pra internet, mas a gente não tem. Não tem. A gente tem o computador aqui da secretaria, que a gente tem que fazer relatório, tem que armazenar, e tem que estar com acesso à plataforma. Mas pra rua a gente não tem tecnologia, não tem como levar tecnologia. A gente usa o celular da gente pra fazer ligação, ou tipo, se não tiver papel, não tiver pra conectar, se acontecer alguma coisa de molhar, eu faço notas rápido. Mas em questão tecnológica e a questão da internet, não tem.” (Técnica Verificador - Município de pequeno porte, região Nordeste)

Por fim, os dados que indicam concordância total de municípios do **Selo UNICEF** apresentaram avaliações mais positivas quanto à adequação dos recursos disponibilizados, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 29. Percentual de concordância total com a disponibilização de recursos e insumos, por participação no Selo UNICEF (Secretários(as) municipais).

	Participantes do Selo UNICEF	Não participantes do Selo UNICEF
 Recursos humanos	60,6%	54,0%
 Recursos materiais	64,7%	52,8%
 Recursos financeiros	54,2%	43,7%
 Insumos políticos	56,1%	45,5%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.



A participação no **Selo** pode estar associada a maior **comprometimento institucional com a continuidade da BAE**, refletindo não apenas a melhor disponibilização dos recursos, mas também maior **valorização da Estratégia no interior das gestões municipais**.

Processos de avaliação e de monitoramento compõem parte essencial para garantia da sustentabilidade de projetos e programas, pois propiciam o acompanhamento constante das ações e resultados; subsidiam a tomada de decisões através de informações confiáveis; e

permitem identificar melhorias, garantindo o aperfeiçoamento contínuo. Com base nesse entendimento, os(as) participantes da pesquisa foram questionados sobre a **frequência com que a BAE e seu Plano de Ação são monitorados e avaliados**⁹⁸.



A percepção sobre o **monitoramento e avaliação da Estratégia Busca Ativa Escolar** por parte de secretários(as) municipais e dos(as) coordenadores(as) estaduais se mostrou **muito positiva**.

No **âmbito municipal**, esses processos são conduzidos com base nos **dados da plataforma da BAE**, os quais, segundo 60,4% dos(as) secretários(as), apoiam as atividades de monitoramento e avaliação. Em **nível estadual**, 65% dos(as) coordenadores(as) indicaram que o Plano de Ação da BAE é monitorado e avaliado com periodicidade trimestral ou semestral.

Em relação às ações de formação por parte dos municípios e estados participantes da BAE, o primeiro destaque se encontra no **maior engajamento com a Estratégia Busca Ativa Escolar entre municípios que participam do Selo UNICEF**. Essa configuração pode ser percebida, por exemplo, através da análise da frequência com que são promovidas formações sobre a BAE, entre participantes do Selo.



46,9% dos municípios participantes realizam essas ações **“sempre ou quase sempre”**, em contraste com apenas 28,3% entre não participantes. **Apenas 7,6%** dos municípios participantes **“nunca ou quase nunca”** realizam formações sobre a BAE, ao passo que 21,2% dos municípios não participantes indicam a não realização.

Esses dados sugerem que a participação no Selo está associada a uma **cultura de mais atividade de formação**, aspecto é essencial para a continuidade da Estratégia, especialmente em localidades com alta rotatividade de profissionais.

Cabe ressaltar, contudo, que apesar dos resultados serem mais positivos entre municípios que participam do Selo, nota-se que esses valores ainda são baixos e representam **possibilidades de**

⁹⁸ A tabela com os resultados para essa questão está no Anexo 5

ampliação de ações formativas em ambos os grupos.

A análise sobre a realização de formações, quando considerado o porte dos municípios, apresenta diferenças significativas entre as dinâmicas de cada localidade, sendo que 58,9 % de

coordenadores(as) de **municípios grandes ou metrópoles afirmam oferecer formações para sua equipe “sempre ou quase sempre”**, valor muito acima de municípios de porte médio, pequeno II ou pequeno I, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 30. Frequência em que são oferecidas formações sobre a Busca Ativa Escolar, por porte dos municípios.

Pequeno Porte I		Pequeno Porte II		Médio Porte		Grande ou Metrópole	
Sempre ou quase sempre	36,8%	Sempre ou quase sempre	41,7%	Sempre ou quase sempre	38,4%	Sempre ou quase sempre	58,9%
Às vezes	51,5%	Às vezes	41,5%	Às vezes	55,0%	Às vezes	35,1%
Nunca ou quase nunca	11,7%	Nunca ou quase nunca	16,8%	Nunca ou quase nunca	6,6%	Nunca ou quase nunca	6,0%

Fonte: Pesquisa realizada pela consultoria H&P.

Outro dado relevante é a maior ausência ou baixa frequência de formações em municípios de pequeno porte I e II que registram, respectivamente, 11,7% e 16,8%, para “nunca ou quase nunca”, por exemplo. Esses resultados sugerem que o **porte do município está relacionado à regularidade das ações formativas**, indicando possíveis desigualdades em termos de estrutura e de capacidade técnica.

Por fim, através da avaliação foi possível observar que **a continuidade da Estratégia Busca Ativa Escolar é amplamente desejada pelas pessoas respondentes dos surveys e participantes das entrevistas**. Esses grupos reconhecem a importância da BAE para o enfrentamento da exclusão escolar e para garantia da permanência educacional no país.

Contudo, esse desejo por continuidade esbarra em **desafios que limitam a sustentabilidade**, como a disponibilização insuficiente de recursos, a alta rotatividade de profissionais em determinadas localidades e a ausência de formações regulares na maioria dos municípios, especialmente os de menor porte. Esses fatores indicam a necessidade de serem elaboradas soluções contextualizadas para as realidades locais, por exemplo, através da alocação de servidores(as) efetivos na BAE, ampliação das práticas de formação continuada, com atenção especial aos municípios de menor capacidade institucional e elaboração de metas orçamentárias específicas que garantam a disponibilização de recursos para a BAE nos planejamentos municipais e estaduais.



“Acho que nem tem outro caminho. [para a continuidade] não tem mais como voltar, não tem outro caminho. É aprimorar, é tornar ela cada vez mais significativa e presente no cotidiano das instituições”

(Gestor Político - Região Nordeste)

A **avaliação da Estratégia Busca Ativa Escolar** utilizou uma metodologia robusta, pautada em métodos quantitativos e qualitativos, uso de dados primários e secundários e técnicas diversas de análise de dados, de maneira a produzir insumos fundamentados para responder as perguntas vinculadas aos critérios avaliativos estabelecidas segundo as relações causais da TdM e da Matriz Avaliativa. Com isso, obteve-se um material rico a partir do qual foi possível concluir a avaliação formativa e somativa da BAE e traçar recomendações e ações futuras para **aprimorar e potencializar ainda mais sua atuação**. Toda a avaliação e sua análise de resultados foram orientadas pela perspectiva de que a educação é um direito humano fundamental e deve ser garantido a todas as crianças e adolescentes.

Em relação aos resultados alcançados, foi possível observar a **relevância** da estratégia, refletida no aumento da adesão por parte dos municípios e no reconhecimento de sua adaptabilidade às condições de infraestrutura e ao contexto local. As razões que motivam essa adesão, como a busca por uma abordagem estruturada, integrada e com suporte técnico e metodológico, reforçam essa importância da Estratégia no enfrentamento do abandono e da exclusão escolar, especialmente em contextos marcados por maior vulnerabilidade social.

Além disso, a BAE tem se mostrado eficaz na identificação de grupos historicamente mais afetados pela exclusão educacional, como meninos negros, evidenciando sua capacidade de atuar sobre desigualdades estruturais. No entanto, persistem fragilidades, sobretudo no atendimento da faixa etária correspondente à Educação Infantil. Nessa etapa, a articulação com as Secretarias de Saúde e Assistência Social pode ser decisiva para alcançar crianças nunca matriculadas na escola e que podem ser identificadas a partir da passagem por esses serviços.

Nesse cenário, a **articulação intersetorial e intergovernamental** se apresenta como um componente estratégico, mas ainda limitado em sua efetividade. A colaboração entre estados e municípios é mais evidente nas ações de

mobilização para adesão à Estratégia, mas se mostra pouco abrangente na fase de execução, enfrentando barreiras políticas e operacionais. A avaliação identificou oportunidades para ampliar a atuação dos estados junto aos municípios, por meio do fortalecimento do compromisso estadual com o financiamento, da promoção de formações periódicas e do oferecimento de apoio técnico contínuo. A baixa cooperação dos estados no apoio ou fomento de ações voltadas à Educação Infantil reforça a necessidade de que assumam um papel mais ativo como articuladores e apoiadores dos municípios.

E, embora boa parte dos respondentes tenha indicado a participação, ao menos, das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social nas ações da estratégia, a avaliação também revelou que é necessário fortalecer o compromisso das gestões locais com a integração efetiva dessas secretarias. O Comitê Intersetorial aparece como instância central para viabilizar essa articulação. Embora ainda apresente desafios para sua constituição e funcionamento, a avaliação demonstrou sua potencialidade para promover a atuação conjunta entre as secretarias, ampliar a participação de outros órgãos nas ações da BAE e apoiar a tomada de decisões. Desse modo, consolidar o Comitê Intersetorial nos municípios e estimular a periodicidade das reuniões pode fortalecer significativamente a gestão da Estratégia nos territórios.

A avaliação da Busca Ativa Escolar também demonstrou evidências, sobretudo coletadas a partir das percepções dos atores locais, que apontam para a **efetividade da Estratégia**, especialmente no nível municipal, onde sua implementação se mostra mais consolidada. Esse fato se dá pela observação de menor retenção nos fluxos de trabalho da BAE e uso mais consistente da plataforma. No nível estadual, a implementação se mostra ainda desafiante, marcada por maior nível de incerteza nas respostas dos atores e dificuldades operacionais mais acentuadas.

Além disso, em muitos territórios ainda persistem desafios que comprometem a efetividade das ações. Um dos principais pontos diz respeito

à formação das equipes locais, que ainda ocorre de forma irregular e com baixa articulação intersetorial. Muitas dessas equipes não estão constituídas conforme a metodologia da BAE, ou seja, não contam com profissionais em todos os perfis previstos, e, em alguns casos, há acúmulo de funções por parte de um único profissional ou falta de clareza sobre os papéis e responsabilidades de cada integrante.

Somam-se a esse cenário outros aspectos relevantes, como o funcionamento dos Comitês Gestores, cujas reuniões são pouco frequentes e irregulares, e o conhecimento limitado das equipes sobre os Planos de Ação e os aspectos que o compõem. Considerando a centralidade de processos formativos e do Plano de Ação, instrumento essencial para o planejamento, a execução e o monitoramento da Estratégia, a avaliação aponta para a importância de ampliar a divulgação do Plano de Ação da BAE, promovendo maior compreensão e apropriação por parte das equipes. Também se destaca a necessidade de intensificar os momentos formativos, assegurando que essas ações ocorram de forma contínua, estruturada e com a participação efetiva de profissionais de todas as secretarias envolvidas.

Outro ponto que merece atenção é **o uso da plataforma da BAE**, que ainda necessita ser fortalecido, especialmente sua incorporação na rotina dos profissionais para que ocorra o registro das informações em tempo real, de forma a facilitar o andamento dos casos, seu monitoramento, bem como a realização de avaliações mais facilitadas sobre o avanço de resultados nas localidades. O baixo uso da plataforma compromete o potencial da Estratégia. Sendo a ferramenta um componente importante de registro e de monitoramento dos casos, estimular seu uso é primordial e pode garantir a qualificação das respostas/ações à exclusão escolar.

Apesar dos desafios e pontos de aperfeiçoamento, os resultados evidenciam que, de modo geral, **a Estratégia Busca Ativa Escolar tem gerado impacto positivo na ampliação do acesso e da permanência escolar, especialmente entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade**. A análise multivariada indica que a adesão à BAE está associada à redução das taxas de abandono, com resultados mais expressivos no Ensino Fundamental, e que o tempo de adesão potencializa esses resultados.

Além disso, a participação dos municípios no Selo UNICEF amplia a contribuição da Estratégia, inclusive em etapas com menor cobertura educacional, como Creche e Ensino Médio.

A percepção dos atores locais reforça esses achados: a maioria reconhece que a BAE torna as ações de busca ativa mais assertivas e contribui para a proteção integral de crianças e adolescentes, beneficiando também suas famílias. Assim, percebe-se que a BAE tem trazido importantes e numerosas contribuições para garantir os direitos de crianças e adolescentes, conforme os marcos legais nacionais e internacionais (por exemplo, o ECA, a Constituição Federal, os ODS e a Convenção sobre os Direitos da Criança) preconizam, especialmente o direito à educação.

No entanto, quando se observa o **recorte de gênero**, o cenário ainda exige avanços, visto que os resultados apontaram que as meninas foram aquelas que menos passaram por processos de matrícula. Além disso, a percepção dos atores indica que a contribuição da Estratégia para a redução de desigualdades educacionais entre meninos e meninas é, frequentemente, parcial. Para avançar nesse aspecto, é necessário ampliar essa discussão nos Comitês — o que ainda ocorre de forma limitada nos municípios — e passar pelo entendimento dos motivos que levam meninas a deixarem a escola. Nesse sentido, os resultados apontaram uma discrepância dos dados administrativos da BAE com os dados nacionais sobre o tema, sugerindo possíveis limitações na forma como essas informações são levantadas e/ou registradas.

Por fim, a **sustentabilidade da Estratégia** nas localidades, sem o apoio da Gestão Nacional, ainda necessita de fortalecimento e de amadurecimento. Os resultados demonstram que, tanto no nível municipal quanto estadual, há um alto grau de incerteza quanto à capacidade das gestões locais de manter a Estratégia de forma autônoma. Questões políticas, como trocas de gestão, o grau de institucionalização e de apropriação da Estratégia, bem como questões operacionais, como ausência ou baixa disponibilidade de recursos humanos, financeiros e materiais, são desafios enfrentados em todas as regiões do país, ainda necessitando de apoio e de ampliação.

Nas páginas seguintes deste relatório, será apresentado um quadro, organizado pelos critérios analisados, contendo **recomendações, boas práticas e lições aprendidas identificadas ao longo da Estratégia Busca Ativa Escolar**. Esse material foi elaborado com base nos insumos obtidos por meio dos *surveys* aplicados, bem como a partir das percepções compartilhadas pelos(as) atores(as) entrevistados(as), oferecendo subsídios relevantes para o aprimoramento da BAE. Destaca-se que o processo de elaboração das recomendações envolveu, além da análise dos dados obtidos na pesquisa com beneficiários e atores que executam a Busca Ativa Escolar, discussões e validações com equipe do UNICEF Brasil e Undime. Além disso, a expectativa é que elas sejam apresentadas também para os

governos subnacionais (*duty-bearers*) para refinamentos, encaminhamentos e aplicabilidade.

Desse modo, há um grande número e variedade de recomendações para orientar as ações futuras da BAE. Recomenda-se, no entanto, que a equipe da BAE, com o possível envolvimento de *duty-bearers*, realize um esforço de priorização das mais estratégicas para encaminhamentos de ações e seu acompanhamento.

Espera-se, nesse sentido, que as recomendações apontem caminhos futuros de atuação para a BAE, trazendo *insights* para a Gestão Nacional da Estratégia e para os governos municipais e estaduais potencializarem ainda mais sua atuação, superando as lacunas e mantendo os bons resultados já alcançados

RELEVÂNCIA

A **adaptabilidade da BAE às realidades e necessidades de municípios e estados** é essencial para que a estratégia alcance localidades onde a exclusão escolar é mais persistente e onde o apoio intergovernamental é mais necessário.



Embora a BAE foque na população em idade escolar obrigatória, sua ampliação para a primeira infância pode torná-la mais eficaz, especialmente diante das baixas taxas de escolarização de crianças de 0 a 3 anos. Recomenda-se **reforçar ainda mais a integração da BAE aos serviços da rede de proteção social — como unidades básicas de saúde e Centros de Referência da Assistência Social — por meio de protocolos intersetoriais, compartilhamento de dados, formações conjuntas e ações de campo integradas** a fim de identificar crianças dessa faixa etária cujas famílias tenham interesse por acesso à creche. Responsáveis: Municípios



Oferta de **auxílio financeiro para estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio para que permaneçam na escola em tempo integral**, com o objetivo de evitar a evasão e abandono em função da necessidade de trabalhar.



Diante das divergências observadas entre os motivos registrados na plataforma BAE e os dados nacionais, e considerando a importância de informações precisas tanto para o adequado encaminhamento dos casos quanto para a formulação de políticas públicas eficazes de enfrentamento à exclusão escolar, recomenda-se o **fortalecimento da articulação da BAE com o sistema de proteção social**, em especial para alinhamento da Lei nº 13.431/2017. O objetivo é melhor identificar e encaminhar os casos relacionados às violências e violação de direitos. Recomenda-se ainda o investimento na formação continuada do Grupo de Campo, com foco em temas como escuta ativa, abordagem empática e compreensão interseccional dos fatores que levam à exclusão escolar. Responsáveis: Estados e Municípios



Estímulo em um estado da região Nordeste para a realização da **campanha de autodeclaração de raça/cor no momento das matrículas na Secretaria**, fortalecendo processos de autorreconhecimento. Assim, o sistema de informações (Sage) está alimentado com os perfis de cor/raça dos(as) estudantes.



Recomenda-se a **ampliação dos motivos de exclusão e abandono escolar disponíveis na plataforma**, de modo a incluir, na faixa etária de 0 a 3 anos, a escolha dos responsáveis por não matricular a criança. Essa ampliação contribuirá para uma caracterização mais precisa dos motivos. Responsáveis: Gestão Nacional da Estratégia

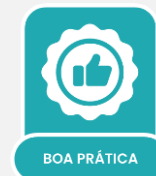


EFETIVIDADE | REGIME DE COLABORAÇÃO

Nos estados de Alagoas e Espírito Santo, segundo entrevistados, o **regime de colaboração é regido de forma institucionalizada** por meio de termo assinado pelos municípios, com vistas a garantir que, além da adesão, as ações da Estratégia sejam implementadas com o apoio da gestão estadual nas redes municipais e estaduais de ensino.



Com o objetivo de apoiar a articulação das ações da Estratégia Busca Ativa Escolar, o **estado de Alagoas oferece incentivos para apoiar a gestão municipal na educação**, incluindo articuladores de ensino que são pagos pelo estado.



Os estados de Alagoas e Espírito Santo, em contrapartida ao regime de colaboração, **oferecem apoio técnico por meio da Gerência de Sistemas** (setor que apoia com formações, material didático, avaliações etc.) e da **Gerência de Busca Ativa Escolar** (setor criado especificamente para ações da BAE).



BOA PRÁTICA

No estado do Espírito Santo existe o **cargo de coordenador do regime de colaboração para servidores efetivos municipais**, que tem como objetivo conduzir as ações que ocorrem entre estado e municípios. Esses servidores ganham uma bolsa do estado para executarem essa função.



BOA PRÁTICA

No Espírito Santo, **o recebimento de recursos financeiros do estado em editais está atrelado à Busca Ativa Escolar**. Dessa forma, os municípios, para se candidatarem ao recebimento desses recursos, precisam ter aderido à BAE e realizar suas ações.



BOA PRÁTICA

Foi identificado que **divergências político-partidárias e resistência local às atribuições da BAE dificultam a cooperação entre gestores, prejudicando a execução de ações conjuntas**. Recomenda-se investir em processos de sensibilização e de pactuação política (formalização do regime de colaboração), reforçando o caráter suprapartidário da Estratégia e valorizando boas práticas municipais. **Responsáveis: estados, com o apoio da Gestão Nacional da Estratégia.**



RECOMENDAÇÃO

A **falta de alinhamento entre estados e municípios, marcada por falhas de comunicação e diretrizes desarticuladas**, compromete a continuidade da Estratégia e a eficácia da transição escolar. Recomenda-se que o Comitê Gestor Intersectorial seja fortalecido como instância de articulação entre os entes federativos, com protocolos de comunicação definidos e produção conjunta de diretrizes operacionais para BAE. **Responsáveis: Estados e Municípios**



RECOMENDAÇÃO

Foi identificado que a **insuficiência do apoio financeiro estadual e a alta rotatividade de equipes técnicas enfraquecem a continuidade e o suporte à implementação da BAE nos municípios**. Recomenda-se reforçar o compromisso estadual com financiamento e estabilização das equipes, além de promover formações periódicas para as equipes municipais. **Responsáveis: Estados**



RECOMENDAÇÃO

EFETIVIDADE | INTERSETORIALIDADE

Uma **rotina frequente de reuniões dos Comitês (Gestor e Intersectorial)** pode contribuir para um processo mais consolidado de articulação intersectorial, com maior capacidade de coordenação e continuidade das ações. Além disso, a realização de reuniões com frequência definida e atuação coordenada pode ajudar a mitigar os desafios em relação à organização da agenda e das demandas das instituições e órgãos para atuação intersectorial nas ações da BAE.



LIÇÃO APRENDIDA

Profissionais relataram resistência à BAE por vê-la como uma sobrecarga de trabalho, agravada pela alta demanda e número reduzido de técnicos. Recomenda-se **realizar sensibilizações com as equipes sobre o papel estratégico da BAE** e garantir dimensionamento adequado das equipes, com redistribuição de tarefas e apoio institucional. **Responsáveis: Municípios (com apoio da Gestão Nacional)**



RECOMENDAÇÃO

Diante da aparente centralização das ações da BAE na pasta da Educação no Espírito Santo, é fundamental **promover ações específicas de mobilização e pactuação com as Secretarias de Saúde e Assistência Social** no estado. Recomenda-se o reforço na criação de comitês intersectoriais locais, com definição clara de responsabilidades, além de formações integradas. **Responsáveis: Estado**



RECOMENDAÇÃO

A presença do Ministério Público nos Comitês intersectoriais das regiões Norte e Nordeste é baixa: essas regiões apresentam os menores percentuais de articulação com o sistema de justiça. Recomenda-se **realizar ações de sensibilização sobre o papel do MP e do Tribunal de Contas** para incluir a participação desses entes nas ações de monitoramento e de apoio à BAE. **Responsáveis: Municípios (com apoio da Gestão Nacional)**



RECOMENDAÇÃO

As Secretarias de Saúde e Assistência Social foram majoritariamente classificadas como “pouco” ou “moderadamente envolvidas”, evidenciando fragilidade na articulação intersetorial. Recomenda-se **fortalecer o compromisso das gestões locais com a integração efetiva delas**, promovendo articulação formal, planejamento conjunto e formações intersetoriais. **Responsáveis: Municípios (com apoio da Gestão Nacional)**



RECOMENDAÇÃO

EFETIVIDADE | FLUXOS DE TRABALHO

A **disponibilização de materiais e realização de formações pela Gestão Nacional foram avaliados muito positivamente** pela maioria das pessoas respondentes do *survey*, sendo considerada por 96,6% das coordenações municipais úteis ou muito úteis para aprimorar os conhecimentos sobre a exclusão escolar.



BOA PRÁTICA

A realização de campanhas de mobilização social é uma ação da Busca Ativa Escolar que tem contribuído para sensibilizar a sociedade sobre o direito à educação e o enfrentamento da exclusão escolar. Por exemplo, a **campanha “Fora da Escola Não Pode!”** que foi implementada em 80,8% dos municípios e 67,0% dos estados, segundo os coordenadores locais.



BOA PRÁTICA

A **participação no Selo UNICEF** tem contribuído para qualificar os fluxos de trabalho da BAE, ao estimular os municípios a fortalecerem capacidades institucionais, promover a intersetorialidade e ampliar o uso de dados na gestão. Nesse contexto, a adesão ao Selo influencia positivamente o planejamento, a execução, o monitoramento e a mobilização em prol do direito à educação.



LIÇÃO APRENDIDA

Apesar da ampla implementação da campanha “Fora da escola não pode!”, a avaliação mostrou que **seu foco predominante foi em atores já vinculados ao sistema educacional**. Públicos externos, como organizações da sociedade civil, serviços de saúde, assistência social e a própria imprensa foram mobilizados em proporções significativamente menores. Recomenda-se a **diversificação do público da campanha para além da Educação**, com ampliação dos canais de comunicação utilizados e diversificação dos formatos. **Responsáveis: Estados e Municípios**



RECOMENDAÇÃO

A avaliação demonstrou que os **percentuais de satisfação com o apoio oferecido pela Gestão Nacional são menores em nível municipal**, quando comparado com as avaliações de atores estaduais. Recomenda-se que a Gestão Nacional direcione mais esforços no apoio aos municípios participantes da BAE. **Responsáveis: Gestão Nacional da Estratégia**



RECOMENDAÇÃO

No âmbito municipal, **as formações oferecidas às equipes da BAE são realizadas com menos frequência**, indicando um menor nível de institucionalização dessas atividades. Além disso, o **perfil de participantes limita a abrangência e articulação intersetorial**, devido a concentração majoritária de atores da educação. Recomenda-se ampliar a frequência e o alcance das formações da BAE nos municípios. **Responsáveis: Estados e Municípios**



RECOMENDAÇÃO

Uma parcela significativa de coordenações declarou que seu **estado ou município não possui Plano de Ação para a BAE** (22,9% nos municípios e 15,5% nos estados), ou não soube responder à questão. Dada a relevância desse instrumento para organizar e implementar a Estratégia, recomenda-se fortalecer a institucionalização e elaboração de Planos de Ação entre entes participantes. **Responsáveis: Municípios e Estados**



RECOMENDAÇÃO

Os resultados da avaliação indicam que apenas uma parcela dos municípios **discute temas como discriminação de gênero, étnico-racial e por deficiência nas reuniões dos Comitês Intersetoriais**. Além disso, **esses temas estão pouco presentes nos Planos de Ação da BAE**, o que compromete a capacidade de enfrentar desigualdades educacionais de forma estruturada e intersetorial. Recomenda-se incluir, de forma sistemática, ações voltadas à equidade nos Planos de Ação da BAE, com metas e indicadores que permitam o monitoramento contínuo e a institucionalização dessas pautas. Também é necessário garantir que essas pautas sejam incorporadas às formações e às reuniões dos comitês intersetoriais. **Responsáveis: Municípios, com apoio da Gestão Nacional.**



RECOMENDAÇÃO

IMPACTO

Atuar de forma **intersectorial potencializa a proteção integral de crianças e adolescentes**, de forma que deve ser estimulada para que elas consigam acessar, para além da educação, programas de saúde e assistência social que são essenciais para o seu pleno desenvolvimento.



LIÇÃO APRENDIDA

A **BAE tem impactado positivamente a (re)matrícula de crianças nas faixas etárias da Educação Infantil**. A taxa de (re)matrícula de crianças de 0 a 3 anos, correspondente a creche, e 4 e 5 anos, correspondente a pré-escola, são as maiores. Ainda que não representem faixas etárias de atuação da Estratégia, ampliar o apoio para elas pode fortalecer o impacto da BAE.



LIÇÃO APRENDIDA

A **menor taxa de rematrícula de meninas**, aliada à percepção a casos de subnotificação de causas como gravidez, revela fragilidades na identificação, no monitoramento e no registro de casos na BAE com recorte de gênero. Recomenda-se qualificar as equipes para identificar e registrar corretamente os motivos da evasão, com especial atenção aos fatores que afetam meninas, como gravidez, trabalho doméstico e cuidados familiares., além de integrar ações específicas de prevenção e de enfrentamento das desigualdades de gênero na educação. **Responsáveis: Gestão Nacional, Estados e Municípios**



RECOMENDAÇÃO

As **menores taxas de (re)matrícula da BAE estão localizadas nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio**. Nessas etapas também foram observados um aumento nos percentuais da taxa de abandono após rematrícula. Recomenda-se que os Planos de Ação e os fluxos de trabalho da BAE incluam essas etapas de forma prioritária das suas ações. **Responsáveis: Estados e Municípios**



RECOMENDAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

A partir dos resultados do *survey* foi observado que a percepção predominante entre secretários(as) e coordenadores(as), supervisores(as) municipais e estaduais é de que seus estados e municípios possuem ações e metas direcionadas à ampliação do acesso e da permanência escolar.



BOA PRÁTICA

A percepção sobre o monitoramento e avaliação da Estratégia Busca Ativa Escolar por parte de secretários(as) municipais e dos(as) coordenadores(as) estaduais se mostrou muito positiva. No caso municipal, 60,4% dos atores afirmaram que os dados da plataforma sempre apoiam o monitoramento e a avaliação da BAE no município; já entre as coordenações estaduais, 65,0% indicaram que o Plano de Ação da BAE é monitorado e avaliado trimestralmente ou semestralmente.



BOA PRÁTICA

A avaliação constatou que os **entes municipais participantes da BAE possuem grande dependência do apoio prestado pela Gestão Nacional**, principalmente nas regiões Norte, Sudeste e Sul, que apresentaram os menores percentuais de confiança e autonomia das gestões municipais. Recomenda-se fortalecer a autonomia municipal por meio de capacitações contínuas e suporte técnico, com foco nas regiões com menor apropriação da Estratégia, incentivando sua institucionalização nas rotinas de gestão local. **Responsáveis: Gestão Nacional da Estratégia**



RECOMENDAÇÃO

A satisfação dos(as) respondentes com os recursos humanos, materiais, financeiros e insumos políticos é baixa em todas as regiões do país, ainda que o Nordeste tenha se destacado positivamente em alguns aspectos. Os percentuais demonstram que há grande espaço para melhorias na disponibilização de recursos para a BAE. Recomenda-se criar fluxos e metas de disponibilização adequada de recursos por parte dos municípios para viabilizar a execução da BAE. **Responsáveis: Municípios**



RECOMENDAÇÃO

7.1 Termo de Referência

Esse anexo apresenta o termo de referência da avaliação.

1. Objeto

Contratação de Serviço de Avaliação Formativa e Somativa sobre a Efetividade da Estratégia Busca Ativa Escolar no Enfrentamento à Exclusão Escolar.

2. Background

2.1. Contexto

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios visando a identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandono. Desde seu lançamento, em julho de 2017, os municípios e estados que aderiram à estratégia registraram a matrícula de 290.196 crianças e adolescentes, sendo 12.746 de 0 a 3 anos (4%), 39.001 de 4 e 5 anos (13%), 96.103 de 6 a 10 anos (33%), 70.598 de 11 a 14 anos (24%), 56.168 de 15 a 17 anos (19%), e 15.878 com 18 anos ou mais (5%).

A estratégia surgiu em 2017 para enfrentar a exclusão escolar no país, um fenômeno complexo que envolve o ciclo de fracasso escolar ao qual milhões de crianças e adolescentes brasileiros são submetidos anualmente. Este ciclo começa com a desigualdade de oportunidades no acesso à educação infantil. Entre 2016 e 2022, a frequência à pré-escola no Brasil passou de 90% para 91,5%. Apesar deste avanço, as regiões norte e nordeste registraram uma redução de 83,9% para 82,8% e 94,1% para 93,6%, respectivamente. Ao todo, são 513 mil crianças que não frequentam a pré-escola no país, etapa obrigatória do nosso sistema educacional. (PNADC, 2016 e 2022).

A entrada dos estudantes no ensino fundamental é acompanhada por desigualdades sociais que desafiam e ameaçam o desenvolvimento de suas aprendizagens e, consequentemente, resultam em um processo progressivo de reprovação e abandono ao longo dos anos escolares. Em 2023, as taxas de distorção idade-série escolar na rede pública de todo o país chegaram a 8,2% nos anos iniciais do ensino fundamental, 19,3% nos anos finais do ensino fundamental, e 21,6% no ensino médio. Em 2022, o abandono escolar afetou a trajetória de 2,2% dos estudantes da rede pública matriculados nos anos finais do ensino fundamental, e 6,5% no ensino médio. (Censo Escolar, 2022 e 2023).

Portanto, a proposta de avaliação da estratégia Busca Ativa Escolar é apresentada em um cenário nacional de evolução modesta nas taxas de acesso à pré-escola e a persistência do atraso e do abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental e médio, e em um contexto de recuperação das políticas sociais do país pós-COVID-19. Exige-se, portanto, uma reflexão sobre a relevância da estratégia frente a esse cenário e, em especial, uma análise sobre a evolução das causas da evasão escolar em cada etapa de ensino.

A estratégia encontra-se com 7 anos de implementação. Uma avaliação formativa com foco nos processos foi feita em 2021, sendo necessário a adoção de uma nova perspectiva de avaliação que mensure também a efetividade e os resultados da estratégia ao longo de sua existência. Ademais, não há uma teoria de mudança vigente, sendo necessário e urgente desenvolvê-la de modo a orientar o trabalho da avaliação.

A estratégia Busca Ativa Escolar enquadra-se na área programática de Educação no novo Programa de País que é o acordo estabelecido com o governo brasileiro. A demanda para essa avaliação surgiu da Chefe de Educação do UNICEF Brasil com o objetivo de oferecer evidências direcionadas aos principais responsáveis pela iniciativa (UNICEF, Undime, municípios e estados) que permitam melhorar a sua efetividade na garantia do direito de crianças e adolescentes à educação, considerando-se a proximidade do terceiro ciclo de implementação da estratégia.

2.2. Objeto da avaliação

O objeto desta avaliação é a estratégia Busca Ativa Escolar: uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica (<https://buscaativaescolar.org.br/>) disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios para a identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Os principais objetivos desta estratégia são enfrentar e prevenir a exclusão escolar, visando a garantia do direito à educação básica obrigatória para toda a população de 4 a 17 anos.

*A adesão à estratégia é feita pelos(as) prefeitos(s), no caso dos municípios, e pelos(as) governadores(as), no caso dos estados. A implementação é realizada pelas equipes das secretarias de educação, liderança do processo, em articulação direta e constante com as secretarias de assistência social e de saúde, dentre outras. Todo o trabalho desenvolvido é apoiado tecnicamente por especialistas do UNICEF e da Undime, que gerenciam a metodologia e a ferramenta tecnológica, realizam capacitações presenciais e à distância, e oferecem suporte técnico remoto. Há pelo menos 3 formas de adesão à estratégia que devem ser observados:

- **Via estados:** adesão voluntária, feita pelo(a) governador(a) e liderada pela Secretaria Estadual de Educação. A estratégia é voltada para a inclusão escolar da rede estadual.
- **Via municípios:** há duas formas de adesão: (i) feita por opção da gestão municipal, liderada pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com Assistência Social e Saúde; (ii) induzida por meio do Selo UNICEF (<https://www.selounicef.org.br/sobre>), no qual o município que adere ao Selo se compromete automaticamente com a adesão à estratégia Busca Ativa Escolar e com o cumprimento de metas para garantir a matrícula. Ambos os modelos estão voltados para a inclusão escolar de crianças e adolescentes nas escolas da rede municipal.
- Há ainda uma adesão motivada por situações de crises e emergências, no qual a estratégia apoia municípios e estados a enfrentar e mitigar o risco de abandono escolar gerado pela situação emergencial, que pode ser enchentes, enxurradas, pandemia, seca etc.

Para todas as formas, o UNICEF e a Undime, gestores nacionais da estratégia, sensibilizam e mobilizam estados e municípios para a adesão, e oferta apoio técnico para a implementação. Uma vez realizada a adesão, o processo de implementação da Busca Ativa Escolar nos estados e municípios passa por 4 etapas: (i) Identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandoná-la, (ii) abordar e sensibilizar as famílias para identificar mais a fundo os motivos que levaram a essa situação, (iii) encaminhar os casos para atendimento dos serviços públicos da rede de proteção, como assistência social e saúde, (iv) realizar as matrículas e acompanhar os estudantes que voltaram a estudar pelo período de 1 ano para garantir que permaneçam na escola. O resultado esperado para a estratégia é a inclusão e permanência na escola das crianças e adolescentes privadas de seu direito à educação⁹⁹.

Até julho de 2024, 20 estados e 3.558 municípios aderiram ao atual ciclo de implementação da estratégia em todo o Brasil. Embora os ciclos de implementação da Busca Ativa Escolar sejam de 4 anos (período de duração dos mandatos eletivos nos municípios e estados¹⁰⁰), a adesão dos governos ocorre ao longo da gestão. A adesão é gratuita e voluntária.

O público-alvo da estratégia é composto por crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos que não estão matriculados na escola ou em risco de evasão (rights holders). Estima-se que, apenas em 2023, 1,3 milhão de crianças e adolescentes dessa faixa etária não estavam frequentando a escola (PNAD Contínua 2023). Aguarda-se a divulgação do Censo Demográfico para que seja possível obter os dados por município. As principais instituições em nível nacional são UNICEF, Undime, Congemas e Conasems, enquanto em nível subnacional são as secretarias estaduais e municipais de educação, de assistência social e de saúde, bem como a rede de proteção local (duty bearers).

Em nível subnacional, as equipes locais da Busca Ativa Escolar (comitês gestores e equipes de campo) se organizam conforme os seguintes papéis:

⁹⁹ A estratégia conta com um sequenciamento lógico de atividades e resultados, apesar de ainda não ter uma Teoria da Mudança explícita. Portanto, espera-se como parte do trabalho desta consultoria a construção dessa Teoria de Mudança, de modo a orientar o trabalho da avaliação. Esse ponto é melhor explicado na seção de metodologia.

¹⁰⁰ Estados e municípios encontram-se no segundo ciclo de implementação. Nos municípios o ciclo vigente iniciou em 2020 (2020 – 2024) e nos estados em 2023 (2023-2026).

- Gestor(a) Político: Lidera o processo de articulação política da Busca Ativa Escolar.
- Coordenador(a) Operacional: Elabora e acompanha a execução do Plano de Ação e a implementação de todas as atividades da Busca Ativa Escolar.
- Supervisor(es) Institucionais: Realiza a gestão dos casos para encaminhamento aos diversos serviços públicos.
- Técnicos(as) verificadores(as): Faz abordagem às famílias das crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandoná-la a fim de realizar pesquisa detalhada.
- Agente(s) Comunitário(s): Identifica, nos territórios onde atua, crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandoná-la, e emite alertas sobre essas situações.

Recursos importantes para conhecer melhor a estratégia estão listados abaixo:

- Biblioteca com vários recursos: <https://buscaativaescolar.org.br/biblioteca>
- Painel de dados: <https://buscaativaescolar.org.br/municipios>
- Curso online: <https://ava.unicef.org.br/login/index.php>
- Avaliação formativa (2017-2023): <https://buscaativaescolar.org.br/materiais/avaliacao-formativa>

3. Propósito, objetivos, escopo e intenções de uso e avaliação

3.1. Propósito

Essa é uma avaliação formativa e somativa que tem como propósito reunir evidências e oferecer recomendações para melhorar a efetividade da estratégia Busca Ativa Escolar.

No que se refere à parte formativa, a avaliação tem como propósitos: 1) compreender em que medida estados e municípios estão implementando a Busca Ativa Escolar em conformidade com os procedimentos previstos na metodologia (fidelidade da implementação); 2) gerar conhecimento e promover aprendizado institucional sobre o trabalho realizado pela Busca Ativa Escolar nos estados e municípios, oferecendo recomendações que permitam à gestão nacional da estratégia a incorporação e uso dos achados para garantir de forma mais efetiva o acesso e permanência de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade à educação básica; e 3) fortalecer e ampliar o *advocacy* em torno da estratégia, refinando a percepção da opinião pública sobre a importância do enfrentamento e da desnaturalização da cultura da exclusão escolar. Já no que se refere à parte **somativa**, e partindo da análise sobre a fidelidade da implementação, a avaliação busca avaliar de que forma e em que medida alguns elementos considerados como “críticos” para a estratégia estão garantindo resultados em termos de efetivação da matrícula e da permanência de crianças e adolescentes na escola.

Há pelo menos dois fatores que explicam o motivo pelo qual é relevante realizar esta avaliação no presente momento. O primeiro deles é o contexto de mudança do programa de país do UNICEF Brasil (2024-2028), o qual acarretou uma revisão das privações enfrentadas por crianças e adolescentes ao direito à educação, assim como uma reorganização das prioridades da organização para o enfrentamento dessas privações. O direito ao acesso à escola, previsto no ODS 4, permanece como uma prioridade neste novo programa, e a estratégia Busca Ativa Escolar segue como a principal resposta da organização para esse tema.

O segundo fator é a maturidade da Busca Ativa Escolar. A estratégia já se encontra em seu 3º ciclo de implementação em municípios e 2º ciclo de implementação nos estados, totalizando 7 anos de atividades em prol da redução da evasão e do abandono escolar no país. A estratégia passou por diversas fases até chegar no formato atual: uma tecnologia social para o registro e o acompanhamento intersetorial de casos de abandono e de exclusão escolar, presente em 20 estados e 3.558 municípios brasileiros. A Busca Ativa Escolar acompanha o mandato eletivo das gestões públicas e, quando ocorrem novas eleições, faz-se necessário que os novos representantes dos governos façam a (re)adesão. Desde 2017, ano em que a estratégia foi lançada, já ocorreram dois ciclos municipais (2017-2021; 2022-2024) e dois ciclos estaduais (2019-2022; 2023-2026).

Portanto, a avaliação acontece em um momento estratégico para que os atores envolvidos na Busca Ativa Escolar consigam julgar sua efetividade em uma fase avançada da implementação, fazer ajustes e tomar decisões importantes para o alcance de mais e melhores resultados no horizonte dos próximos 5 anos.

Espera-se que os produtos desta avaliação sejam utilizados pela equipe responsável pela estratégia Busca Ativa Escolar no UNICEF Brasil e na Undime, sua co-gestora, pelos parceiros estratégicos Congemas e Conasems, por outros parceiros técnicos importantes, a exemplo da Uncme, Atricon, parceiros implementadores do Selo UNICEF etc.), bem como pelas equipes em nível sub nacional, por parceiros financiadores da iniciativa, por integrantes da sociedade civil e pela equipe regional do UNICEF na América Latina. Os usos da avaliação estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela 4. Usos esperados da avaliação, segundo a categoria de usuário

Típos de usuários	Usuários	Usos da avaliação
Primário	UNICEF Brasil e Undime	• Reconhecer os potenciais e as limitações dos pressupostos estabelecidos para a estratégia no alcance dos resultados almejados. • Promover a atuação em regime de colaboração focada em garantir a matrícula e a permanência das crianças e adolescentes em todas as etapas de ensino (independente da rede administrativa). • Fortalecer arranjos intersetoriais e o advocacy em torno da desnaturalização da exclusão escolar para o enfrentamento das suas causas. • Identificar e promover modelos de implementação mais efetivos, e com melhores incentivos, de modo a fortalecer a estratégia. • Avaliar se e em que medida as capacidades desenvolvidas em estados e municípios têm sido suficientes para o alcance de resultados. • Compreender a pertinência na implementação da estratégia nos estados e municípios frente aos desafios atuais da exclusão escolar. • Avaliar as condições de sustentabilidade da estratégia em nível local. • Utilizar boas práticas identificadas na avaliação para estimular os municípios e estados para trabalharem de forma efetiva na estratégia.
	Contrapartes (Congemas, Conasems, Uncme, Parceiros implementadores, Atricon)	
	Governos subnacionais	
	Parceiros financiadores	
Secundário	Sociedade Civil	• Reconhecer e valorizar a importância da superação da cultura de exclusão escolar na sociedade. • Engajar-se na Busca Ativa Escolar como parte dos atores da rede de proteção de direitos.
	UNICEF LACRO (Latin America and the Caribbean Regional Office)	

3.2. Objetivos

1. Avaliar se os casos de exclusão e abandono escolar identificados e encaminhados pela Busca Ativa Escolar estão em sintonia com os dados oficiais sobre o tema, visando garantir a adequação da estratégia às evidências disponíveis.
2. Avaliar se, e em que medida, a estratégia Busca Ativa Escolar tem sido implementada nos estados e municípios em conformidade com os procedimentos previstos na metodologia.
3. Avaliar se, e em que medida, os pressupostos e fluxos de trabalho da Busca Ativa Escolar adotados a partir dos diferentes modelos de implementação nos estados e municípios são efetivos e sustentáveis, gerando conhecimento institucional para ajustar e aprimorar a estratégia.
4. Avaliar se, e de que forma, a Busca Ativa Escolar tem beneficiado a vida das crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias e em maior situação de vulnerabilidade, gerando conhecimento institucional para ajustar e aprimorar a estratégia.

5. Identificar boas práticas para inspirar municípios e estados a melhorarem sua atuação na Busca Ativa Escolar.

3.3. Escopo

A presente avaliação requer um exercício prévio de construção e formalização de uma Teoria da Mudança sobre a estratégia Busca Ativa Escolar em nível nacional. Este instrumento orientará o processo de elaboração do relatório inicial (*inception report*), por meio do refinamento das perguntas avaliativas, com o objetivo de garantir uma investigação adequada sobre a cadeia de relações de causa e efeito estabelecidas entre os problemas que se pretende resolver, os insumos e as atividades empenhadas pela estratégia, os produtos e resultados alcançados com a intervenção, e o impacto esperado na vida das crianças e adolescentes. Deve-se considerar também os pressupostos e riscos mapeados ao largo dessa cadeia.

O escopo temporal da avaliação corresponde a todo o período de implementação da estratégia (com início em 2017). Ainda assim, é importante reconhecer pelo menos 3 limitações a esse respeito para a coleta dos dados:

1. A adesão dos estados e municípios acontece em diferentes momentos do tempo, podendo se dar em qualquer um dos anos do mandato eletivo.
2. A alternância das equipes gestoras entre um mandato eletivo e outro, pode gerar descontinuidade na implementação da estratégia em determinados estados e municípios.
3. As mudanças na Coordenadores(as) local da estratégia podem restringir o conhecimento de parte dos atores sobre a implementação da estratégia em determinados estados e municípios.

O escopo temático da avaliação corresponde à investigação sobre o desempenho da estratégia Busca Ativa Escolar, considerando seus diferentes modelos de implementação, com foco no atendimento aos públicos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Dentre os temas de interesse desta avaliação estão:

1. A cultura de trabalho das equipes da estratégia em nível subnacional.
2. O funcionamento dos pressupostos da estratégia, nomeadamente o regime de colaboração e o trabalho intersetorial.
3. A percepção compartilhada pelas equipes da Busca Ativa Escolar sobre a cultura de fracasso e exclusão escolar, e o impacto dessa percepção na efetividade da implementação.
4. O funcionamento e a efetividade dos fluxos de trabalho da Busca Ativa Escolar, incluindo:
 - a. As capacidades locais para a realização do trabalho (políticas, recursos humanos, capacidade técnica e recursos financeiros).
 - b. Os mecanismos de identificação das crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandono
 - c. Os mecanismos de matrícula e gestão da permanência dos estudantes.
5. A sustentabilidade da estratégia na consolidação das capacidades locais de efetivação dos processos de matrícula e permanência dos estudantes na escola com aprendizagem.
6. O impacto da estratégia na vida das crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade na perspectiva de equidade para as questões de gênero, raça/cor, etnia e deficiências.

O escopo geográfico da avaliação estará limitado ao conjunto dos 20 estados e 3.558 municípios que participam da Estratégia Busca Ativa Escolar atualmente (data de referência: 3/7/24). Para a parte qualitativa da pesquisa serão construídas subamostras. As características dessas subamostras estão sugeridas na seção 5 (metodologia) deste documento.

4. Framework da avaliação

Espera-se que a avaliação seja capaz de revisar e emitir um parecer sobre a estratégia Busca Ativa Escolar orientada por critérios avaliativos, bem como responder a um conjunto de perguntas que cumpram com seu propósito e objetivos. Portanto, essa avaliação está orientada pelos seguintes critérios de avaliação sugeridos pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE): Efetividade, Relevância, Sustentabilidade e Impacto¹⁰¹. As perguntas avaliativas foram priorizadas e estruturadas de acordo com esses critérios. Essas perguntas são preliminares e espera-se refiná-las durante a etapa de desenvolvimento do relatório inicial (*Inception Report*), baseado nos achados exploratórios iniciais e na cuidadosa apreciação sobre os temas mais relevantes. As empresas licitantes devem demonstrar conhecimento sobre os critérios e perguntas avaliativas na proposta técnica, e já podem propor e explicar ajustes baseadas em seu entendimento do objeto, propósito e objetivos da avaliação. A Tabela 2 apresenta os critérios e perguntas avaliativas.

Tabela 5: Critérios e perguntas avaliativas

Temas de interesse	Critério	Avaliação Formativa	Avaliação Somativa
Pressupostos para a implementação da estratégia Busca Ativa Escolar			
Pressuposto 1: Atuação em regime de colaboração	Efetividade	Em que medida as equipes locais ¹⁰² estão atuando em regime de colaboração e de forma intersetorial em benefício da estratégia? Há evidências de que o trabalho intersetorial das equipes contribui efetivamente para a inclusão e permanência das crianças e adolescentes que estão fora da escola? Como o trabalho do UNICEF e da Undime tem contribuído para que as equipes locais qualifiquem e fortaleçam sua atuação em regime de colaboração e seu trabalho intersetorial?	Esses três pressupostos contribuíram para o alcance de resultados em termos de matrículas e permanência das crianças e adolescentes na escola?
Pressuposto 2: Cultura de trabalho intersetorial	Efetividade		
Pressuposto 3: Desnaturalização da cultura de exclusão escolar	Efetividade		
Fluxo de trabalho da estratégia nos estados e municípios			
Modelos de implementação da estratégia	Efetividade	De que forma cada modelo de implementação da estratégia Busca Ativa Escolar e seus incentivos contribuem para o alcance de resultados em termos de matrículas e permanência das crianças e adolescentes na escola?	

¹⁰¹ Veja as definições em: [https://www.oecd.org/dac/evaluation/daccriteriaforevaluatingdevelopmentassistance.htm](https://www.oecd.org/dac/evaluation/dacriteriaforevaluatingdevelopmentassistance.htm).

¹⁰² As equipes locais de implementação da Busca Ativa Escolar, cuja composição está descrita na seção 2.2 sobre o objeto da avaliação.

¹⁰³ Comunidade formada por comitês, lideranças locais, representantes da sociedade civil, entre outros.

Capacidades locais para a realização do trabalho	Efetividade	Em que medida os insumos aportados localmente, em conjunto com as capacidades técnicas e operativas das equipes locais, são suficientes para o alcance de resultados em termos de matrículas e permanência das crianças e adolescentes na escola?	
Mecanismos: Identificação, Matrícula e Permanência	Relevância	A identificação dos casos de exclusão e de abandono escolar pela estratégia está em sintonia com as evidências nacionais sobre o tema? De que forma as causas do abandono e da exclusão escolar relacionadas ao desinteresse dos estudantes pela escola têm sido identificadas e encaminhadas? Como a matrícula e permanência das crianças e adolescentes na escola tem sido garantida em contextos nos quais a oferta de vagas atende a demanda? E quando não atende?	Os mecanismos de identificação, matrícula e permanência, implementados pelas equipes locais favoreceram o alcance de resultados em termos de matrículas e permanência das crianças e adolescentes na escola?
	Efetividade	Qual é o nível de engajamento e mobilização das equipes locais nos processos de identificação, matrícula e permanência das crianças e adolescentes na escola? Em que medida as ações endereçadas aos estudantes têm contribuído para sua permanência na escola?	
Sustentabilidade e impacto da estratégia			
Sustentabilidade da estratégia	Sustentabilidade	Em que medida as capacidades desenvolvidas pelas equipes locais no âmbito da estratégia permanecem ativas em momentos críticos como: 1) troca de profissionais das equipes da estratégia; 2) descontinuidade da gestão ou novas gestões eleitas; 3) ausência do suporte oferecido pelo UNICEF e Undime Em que medida os estados e municípios recebem e investem recursos públicos na estratégia de Busca Ativa Escolar? Esse investimento contribui para a sustentabilidade da estratégia?	
Impacto da estratégia na vida das crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade	Impacto	Qual é o perfil das crianças e adolescentes atendidas pela estratégia Busca Ativa Escolar? Em que medida os casos identificados e atendidos na estratégia são de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?	A estratégia conseguiu resguardar e atender as especificidades das populações mais vulneráveis? (Considerando marcadores de gênero, raça/cor, etnia, deficiência)

Em linha com o mandato do UNICEF, a avaliação precisa adotar uma abordagem inclusiva dos direitos humanos, o gênero, a equidade e a deficiência. Estas perspectivas devem ser integradas em todas as fases/componentes da avaliação (desenho, coleta de dados, análise, relatórios, conclusões e

recomendações e equipes de avaliação) em conformidade com as orientações da UNEG e do UNICEF.¹⁰⁴ Frameworks relevantes baseados em direitos precisam ser considerados na concepção da avaliação (por exemplo, Convenção dos Direitos da Criança). Além disso, as empresas licitantes precisam explicar em suas propostas técnicas como pretendem operacionalizar essas perspectivas na abordagem e no processo da avaliação.

Durante a fase inicial, a equipe de avaliação precisa desenvolver uma matriz que explique como cada questão será avaliada, através de que critérios e indicadores de julgamento, e com que métodos e fontes. Os direitos humanos, o gênero, a equidade e a deficiência precisam ser claramente integrados na matriz. O Anexo 1 inclui um modelo de matriz de avaliação, que consiste em uma ferramenta de avaliação crítica que descreve de forma transparente como os critérios e questões de avaliação serão considerados e precisa ser específica e abrangente.

5. Metodologia

5.1. *Desenho metodológico*

Elementos metodológicos para a contextualização da avaliação

Como parte de contextualização da avaliação, é esperado que a equipe faça uma revisão de literatura combinando artigos acadêmicos e documentos oficiais da estratégia que permita familiarização sobre o fenômeno da exclusão escolar e a privação ao direito à educação de crianças e adolescentes no Brasil, o histórico da estratégia Busca Ativa Escolar e seus mecanismos de funcionamento nos estados e municípios brasileiros, e os achados e encaminhamentos feitos sobre a avaliação formativa recente da estratégia.

Na sequência da revisão de literatura, a equipe deve utilizar dados de fontes secundárias para fazer uma análise descritiva acerca das informações sobre os casos e motivos da exclusão escolar no Brasil, presentes na Plataforma Busca Ativa Escolar e nas pesquisas nacionais oficiais que tratam sobre a frequência escolar dos estudantes (principalmente a PNAD Contínua, o Censo Escolar e o Censo Populacional). Esse levantamento será útil tanto para contextualizar o problema com as evidências disponíveis, como para apoiar a resposta de perguntas sobre a relevância da estratégia para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar no país.

Abordagens e métodos sugeridos para a avaliação

É esperado que o desenho metodológico da avaliação seja capaz de articular três abordagens avaliativas para responder às perguntas apresentadas anteriormente.

Abordagem baseada na teoria (Theory-based approach)

A avaliação será orientada pela teoria de mudança da estratégia Busca Ativa Escolar, instrumento a ser construído pela própria equipe de avaliação. Uma vez finalizado, a equipe de avaliação deverá relacionar as perguntas avaliativas¹⁰⁵ à cadeia de relações causais estabelecida entre os diversos elementos da teoria de mudança (problema – insumos – atividades – produtos – resultados – impacto)¹⁰⁶.

Para a construção da Teoria de Mudança, sugere-se o engajamento dos gestores nacionais da estratégia por meio de oficinas de co-criação e eventual consulta a representantes de estados e municípios que participam da implementação no nível subnacional.

¹⁰⁴ UNEG (2014) *Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluations*; UNEG (2018) *UN-SWAP Evaluation Performance Indicator on Gender Equality and the Empowerment of Women (GEEW)*; UNICEF (2019) *UNICEF Guidance on Gender Integration in Evaluation*; UNICEF (2022) *Disability-inclusive evaluations in UNICEF: Guideline for achieving UNDIS standards*.

¹⁰⁵ Algumas sugestões de perguntas avaliativas já se encontram na seção 4 deste termo de referência.

¹⁰⁶ Observe que todas as perguntas sugeridas com a estrutura “Qual é o efeito de X sobre os resultados?” buscam compreender a efetividade da estratégia testando, de forma explícita e intencional, as relações lógicas estabelecidas entre insumos/atividades/produtos e as expectativas de resultado.

Abordagens e métodos mistos (Mixed methods approach)

- Análise quantitativa

O objetivo da parte quantitativa será coletar, sistematizar e analisar dados numéricos que ajudem a responder e fazer inferências sobre as perguntas avaliativas, garantindo a representatividade do conjunto de elementos que fazem parte da estratégia.

Sobre a coleta e sistematização de dados de fontes secundárias, sugere-se o uso de: 1) dados oficiais sobre frequência e abandono escolar, provindos de órgãos estatísticos nacionais como INEP e IBGE; 2) dados coletados nos estados e municípios, por meio da plataforma de Busca Ativa Escolar, relacionados à rematrícula e acompanhamento escolar de crianças e adolescentes que abandonaram a escola.

Já em relação às fontes primárias, sugere-se a coleta e organização de informações presentes em documentos oficiais / registros administrativos, e a aplicação de questionários estruturados direcionados a uma amostra de informantes-chave que considere 4 dimensões:

- Territorial: Nacional, Regional, Estadual, Municipal
- Populacional: Metrôpoles e municípios de grande, médio e pequeno porte
- Programático: Modelos de implementação da estratégia (Agenda Cidade UNICEF, Selo UNICEF, e fora das iniciativas)
- Funcional: Grupo de indivíduos conforme a sua função na estratégia (gestor(a) político, coordenador(a) operacional, supervisor(es) institucionais, técnicos(as) verificadores(as), agente(s) comunitário(s), beneficiários)

O desenho amostral para a coleta de dados primários deve ser representativo, pelo menos, nos níveis nacional e para as regiões norte e nordeste, e construído sobre o universo de estados e municípios participantes da estratégia Busca Ativa Escolar, utilizando como referência para cálculo da amostra os parâmetros apresentados neste link. A coleta dos dados poderá ser feita remotamente, a partir do uso de ferramentas de envio de questionário em massa e telefonemas. A equipe do UNICEF possui uma base de dados com os contatos dos municípios e estados que aderiram à estratégia, a qual será disponibilizada exclusivamente para os fins da pesquisa.

A análise dos dados poderá ser feita por meio de estatísticas descritivas e inferenciais sobre a população envolvida na estratégia Busca Ativa Escolar. A escolha das perguntas avaliativas que serão analisadas com métodos quantitativos deve ser feita e justificada na proposta técnica, utilizando a matriz da avaliação para explicitar essas escolhas.

- Análise qualitativa

O objetivo da análise qualitativa será aprofundar a compreensão sobre as perguntas avaliativas, apurando o olhar sobre elementos não observáveis por meio dos dados quantitativos, e triangulando os achados com a parte quantitativa.

Dentre os métodos sugeridos para o desenvolvimento da proposta técnica estão: entrevistas semiestruturadas e grupos focais com atores-chave da iniciativa. Outros métodos podem ser incorporados para enriquecer a avaliação, tais como: a revisão de dados administrativos do projeto, como os registros de casos de exclusão escolar e da permanência dos estudantes na escola, registros de visitas dos pesquisadores e observação dos trabalhos da Busca Ativa Escolar no campo, entre outros.

O desenho amostral dos municípios e estados participantes deverá considerar as mesmas dimensões sugeridas para a parte quantitativa. Entretanto, não é esperado que a amostra seja representativa, mas sim que garanta a proporcionalidade dos diferentes estratos, e que a escolha de cada participante seja intencional e suficiente para responder as perguntas avaliativas.

Encorajamos que a coleta de dados para a parte qualitativa seja feita presencialmente. Seguem abaixo alguns parâmetros para o cálculo dessa parte da metodologia:

1. Visitar entre 15 e 30 municípios, divididos em dois polos (Norte e Nordeste).
2. Minimizar as distâncias entre municípios sem perder a diversidade de situações apresentadas nas dimensões de construção da amostra.
3. Considerar a visita em pelo menos 5 a 7 municípios afastados dos centros urbanos.
4. Considerar viagens em novembro, dois dias de visita por cidade.

Todos os custos envolvidos na coleta de dados devem ser devidamente considerados na proposta financeira.

Box 1: A avaliação formativa da Busca Ativa Escolar (2023) como insumo

Em 2023 o UNICEF divulgou o [relatório da avaliação formativa da Busca Ativa Escolar](#), que teve como objetivo compreender os principais ganhos, gargalos e aprendizados da estratégia após os primeiros quatro anos de implementação no Brasil (2017-2020). Em relação à metodologia, foram utilizados métodos mistos e a abordagem avaliativa priorizou as dimensões de eficácia (o cumprimento dos objetivos) e eficiência (o alcance dos resultados) da estratégia.

Sugerimos conhecer um pouco mais do relatório e dos [instrumentos de coleta deste estudo](#), tanto para a familiarização e contextualização sobre a Busca Ativa Escolar, quanto para considerar o uso dos resultados na construção de uma linha de base para algumas das perguntas da presente avaliação.

Abordagem participativa (Participatory approach)

Espera-se que os proponentes considerem abordagens participativas que garantam o engajamento e promovam a escuta ativa dos atores envolvidos na implementação da estratégia e dos beneficiários em todas as etapas desta avaliação. São encorajadas abordagens inovadoras que sejam capazes de comunicar de forma efetiva as perspectivas dos diferentes atores, enriquecendo as análises e achados, e aumentando as chances de uso efetivo das recomendações.

Dentre os métodos sugeridos para coleta de dados para constar na proposta técnica estão o uso de relato de histórias de vida, estudos de caso, diários de campo com registros sobre a perspectiva das pessoas envolvidas (incluindo depoimentos), entre outros. Sugere-se que a coleta de dados seja feita presencialmente e de forma concomitante à etapa qualitativa da pesquisa.

Box 2: Observações importantes sobre a construção da metodologia na proposta

Explicando e justificando escolhas: é esperado que os proponentes indiquem, na proposta técnica, os métodos e os desenhos amostrais que serão utilizados na avaliação, explicando e justificando as escolhas com base nas orientações oferecidas nos termos de referência e, em especial, demonstrando como as perguntas avaliativas serão respondidas.

Garantindo a devida atenção às populações vulneráveis: é esperado que a metodologia priorize e esteja atenta para perspectivas de populações vulneráveis, que são as mais afetadas pelo fenômeno da exclusão escolar. Neste sentido, características como gênero, raça/cor, etnia, deficiências devem ser observadas e analisadas de maneira transversal na avaliação. As análises e recomendações devem visar a equidade ao direito à educação.

5.2. Normas e considerações éticas para a avaliação

A avaliação deve seguir as normas e padrões de avaliação das Nações Unidas e do UNICEF: [UNEG Norms and Standards \(2016\)](#), [UNEG Code of Conduct for Evaluation in the UN system \(2008\)](#), e UNICEF Evaluation Policy (2023). A avaliação deve ser independente e centrada na utilidade, e será realizada de forma objetiva, imparcial, aberta e participativa, permitindo que as vozes de todas as partes interessadas relevantes sejam ouvidas e utilizando evidências empiricamente verificadas que sejam válidas e fiáveis. Qualquer conflito de interesses potencial ou existente precisa ser declarado.¹⁰⁷

Além disso, a avaliação será orientada pelos princípios éticos de respeito, beneficência, justiça, integridade e responsabilidade, conforme descrito no [Procedimento do UNICEF sobre Padrões Éticos em Pesquisa, Avaliação, Coleta e Análise de Dados \(2021\)](#) e em linha com as [Diretrizes Éticas da UNEG para Avaliação \(2020\)](#). É essencial que a equipe de avaliação mantenha o respeito pela dignidade e diversidade dos indivíduos entrevistados, tenha em consideração o respeito pelos direitos humanos, a igualdade de gênero e não deixe ninguém para trás (incluindo pessoas com deficiência) durante todo o processo de avaliação, e explicitamente considerar os preconceitos atuais e potenciais e prevenir a discriminação com base no gênero, raça, deficiência ou outros fatores. A equipe precisa tomar as medidas apropriadas para preservar a confidencialidade dos dados, a privacidade dos participantes e obter o consentimento informado.¹⁰⁸ É também necessário minimizar os riscos associados a quaisquer possíveis consequências negativas e maximizar os benefícios para as principais partes interessadas, prevenindo danos ou lesões desnecessárias que possam surgir das conclusões de uma avaliação negativa ou crítica, sem comprometer a sua integridade. Se necessário, as empresas licitantes terão de passar por uma avaliação de risco institucional da sua capacidade de prevenir e/ou responder a eventuais casos de exploração e abuso sexual, perpetrados pelo seu próprio pessoal, contra membros vulneráveis da comunidade que possam participar no processo de avaliação.

Em linha com os [padrões de envolvimento significativo dos jovens na avaliação \(2023\)](#) e as [orientações do UNICEF sobre a participação dos adolescentes no monitoramento e avaliação dos programas do UNICEF \(2019\)](#), incentiva-se a incorporar as vozes dos adolescentes e dos jovens na avaliação. Ao entrevistar ou levantar pesquisas com crianças e adolescentes, é essencial que a equipe de avaliação consulte as diretrizes do UNICEF, [Pesquisa Ética Envolvendo Crianças \(2013\)](#).¹⁰⁹ Quando grupos cuja agência pessoal é limitada, como crianças e adolescentes, estão envolvidos como participantes, a avaliação deve passar por uma revisão ética externa relevante. O Procedimento de Ética do UNICEF (2021) estabelece os critérios para a revisão ética, incluindo a geração de evidências sobre assuntos sensíveis, com coortes vulneráveis ou em contextos de risco. A avaliação não poderá prosseguir com a recolha de dados antes de ser aprovada por um conselho ou painel de revisão ética (isto deve ser incluído no plano de trabalho e coberto pelo orçamento da proposta, salvo indicação em contrário).¹¹⁰

Na sua proposta técnica, a equipe de avaliação deve indicar claramente quaisquer possíveis questões éticas, descrever as salvaguardas éticas para os participantes e as medidas para resolver as questões éticas, e especificar a supervisão e os mecanismos de revisão ética que são aplicáveis ao processo de avaliação.

2. Plano de trabalho e produtos

¹⁰⁷ Os membros da equipe de avaliação são obrigados a declarar na sua proposta qualquer experiência passada, sua ou da sua família imediata, que possa dar origem a um potencial conflito de interesses e indicar como resolver qualquer conflito de interesses.

¹⁰⁸ O consentimento informado deve ser obtido de todos os participantes na coleta de dados. Caso crianças participem na coleta de dados, é necessário obter o seu consentimento. A participação deve ser voluntária, negociável e explicada aos participantes.

¹⁰⁹ Veja também: [Participação de adolescentes em monitoramento e avaliação no UNICEF \(2019\)](#).

¹¹⁰ Caso a empresa selecionada possua mecanismos próprios de revisão ética, poderá substituir o comitê externo, desde que esses mecanismos cumpram os padrões mínimos de qualidade estabelecidos no Procedimento do UNICEF. Sempre que a legislação exija a revisão ética por uma entidade nacional, esta deverá ser seguida. O UNICEF tem um contrato global (Acordo de Longo Prazo) para revisões éticas externas, que também poderia ser utilizado.

A avaliação deverá ser realizada no período de 10 meses (entre Setembro 2024 e Julho de 2025). O processo de desenvolvimento da avaliação foi dividido em 4 etapas:

Etapa de concepção: concepção dos fundamentos da avaliação.

Etapa de campo: coleta de dados no campo, sistematização e apresentação dos resultados preliminares.

Etapa de relatoria: desenvolvimento e validação dos relatórios finais da avaliação.

Etapa de disseminação: produção de materiais de disseminação e apresentação dos resultados para os principais atores envolvidos na estratégia Busca Ativa Escolar.

É esperado que a empresa licitante desenvolva, na proposta técnica, um plano de trabalho detalhando para cada uma das etapas mencionadas acima. Um exemplo pode ser encontrado no anexo 2. O plano de trabalho deve ser realista e alinhado ao escopo da avaliação. Para melhor dimensionar esse plano de trabalho, a seção 6.1. apresenta as principais atividades e a duração esperada para cada etapa.

2.2. Principais etapas e atividades da avaliação

A avaliação está dividida em 4 etapas: concepção, trabalho de campo, análise de resultados e relatoria, e disseminação. As atividades e os prazos esperados para cada etapa estão descritos na tabela abaixo.

Tabela 6: Principais etapas e atividades da avaliação

Etapas	Atividades	Duração
Etapa de concepção	• Reunião inicial (briefing) • Entrevistas de orientação com as principais partes interessadas para ajudar a compreender o objeto da avaliação e seu contexto, expectativas de avaliação e identificar documentos-chave • Revisão e mapeamento inicial de documentos/literatura/dados • Análise/mapeamento das partes interessadas • Construção da teoria da mudança • Desenvolvimento do quadro de avaliação, matriz, metodologia e plano de trabalho • Elaboração do relatório inicial, sua apresentação e revisão de qualidade	SET/24 – OUT/2024
Etapa de trabalho de campo	• Revisão contínua de documentos e análise de dados secundários • Pilotagem de pesquisa e treinamento para o trabalho de campo • Coleta de dados primários • Análise e triangulação de dados • Análise/apresentação de resultados preliminares	NOV/2024 – DEZ/2024 Importante: as atividades de campo precisam ser realizadas antes da mudança de gestão em função das eleições.
Etapa de análise de resultados e relatoria	• Elaboração do relatório final para a Educação Infantil • Elaboração do relatório final para o Ensino Fundamental I e II, com análises separadas para essas etapas de ensino. • Elaboração do relatório final consolidado • Revisão da versão final dos relatórios pelo gerente de avaliação e grupo de referência • Workshop de validação de resultados e recomendações • Finalização dos relatórios	JAN/2025 – MAR/2025
Etapa de disseminação	• Desenvolvimento de um resumo em Power Point e um <i>policy brief</i> para apresentar os principais achados e recomendações da avaliação. • Apresentações dos resultados da avaliação, conclusões e recomendações para: • Equipe gestora da Busca Ativa Escolar (UNICEF e Undime) • Parceiros (Fundação Bracell) • Contrapartes (Congemas, Conasems, parceiros implementadores, Uncme, Atricon e outros) • Estados e municípios	JAN/2025 – MAR/2025

2.3. Produtos e cronograma de pagamento

Os produtos que devem ser entregues para os fins da presente contratação incluem: relatórios de progresso da avaliação, infográfico contemplando resultados e recomendações para a estratégia, e apresentação dos resultados. Em relação aos relatórios, é importante observar que o UNICEF exige padrões mínimos de formato e conteúdo, os quais podem ser encontrados nos links abaixo:

Relatório parcial: <https://www.unicef.org/media/54786/file>

Relatório final: <https://www.unicef.org/evaluation/documents/unicef-adapted-uneg-evaluation-reports-standards>

A tabela abaixo apresenta a relação de produtos a serem entregues, as especificações de cada produto, os prazos de entrega e o percentual a ser pago do montante deste contrato para cada entrega.

Tabela 7: Produtos e cronograma de pagamento

Produto	Descrição	Data de entrega	Pagamento (valor e %)
Relatório inicial	Relatório de 40 páginas (excluindo anexos)		
Instrumentos da coleta de dados	- Questionários e roteiros de entrevista - Desenho do plano amostra	OUT/2024	25%
Insumos da coleta de campo	- Registros das entrevistas e grupos locais - Bases de dados dos questionários estruturados	JAN/2025	25%
Apresentação dos resultados parciais	Apresentação com 20 lâminas		
Relatório final: Educação Infantil	- Relatório de 40 páginas, diagramado, incluindo o sumário executivo e excluindo anexos - Apresentação diagramada com até 20 lâminas		
Relatório final: Ensino Fundamental I e II	- Relatório de 40 páginas, diagramado, incluindo o sumário executivo e excluindo anexos - Apresentação diagramada com até 20 lâminas	MAR/2025	30%
Relatório final consolidado	- Relatório de 70 páginas, diagramado, incluindo o sumário executivo e excluindo anexos		
Uma página com mensagens-chave	- 1 lauda com as principais mensagens da avaliação para comunicação em reuniões e encontros com a imprensa.		
Apresentação dos resultados	- Realizar duas apresentações de resultados: público e formato a serem definidos.	JUL/2025	20%
Infográfico com principais achados e recomendações	Infográfico diagramado de 1 página A3 apresentando os principais achados e recomendações da avaliação.		

Para verificar a expectativa quanto à estrutura dos relatórios, favor dirigir-se ao anexo 3.

3. Gestão, governança e garantia da qualidade da avaliação

3.2. Arranjos de governança e gestão

A governança da avaliação será compartilhada por três equipes/grupos com diferentes papéis, conforme explicado abaixo. Os membros de cada equipe/grupo, bem como as suas rotinas de trabalho, serão definidos na etapa de concepção da avaliação (seção 6).

Equipe de avaliação: A equipe de avaliação é responsável pela concepção, implementação e relatoria da avaliação, sendo esta realizada dentro dos prazos, com qualidade, de modo alinhado aos Termos de

Referência e em conformidade com as normas, padrões, políticas e de avaliação da UNEG e do UNICEF. A equipe de avaliação fornece atualizações de progresso de forma transparente e periódica, bem como partilha o progresso do seu trabalho conforme necessário e solicitado pelo gestor da avaliação, visando uma supervisão adequada e garantia de qualidade. A equipe apoia oportunidades de utilização da avaliação, por exemplo, partilhando resultados preliminares ou/ou participando em eventos.

Membros: profissionais da empresa contratada

Equipe gestora da avaliação: A avaliação será gerida por um grupo composto de especialistas e oficiais das áreas de Educação e Monitoramento e Avaliação do UNICEF e a Coordenadores(as) da Busca Ativa Escolar pela Undime nacional. A equipe gestora da avaliação supervisiona as tarefas, atua como elemento de ligação principal com a equipe de avaliação, coordena a avaliação dentro do UNICEF e facilita o acesso aos dados e o contato com as partes interessadas. Depois das partes interessadas terem tido ampla oportunidade de comentar os resultados preliminares, a aceitação dos produtos finais permanece com a equipe gestora da avaliação.

Membros: oficiais do UNICEF e representantes da UNDIME.

Grupo de Referência de Avaliação (GRA): Será criado um GRA para apoiar os consultores e a gestão da avaliação a título consultivo. A sua função principal é facilitar o acesso à informação/informantes e fornecer feedback sobre os resultados preliminares da avaliação.

Membros: empresa contratada, UNICEF, representantes da UNDIME, parceiros doadores, institutos de pesquisa e outros atores interessados no tema.

3.3. *Garantia de qualidade da avaliação*

A garantia da qualidade é vital para uma avaliação credível e útil. A garantia de qualidade consiste numa abordagem multinível que deve ser integrada no processo de avaliação e no plano de trabalho dos avaliadores. O líder da equipe de avaliação precisa garantir que os processos e produtos de avaliação atendam aos padrões de qualidade 14 e aos requisitos estabelecidos nos Termos de Referência. Cada produto será analisado pelo Escritório Nacional do UNICEF e pelas contrapartes (o gestor da avaliação e o ERG), bem como pelo Escritório Regional do UNICEF.

A equipe de avaliação deve integrar e responder aos comentários recebidos e submeter uma versão revista de cada produto final. O pagamento de cada entrega somente será efetuado quando a versão revisada do relatório for recebida e aprovada, incorporando de forma satisfatória os comentários recebidos conforme avaliação do gestor de avaliação. A equipe de avaliação deve responder a todos os comentários de forma transparente através de um registo de comentários e respostas que é partilhado com o gestor da avaliação. Se a equipe de avaliação considerar que não é apropriado fazer ajustes nos relatórios/resultados com base em determinados comentários, deverá fornecer uma justificativa no registro dos comentários.

O relatório de avaliação final será revisto e avaliado ex post pelo mecanismo de avaliação de qualidade do UNICEF, conhecido como [Sistema Global de Supervisão de Relatórios de Avaliação \(GEROS\)](#). Embora a revisão ocorra após a finalização e publicação do relatório, espera-se que o relatório cumpra os parâmetros de referência do GEROS que se baseiam nos padrões de relatório do UNICEF.

4. Disseminação

A comunicação e divulgação eficazes dos resultados, conclusões e recomendações da avaliação são fundamentais para a utilização e influência que terá. Além do relatório de avaliação, espera-se que a equipe forneça/apoie os seguintes produtos e atividades de divulgação (ver também a secção 6.2):

- Uma página com mensagens principais (relacionadas com lições aprendidas e/ou resultados/conclusões principais) que podem ser utilizadas para o desenvolvimento de produtos de divulgação.

- Um resumo executivo da avaliação, visualmente atraente (2-4 páginas), que sumarie a avaliação, os principais resultados/conclusões, lições aprendidas e recomendações.
- Uma apresentação presencial (incluir deslocamento na proposta).
- Duas apresentações em eventos estratégicos a serem definidos pela equipe gestora da avaliação.

Todos os produtos de avaliação final (incluindo o relatório) precisam ser editados e desenhados graficamente com padrões de alta qualidade, garantindo o uso de uma linguagem coesa, de fácil leitura e gramaticalmente correta e uma organização visualmente atraente da informação, que adira ao estilo do UNICEF e diretrizes de marca.

Os proponentes são incentivados a propor formas de melhorar a atratividade visual e a legibilidade do relatório de avaliação, bem como produtos de divulgação inovadores, explicando a utilização pretendida e os públicos-alvo dos diferentes produtos. O custo dos produtos de divulgação, para além do relatório de avaliação, precisa de ser especificado na proposta financeira.

5. Perfil da equipe de avaliação

Espera-se que a equipe de avaliação seja multidisciplinar, composta por profissionais com qualificação técnica e experiência adequadas para a entrega dos produtos mencionados neste documento.

1. Perfil do(a) líder de equipe

Qualificação acadêmica em ciências sociais, desenvolvimento internacional, urbanismo social, educação, gestão/administração pública, economia, estatística, ou áreas correlatas, com pelo menos uma pós-graduação ou equivalente. São desejáveis qualificações acadêmicas específicas em avaliação.

- Experiência comprovada (mínimo 8 anos exigidos) na concepção e implementação de avaliações
- Experiência comprovada no desempenho da função de líder de equipe em avaliações (mínimo 3 avaliações)
- Conhecimento e experiência setorial (de preferência através de avaliação ou pesquisa) em educação e em ações intersetoriais
- É desejável experiência anterior de trabalho ou consultoria com o UNICEF (e sistema ONU), particularmente no campo da avaliação, e compreensão do trabalho do UNICEF
- Conhecimento das normas e padrões de avaliação da UNEG e como incorporar a ética nos processos de avaliação
- Conhecimento e experiência na integração de direitos humanos, gênero, equidade e deficiência na avaliação ou investigação.

2. Perfil de outros membros da equipe

- Qualificação acadêmica em ciências sociais, desenvolvimento internacional, urbanismo social, educação, gestão/administração pública, economia, estatística, ou áreas correlatas, com pelo menos uma pós-graduação ou equivalente. São desejáveis qualificações acadêmicas específicas em avaliação e investigação.
- Conhecimento e experiência em educação e em ações intersetoriais.
- Conhecimento e experiência na concepção e implementação das seguintes abordagens/desenhos de avaliação (além de qualquer conhecimento acadêmico, experiência comprovada através de pelo menos 3 avaliações): avaliação baseada em teoria, métodos mistos e métodos participativos.
- Conhecimento e experiência na concepção e implementação dos seguintes métodos de coleta de dados (além de qualquer conhecimento acadêmico, experiência comprovada através de pelo menos 3 avaliações): questionários estruturados, entrevistas em profundidade, grupos focais, observação e registro de campo, métodos participativos inovadores.
- Experiência comprovada no desenvolvimento de teorias de mudança e sua utilização para orientar avaliações.

- Conhecimento e experiência na integração de direitos humanos, gênero, equidade e deficiência na avaliação ou investigação.
- Experiência no desenvolvimento de produtos de divulgação atrativos.

3. Perfil da empresa

- Experiência de implementação de avaliações e coleta de dados no país, sendo um diferencial a abordagem junto aos governos subnacionais.
- Experiência de implementação de avaliações na mesma área/setor objeto da avaliação.

6. Condições de trabalho

O trabalho será conduzido de forma remota. Todas as viagens para atividades de campo e apresentações serão de responsabilidade da equipe de pesquisa e deverão ser previstas na proposta orçamentária desta avaliação.

7. Direitos de propriedade

Todos os documentos, materiais ou produtos gerados através desta atribuição são propriedade do UNICEF e não podem ser utilizados por terceiros sem autorização do UNICEF.

8. Processo de aplicação e requerimentos para a proposta

Com base nas informações deste Termo de Referência, os proponentes deverão elaborar suas propostas de serviço, com espaço para proporem abordagens, metodologias, propostas quantitativas etc.

O UNICEF poderá realizar uma sessão pública on-line (através das ferramentas Microsoft Teams ou Zoom) para esclarecimento de eventuais dúvidas sobre o referido processo de licitação. Mais detalhes acerca desta sessão serão divulgados no site do UNICEF Brasil: <https://www.unicef.org/brazil/oportunidade-para-fornecedores>.

Para a avaliação da qualificação e experiência da empresa:

Apresentação de documentos, tais como: certificados de capacidade técnica e declarações que certificam a conclusão de projeto similar ou serviço de consultoria prestados no passado. O documento deve conter informações suficientes que permitam a análise adequada das experiências e também conter informações sobre o emissor com contato de referência.

Para a avaliação da qualificação e experiência da equipe técnica:

Experiências e Qualificações: A experiência de trabalho deve ser comprovada por currículo, informando os locais de trabalho e seus contatos, a função desempenhada, o período de conclusão etc. Para o currículo deve ser anexado outros documentos atestando a experiência profissional, tais como informações sobre livros ou artigos publicados, detalhada informações sobre o escopo dos serviços executados, contratos assinados, relatórios ou estudos realizados etc. Quanto às qualificações informadas, as mesmas deverão ser evidenciadas através de devida documentação (certificado, declaração etc).

Nota: O UNICEF reserva-se o direito de solicitar esclarecimentos aos proponentes sobre qualquer informação apresentada na proposta.

As propostas serão avaliadas por uma equipe do UNICEF para verificação os méritos em dois quesitos: técnico e de valor do serviço.

As propostas devem, imprescindível e unicamente, ser enviadas pelo site UNGM. Não serão aceitas propostas enviadas por meio físico nem por e-mail. As propostas devem ser submetidas até o respectivo prazo de recebimento. A documentação deverá ser composta de 1 arquivo para a proposta comercial/preço e 1 arquivo para a proposta técnica separadamente. Os demais documentos de apoio e comprovações técnicas, deverão estar anexadas à proposta técnica.

As propostas técnica e financeira devem ser enviadas em arquivos separados. Deverá ser também encaminhado o REQUEST FOR PROPOSAL FOR SERVICES FORM, constante nas páginas 3, 4 e 5 do documento "Request for Proposal", devidamente preenchido e assinado. Caso o REQUEST FOR PROPOSAL FOR SERVICES FORM não seja enviado e assinado junto com as propostas separadas (proposta técnica e comercial separadamente), sua empresa SERÁ DESCLASSIFICADA POR NÃO ATENDER OS TERMOS E CONDIÇÕES do UNICEF

Documentação esperada para a comprovação técnica

- Experiência da equipe proponente
- Curriculum dos integrantes
- Portfólio de produtos/serviços
- Certificado de capacidade técnica

Documentação adicional necessária

- Comprovante bancário, que poderá ser a cópia de cheque cancelado ou cabeçalho do extrato bancário. Nestes deverão constar o nome do banco, nome da empresa, CNPJ e número de agência e conta.
- Os demonstrativos financeiros de dois anos mais recentes para o exercício financeiro completo. Preferencialmente auditada;
- Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social; reconhecido pela junta comercial e com a comprovação da diretoria em exercício;
- Cartão CNPJ

Conteúdo da proposta técnica

- Introdução
 - o Contexto
 - o Objeto da avaliação
 - o Escopo da avaliação
- Abordagens da avaliação
 - o Matriz da avaliação (ver anexo 1)
- Metodologia
 - o Métodos a serem utilizados
 - o Desenho amostral
- Produtos a serem entregues
- Cronograma de trabalho

A proposta técnica deve evitar a repetição do que está declarado nos Termos de Referência e deve enfatizar o pensamento conceitual e os métodos que o proponente espera utilizar.

Certifique-se de que o nível de esforço [NDE] a ser empenhado pelos membros nomeados da equipe em cada fase esteja visível na proposta técnica. Os dados de custos não podem ser incluídos nesta proposta técnica. Essas mesmas informações de NDE com dados adicionais de custos devem constar da proposta financeira.

Conteúdo da proposta financeira

A proposta financeira deve estar totalmente separada da proposta técnica. Espera-se que os licitantes apresentem uma proposta financeira de montante fixo para concluir toda a tarefa com base no TdR. Os custos serão formulados em Reais. O montante fixo deve ser discriminado para mostrar os detalhes do seguinte:

- Detalhamento dos custos por honorários profissionais e despesas de viagem
- Detalhamento dos custos por entregas do projeto (com base nos Termos de Referência)

De acordo com os procedimentos de aquisição do UNICEF, o orçamento para esta tarefa de avaliação não é divulgado.

Os licitantes são obrigados a estimar os custos de viagem na proposta financeira. O orçamento para qualquer viagem deve ser identificável na proposta financeira global. Observe que i) os custos de viagem serão calculados com base na tarifa da classe econômica, independentemente da duração da viagem e ii) os custos de acomodação, refeições e despesas extras não deverão exceder as taxas de ajuda de custo diária (DSA) aplicáveis, conforme propagadas pela Convenção Civil Internacional. Comissão de Serviço (ICSC). Detalhes podem ser encontrados em: <http://icsc.un.org>.

Critérios das propostas Técnica e Financeira

As propostas serão avaliadas por uma equipe do UNICEF para verificação dos méritos em dois quesitos: técnico e de valor do serviço.

As propostas serão avaliadas por um Comitê do UNICEF composto por profissionais de conhecimento técnico. O método de avaliação utilizado será avaliação cumulativa dos fatores técnica e preço, com pesos de 70 e 30, respectivamente.

Proposta Técnica: 70 pontos

As empresas licitantes deverão obter no mínimo 49 pontos na etapa de avaliação técnica para poderem avançar no processo licitatório. Apenas as empresas que atenderem a esse requisito terão suas propostas comerciais abertas e avaliadas.

Dimensão	Critérios técnicos da avaliação	Pontuação
Experiência da empresa	- Experiência organizacional na implementação de avaliações na área de educação demonstrada por referências e exemplos de trabalhos anteriores ▪ 1 ponto: 1-2 avaliações realizadas ▪ 2 pontos: 3-4 avaliações realizadas ▪ 3 pontos: 5 ou mais avaliações realizadas - Experiência na realização de avaliações ou coleta de dados em nível subnacional ▪ 1 ponto: 1-2 experiências ▪ 2 pontos: 3-4 experiências ▪ 3 pontos: 5 ou mais experiências	6
Qualidade da equipe proponente	1. Perfil do(a) líder da equipe - Formação/educação profissional ▪ 1 ponto: licenciatura ou equivalente em uma das áreas de interesse¹¹¹ ▪ 2 pontos: pós-graduação em uma das áreas de interesse ▪ 3 pontos: doutoramento em uma das áreas de interesse - Experiência na concepção e implementação de avaliações ▪ 1 ponto: 8-9 anos de experiência ▪ 2 pontos: 10-15 anos de experiência ▪ 3 pontos: 15 ou mais anos de experiência - Experiência como líder de equipe de avaliações ▪ 1 ponto: 2-3 avaliações ▪ 2 pontos: 4-5 avaliações ▪ 3 pontos: 6 ou mais avaliações	9
	2. Perfil dos outros membros da equipe - Formação/educação profissional ▪ 2 pontos: pelo menos 2 membros da equipe (além do líder) possuem graduação ou equivalente em uma das áreas de interesse ▪ 3 pontos: pelo menos 2 membros da equipe (além do líder) possuem pós-graduação ou equivalente em uma das áreas de interesse - Experiência na concepção e implementação de avaliações ▪ 1 ponto: pelo menos um membro da equipe tem 8 ou mais anos de experiência	9

¹¹¹Áreas de interesse: Ciências sociais, desenvolvimento internacional, urbanismo social, educação, gestão/administração pública, economia, estatística, ou áreas correlatas.

	▪ 2 pontos: pelo menos um membro da equipe tem 8 ou mais anos de experiência e os demais têm 2 ou mais anos de experiência ▪ 3 pontos: pelo menos 2 membros da equipe (além do líder) possuem 5 ou mais anos de experiência - Experiência de avaliação de intervenções na área de educação ▪ 1 ponto: um membro da equipe tem de 2 a 5 anos de experiência ▪ 2 pontos: um outro membro da equipe tem 6 ou mais anos de experiência ▪ 3 pontos: um outro membro da equipe tem 6 ou mais anos de experiência e a maioria dos outros membros da equipe tem pelo menos 2 anos de experiência	
	1. Perfil da equipe - Experiência na integração de uma perspectiva de direitos humanos, gênero, equidade e deficiência em avaliações com crianças e adolescentes ▪ 1 ponto: pelo menos um membro da equipe realizou pesquisa ou avaliação com foco específico em direitos humanos, gênero, equidade ou deficiência ▪ 2 pontos: pelo menos um membro da equipe realizou pesquisa ou avaliação com foco específico em direitos humanos, gênero, equidade ou deficiência; e realizou coleta de dados com crianças e adolescentes - Experiência com a (re)construção de teorias de mudança e utilização de teorias de mudança em avaliações ▪ 1 ponto: pelo menos um membro da equipe esteve envolvido no uso de teorias de mudança como parte das avaliações ▪ 2 pontos: pelo menos um membro da equipe concebeu e implementou avaliações baseadas em teorias e liderou workshops participativos para (re)construir teorias de mudança - Experiência no desenvolvimento de produtos de avaliação (divulgação) visualmente atrativos ▪ 2 pontos: pelo menos um membro da equipe liderou o desenvolvimento de um produto de avaliação capaz de explicar resultados de forma sintética e esteticamente aprazível (link/amostra a ser fornecida)	6
Metodologia e fluxos de trabalho propostos	Os seguintes critérios serão pontuados em uma escala de zero (nenhuma evidência do critério na proposta técnica) a quatro (a proposta técnica apresenta critério excelente): - Compreensão demonstrada do objeto da avaliação e do seu contexto - Estrutura adequada da avaliação, incluindo explicação da abordagem para endereçar as questões avaliativas - Explicação e justificativa adequadas dos métodos propostos de coleta e análise de dados - Explicação adequada dos métodos sistemáticos para revisão de documentos e análise de dados secundários - Explicação e justificativa adequadas das estratégias de amostragem e do número proposto de entrevistas/pesquisas/etc. - Abordagem adequada para operacionalizar a integração dos direitos humanos, gênero, equidade e deficiência na concepção e processo de avaliação - Explicação e justificativa adequadas sobre a utilização de teorias da mudança/teoria do programa na avaliação de resultados, ou/e outras abordagens para avaliar resultados e relações causais - Integração adequada de métodos e abordagens participativas na avaliação - Abordagem adequada para considerações éticas - Plano de trabalho e nível de esforço adequados - Planejamento e orçamentação adequados para os produtos de divulgação (resumos de avaliação, infográficos, vídeos...) - A avaliação incorpora práticas inovadoras que agregam valor ao processo avaliativo. Isto poderia ocorrer de diversas maneiras, tais como: (a) o desenho da metodologia (ou seja, uso de tecnologia para coleta de dados, processos	40

	participativos extensivos, entre outros), ou (b) formas de partilha do processo de avaliação e/ou resultados.	
Pontuação máxima		70
Pontuação mínima requerida		49

A proposta técnica que não alcançar pelo menos 49 pontos (49/70), será excluída automaticamente do processo.

Apenas as propostas que cumprirem em totalidade os requisitos técnicos mínimos propostos terão suas propostas comerciais avaliadas.

Se a documentação necessária para a avaliação técnica não for enviada, a empresa corre o risco de ser desclassificada por não cumprir os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Proposta Financeira - 30 pontos

A proposta financeira deve abranger os serviços a serem prestados, inclusive os custos com viagens, em nível detalhado, e deve conter os preços dos seguintes produtos/serviços, conforme descrito no tópico PRODUTOS.

Os preços a serem apresentados pelas empresas licitantes deverão ser preços brutos, ou seja, incluir todos os custos (tais como impostos, taxas etc.).

Os fornecedores devem considerar nos preços dos produtos/serviços acima solicitados todo e qualquer custo inerente ao seu desenvolvimento e execução (tais como viagens, subcontratação de serviços etc). Não será aceito nenhum custo adicional para execução do mesmo.

Deve-se observar que os custos relacionados à organização de quaisquer workshops ou reuniões de apresentação/retorno de resultados não devem ser repassadas pela empresa e, portanto, não devem ser incluídos na oferta financeira.

Em caso de solicitação, por parte do UNICEF, de serviços/produtos adicionais, que não estejam previstos e estabelecidos no Contrato Institucional, ou cujo dimensionamento mínimo acordado neste Instrumento seja extrapolado, as Partes deverão negociar previamente um planejamento operacional para as atividades adicionais, antes de sua execução, ficando a critério do UNICEF a possibilidade de aditar o Contrato Institucional estabelecido, a fim de que sejam adicionados os novos serviços/produtos que venham a ser necessários.

As dúvidas deverão ser enviadas exclusivamente através da plataforma UNGM, na aba 'Correspondência', em até 3 dias úteis antes do prazo final de submissão da proposta.

Para calcular a pontuação financeira, a seguinte fórmula será usada:

$$NF = 100 \times MP / PA$$

Onde:

NF = Nota Financeira

MP = Proposta com menor preço total

PA = Proposta sob Avaliação

A proposta do fornecedor que apresentar o menor preço total deverá possuir nota financeira de 30 pontos.

Classificação Final

O Resultado Final (RF) é a combinação de análise técnica e de preços com o objetivo de estabelecer a grade de classificação final e o licitante vencedor.

O Resultado Final (RF) será a soma da Nota Técnica (peso 70%) com a Nota Financeira (peso 30%), ou seja:

$$RF = NT (70\%) + NF (30\%)$$

A proposta que atingir a pontuação final mais alta (RF) será selecionada.

Empate

Em caso de empate, o Licitante que obtiver a maior pontuação no “Qualidade Geral da Proposta Técnica” será considerado melhor classificado.

Persistindo o empate, o licitante que obtiver a maior pontuação na “Comprovação de trabalhos prévios semelhantes já realizados” será considerado melhor classificado.

7.2 Matriz Avaliativa

A seguir está apresentada a Matriz Avaliativa elaborada para a realização da avaliação.

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
Cultura de colaboração intersetorial local (entre Educação, Assistência Social e Saúde) e Interfederativa	Efetividade	As equipes locais estão atuando em regime de colaboração e de forma intersetorial com a integração das secretarias de saúde, educação e assistência social em benefício da estratégia?	As Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social estão envolvidas nas ações da Busca Ativa Escolar (Busca Ativa Escolar), realizando reuniões regulares e mantendo uma comunicação efetiva entre as equipes, além de atuarem conjuntamente com o Governo/Secretarias Estadual(is) para a garantia do direito das crianças e adolescentes.	* % de municípios que possuem pelo menos as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social participando das ações da Busca Ativa Escolar.	Survey online com gestores(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* Desafios relatados nesse trabalho em conjunto e medidas adotadas para superá-los.	Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(a), coordenadores(as) municipais.
				* % de municípios que concordam que as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social estão muito ou moderadamente envolvidas na estratégia	
				* % de municípios que afirmam estar satisfeito ou muito satisfeito com a participação do estado na implementação da Busca Ativa Escolar no município.	
				* % de municípios/estados que concordam parcial ou totalmente com a afirmação de que o apoio da Gestão Nacional tem fortalecido o trabalho colaborativo e intersetorial das equipes locais.	
				* Descrição de como ocorre a interlocução com cada Secretaria envolvida na estratégia.	
	Efetividade	A colaboração intersetorial das equipes contribui para endereçar os fatores que levam à exclusão ou ao abandono escolar, bem como para a	A colaboração intersetorial resulta em ações concretas que ajudam a identificar e tratar as causas que levam os estudantes a abandonarem a escola ou serem excluídos do	* % de municípios/estados que afirmam que o trabalho intersetorial realizado no contexto da Busca Ativa Escolar, contribuiu muito ou moderadamente para a (re)inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola.	Survey online com gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* Exemplos de como a colaboração entre as secretarias resultou em ações concretas que	Entrevista em profundidade com

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
		rematrícula e permanência das crianças e adolescentes que estão fora da escola?	sistema educacional, promovendo assim a matrícula e a permanência dos estudantes	promoveram a matrícula e permanência dos estudantes.	secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* % de estados que afirmam que a colaboração entre diferentes setores (educação, saúde, assistência social, etc.) ajuda a identificar e tratar as causas que fazem com que os estudantes deixem de frequentar a escola ou sejam excluídos do sistema educacional.	Survey online com coordenadores(as) estaduais.
	Efetividade	Existem ações de colaboração inter federativa para garantir o acesso à escola por todas as crianças e adolescentes?	Existência de Coordenadores(as) e suporte mútuo entre municípios e estados para a garantia do acesso e permanência à escola, inclusive na educação infantil.	* % de estados que afirmam apoiar e/ou fomentar ações da Busca Ativa Escolar direcionadas a etapas da educação básica que não são ofertadas pela rede estadual: pré-escola.	Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* Descrição de como ocorre essa articulação entre estados e municípios para identificação, matrícula e/ou garantia de permanência das crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão.	Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) municipais.
				* Desafios presentes nesse trabalho em conjunto, e medidas adotadas para superá-los.	
				* % de municípios/estados que afirmam que existe um fluxo de atendimento dos casos de crianças e adolescentes compartilhado entre o município e estado.	
				* % de municípios que afirmam ter recebido algum apoio por parte do Governo ou das Secretarias Estaduais para a execução da Busca Ativa Escolar.	

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
				* % de estados que afirmam terem definido ações, procedimentos e instrumentos de assessoria técnica, monitoramento, mobilização e alinhamento junto aos municípios para implementação da BAE.	
				* % de estados que afirmam apoiar e/ou fomentar ações da Busca Ativa Escolar direcionadas a etapas da educação básica que não são ofertadas pela rede estadual: creche.	
	Efetividade	A estratégia Busca Ativa Escolar está contribuindo para que a gestão pública (municipal ou estadual) consiga trabalhar de maneira intersetorial?	Percepção positiva dos envolvidos sobre o desenvolvimento de uma cultura de colaboração e atuação intersetorial.	*Exemplos de como essa intersetorialidade/colaboração funciona.	Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* % de municípios/estados que concordam parcial ou totalmente com a afirmação de que a Busca Ativa Escolar promoveu e incentivou o aprimoramento/elaboração de políticas públicas intersetoriais e de atuação coordenada.	Survey online com gestores(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* % de municípios/estados que concordam parcial ou totalmente com a afirmação de que a Busca Ativa Escolar contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura intersetorial na administração municipal ou estadual.	
				* % de municípios/estados que concordam parcial ou totalmente com a afirmação de que a Busca Ativa Escolar contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura de colaboração entre o governo estadual e o municipal.	

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
Planejamentos públicos das três esferas de governo (PPA, LOA, LDO, Planos decenais) assegurando os direitos de meninos e meninas	Sustentabilidade	Os objetivos da estratégia estão refletidos nos planejamentos públicos?	O planejamento prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência à escola, inclusive na educação infantil.	* % de municípios que concordam que o planejamento do município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência de bebês e crianças à Educação Infantil.	Survey online com secretários(as), gestores(as) e coordenadores(as) dos estados.
				* % de municípios que concordam que o planejamento do município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência ao Ensino Fundamental.	
				* % de estados que concordam que o planejamento do estado prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência à escola.	
		Os planejamentos públicos asseguram os direitos de crianças e adolescentes?	Os recursos alocados pelos Governos Estaduais são adequados à execução das ações necessárias para garantir o direito de meninos e meninas.	* % de estados que afirmam que o Plano Estadual inclui metas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.	Survey online com secretários(as), gestores(as) e coordenadores(as) dos estados.
				* % de estados que afirmam que o Plano Estadual detalha a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos necessários para a implementação das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.	
Ambiente escolar seguro, acolhedor e promotor do desenvolvimento humano	Efetividade	Os estados e municípios promovem um ambiente escolar acolhedor, seguro e promotor do desenvolvimento humano?	Os(as) beneficiários(as) da estratégia percebem a escola como um ambiente seguro, acolhedor e promotor do desenvolvimento humano.	* Crianças gostam de ir à escola.	Entrevistas em profundidade com famílias.
			Existência de iniciativas para acolher e integrar	*Desafios na matrícula e permanência das crianças no contexto do Ensino Médio.	Entrevistas em profundidade com

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
			os estudantes que retornaram à escola.	* Famílias se sentem seguras em deixar as crianças aos cuidados da escola. * Família cita diferenças na vida das crianças após o retorno à escola. - Obs: segregar a análise por etapa de ensino. *Exemplos de ações para acolhimento e integração das crianças e adolescentes que voltaram para a escola por meio da Busca Ativa Escolar. *Desafios na matrícula e permanência das crianças no contexto da Educação Infantil. *Desafios na matrícula e permanência das crianças no contexto da Educação Fundamental. * % de municípios/estados que afirmam que, após a matrícula das crianças e adolescentes, é garantido o seu acolhimento, permanência e aprendizado na escola. * % de municípios/estados que concordam que a Busca Ativa Escolar promoveu ações que fortaleceram os vínculos entre estudantes, famílias e equipes escolares.	coordenadores(as) e supervisores dos estados e municípios. Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
ATIVIDADES E RESULTADOS					
Adesão e planejamento	Relevância	As prefeituras e os governos dos estados estão sensibilizados e convencidos da importância e relevância da estratégia?	Adesão à Busca Ativa Escolar.	* % de municípios/estados brasileiros que aderiram formalmente à estratégia Busca Ativa Escolar. * Perfil dos municípios/estados que não aderiram ao último ciclo. * % que concorda que a Busca Ativa Escolar promoveu ações que fortaleceram os vínculos entre estudantes, famílias e equipes escolares.	Dados secundários e administrativos (BAE - 2017 a 2024; Censo Demográfico - IBGE, 2022).

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
				* % de municípios/estados que não readeriram formalmente à estratégia Busca Ativa Escolar entre um ciclo e outro.	Entrevistas em profundidade com secretários(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* Descrição do processo de adesão à estratégia, da recepção da estratégia/tema da exclusão escolar, e do compromisso firmado pela secretaria a partir da adesão à estratégia.	
				* Percepção de como resultados de diagnósticos ou levantamentos de informações acerca do abandono e exclusão escolar no município influenciaram no processo de adesão.	
			Gestores(as) reconhecem a viabilidade e a importância da estratégia para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes.	* Estratégias adotadas para realizar a articulação política entre diferentes setores e níveis de governo para a implementação efetiva da Busca Ativa Escolar.	Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* % de gestores(as)/ coordenadores(as)/ supervisores(as) dos estados/municípios que concordam que "a metodologia da estratégia se adapta à realidade e às necessidades do meu município".	
				* % de gestores(as)/ coordenadores(as)/ supervisores(as) dos estados/municípios que concordam que "a organização proposta na metodologia consegue se enquadrar na infraestrutura e no contexto do município".	
				* Motivos que levaram o município/estado aderir à Estratégia Busca Ativa Escolar quando já possuía outro projeto/programa de enfrentamento da exclusão e/ou risco de abandono escolar.	

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
				* Percepção da adaptabilidade/aplicabilidade da metodologia ao contexto do município/estado.	Entrevistas em profundidade com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* Adaptações realizadas para execução da estratégia.	
	Sustentabilidade	As prefeituras e os governos dos estados desenvolvem ações concretas e contínuas para o sucesso da estratégia?	Mobilizam equipes: Desenvolvem ações de formação e sensibilização.	* % de municípios/estados que oferecem frequentemente (sempre ou quase sempre) formações sobre a Busca Ativa Escolar para o grupo de campo.	Survey online com coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* Grupo de campo participou de encontros formativos ou capacitações durante a implementação e ao longo da atuação na Busca Ativa Escolar.	Entrevista em profundidade com técnicos e agentes dos estados/ municípios.
			Disponibilizam os insumos: Fornecem os recursos necessários para a execução da estratégia.	* % de municípios/estados que concordam que os recursos materiais necessários para a implementação da Busca Ativa Escolar têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada.	Survey online com secretários(as), gestores(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* % de municípios/estados que concordam que os recursos financeiros necessários para a implementação da Busca Ativa Escolar têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada.	
				* % de municípios/estados que concordam que os recursos humanos necessários para a implementação da Busca Ativa Escolar têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada.	
				* % de municípios/estados que concordam que os insumos políticos necessários para a implementação da Busca Ativa Escolar têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada.	

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
				* Recursos (humanos, materiais, tecnológicos etc.) disponibilizados para a realização das atividades.	Entrevistas em profundidade com secretários(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* Recursos escassos no município/estado.	
			Monitoram e avaliam: Acompanham regularmente o progresso das ações e fazem ajustes conforme necessário para garantir a eficácia.	* % de gestores(as) municipais/estaduais que utilizam frequentemente os dados da plataforma para monitorar e avaliar a Busca Ativa Escolar.	Survey online com secretários(as) e gestores(as) dos estados e municípios.
				* Descrição de como ocorre o acompanhamento das ações da BAE.	Entrevistas em profundidade com secretários(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
	Efetividade	As equipes foram devidamente constituídas e desenvolveram as capacidades necessárias para implementar a estratégia da Busca Ativa Escolar?	As equipes da Busca Ativa Escolar estão engajadas e devidamente capacitadas.	* % de coordenadores(as) dos municípios que concluíram o curso EAD.	Survey online com coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* % coordenadores(as) de estados/municípios que afirmam que os materiais e as formações disponibilizadas foram úteis para aprimorar os seus conhecimentos ou de sua equipe sobre a exclusão escolar.	
				* % coordenadores(as) que consideram que as formações ofertadas pelo município/estado são suficientes para a implementação adequada da estratégia.	
				* % de coordenadores(as) dos estados/municípios que avaliam como boa ou excelente a participação das equipes nas formações.	
				* % de coordenadores(as) que afirmam que a equipe da Busca Ativa Escolar do seu estado/município está formada conforme a metodologia da estratégia, com profissionais	

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
				alocados em todas as funções previstas e com clareza de seus papéis.	
				* Técnicos e agentes afirmam que as formações e capacitações foram suficientes para colocar em prática as estratégias da Busca Ativa Escolar no município/estado	Entrevistas em profundidade com técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.
	Efetividade	O Comitê Gestor tem sido uma instância eficaz para garantir a intersetorialidade e a gestão dos casos, sobretudo visando a garantia de direitos para as crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?	Comitê gestor se reúne periodicamente (pelo menos mensalmente) e demonstra eficiência em promover o diálogo e o trabalho intersetorial e colaborativo e em apoiar a tomada de decisões e o aprimoramento da estratégia.	* % de municípios/estados em que o comitê gestor se reúne frequentemente (ao menos mensalmente).	Survey online com gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* % de municípios que afirmam que o Comitê Gestor é eficiente em garantir o diálogo e o trabalho intersetorial no município.	
				* % de estados que afirmam que o Comitê Gestor dos estados é eficiente em garantir o diálogo e o trabalho colaborativo entre estado e municípios.	
				* Descrição de como as reuniões do comitê intersetorial apoiam a tomada de decisões e o aprimoramento da estratégia.	
			O Plano de Ação orienta a implementação e define os fluxos de atendimento e encaminhamento dos casos de evasão e abandono escolar, incluindo grupos em situação de vulnerabilidade.	* % que afirma que seu município/estado possui um Plano de Ação que orienta e direciona os fluxos de gestão e encaminhamentos dados aos diferentes casos de evasão e abandono escolar.	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* % que afirma que o plano de ação do seu município/estado abordou as violações de direitos e as violências sofridas por crianças/adolescentes.	
				* % que afirma que o plano de ação do seu município/estado previu o atendimento de	

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
				diferentes grupos populacionais e/ou considerados "minoritários".	
Implementação	Efetividade	Os mecanismos de identificação, gestão do caso, (re)matrícula e permanência foram implementadas de forma abrangente e eficaz no território, sobretudo para crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?	As ações contidas no plano de ação da busca ativa escolar estão sendo realizadas conforme o planejado.	* % que afirma que as ações contidas no plano de ação do seu município/estado da Busca Ativa Escolar estão sendo realizadas conforme o planejado.	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
			Foram criados protocolos, orientações e normativas para permitir a rematrícula, a qualquer tempo, de crianças e adolescentes identificados fora da escola.	* % que afirma que foram criados protocolos, orientações, normativas etc., para rematrícula em qualquer tempo das crianças e adolescentes identificados fora da escola dos municípios/estados.	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
			As ações foram ampliadas para incluir um público-alvo mais abrangente, como bebês e crianças de 0 a 3 anos, além de jovens e adultos que não concluíram a educação básica.	* Percentual de abordagens da BAE por faixa etária (0 a 3 anos, 4 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 14 anos, 15 a 17 anos, 18 anos ou mais) * Percentual de gestão de casos por faixa etária (0 a 3 anos, 4 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 14 anos, 15 a 17 anos, 18 anos ou mais) * % de municípios que afirmaram terem ampliado as ações da Busca Ativa Escolar para crianças de 0 a 3 anos (Creche). * % de municípios que afirmaram terem ampliado as ações da Busca Ativa Escolar para pessoas com mais de 18 anos de idade que não concluíram a educação básica (EJA).	Dados administrativos (BAE) - 2017 a 2024.
			Os fluxos de atendimento e encaminhamentos foram intencionalmente estruturados para	* Exemplos de como o fluxo de atendimento está estruturado para atender populações específicas (indígenas, quilombolas, PcD, diversidade de gênero) e suas vulnerabilidades.	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos municípios.
					Entrevista em profundidade com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
			atender populações específicas, como meninas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PcD), considerando suas vulnerabilidades.	* Descrição de como esse fluxo de atendimento foi elaborado.	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados.
				* % de estados que afirmam que os fluxos de atendimento e encaminhamentos foram intencionalmente estruturados para atender motivos de exclusão e abandono escolar relacionados às violências.	
			As equipes de campo conseguem caracterizar e identificar os casos de exclusão/abandono relacionados às violências e violações de direitos, além de serem orientadas a observar e relatar sobre diversidade de gênero, raça e deficiência.	* Descrição de como o fluxo de atendimento previu a identificação e o atendimento para os motivos de exclusão ou abandono escolar relacionados às violações de direitos e violências conforme os motivos elencados pela metodologia.	Entrevista em profundidade com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* Técnicos e agentes de estados/ municípios conseguem caracterizar e identificar os casos de exclusão/abandono relacionados às violências e violações de direitos.	Entrevista em profundidade com técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.
				* Descrição dos procedimentos adotados após a identificação de casos de exclusão/abandono relacionados às violências e violações de direitos.	
				* Técnicos e agentes de estados/ municípios receberam orientações para observar e relatar sobre diversidade de gênero, raça e deficiência.	
			A estratégia demonstra eficácia na conversão de alertas em abordagens, abordagens em encaminhamentos, de encaminhamentos em matrícula, e de	* Índice de conversão de ações - calculado a partir da análise fatorial dos seguintes indicadores: 1. Taxa de conversão de alerta dos casos em pesquisa e análise técnica 2. Taxa de conversão de pesquisa e análise técnica em gestão do caso 3. Taxa de conversão de gestão do caso em	Dados administrativos (BAE) - 2017 a 2024.

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
			acompanhamento dos rematriculados.	rematrícula 4. Taxa de conversão de matrícula em observação	Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
			A metodologia da estratégia Busca Ativa Escolar facilitou a identificação dos casos de exclusão e abandono escolar, além de ações de enfrentamento mais assertivas e ágeis.	* % que concorda que a metodologia da Busca Ativa Escolar facilitou a identificação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.	
				* % que concorda que os casos de exclusão e abandono escolar relacionados à violência foram melhor identificados com a implementação da Busca Ativa Escolar.	
				* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para maior agilidade no enfrentamento dos motivos relacionados à exclusão e abandono escolar (apenas municípios).	
				* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para maior foco no enfrentamento dos motivos relacionados à exclusão e abandono escolar (apenas estados).	
				* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para maior assertividade de ações relativas à exclusão escolar.	
	Relevância	Os motivos da exclusão e do abandono escolar identificados pela estratégia estão em sintonia com as evidências nacionais sobre o tema?	A estratégia identifica os grupos mais afetados pela exclusão e o abandono escolar, bem como os seus principais motivos, de acordo com as evidências nacionais.	* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para maior assertividade de ações relativas à exclusão escolar.	Dados secundários e administrativos (BAE, Pnad Contínua Educação/IBGE) por estado - 2021 - 2023
				* Comparação do perfil das crianças e adolescentes (por faixa etária: de 0 a 3 anos, de 4 a 5 anos, 6 a 14 anos; e de 15 a 17 anos) identificados pela estratégia em relação aos dados nacionais.	
				* Comparação dos motivos da exclusão e abandono escolar (por faixa etária: de 0 a 3	

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
				anos, de 4 a 5 anos, 6 a 14 anos, e de 15 a 17 anos) identificados pela estratégia em relação aos dados nacionais.	
	Efetividade	Em que medida as equipes locais estão engajadas e mobilizadas nos processos de identificação, gestão do caso, (re)matrícula e permanência das crianças e adolescentes fora da escola?	As equipes locais entendem a exclusão escolar como uma violação de direitos e estão ativamente envolvidas nos processos de identificação e inclusão escolar das crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.	* Percepção de engajamento das equipes dos municípios e/ou estados nos processos de identificação e inclusão escolar das crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.	Entrevista em profundidade com técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.
				* Equipe compreende a exclusão escolar como uma violação de direitos.	Entrevista em profundidade com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* Existência de discussões ou ações para reforçar essa compreensão.	
				* Medidas adotadas para superar os desafios e melhorar o engajamento das escolas.	
	Efetividade	O comitê intersetorial funciona de maneira eficaz e colaborativa, promovendo o diálogo intersetorial e o endereçamento das ações necessárias para alcançar os objetivos da estratégia, sobretudo para atender às necessidades de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?	Capacidade do comitê de integrar diversos setores e efetivamente abordar as violências e violações de direitos, especialmente contra populações mais vulneráveis.	* % de municípios/estados que possuem reuniões ampliadas do comitê intersetorial frequentemente.	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* % de municípios/estados em que o Comitê Intersetorial conta com a participação da sociedade civil.	
				* % de municípios/estados em que o Comitê Intersetorial conta com a participação de órgãos de controle e justiça.	
				* % de Comitês Intersetoriais que definem ações de enfrentamento com base em dados e diagnósticos.	
				* % de Comitês Intersetoriais que discutem ações para estudantes que enfrentam discriminação de gênero, discriminação étnico-racial, preconceito por deficiência, xenofobia, bullying ou violências.	
				* % de Comitês Intersetoriais que endereçam as situações de discriminação de gênero,	

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
				discriminação étnico-racial, preconceito por deficiência, xenofobia, bullying ou violências para atendimento e resolução. *% que concordam com a afirmação de que as reuniões do Comitê Intersetorial apoiam a tomada de decisões e o aprimoramento da estratégia.	
				* O comitê norteia discussões sobre prioridades em relação ao orçamento público e à destinação de recursos financeiros para determinadas áreas sociais.	
	Efetividade	O apoio oferecido pela Gestão Nacional contribui para a implementação da Busca Ativa Escolar?	O apoio oferecido contribui para a implementação bem-sucedida da Busca Ativa Escolar por meio de formações, materiais, apoio técnico e parcerias.	* Auxílios/apoios recebidos por município e estados.	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* % que ficou satisfeito com o auxílio/apoio prestado pela Gestão Nacional.	
				* % que concorda que os mecanismos de apoio prestados pela Gestão Nacional são essenciais para a implementação da estratégia.	
				* % que concorda que os mecanismos de apoio prestados pela Gestão Nacional são suficientes para superar as dificuldades de implementação encontradas no meu município.	
				* % que concorda que o apoio da Gestão Nacional tem fortalecido o trabalho colaborativo e intersetorial das equipes locais.	
				* Exemplos de apoio do UNICEF e Undime à implementação da Busca Ativa Escolar.	
				* Avaliação do apoio do UNICEF e Undime à implementação da Busca Ativa Escolar.	
	Efetividade	Em que medida as ações da Busca Ativa	A percepção de diferentes atores é que	* % que concorda que a Busca Ativa Escolar fomentou ações que motivaram as famílias a	Survey online com coordenadores(as) e

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
		Escolar têm sensibilizado e motivado as famílias a promoverem o retorno e a permanência de crianças e adolescentes na escola?	as ações da Busca Ativa Escolar são eficazes em engajar as famílias e incentivá-las a apoiar a educação contínua de seus filhos.	incentivarem o retorno e permanência dos estudantes nas escolas.	supervisores(as) dos estados e municípios.
				* Percepção do nível de sensibilização e engajamento das famílias em relação ao retorno e permanência das crianças e adolescentes que voltaram para a escola após a Busca Ativa Escolar	Entrevista em profundidade com coordenadores(as), supervisores(as), técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.
	Impacto	Em que medida as ações endereçadas aos estudantes têm contribuído para o seu acesso e permanência na escola?	As ações direcionadas aos estudantes resultaram na matrícula de crianças e adolescentes identificados fora da escola, apresentando baixa recorrência de infrequência e abandono entre eles após o retorno.	Regressão Multivariada – Variável de desfecho: * % de crianças e adolescentes identificados pela BAE que foram rematriculados.	Dados secundários (FINBRA – Tesouro Nacional, Censo Demográfico - IBGE; PIB – IBGE, Censo Escolar - INEP) e administrativos (BAE) - 2017 a 2023.
				Regressão Multivariada – Variável de desfecho: * % de crianças e adolescentes rematriculados que abandonaram a escola.	
				* Percepção dos responsáveis de que a criança/adolescente pode abandonar a escola novamente.	Entrevista em profundidade com as famílias.
				* Nível de recorrência da infrequência ou do abandono escolar entre as crianças e adolescentes que voltaram para escola por meio da Busca Ativa Escolar.	Entrevista em profundidade com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
	Efetividade	De que forma o selo UNICEF e seus incentivos contribuem para o alcance de resultados em termos de matrículas e permanência das crianças e	Municípios reconhecem a importância dos incentivos e apoio associados ao selo UNICEF e possuem maiores taxas de matrícula e menores	Regressão Multivariada – Variável de desfecho: * % de crianças e adolescentes identificados pela BAE que foram rematriculados. Variável de teste: Participa do selo.	Dados secundários (FINBRA – Tesouro Nacional, Censo Demográfico - IBGE; PIB – IBGE, Censo Escolar - INEP) e administrativos (BAE) - 2017 a 2023.
				Regressão Multivariada – Variável de desfecho: * % de crianças e adolescentes	

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
		adolescentes na escola?	taxas de abandono escolar.	rematriculados que abandonaram a escola. Variável de teste: Participa do selo.	Entrevista em profundidade com secretários e coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* Avaliação dos municípios do selo sobre o apoio e incentivos recebidos.	
Monitoramento, avaliação e comunicação	Efetividade	O município/estado utiliza os dados disponíveis na plataforma da Busca Ativa Escolar para analisar o cenário da exclusão e abandono escolar, auxiliar na matrícula e encaminhamento de crianças e adolescentes para serviços públicos, e desenvolver intervenções mais direcionadas e eficazes?	As informações sobre os casos são registradas regularmente na plataforma e acompanhados posteriormente.	* % que afirma que todas os alertas/casos de crianças e adolescentes identificadas como fora da escola são registrados na plataforma.	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* % que afirma que todas as informações levantadas nas verificações são registradas diretamente na plataforma.	
				* % que afirma que todos os casos registrados na plataforma são acompanhados posteriormente.	
			Os dados da plataforma são utilizados para avaliação e melhoria das intervenções.	* % que afirma que o Comitê Intersetorial analisa os dados disponíveis na plataforma.	Survey online com secretários(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* % que afirma que os dados gerados pela plataforma auxiliam na matrícula de crianças e adolescentes e no seu encaminhamento para os demais serviços públicos.	
				* % que afirma que a Busca Ativa Escolar gerou dados diagnósticos que permitiram compreender melhor o cenário da exclusão e abandono escolar no município/estado.	
				* % que afirma que a Busca Ativa Escolar gerou dados diagnósticos que permitiram desenvolver intervenções mais direcionadas e eficazes.	
				* % que concorda que a Busca Ativa Escolar incentivou ações focadas nas necessidades e	

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
				vulnerabilidades dos(as) beneficiários(as) da estratégia do município.	
	Efetividade	As ações de mobilização social e <i>advocacy</i> foram realizadas e bem-sucedidas?	Ações de mobilização social e <i>advocacy</i> foram realizadas e resultaram em maior conscientização e engajamento das famílias e sociedade civil.	* % de municípios e estados que realizaram a campanha “Fora da Escola Não Pode!”, com o objetivo de divulgar a estratégia Busca Ativa Escolar, envolver e engajar os atores locais.	Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* % que afirma que com a Busca Ativa Escolar, a administração municipal passou a priorizar o enfrentamento da exclusão e do abandono escolar e mobilizou a sociedade para esse compromisso.	
				* % que afirma que as ações da estratégia promoveram o engajamento da comunidade na defesa da educação como direito de toda criança e adolescente.	
				* Exemplos de ações para sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre a exclusão escolar e a importância da escola e da Busca Ativa Escolar.	Entrevista com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* Existência de ações de sensibilização e mobilização voltadas para comunidades vulneráveis ou de difícil acesso.	
				* Percepção de que os(as) líderes comunitários(as), religiosos(as) ou de organizações da sociedade civil presentes nos territórios se engajam na Busca Ativa Escolar.	Entrevista com técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.
IMPACTOS E SUSTENTABILIDADE					
Sustentabilidade da Estratégia	Sustentabilidade	Em que medida as capacidades locais permanecem ativas em momentos críticos?	A gestão municipal tem condições de dar continuidade às ações mesmo com a troca de profissionais das equipes da estratégia; a	* Percepção de que a gestão municipal tem condições de dar continuidade à estratégia.	Entrevista com secretários(as), gestores(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* Percepção de que as capacidades desenvolvidas pelas equipes locais, no âmbito da estratégia, permanecem ativas em momentos críticos, como	

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
			descontinuidade da gestão ou novas gestões eleitas; e a ausência do suporte oferecido pelo UNICEF/Undime e parceiros.	a) Troca de profissionais das equipes da estratégia; b) Descontinuidade da gestão ou novas gestões eleitas; c) Ausência do suporte oferecido pelo UNICEF e parceiros. * % que concordam que a gestão municipal/estadual daria continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma sem o apoio da Gestão Nacional da Busca Ativa Escolar?	Survey com secretários(as) coordenadores(as) dos estados e municípios.
Impacto no público-alvo	Impacto	A Busca Ativa Escolar impactou o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em todas as etapas da educação, desde a creche até o ensino médio?	A Busca Ativa Escolar ampliou o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em todas as etapas da educação, desde a creche até o ensino médio.	* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para ampliar o acesso e/ou o levantamento de oferta de creche para bebês (Educação Infantil).	Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios
				* % que concorda que A Busca Ativa Escolar melhorou o acesso e a permanência de crianças entre 4 e 5 anos na pré-escola (Educação Infantil).	
				* % que concorda que a Busca Ativa Escolar melhorou o acesso e a permanência de crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos ao Ensino Fundamental na escola	
				* % que concorda que a Busca Ativa Escolar melhorou o acesso e permanência de adolescentes entre 15 e 17 anos ao Ensino Médio na escola.	
				* % de crianças/adolescentes rematriculados por faixa etária.	Dados administrativos (BAE) - 2017 a 2024.
	Impacto	Em que medida a estratégia conseguiu identificar e atender	A estratégia consegue impactar grupos vulneráveis,	* % de casos da BAE por gênero e raça/cor. * % de crianças/adolescentes rematriculados por gênero e raça/cor.	Dados administrativos (BAE) - 2017 a 2024.

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
		adequadamente grupos mais vulneráveis (considerando marcadores de gênero, raça/cor, etnia, deficiência)?	reintegrando-os ao sistema escolar e promovendo a igualdade de gênero na educação	* Percepção de que os casos identificados e atendidos na estratégia são de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade (em função do gênero, orientação sexual, raça, etnia, deficiência etc.).	Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* A identificação de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade é um direcionamento ou objetivo estratégico já definido para a atuação das equipes locais	
				* Percepção se os casos identificados e encaminhados pela Busca Ativa Escolar são de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade (em função do gênero, orientação sexual, raça, etnia, deficiência etc.	Entrevista com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as), supervisores(as), técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.
				* % que concorda que a Busca Ativa Escolar tem impactado positivamente o acesso e permanência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos serviços públicos.	Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
				* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para a redução das desigualdades escolares entre meninos e meninas.	
		A Busca Ativa Escolar tem contribuído para a proteção integral e o cuidado de crianças e adolescentes?	A Busca Ativa Escolar é eficaz em promover a proteção integral e o cuidado de crianças e adolescentes, resultando em benefícios	* Formas pelas quais a Busca Ativa Escolar tem contribuído para a proteção integral e a inclusão escolar de meninos e meninas.	Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
			significativos para eles e suas famílias.	* Famílias foram encaminhadas para a rede de proteção e tiveram suas necessidades mitigadas/resolvidas. * % que concorda que a implementação da Busca Ativa Escolar tem contribuído para a proteção integral de crianças e adolescentes. * % que concorda que a partir das ações da Busca Ativa Escolar, crianças/adolescentes e suas famílias foram beneficiadas por políticas públicas.	Entrevista em profundidade com as famílias. Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
Impacto na gestão pública	Impacto	Como as políticas públicas de diferentes áreas foram impactadas pela estratégia?	As políticas públicas são planejadas e implementadas de maneira intersetorial, e orientadas pela compreensão das necessidades e vulnerabilidades enfrentadas por crianças e adolescentes.	* Formas pelas quais a estratégia tem influenciado as políticas públicas locais. * % de estados/municípios que concordam que a Busca Ativa Escolar incentivou o uso de dados diagnósticos para basear o planejamento e elaboração de políticas públicas. * % de estados/municípios que concordam que a Busca Ativa Escolar abriu portas para parcerias com organizações da sociedade civil a fim de implementar políticas públicas. * % de estados/municípios que concordam que a Busca Ativa Escolar influenciou o aprimoramento/desenvolvimento de diferentes políticas públicas no município. * % de estados/municípios que concordam que a Busca Ativa Escolar promoveu e incentivou o aprimoramento/elaboração de políticas	Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios. Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
				públicas intersetoriais e de atuação coordenada.	

7.3 Teoria da Mudança

Como parte deste processo avaliativo, foi desenvolvida **uma Teoria da Mudança (TdM)** para a estratégia, com o objetivo de organizar, de forma lógica e sequencial, os insumos, as atividades, os produtos, os resultados e os impactos almejados, fornecendo uma base consistente para monitorar o progresso e avaliar a efetividade das ações. Embora esse sequenciamento lógico do processo esperado de mudança já estivesse subentendido pelos atores envolvidos na BAE, ele existia apenas de maneira informal e sem um desenho completo que estabelecesse os nexos causais entre as atividades a serem realizadas e os resultados e impactos esperados.

Para reunir os insumos necessários para concretizar a Teoria da Mudança, seu desenho se pautou na combinação de três métodos principais: análise documental, entrevistas em profundidade e oficina de alinhamento da TdM. Nas entrevistas e oficina de alinhamento, foram ouvidos diversos atores envolvidos no planejamento e execução da estratégia BAE -por exemplo, UNDIME, ASSERTE, UNCME, UNICEF e representantes de Secretarias Municipais e Estaduais de Educação - a fim de aprofundar o conhecimento sobre seu contexto e implementação.

A Teoria da Mudança (TdM) da BAE apresenta:

Pressupostos
Destaca as suposições e condições que precisam estar presentes para que a estratégia funcione.
Público-alvo
Identifica os indivíduos que serão diretamente beneficiados/impactados pela estratégia.
Desafio
Descreve os principais obstáculos ou problemas que a estratégia pretende resolver, considerando o contexto específico que motivou a sua criação.
Insumos
Identifica os recursos necessários para implementar com sucesso as atividades planejadas, incluindo recursos humanos, financeiros, tecnológicos, entre outros.
Atividades
Lista as atividades que devem ser realizadas para alcance dos resultados almejados. Elas estão organizadas em 3 eixos: adesão e planejamento; implementação; e monitoramento, avaliação e comunicação. Os eixos não seguem necessariamente uma ordenação temporal, tendo em vista que se espera que as ações de mobilização e <i>advocacy</i> ocorram durante todo o processo.
Resultados
Define os resultados esperados a curto, médio e longo prazo. Os resultados iniciais especificam os produtos ou resultados imediatos que serão gerados pelas atividades e que são necessários para que os resultados intermediários e finais ocorram.
Impactos
Descreve as mudanças significativas e duradouras que se espera alcançar após a devida maturação dos resultados intermediários e finais.
Riscos
Identifica os possíveis riscos e desafios que podem surgir durante a implementação da estratégia e que podem ameaçar o sucesso e os impactos pretendidos.

Em resumo, o percurso lógico geral da TdM da BAE parte de três eixos de ação: i) adesão e planejamento, ii) implementação e iii) monitoramento, avaliação e comunicação.

A adesão à estratégia pressupõe a atuação do interesse público na questão de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono. Isso significa não apenas definir uma equipe dedicada a esta finalidade, mas também promover resoluções intersetoriais para os motivos que levam à ausência ou infrequência escolar, considerando que esse fenômeno é multifacetado e exige uma abordagem integrada, que envolva diferentes setores, como saúde, assistência social, educação e segurança, trabalhando em conjunto para identificar e mitigar os fatores que contribuem para essa situação.

Desta forma, espera-se uma atuação engajada do poder público na promoção da intersetorialidade e da cultura de colaboração entre diversas áreas de políticas públicas. Além disso, é fundamental a mobilização e formação dos atores envolvidos para que o serviço público possa atuar de forma coordenada, em regime de colaboração e com foco na garantia do direito à educação. Espera-se que esses esforços, aliados aos do eixo de monitoramento, avaliação e comunicação (como a utilização dos dados da plataforma para compreensão de como a exclusão e o abandono escolar se configuram no território), produzam políticas públicas melhores, baseadas em evidências e aderentes às necessidades reais da população. O envolvimento comunitário e da sociedade em geral, a partir das ações de mobilização, também é essencial para alcançar esse resultado.

A implementação da BAE possui resultados iniciais e intermediários importantes para o sucesso da estratégia, pois espera-se que, ao executar as ações previstas em sua metodologia, seja possível identificar as crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandono e encaminhá-los para as áreas responsáveis por políticas públicas que podem auxiliar na resolução dessa situação. Por exemplo, problemas de saúde podem ser abordados através de encaminhamentos para serviços básicos ou de alta complexidade. Questões que envolvem dificuldades socioeconômicas podem ser tratadas com o encaminhamento para programas de assistência social e transferência de renda. Os fóruns de discussão dos casos, como os comitês gestor e intersetorial, já se apresentam como uma prática de avanço rumo a uma cultura colaborativa e intersetorial na gestão pública. Além disso, a tratativa e acompanhamento dos casos visa garantir as condições para a matrícula. E, ao assegurar o acesso dessas crianças e adolescentes a políticas de cuidado, garantir sua proteção e desenvolvimento integral. Esse processo não apenas colabora para a permanência na escola, mas também oferece um suporte abrangente que pode beneficiar as famílias como um todo.

Outro resultado importante da implementação está relacionado à abordagem familiar durante a investigação dos motivos de ausência ou infrequência escolar. Essa abordagem possibilita uma compreensão aprofundada das causas, promovendo um encaminhamento significativamente mais adequado aos serviços públicos. Além disso, o contato com as famílias serve ao propósito de sensibilizá-las quanto à garantia do direito à educação na vida das crianças e dos adolescentes. A lógica de impacto é que quanto mais as famílias - e a sociedade como um todo - estiverem sensibilizadas sobre a questão, menor será a naturalização das crianças e adolescentes fora da escola. Isso tem o potencial de promover uma sociedade mais engajada, além de contribuir para a permanência das crianças e adolescentes nas escolas a partir do convencimento das famílias quanto à garantia deste direito.

Destaca-se também, como resultado da implementação, o envolvimento das unidades escolares durante o processo de identificação, busca e acolhimento das crianças e adolescentes. O mapeamento e a investigação trazem informações importantes de questões que, em algum momento, precisarão também ser tratadas no ambiente escolar, fazendo da escola um espaço de proteção integral. Trabalhar o ambiente escolar é fundamental para a permanência das crianças e adolescentes na escola. Assim, espera-se que o retorno dos(as) estudantes seja cuidadosamente preparado e que sejam pensadas ações para atender às necessidades das crianças, adolescentes e suas famílias, como a implementação de programas de correção de fluxo de aprendizagem, a oferta de atividades socioeducativas em parceria com outras secretarias e organizações da sociedade civil, a realização de adaptações curriculares para dialogar mais com o interesse e a necessidade de estudantes, a ampliação da jornada escolar, entre outros.

Por fim, na etapa de monitoramento, espera-se que as atividades executadas para o envolvimento de diferentes atores e organizações, a partir do comitê intersetorial e das ações de mobilização e advocacy, colaborem para o engajamento social, reforçando a desnaturalização das crianças e adolescentes fora da escola. Esse senso contribui para uma mudança de cultura da educação como direito de todas as crianças e adolescentes.

O mapeamento de riscos e ameaças que podem comprometer o sucesso da estratégia também foi contemplado durante a elaboração da TdM. A ausência de comprometimento político efetivo com a Busca Ativa Escolar (BAE) e um regime de colaboração enfraquecido são preocupações centrais. Sem um compromisso político sólido, as ações necessárias para implementar e sustentar a BAE podem não receber o apoio necessário, incluindo recursos financeiros, humanos e materiais, além do apoio institucional. Além disso, a BAE depende de uma colaboração eficaz entre diferentes esferas do governo (municipal, estadual e federal) e secretarias (Educação, Saúde, Assistência Social, etc.), mas quando essa colaboração é enfraquecida, a coordenação e a articulação entre os diferentes atores se tornam deficientes. Esses fatores podem resultar em iniciativas fragmentadas e descontinuadas, prejudicando a eficácia da estratégia.

A falta de orçamento público para a matrícula a qualquer tempo e para as políticas sociais também podem afetar a BAE, pois sem financiamento adequado, a matrícula e as políticas sociais que apoiam a permanência escolar não podem ser implementadas de forma eficaz. Além disso, a baixa capacidade de uso de tecnologias pelas equipes da BAE e a falha na realização dos registros na plataforma dificultam o monitoramento e a identificação dos estudantes fora da escola. Sem esses registros, é difícil elaborar diagnósticos precisos e desenvolver estratégias eficazes para reintegrar esses estudantes ao sistema educacional.

Além disso, a troca de gestão e a desarticulação da rede intersetorial representam ameaças à sustentabilidade da BAE. A troca de gestão pode levar à descontinuidade das políticas e programas, já que novos(as) gestores(as) podem ter prioridades diferentes ou não dar continuidade às iniciativas anteriores, resultando na perda de investimentos e esforços já realizados. E a desarticulação da rede intersetorial enfraquece a colaboração entre diferentes setores, como educação, saúde e assistência social, essencial para a identificação, apoio e acompanhamento eficaz das crianças e adolescentes fora da escola ou que retornaram à escola por meio da estratégia. Esses fatores combinados comprometem a capacidade da BAE de alcançar seus objetivos a longo prazo, prejudicando a redução da evasão escolar e a promoção da inclusão educacional.

A seguir, apresenta-se a TdM elaborada a partir do processo descrito anteriormente.

BUSCA ATIVA ESCOLAR

O SUCESSO DA ESTRATÉGIA DEPENDER DE:

1

Cultura de colaboração inter-setorial local (entre Educação, Assistência Social e Saúde) e Interoberativa

2

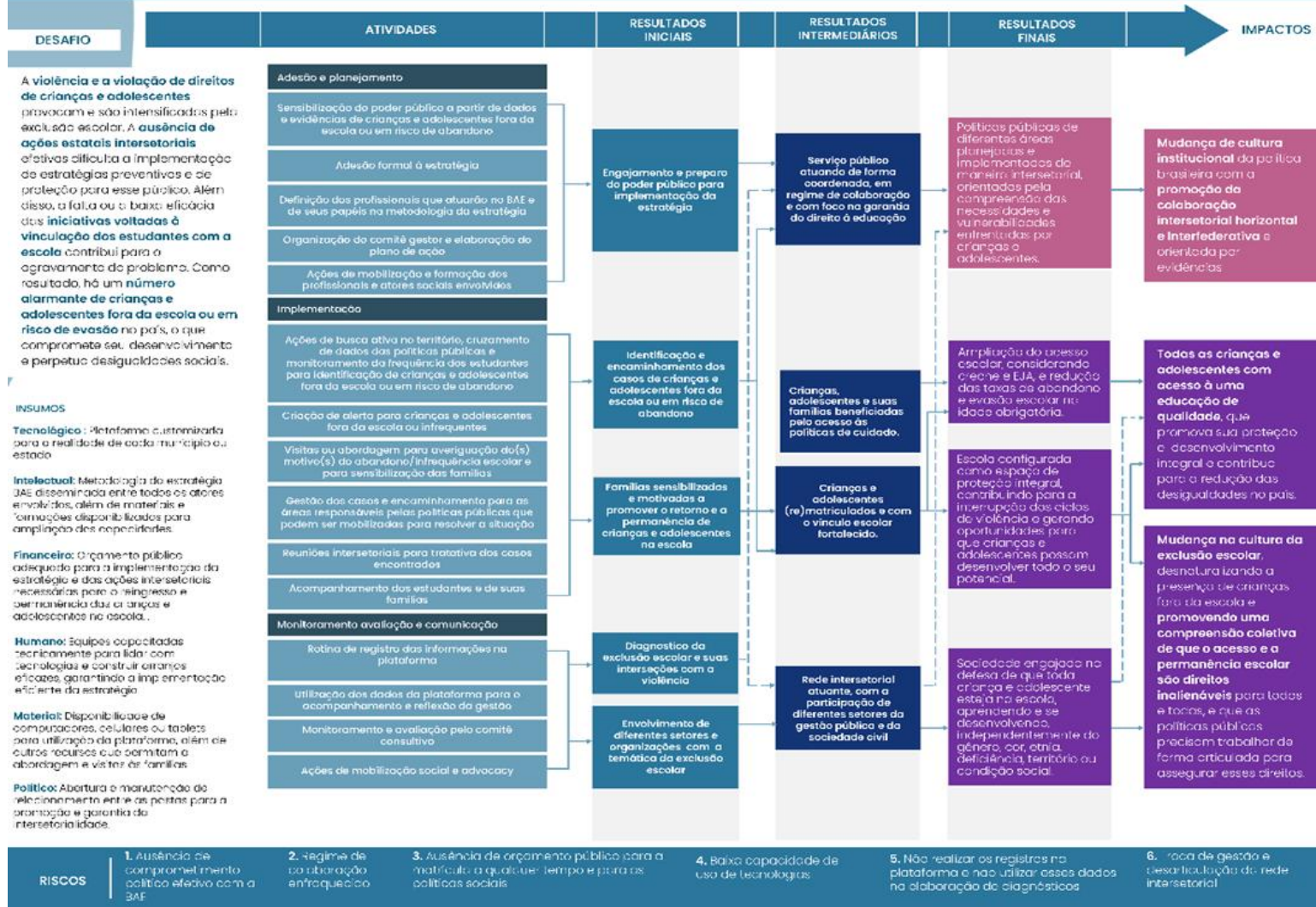
Planejamento público das três esferas de governo (PPA, LOA, LDO, Planos anuais) assegurando os direitos de meninas e meninos

3

Ambiente escolar seguro, acolhedor e promotor do desenvolvimento humano

PÚBLICO ALVO

Crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos que não estão matriculados na escola ou estão em risco de evasão, sendo desejável sua ampliação para crianças entre 0 e 3 anos e jovens e adultos que não concluíram a educação básica



7.4 Tabelas Amostrais

Para o cálculo do tamanho da amostra¹¹², adotou-se um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5% sobre o universo de municípios e estados participantes da BAE. A fórmula utilizada para o cálculo amostral é a seguinte:

$$n = \frac{(Z_{\alpha/2})^2 \cdot p(1-p)}{e^2} \cdot \left(1 + \frac{(Z_{\alpha/2})^2 \cdot p(1-p)}{e^2 \cdot N}\right)$$

Onde:

N: Total populacional

p: Variabilidade populacional (Em razão da variabilidade populacional ser desconhecida, utiliza-se a variabilidade máxima – 0,50)

e: Margem de erro amostral

α: Nível de significância

Z_{α/2}: Valor da tabela normal padrão (1,96)

Tabela 11. Secretários(as) Municipais e Gestores(as) Políticas(as) - Amostra Representativa para Brasil e estratificada por regiões

	Região	Contagem de municípios	Amostra necessária	Amostra coletada	Peso
Brasil	Centro Oeste	276	28	41	0,683
	Nordeste	1.712	170	449	0,379
	Norte	427	43	223	0,193
	Sudeste	725	72	66	1,091
	Sul	336	33	19	1,737
	Total	3.476	346	798	4,082

Tabela 12. Coordenadores(as) Operacionais e Supervisores(as) Institucionais Municipais - Amostra Representativa para Brasil e estratificada por regiões

	Região	Contagem de municípios	Amostra necessária	Amostra coletada	Peso
Brasil	Centro Oeste	276	28	44	0,636
	Nordeste	1.712	170	597	0,285
	Norte	427	43	259	0,166
	Sudeste	725	72	97	0,742
	Sul	336	33	15	2,200
	Total	3.476	346	1.012	4,029

Tabela 13. Secretários(as) Municipais e Gestores(as) Políticas(as) - Amostra representativa para a região Nordeste e estratificada pelos estados

Região	UF	Contagem de municípios	Amostra necessária	Amostra coletada	Peso
Nordeste	AL	100	18	39	0,462
	BA	390	71	86	0,826
	PE	167	33	39	0,846
	CE	182	40	49	0,816
	MA	217	39	53	0,736
	PB	212	31	33	0,939
	PI	202	37	46	0,804
	RN	167	31	58	0,534
	SE	75	14	46	0,304
	Total	1712	314	449	6,268

¹¹² Os quadros que apresentam o número de municípios amostrados em cada abrangência territorial e sua representatividade, além das amostras calculadas para o survey com gestores(as) estaduais e equipes locais dos estados signatários estão presentes no Anexo 4.

Tabela 14. Coordenadores(as) Operacionais e Supervisores(as) Institucionais Municipais - Amostra representativa para a região Nordeste e estratificada pelos estados

Região	UF	Contagem de municípios	Amostra necessária	Amostra coletada	Peso
Nordeste	AL	100	18	61	0,295
	BA	390	71	108	0,657
	PE	167	33	56	0,589
	CE	182	40	72	0,556
	MA	217	39	61	0,639
	PB	212	31	54	0,574
	PI	202	37	64	0,578
	RN	167	31	59	0,525
	SE	75	14	62	0,226
Total		1712	314	597	4,640

Tabela 15. Secretários(as) Municipais e Gestores(as) Políticas(as) - Amostra representativa para a região Norte e estratificada pelos estados

Região	UF	Contagem de municípios	Amostra necessária	Amostra coletada	Peso
Norte	AC	22	10	22	0,455
	AM	60	29	38	0,763
	AP	16	8	12	0,667
	PA	129	61	52	1,173
	RO	52	25	28	0,893
	RR	15	7	9	0,778
	TO	133	63	62	1,016
Total		427	203	223	5,744

Tabela 16. Coordenadores(as) Operacionais e Supervisores(as) Institucionais Municipais - Amostra representativa para a região Norte e estratificada pelos estados

Região	UF	Contagem de municípios	Amostra necessária	Amostra coletada	Peso
Norte	AC	22	10	21	0,476
	AM	60	29	36	0,806
	AP	16	8	9	0,889
	PA	129	61	60	1,017
	RO	52	25	41	0,610
	RR	15	7	12	0,583
	TO	133	63	80	0,788
Total		427	203	259	5,170

Tabela 17. Secretários(as) Municipais e Gestores(as) Políticas(as) - Amostra representativa para o estado do Espírito Santo

	Contagem de municípios	Amostra necessária	Amostra coletada	Peso
Espírito Santo	78	65	38	1,711

Tabela 18. Coordenadores(as) Operacionais e Supervisores(as) Institucionais Municipais - Amostra representativa para o estado do Espírito Santo

	Contagem de municípios	Amostra necessária	Amostra coletada	Peso
Espírito Santo	78	65	69	0,942

Tabela 19. Secretários(as) Estaduais e Gestores(as) Políticas(as) - Amostra dos estados signatários

Estado	Contagem de municípios	Peso
Alagoas	1	0,333
Amazonas	1	1
Amapá	1	1
Bahia	1	0,5
Espírito Santo	1	1

Maranhão	1	0,5
Rio Grande do Norte	1	0,143
Rondônia	1	0,333
Roraima	1	1
Tocantins	1	1
Total	10	

Tabela 20. Coordenadores(as) Operacionais e Supervisores(as) Institucionais Estaduais - Amostra representativa dos estados signatários

Estado	Contagem de municípios	Peso
Acre	1	0,333
Alagoas	1	0,5
Amazonas	1	1
Amapá	1	1
Bahia	1	1
Ceará	1	1
Espírito Santo	1	1
Maranhão	1	1
Mato Grosso	1	0,0909
Pará	1	1
Paraíba	1	1
Pernambuco	1	1
Piauí	1	1
Rio de Janeiro	1	1
Rio Grande do Norte	1	0,0417
Rondônia	1	0,0233
Roraima	1	0,333
Rio Grande do Sul	1	1
Sergipe	1	0,5
Tocantins	1	1
Total	20	

Tabela 21. Amostra de estados e municípios, segundo critério de avaliação, para realização das entrevistas em profundidade

REGIÃO	UF	MUNICÍPIOS	AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO	SELO UNICEF
Nordeste	Alagoas	Coqueiro Seco	Ruim	Não
		Marechal Deodoro	Boa	Não
		Messias	Boa	Sim
		Penedo	Boa	Sim
	Pernambuco	Jaboatão dos Guararapes	Ruim	Não
		Olinda	Ruim	Não
		Petrolina	Boa	Sim
		Recife	Boa	Não
Norte	Rondônia	Candeias do Jamari	Boa	Sim
		Ji-Paraná	Boa	Sim
		Machadinho d'Oeste	Boa	Não
		Porto Velho	Ruim	Não
	Tocantins	Palmas	Ruim	Não
		Araguaína	Boa	Sim
		Praia Norte	Ruim	Sim
		São Sebastião do Tocantins	Boa	Sim

7.5 Anexo 5

No presente anexo estão disponíveis todas as tabelas e gráficos que contém resultados coletados através dos surveys ou disponibilizados pelo UNICEF, e que foram citadas no Relatório Consolidado.

7.5.1 Relevância

Gráfico 4. Média da população dos municípios que aderiram à BAE e que nunca aderiram à BAE

Média da População

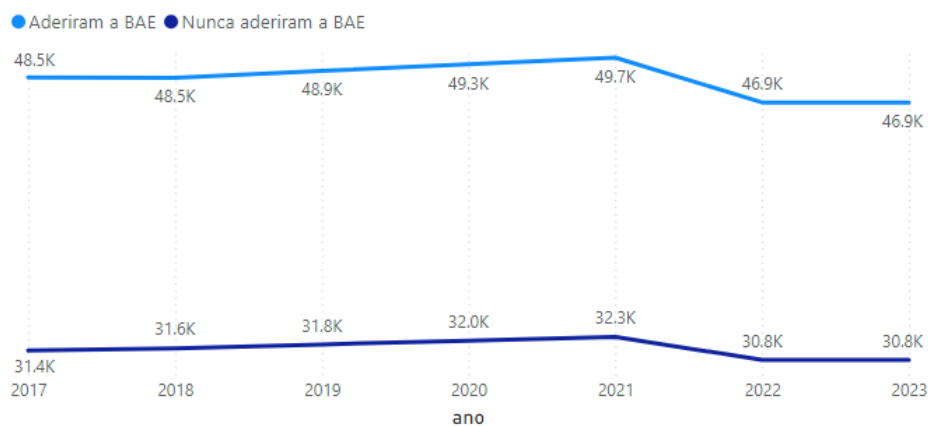


Gráfico 5: Média do PIB per capita dos municípios que aderiram à BAE e que nunca aderiram à BAE

Média PIB Per Capita

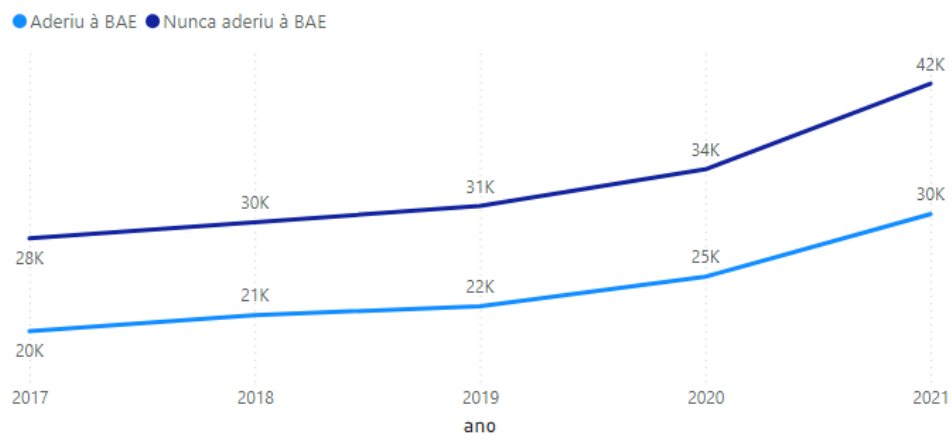


Gráfico 6: Média da receita líquida dos municípios que aderiram à BAE e que nunca aderiram à BAE

Média Receita Municipal Líquida

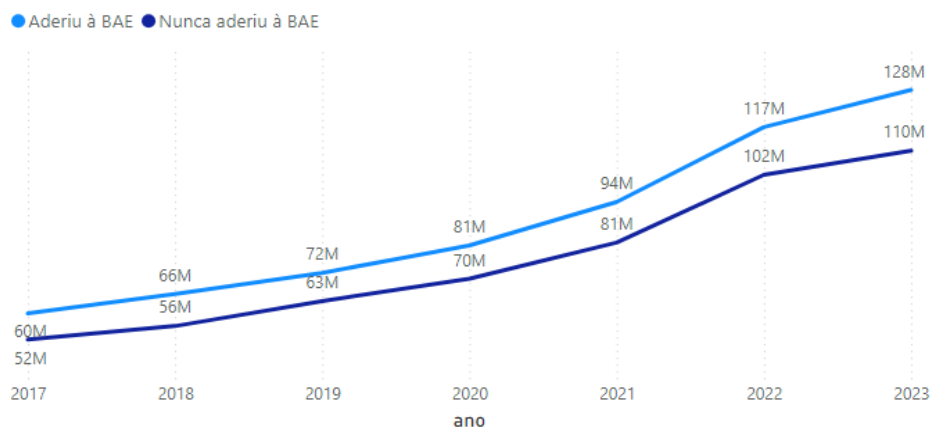


Gráfico 7: Distribuição regional dos municípios do primeiro ciclo de adesão à BAE (2017-2020) que readeriram ou não ao segundo ciclo (2021-2024)

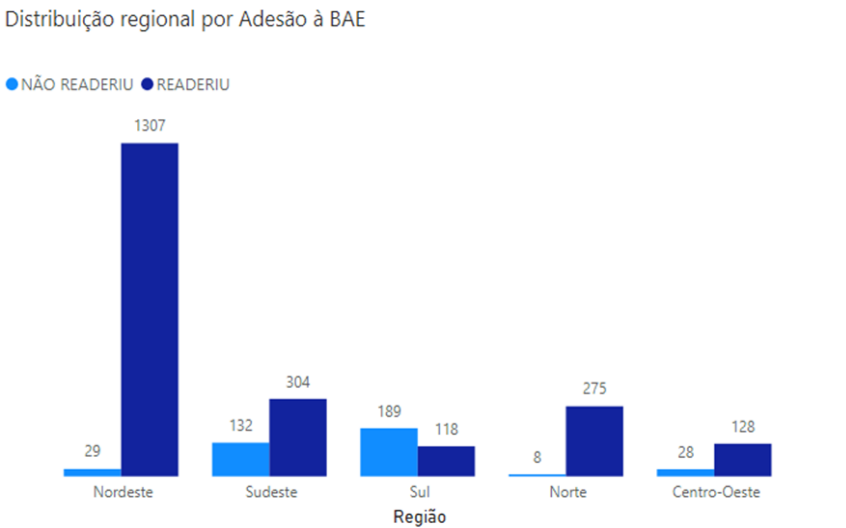


Gráfico 8: Tamanho populacional médio dos municípios do primeiro ciclo de adesão à BAE (2017-2020) que readeriram ou não ao segundo ciclo (2021-2024)

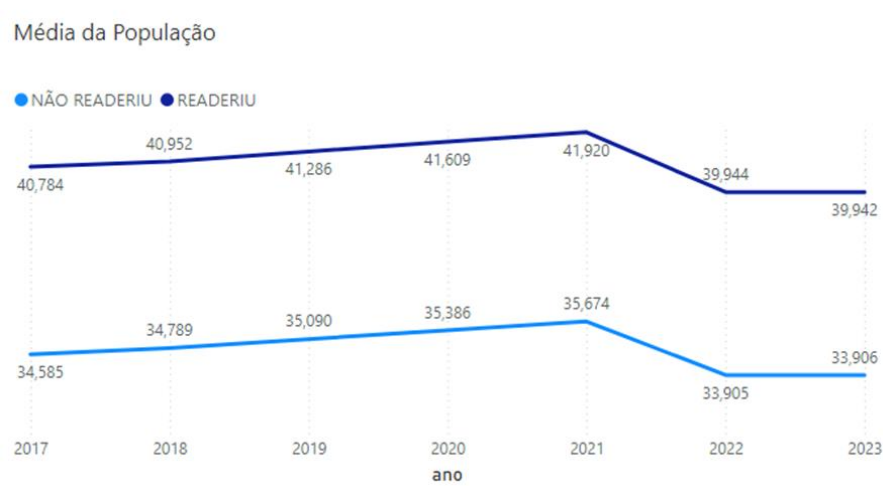


Gráfico 9: PIB per capita médio dos municípios do primeiro ciclo de adesão à BAE (2017-2021)

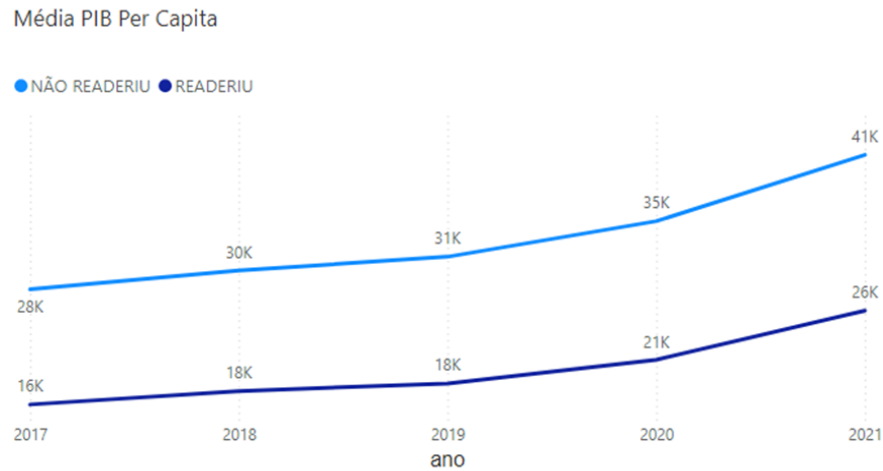


Tabela 8: Coordenadores(as) e supervisores(as) municipais - Resultado da motivação para adesão à BAE

Motivos para adesão à BAE	Porcentagem
Apoio técnico e metodológico oferecido por UNICEF e UNDIME	56,4%
Falta de resultados satisfatórios com políticas/programa(s) anterior(es)	12,7%
Necessidade de uma abordagem mais estruturada e integrada	65,3%
Não sei responder	2,6%
Outro(s)	0,2%
Recomendação de outros(as) gestores(as)	6,6%

Tabela 9. Coordenadores(as) e supervisores(as) estaduais -Resultado da motivação para adesão à BAE

Motivos para adesão à BAE	Porcentagem
Adoção de uma metodologia efetiva validada por outros estados e municípios	83,1%
Apoio técnico e metodológico oferecido por UNICEF e UNDIME	71,4%
Disponibilização de plataforma para gestão de casos e análise de dados	76,9%
Falta de resultados satisfatórios com políticas/programa(s) anterior(es)	22,9%
Necessidade de uma abordagem mais estruturada e integrada	77,3%
Não sei responder	0,18%
Recomendação de outros(as) gestores(as)	4,6%

Tabela 10: Lista de motivos da BAE para evasão e abandono escolar

Evasão e abandono segundo a BAE	
Evasão porque sente a escola desinteressante (Desinteresse pelos estudos)	28,00%
Evasão porque sente a escola desinteressante	22,40%
Mudança de domicílio, viagem ou deslocamentos frequentes	12,40%
Evasão porque sente a escola desinteressante (Desinteresse pela escola)	12,30%
Evasão reportada pelo Educacenso/INEP	4,80%
Gravidez na adolescência	3,50%
Criança ou adolescente com doenças	2,80%
Trabalho infantil	1,70%
Falta de documentação da criança ou adolescente	1,30%
Falta de transporte escolar	1,20%
Criança ou adolescente com deficiência intelectual	1,10%
Criança ou adolescente com deficiência(s) que impeça(m) ou dificulte(m) a frequência à escola	1,10%
Violência familiar	0,80%
Falta de infraestrutura escolar (Escola)	0,80%
Adolescente em conflito com a lei	0,80%
Evasão e/ou infrequência reportada pela escola, município ou estado	0,80%
Falta de infraestrutura escolar (Vagas)	0,60%
Uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas	0,60%
Criança ou adolescente com deficiência física	0,50%
Criança ou adolescente com deficiência mental	0,50%
Criança ou adolescente com deficiência sensorial	0,40%
Violência no território	0,30%
Criança ou adolescente em situação de rua	0,30%
Falta de transporte escolar (Transporte escolar público)	0,20%
Falta de transporte escolar (Transporte particular - veículo próprio)	0,20%
Violência na escola (bullying)	0,20%

Violência na escola (conflitos com outros estudantes)	0,20%
Criança ou adolescente em abrigos	0,10%
Falta de transporte escolar (Transporte público - ônibus, metrô, trem, balsa, barco etc.)	0,10%
Crianças ou adolescentes migrantes estrangeiros	0,00%
Preconceito ou discriminação racial	0,00%
Violência na escola (conflitos da criança e/ou adolescente com funcionários, docentes ou gestores da escola)	0,00%
Criança ou adolescente que sofrem ou sofreram abuso / violência sexual	0,00%
Violência na escola (Discriminação de gênero)	0,00%
Violência na escola (Discriminação racial)	0,00%
Violência na escola (Discriminação religiosa)	0,00%
Violência na escola (discriminação por orientação sexual)	0,00%

7.5.2 Efetividade

Regime de colaboração

Tabela 11: Coordenadores(as) Municipais – Houve algum apoio por parte do Governo ou das Secretarias Estaduais para adesão, implementação ou execução da BAE?

Apoio para adesão, implementação ou execução da BAE	Porcentagem
Acesso a informações sobre estudantes transferidos para outras redes	16,3%
Apoio financeiro para garantia da infraestrutura para implementação	2,9%
Apoio informal e pontual de atores	10,7%
Apoio técnico na implementação da estratégia (assessoria, orientações etc.)	30,6%
Apoio técnico para adesão	29,4%
Cessão de prédios, recursos humanos, infraestruturas etc.	2,4%
Mobilização para a adesão	41,6%
Não houve nenhum apoio	11,6%
Não sei responder	13,3%
Oferta de vagas na rede estadual	6,3%

Tabela 12: Coordenadores(as) do Espírito Santo – Houve algum apoio por parte do Governo ou das Secretarias Estaduais para adesão, implementação ou execução da BAE?

Apoio para adesão, implementação ou execução da BAE	Porcentagem
Acesso a informações sobre estudantes transferidos para outras redes	27,8%
Apoio financeiro para garantia da infraestrutura para implementação	5,1%
Apoio informal e pontual de atores	13,5%
Apoio técnico na implementação da estratégia (assessoria, orientações etc.)	54,4%
Apoio técnico para adesão	32,4%
Cessão de prédios, recursos humanos, infraestruturas etc.	1,45%
Mobilização para a adesão	42,0%
Não houve nenhum apoio	2,9%
Não sei responder	11,6%
Oferta de vagas na rede estadual	4,8%

Tabela 13: Coordenadores(as) Estaduais – Foram realizadas ações de pactuação, assessoria técnica, monitoramento, articulação e mobilização junto aos municípios do seu estado que também implementam a BAE?

Ações junto aos municípios que também implementam a BAE	Porcentagem
Sim	62,2%
Não	17,0%
Não sei responder	20,8%

Tabela 14: Secretaria dos Estados - Foram realizadas ações de pactuação, assessoria técnica, monitoramento, articulação e mobilização junto aos municípios do seu estado que também implementam a BAE?

Ações junto aos municípios que também implementam a BAE	Porcentagem
Sim	63,8%
Não	21,4%
Não sei responder	14,8%

Tabela 15: Coordenadores(as) Municipais - Há fluxo de atendimento dos casos de crianças e adolescentes compartilhado entre o município e a Secretaria Estadual de Educação?

Atendimento entre o município e a Secretaria Estadual de Educação	Porcentagem
Sim	46,3%
Não	38,0%
Não sei responder	15,7%
Total válido	100,0%

Tabela 16: Coordenadores(as) Municipais - Há atuação intersetorial com Secretarias do Governo Estadual para execução da BAE?

Atuação intersetorial para execução da BAE	Porcentagem
Sim	42,6%
Não	36,5%
Não sei responder	21,0%

Tabela 17: Coordenadores(as) Municipais - Qual é sua avaliação sobre a participação do Governo Estadual, ou das Secretarias envolvidas, na estratégia BAE no seu município?

Participação, na estratégia BAE	Porcentagem
Insatisfeito(a)	19,6%
Muito insatisfeito (a)	3,7%
Muito satisfeito(a)	12,3%
Não sei responder	15,2%
Satisfeito(a)	49,2%
Total	100%

Tabela 18: Coordenadores(as) Estaduais - O seu estado apoia e/ou fomenta ações da BAE direcionadas a etapas da educação básica que não são ofertadas pela rede estadual?

Apoio em ações da BAE que não são ofertadas pela rede estadual	Porcentagem
Não apoia e/ou fomenta ações direcionadas a essas etapas	7,0%
Para a creche	38,7%
Para a pré-escola	44,0%
Para o Ensino Fundamental- Anos Iniciais	54,7%
Para o Ensino Fundamental- Anos Finais	45,2%
Para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)	54,1%
Não sei responder	22,5%

Tabela 19: Secretaria do Estado - O seu estado apoia e/ou fomenta ações da BAE direcionadas a etapas da educação básica que não são ofertadas pela rede estadual?

Apoio em ações da BAE que não são ofertadas pela rede estadual	Porcentagem
Não apoia e/ou fomenta ações direcionadas a essas etapas	11,4%
Para a creche	43,1%
Para a pré-escola	46,4%
Para o Ensino Fundamental- Anos Iniciais	62,4%
Para o Ensino Fundamental- Anos Finais	57,4%
Para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)	70,7%
Não sei responder	11,4%

Tabela 20: A partir da sua atuação, indique quais desafios para a implementação da BAE você vivenciou e/ou observou

Desafios para a implementação da BAE	Porcentagem
Baixa disponibilidade de profissionais para a execução das ações	61,4%
Dificuldades na articulação intersetorial com outras secretarias	57,5%
Dificuldades na articulação intersetorial com outros órgãos públicos	36,8%
Desafios tecnológicos, como instabilidade da internet	35,4%
Dificuldade na articulação dos esforços entre estado e municípios	33,2%
Capacidade técnica das equipes insuficiente para o uso de tecnologias	20,2%
Identificar crianças/adolescentes em situação de violência ou violação	19,1%
Atender as necessidades de crianças e adolescentes de grupos específicos	18,7%
Pouca divulgação sobre a estratégia BAE ou suas ações	17,8%
Outros desafios	15,2%
Formação metodológica das equipes insuficiente para a execução das ações	15,0%
Baixo engajamento da equipe da BAE nas ações planejadas	13,4%
Insuficiência de orçamento público para matrículas de fluxo contínuo	13,1%
Identificar crianças/adolescentes em situação de maior vulnerabilidade	11,9%
Transporte escolar inadequado para estudantes com deficiência	7,1%
Baixo ou nenhum engajamento das comunidades locais em relação à Estratégia	6,9%
Ausência ou baixa oferta de vagas no Ensino Médio	5,7%
Escolas com acessibilidade insuficiente para estudantes com deficiência	5,5%
Nenhum dos desafios acima	3,4%

Tabela 21: Houve algum apoio por parte da Secretaria Estadual de Assistência Social ou similar

Apoio da Secretaria Estadual de Assistência Social	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Não	55,2%	63,7%	60,2%	81,7%	28,6%	0,048	Qui-quadrado
Sim	44,8%	36,3%	39,8%	18,3%	71,4%	0,048	Qui-quadrado

Intersectorialidade

Tabela 22: Coordenadores(as) Municipais - Indique quão envolvida cada secretaria estava na estratégia

Envolvimento da secretaria na estratégia	Muito	Moderada mente	Pouco	Não esteve envolvida	Não sei responder	Total
Secretaria Municipal de Educação ou similar	82,7%	14,8%	2,0%	0,0%	0,5%	100,0%
Secretaria Municipal de Assistência Social ou similar	52,6%	33,5%	12,0%	0,6%	1,4%	100,0%

Secretaria Municipal de Saúde ou similar	42,5%	36,6%	18,4%	1,2%	1,3%	100,0%
Secretaria Municipal de Cultura ou similar	44,0%	30,4%	20,3%	1,9%	3,5%	100,0%
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ou similar	42,5%	42,2%	12,8%	1,9%	0,7%	100,0%
Secretaria Municipal de Planejamento ou similar	51,3%	32,9%	12,7%	0,0%	3,1%	100,0%
Secretaria Municipal de Agricultura ou similar	45,0%	34,0%	15,3%	5,7%	0,0%	100,0%
Secretaria Municipal de Turismo ou similar	67,4%	14,6%	18,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Secretaria Municipal de Administração ou similar	62,6%	28,4%	7,5%	1,5%	0,0%	100,0%
Secretaria Municipal de Segurança Pública ou similar	67,0%	30,1%	2,9%	0,0%	0,0%	100,0%

Tabela 23: Coordenadores(as) do Espírito Santo - Indique quão envolvida cada secretaria estava na estratégia

Envolvimento da secretaria na estratégia	Muito	Moderada mente	Pouco	Não esteve envolvida	Não sei responder	Total
Secretaria Municipal de Educação ou similar	73,8%	22,1%	4,1%	0,00%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Assistência Social ou similar	41,0%	38,0%	17,0%	2,0%	2,0%	100,0%
Secretaria Municipal de Saúde ou similar	32,3%	37,5%	28,1%	0,00%	2,1%	100,0%
Secretaria Municipal de Cultura ou similar	57,1%	0,00%	14,3%	0,00%	28,6%	100,0%
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ou similar	53,8%	46,1%	0,00%	0,00%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Planejamento ou similar	40,0%	0,00%	60,0%	0,00%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Agricultura ou similar	NaN%	NaN%	NaN%	NaN%	NaN%	0,00%
Secretaria Municipal de Turismo ou similar	100,0%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Administração ou similar	NaN%	NaN%	NaN%	NaN%	NaN%	0,00%
Secretaria Municipal de Segurança Pública ou similar	100,0%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,0%

Tabela 24: Coordenadores(as) Selo - Indique quão envolvida cada secretaria estava na estratégia

Envolvimento da secretaria na estratégia.	Cruzamento	Muito	Moderada mente	Pouco	Não esteve envolvida	Não sei responder	Total
Secretaria Municipal de Educação ou similar	Não	78,4%	17,8%	3,0%	0,00%	0,77%	100,0%
Secretaria Municipal de Assistência Social ou similar	Não	47,2%	34,6%	15,4%	1,0%	1,8%	100,0%
Secretaria Municipal de Saúde ou similar	Não	34,3%	35,7%	27,1%	1,1%	1,8%	100,0%
Secretaria Municipal de Cultura ou similar	Não	35,0%	10,6%	39,0%	7,7%	7,7%	100,0%
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ou similar	Não	26,1%	58,0%	10,8%	5,0%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Planejamento ou similar	Não	42,8%	24,3%	32,9%	0,00%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Agricultura ou similar	Não	20,9%	37,4%	41,7%	0,00%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Turismo ou similar	Não	68,6%	3,2%	28,2%	0,00%	0,00%	100,0%

Secretaria Municipal de Administração ou similar	Não	78,7%	16,3%	5,1%	0,00%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Segurança Pública ou similar	Não	100,0%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Educação ou similar	Sim	85,3%	12,9%	1,4%	0,00%	0,40%	100,0%
Secretaria Municipal de Assistência Social ou similar	Sim	56,0%	32,7%	9,7%	0,3%	1,2%	100,0%
Secretaria Municipal de Saúde ou similar	Sim	47,7%	37,2%	12,8%	1,3%	1,0%	100,0%
Secretaria Municipal de Cultura ou similar	Sim	46,9%	36,8%	14,2%	0,00%	2,1%	100,0%
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ou similar	Sim	49,6%	35,4%	13,6%	0,49%	0,97%	100,0%
Secretaria Municipal de Planejamento ou similar	Sim	55,5%	37,2%	2,7%	0,00%	4,6%	100,0%
Secretaria Municipal de Agricultura ou similar	Sim	51,1%	33,1%	8,5%	7,2%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Turismo ou similar	Sim	66,0%	27,1%	6,9%	0,00%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Administração ou similar	Sim	59,1%	31,0%	8,0%	1,9%	0,00%	100,0%
Secretaria Municipal de Segurança Pública ou similar	Sim	51,2%	43,8%	4,2%	0,00%	0,00%	100,0%

Tabela 25: Coordenadores(as) Estaduais - Na sua opinião, o trabalho intersetorial realizado no contexto da BAE, contribui, efetivamente, para a (re)inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola?

Contribuição do trabalho intersetorial para a (re)inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola	Porcentagem
Contribuiu muito	70,9%
Contribuiu moderadamente	10,7%
Contribuiu pouco	6,9%
Não contribui	0,0%
Não há trabalho intersetorial	0,2%
Não sei responder	11,3%
Total válido	100,0%

Tabela 26: Coordenadores(as) Municipais - Na sua opinião, o trabalho intersetorial realizado no contexto da BAE, contribui, efetivamente, para a (re)inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola?

Contribuição do trabalho intersetorial para a (re)inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola	Porcentagem
Contribuiu muito	68,4%
Contribuiu moderadamente	19,3%
Contribuiu pouco	5,6%
Não contribuiu	1,1%
Não há trabalho intersetorial	2,5%
Não sei responder	3,1%
Total válido	100,0%

Tabela 27: Coordenadores(as) Municipais - Em relação aos encaminhamentos mais comuns adotados na BAE no seu município, eles estão, em geral, mais relacionados à quais políticas públicas?

Encaminhamentos adotados na BAE relacionados a políticas públicas	Porcentagem
Políticas relacionadas ao planejamento	6,8%
Políticas relacionadas à assistência social	57,8%

Políticas relacionadas à cultura	6,7%
Políticas relacionadas à educação	89,3%
Políticas relacionadas à saúde	50,1%
Políticas relacionados ao esporte e lazer	7,9%

Tabela 28: Coordenadores(as) Estaduais - Em relação aos encaminhamentos mais comuns adotados na BAE no seu estado, eles estão, em geral, mais relacionados à quais políticas públicas?

Políticas públicas relacionadas aos encaminhamentos adotados na BAE	Porcentagem
Outra(s)	18,2%
Políticas relacionadas ao trabalho	23,3%
Políticas relacionadas à assistência social	62,8%
Políticas relacionadas à educação	86,2%
Políticas relacionadas à juventude	40,8%
Políticas relacionadas à saúde	62,1%
Políticas relacionadas à segurança pública	36,1%
Políticas relacionadas ao planejamento	15,4%
Políticas relacionados ao esporte e lazer	27,9%
Políticas relacionadas à cultura	10,2%
Total de respostas	383,3%

Tabela 29: Coordenadores(as) Municipais – Desafios relacionados à área da assistência social ou da saúde para a matrícula de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono

Encaminhamentos dos casos:	Sim	Não	Não sei responder
Há desafios relacionados à área da assistência social para a matrícula de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono	55,0%	34,0%	11,0%
Há desafios relacionados à área da saúde para a matrícula de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono	52,5%	37,7%	9,9%

Tabela 30: Coordenadores(as) do Estado – Desafios relacionados à área da assistência social ou da saúde para a matrícula de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono

Encaminhamentos dos casos:	Sim	Não	Não sei responder
Há desafios relacionados à área da assistência social para a matrícula de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono	73,9%	7,9%	18,3%
Há desafios relacionados à área da saúde para a matrícula de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono	62,8%	11,4%	25,8%

Tabela 31: Coordenadores(as) Municipais – Contribuição da BAE para o desenvolvimento de uma cultura intersetorial na administração municipal

Qual a sua percepção sobre a afirmação:	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
A BAE contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura intersetorial na administração municipal.	67,9%	26,1%	1,9%	1,2%	2,9%

Tabela 32: Coordenadores(as) Estaduais – Contribuição da BAE para o desenvolvimento de uma cultura intersetorial na administração estadual

Qual a sua percepção sobre a afirmação:	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
A BAE contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura intersetorial na administração estadual.	67,1%	26,1%	0,6%	0,1%	6,1%

Tabela 33: Coordenadores(as) Municipais – Frequência de encontros do Comitê Intersectorial da BAE

Frequência	Porcentagem
Quinzenal	4,1%
Mensal	21,7%
Bimestral	29,2%
Semestral	17,5%
Anual	3,1%
Não tem cronograma fixo	24,0%
Não sei responder	1,3%
Total válido	100,0%

Tabela 34: Coordenadores Estados - Frequência de encontros do Comitê Intersectorial da BAE

Frequência	Porcentagem
Quinzenal	3,1%
Mensal	7,3%
Bimestral	41,1%
Semestral	19,0%
Anual	0,00%
Não tem cronograma fixo	21,2%
Não há encontros do comitê gestor	0,00%
Não sei responder	8,2%
Total válido	100,0%

Tabela 35: Coordenadores municipais - Frequência de encontros do Comitê Intersectorial da BAE, por porte do município.

Frequência	Pequeno I (%)	Pequeno II (%)	Médio (%)	Grande ou Metrópole (%)	Valor-p	Teste
Quinzenal	3,8%	1,0%	1,1%	19,9%	0,050	Qui-quadrado (simulado)
Mensal	16,4%	27,4%	34,7%	20,3%	0,050	Qui-quadrado (simulado)
Bimestral	29,0%	30,4%	24,8%	29,2%	0,050	Qui-quadrado (simulado)
Semestral	20,7%	15,8%	18,9%	3,9%	0,050	Qui-quadrado (simulado)
Anual	2,7%	1,5%	5,6%	8,5%	0,050	Qui-quadrado (simulado)
Não tem cronograma fixo	26,2%	23,7%	14,7%	11,1%	0,050	Qui-quadrado (simulado)
Não sei responder	1,2%	0,2%	0,3%	7,1%	0,050	Qui-quadrado (simulado)

Tabela 36: Coordenadores(as) Municipais - Quais atores (órgãos ou instituições, por exemplo) participam das reuniões ampliadas do Comitê Intersectorial?

Atores participantes	Porcentagem
Associações de moradores ou outras associações locais	5,0%
Conselho	59,3%
Coordenador operacional da estratégia	78,4%
Gestor político da estratégia	29,5%
Líderes religiosos	6,9%
Membros das equipes escolares	37,5%
Ministério público	17,6%
Organizações da Sociedade Civil	14,7%
Outro(s)	1,90%

Prefeito	15,3%
Secretarias Municipais que fazem parte da estratégia	76,7%
Supervisores institucionais da estratégia	55,1%
Tribunal de contas	0,50%
Vereadores	7,3%
Total de respostas	405,7%

Tabela 37: Coordenadores(as) Estaduais - No seu estado, quais são as Secretarias, órgãos e associações representativas que participam do comitê intersetorial da BAE?

Instituições participantes	Porcentagem
Assembleia Legislativa	17,4%
Associações de Prefeitos	19,0%
Conselho Estadual de Educação	81,0%
Ministério Público estadual	79,4%
Não sei responder	9,4%
Organizações da sociedade civil	35,2%
Outros.	35,5%
Seccional da Uncme	17,4%
Seccional da Undime	83,0%
Seccional do Coegemas	35,5%
Secretaria Estadual de Assistência Social ou similar	76,3%
Secretaria Estadual de Cultura ou similar	0,70%
Secretaria Estadual de Esporte e Lazer ou similar	24,4%
Secretaria Estadual de Juventude ou similar	37,8%
Secretaria Estadual de Saúde ou similar	78,5%
Secretaria Estadual de Segurança Pública ou similar	41,3%
Secretaria Estadual do Trabalho ou similar	18,1%
Tribunal de Contas do estado	43,9%
Total de respostas	733,7%

Tabela 38: Coordenadores(as) Municipais - Quais atores (órgãos ou instituições, por exemplo) participam das reuniões ampliadas do Comitê Intersectorial? [Ministério público]

Participação do Ministério Público no Comitê Intersectorial	Pequeno I (%)	Pequeno II (%)	Médio (%)	Grande ou Metrópole (%)	Valor-p	Teste
Não	91,8%	71,9%	81,6%	66,7%	0,004	Qui-quadrado (simulado)
Sim	8,2%	28,1%	18,4%	33,3%	0,004	Qui-quadrado (simulado)

Tabela 39: Quais órgãos do sistema de justiça e controle apoiaram a implementação da BAE no seu município? [Defensoria Pública]

Apoio da Defensoria Pública na implementação da BAE nos municípios	Pequeno I (%)	Pequeno II (%)	Médio (%)	Grande ou Metrópole (%)	Valor-p	Teste
Não	89,3%	81,1%	83,9%	79,7%	0,210	Qui-quadrado (simulado)
Sim	10,7%	18,9%	16,1%	20,3%	0,210	Qui-quadrado (simulado)

Tabela 40: Quais atores (órgãos ou instituições, por exemplo) participam das reuniões ampliadas do Comitê Intersectorial? [Conselho]

Participação do Conselho no Comitê Intersectorial	Pequeno I (%)	Pequeno II (%)	Médio (%)	Grande ou Metrópole (%)	Valor-p	Teste
Não	49,9%	29,9%	46,1%	24,6%	0,043	Qui-quadrado (simulado)
Sim	50,1%	70,1%	53,9%	75,4%	0,043	Qui-quadrado (simulado)

Tabela 41. Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre a afirmação "As reuniões do Comitê Intersectorial apoiam a tomada de decisões e o aprimoramento da estratégia?"

Percepção	Porcentagem
Concordo totalmente	51,2%
Concordo	48,1%
Discordo	0,07%
Discordo totalmente	0,15%
Não sei responder	0,51%
Total válido	100,0%

Tabela 42. Coordenadores(as) Estaduais - Qual a sua percepção sobre a afirmação "As reuniões do Comitê Intersectorial apoiam a tomada de decisões e o aprimoramento da estratégia?"

Percepção	Porcentagem
Concordo totalmente	58,9%
Concordo parcialmente	33,9%
Discordo parcialmente	0,00%
Discordo totalmente	1,6%
Não sei responder	5,6%
Total válido	100,0%

Tabela 43. Coordenadores(as) Municipais - Quais atores (órgãos ou instituições, por exemplo) participam das reuniões ampliadas do Comitê Intersectorial? [Ministério público]

Participação do Ministério Público no Comitê Intersectorial	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Não	85,7%	90,6%	81,8%	73,8%	50,0%	0,001	Qui-quadrado (simulado)
Sim	14,3%	9,4%	18,2%	26,2%	50,0%	0,001	Qui-quadrado (simulado)

Tabela 44. Coordenadores(as) Municipais - Qual é a frequência de encontros do Comitê Intersectorial?

Frequência de encontros do Comitê Intersectorial, por região	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Quinzenal	2,0%	3,8%	2,7%	2,3%	12,5%	0,114	Qui-quadrado (simulado)
Mensal	16,3%	17,4%	11,6%	22,1%	62,5%	0,114	Qui-quadrado (simulado)
Bimestral	34,7%	30,5%	36,0%	27,4%	12,5%	0,114	Qui-quadrado (simulado)
Semestral	14,3%	20,1%	15,9%	21,7%	0,0%	0,114	Qui-quadrado (simulado)
Anual	8,2%	3,1%	1,7%	3,0%	0,0%	0,114	Qui-quadrado (simulado)
Não tem cronograma fixo	24,5%	24,1%	30,1%	20,5%	12,5%	0,114	Qui-quadrado (simulado)
Não sei responder	0,0%	1,1%	2,0%	3,0%	0,0%	0,114	Qui-quadrado (simulado)

Tabela 45. Coordenadores(as) Municipais - Considerando as ações a seguir, marque aquelas que são realizadas pelo Comitê Intersetorial no seu município. [Análise dos dados disponíveis na plataforma]

Análise de dados disponíveis na plataforma, pelo Comitê	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Não	40,8%	47,4%	50,1%	58,6%	12,5%	0,034	Qui-quadrado
Sim	59,2%	52,6%	49,9%	41,4%	87,5%	0,034	Qui-quadrado

Tabela 46. Coordenadores(as) Municipais - Em relação aos encaminhamentos mais comuns adotados na Busca Ativa Escolar no seu município, eles estão, em geral, mais relacionados à quais políticas públicas? [Políticas relacionadas à saúde]

Frequência de encaminhamentos mais comuns adotados na BAE nas políticas relacionadas à saúde, por região	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Não	44,3%	49,5%	52,2%	62,9%	26,7%	0,014	Qui-quadrado
Sim	55,7%	50,5%	47,8%	37,1%	73,3%	0,014	Qui-quadrado

Tabela 47. Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersetorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Discriminação de gênero]

Frequência de discussões de ações sobre discriminação de gênero no Comitê Intersetorial, por região	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Não	83,7%	65,1%	71,5%	89,7%	87,5%	0,030	Qui-quadrado
Sim	16,3%	34,9%	28,5%	10,3%	12,5%	0,030	Qui-quadrado

Tabela 48. Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersetorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Preconceito por deficiência]

Frequência de discussões de ações sobre preconceito por deficiência no Comitê Intersetorial, por região	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Não	77,6%	67,7%	71,0%	82,5%	100,0%	0,044	Qui-quadrado
Sim	22,4%	32,3%	29,0%	17,5%	0,0%	0,044	Qui-quadrado

Tabela 49. Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersetorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Bullying]

Frequência de discussões de ações sobre situações de bullying no Comitê Intersetorial, por região	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Não	57,1%	38,5%	44,4%	78,3%	75,0%	0,000	Qui-quadrado
Sim	42,9%	61,5%	55,6%	21,7%	25,0%	0,000	Qui-quadrado

Tabela 50. Coordenadores(as) Municipais - O gestor político da Busca Ativa Escolar tem convocado reuniões ampliadas do Comitê Intersetorial? *

Frequência de convocação de reuniões do Comitê Intersetorial pelos gestores políticos, por município participante do Selo UNICEF	Não participa do Selo (%)	Participa do Selo (%)	Valor-p	Teste
Sim	48,2%	62,9%	0,017	Qui-quadrado
Não	36,8%	23,8%	0,017	Qui-quadrado

Não sei responder	15,0%	13,3%	0,017	Qui-quadrado
-------------------	-------	-------	-------	--------------

Tabela 51. Coordenadores(as) Municipais - Quais atores (órgãos ou instituições, por exemplo) participam das reuniões ampliadas do Comitê Intersectorial? [Prefeito]

Frequência de participação de prefeitos em reuniões do Comitê Intersectorial, por participação no Selo UNICEF	Não participa do Selo (%)	Participa do Selo (%)	Valor-p	Teste
Não	91,6%	81,4%	0,107	Qui-quadrado
Sim	8,4%	18,6%	0,107	Qui-quadrado

Tabela 52. Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersectorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Discriminação de gênero]

Frequência de discussões de ações sobre discriminação de gênero no Comitê Intersectorial, por participação no Selo UNICEF	Não participa do Selo (%)	Participa do Selo (%)	Valor-p	Teste
Não	87,3%	67,1%	0,005	Qui-quadrado
Sim	12,7%	32,9%	0,005	Qui-quadrado

Tabela 53. Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersectorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Discriminação étnico racial]

Frequência de discussões de ações sobre discriminação de étnico-racial no Comitê Intersectorial, por participação no Selo UNICEF	Não participa do Selo (%)	Participa do Selo (%)	Valor-p	Teste
Não	83,4%	66,5%	0,024	Qui-quadrado
Sim	16,6%	33,5%	0,024	Qui-quadrado

Tabela 54. Coordenadores(as) Municipais - Nas reuniões do Comitê Intersectorial, foram discutidas ações a estudantes que enfrentam as seguintes situações:[Preconceito por deficiência]

Frequência de discussões de ações sobre situações de preconceito por deficiência no Comitê Intersectorial, por participação no Selo UNICEF	Não participa do Selo (%)	Participa do Selo (%)	Valor-p	Teste
Não	87,8%	67,7%	0,005	Qui-quadrado
Sim	12,2%	32,3%	0,005	Qui-quadrado

Fluxos de Trabalho

Formação das equipes: apoio, composição e capacitação

Tabela 55: Coordenadores(as) Municipais – Indique seu nível de concordância com a afirmação

Satisfação com recebimento de apoio pela Gestão Nacional	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
Fiquei satisfeito com o auxílio prestado pela Gestão Nacional	47,4%	36,3%	3,88%	2,44%	9,93%
Os mecanismos de apoio prestados pela Gestão Nacional são essenciais para a implementação da estratégia	56,19%	30,94%	3,49%	1,38%	8,00%
Os mecanismos de apoio prestados pela Gestão Nacional são suficientes para superar as dificuldades de implementação encontradas no meu município	39,81%	44,12%	5,52%	2,42%	8,14%

Tabela 56: Coordenadores(as) Estaduais - Indique seu nível de concordância com a afirmação

Satisfação com recebimento de apoio pela Gestão Nacional	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
Fiquei satisfeito com o apoio prestado pela Gestão Nacional	63,5%	14,6%	0,2%	0,8%	20,9%
O apoio prestado pela Gestão Nacional é essencial para a implementação da estratégia	77,5%	2,3%	0,5%	0,7%	19,0%
O apoio da Gestão Nacional é suficiente para endereçar as dificuldades de implementação encontradas no meu estado	51,2%	28,1%	0,7%	1,2%	18,9%

Tabela 57: Coordenadores(as) Municipais - Que tipo de recursos foram disponibilizados para orientar a implementação da BAE?

Frequência dos recursos disponibilizados para implementação da BAE	Porcentagem
Assessoria técnica da Gestão Nacional	18,53%
Campanha de mobilização	31,84%
Curso EAD de formação da BAE	55,51%
Eventos presenciais ou virtuais de formação	48,31%
Guias e manuais	47,69%
Informações disponibilizadas no site da BAE	52,35%
Materiais da biblioteca da BAE	55,17%
Materiais gráficos	22,86%
Outros materiais	3,59%
Total de respostas	335,86%

Tabela 58: Coordenadores(as) Estaduais - Que tipo de recursos foram utilizados para orientar a implementação da BAE?

Frequência dos recursos disponibilizados para implementação da BAE	Porcentagem
Eventos virtuais de formação	68,74%
Informações disponibilizadas no site da BAE	65,94%
Guias e manuais da Estratégia	64,17%
Salas virtuais de aprendizagem da BAE	52,52%
Materiais audiovisuais constantes do site da BAE	49,89%
Eventos presenciais de formação	47,64%
Atendimento via canais de suporte da BAE (whatsapp, E-mail, 0800)	43,00%
Campanha de mobilização	42,45%
Assessoria técnica da Gestão Nacional	40,87%
Curso EAD de formação da BAE	39,22%
Materiais gráficos constantes no site da BAE	38,18%
Outros materiais	8,17%
Total de respostas	560,80%

Tabela 59. Coordenadores(as) Municipais - Você realizou o curso autoinstrucional (EAD) da BAE em sua totalidade?

Realização do curso autoinstrucional da BAE	Porcentagem
Sim, completei o curso	59,6%
Não, realizei parcialmente	25,7%
Não realizei o curso EAD	14,7%
Total válido	100,0%

Tabela 60. Coordenadores(as) Municipais - Qual o seu grau de satisfação (em termos de conteúdos, duração e formato) com o curso autoinstrucional (EAD) da BAE?

Satisfação sobre o curso autoinstrucional da BAE	Porcentagem
Muito satisfeito(a)	42,2%
Satisfeito(a)	55,0%
Insatisfeito(a)	2,0%
Muito Insatisfeito(a)	0,9%
Total válido	100,0%

Tabela 61. Coordenadores(as) Municipais - Com que frequência você oferece formações sobre a BAE para a sua equipe?

Frequência de oferta de formações da BAE	Porcentagem
Sempre ou quase sempre	40,2%
Às vezes	47,3%
Nunca ou quase nunca	12,5%

Tabela 62. Coordenadores(as) Estaduais - Com que frequência você oferece formações sobre a Busca Ativa Escolar para a equipe que implementa as ações?

Frequência de oferta de formações da BAE pelos coordenadores estaduais	Porcentagem
Sempre ou quase sempre	72,3%
Às vezes	11,2%
Nunca ou quase nunca	16,5%
Total válido	100,0%

Tabela 63. Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua avaliação sobre essa(s) formação(ões) ofertada(s) por você, elas foram suficientes para a implementação adequada da estratégia?

Avaliação das formações ofertadas	Porcentagem
Sim, foi suficiente	47,9%
Sim, mas poderia ser melhor	47,2%
Não foi suficiente	4,9%

Tabela 64. Coordenadores(as) Estaduais - Tendo em vista as formações coordenadas pelo seu estado, você considera que elas foram suficientes para uma implementação adequada da estratégia?

Avaliação das formações ofertadas pelos coordenadores(as) estaduais	Porcentagem
Sim, foram suficientes	51,4%
Sim, mas poderiam ser melhores	48,0%
Não foram suficientes	0,7%

Planejamento e organização dos fluxos: governança, diretrizes e inclusão

Tabela 65. Coordenadores(as) Municipais - Qual é a frequência de encontros do Comitê Gestor?

Frequência de encontros do Comitê Gestor, segundo coordenadores(as) municipais	Porcentagem
Quinzenal	3,55%
Mensal	19,24%
Bimestral	20,35%
Semestral	16,49%
Anual	3,80%
Não tem cronograma fixo	35,06%
Não sei responder	1,51%

Total válido	100,00%
--------------	---------

Tabela 66. Coordenadores(as) Estaduais - Qual é a frequência de encontros do Comitê Gestor?

Frequência de encontros do Comitê Gestor	Porcentagem
Quinzenal	10,90%
Mensal	5,55%
Bimestral	10,45%
Semestral	0,60%
Anual	0,20%
Não tem cronograma fixo	29,95%
Não há encontros do comitê gestor	11,50%
Não sei responder	30,85%
Total válido	100,00%

Tabela 67. Coordenadores(as) Municipais - Seu município possui um Plano de Ação que oriente e direcione os fluxos de gestão e encaminhamentos dos dados aos diferentes casos de evasão e abandono escolar?

Existência do Plano de Ação no município	Porcentagem
Sim	61,01%
Não	22,96%
Não sei responder	16,04%
Total válido	100,00%

Tabela 68. Coordenadores(as) Municipais - Foram criados protocolos, orientações, normativas etc., para rematrícula em qualquer tempo das crianças e adolescentes identificados?

Encaminhamentos dos casos:	Sim	Não	Não sei responder
Criação de protocolos, orientações, normativas etc.	76,9%	13,9%	9,2%

Tabela 69. Coordenadores(as) Estaduais - Foram criados protocolos, orientações, normativas etc., para rematrícula em qualquer tempo das crianças e adolescentes identificados?

Encaminhamentos dos casos:	Sim	Não	Não sei responder
Criação de protocolos, orientações, normativas etc.	61,3%	16,1%	22,6%

Execução das ações

Tabela 70: Coordenadores(as) Municipais - Em que ano o seu município começou a implementar efetivamente a estratégia da BAE?

Ano de implementação da estratégia da BAE	Porcentagem
2017	16,9%
2018	9,9%
2019	7,8%
2020	10,3%
2021	31,7%
2022	13,2%
2023	5,5%
2024	4,9%

Tabela 71: Coordenadores(as) Estaduais - Em que ano o seu estado começou a implementar efetivamente a estratégia da BAE?

Ano de implementação da estratégia da BAE	Porcentagem
2019	28,5%

2020	1,0%
2021	7,1%
2022	1,4%
2023	29,1%
2024	33,0%

Tabela 72. Coordenadores(as) Municipais - A partir da sua atuação, indique quais desafios para a implementação da BAE você vivenciou e/ou observou:

Desafios enfrentados para implementação da BAE, por tipo	Porcentagem
Dificuldades na organização e execução do trabalho intersetorial	58,1%
Baixa disponibilidade de profissionais para a execução das ações	44,0%
Baixo engajamento das equipes da BAE nas estratégias e ações	18,5%
Pouca divulgação sobre a estratégia Busca Ativa Escolar ou suas ações	13,6%
Outros desafios	12,9%
Atender as necessidades de crianças e adolescentes de grupos específicos	12,3%
Equipes executoras das ações não estão devidamente capacitadas	11,7%
Desafios de comunicação, como ausência ou instabilidade da internet	11,6%
Baixo ou nenhum engajamento das comunidades locais em relação à iniciativa	10,9%
Identificar crianças/adolescentes em situação de maior vulnerabilidade	9,1%
Falta de comprometimento da gestão municipal	7,4%
Identificar crianças/adolescentes em situação de violência ou violação	7,4%
Ausência de orçamento público para matrículas em fluxo contínuo	6,4%
Ausência ou baixa oferta de vagas no Ensino Infantil	3,2%
Escolas sem acessibilidade para estudantes com deficiência	3,2%
Transporte escolar inadequado para estudantes com deficiência	3,0%
Ausência ou baixa oferta de vagas na Educação Fundamental	0,6%

Tabela 73. Coordenadores(as) Estaduais - A partir da sua atuação, indique quais desafios para a implementação da BAE você vivenciou e/ou observou:

Desafios enfrentados para implementação da BAE, por tipo,	Porcentagem
Baixa disponibilidade de profissionais para a execução das ações	61,4%
Dificuldades na articulação intersetorial com outras secretarias	57,5%
Dificuldades na articulação intersetorial com outros órgãos públicos	36,8%
Desafios tecnológicos, como instabilidade da internet	35,4%
Dificuldade na articulação dos esforços entre estado e municípios	33,2%
Capacidade técnica das equipes insuficiente para o uso de tecnologias	20,2%
Identificar crianças/adolescentes em situação de violência ou violação	19,1%
Atender as necessidades de crianças e adolescentes de grupos específicos	18,7%
Pouca divulgação sobre a estratégia Busca Ativa Escolar ou suas ações	17,8%
Outros desafios	15,2%
Formação metodológica das equipes insuficiente para a execução das ações	15,0%
Baixo engajamento da equipe da BAE nas ações planejadas	13,4%
Insuficiência de orçamento público para matrículas de fluxo contínuo	13,1%
Identificar crianças/adolescentes em situação de maior vulnerabilidade	11,9%
Transporte escolar inadequado para estudantes com deficiência	7,1%
Baixo ou nenhum engajamento das comunidades locais em relação à Estratégia	6,9%
Ausência ou baixa oferta de vagas no Ensino Médio	5,7%
Escolas com acessibilidade insuficiente para estudantes com deficiência	5,5%

Nenhum dos desafios acima	3,4%
---------------------------	------

Tabela 74. Coordenadores(as) Municipais - Indique seu grau de concordância com as ações promovidas pela BAE que fortaleceram os vínculos entre estudantes, famílias e equipes escolares

Ações promovidas	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
A BAE promoveu ações que fortaleceram os vínculos	60,7%	31,6%	2,3%	1,0%	4,4%

Tabela 75: Coordenadores(as) Estaduais - Indique seu grau de concordância com as ações promovidas pela BAE que fortaleceram os vínculos entre estudantes, famílias e equipes escolares

Ações promovidas	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
A BAE promoveu ações que fortaleceram os vínculos	52,3%	22,9%	3,0%	0,8%	21,1%

Tabela 76. Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre a afirmação:

Percepção sobre as contribuições da BAE	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
A BAE contribuiu para maior agilidade no enfrentamento dos motivos relacionados à exclusão e abandono escolar	68,5%	24,6%	1,8%	1,8%	3,3%
A BAE contribuiu para maior assertividade de ações relativas à exclusão escolar	67,0%	26,3%	1,7%	1,5%	3,5%
Os casos de exclusão e abandono escolar relacionados à violência foram melhor identificados com a implementação da BAE	58,1%	32,1%	2,5%	1,5%	5,9%
A metodologia da BAE facilita a identificação de crianças/adolescentes em situação de vulnerabilidade	70,8%	24,3%	1,5%	0,7%	2,7%

Tabela 77. Coordenadores(as) Estaduais - Qual a sua percepção sobre a afirmação:

Percepção sobre as contribuições da BAE	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
A BAE contribuiu para maior foco no enfrentamento dos motivos relacionados à exclusão e abandono escolar.	72,5%	11,7%	0,6%	0,1%	15,2%
A BAE contribuiu para maior assertividade de ações relativas à exclusão escolar.	62,0%	12,3%	0,4%	0,1%	25,2%
Os casos de exclusão e abandono escolar relacionados à violência foram melhor identificados com a implementação da BAE	49,0%	28,2%	0,2%	0,6%	22,1%
A metodologia da BAE facilita a identificação de crianças/adolescentes em situação de vulnerabilidade.	66,5%	22,1%	0,7%	0,4%	10,3%

Tabela 78: Dados BAE - Percentual de casos registrados na plataforma por faixa etária

Casos por faixa etária	0 a 3	4 a 5	6 a 10	11 a 14	15 a 17	18 mais	Total
Quantidade de casos registrados	14.582	47.838	120.867	91.956	88.821	29.742	393.806
Porcentagem	3,7%	12,1%	30,7%	23,4%	22,6%	7,6%	100,0%

Monitoramento e Uso de Dados

Tabela 79. Coordenadores(as) Municipais - Com que frequência a sua equipe utiliza a plataforma?

Frequência de utilização da plataforma	Porcentagem
Sempre	58,79%
Às vezes	28,24%
Raramente	8,76%
Nunca	1,32%
Não sei responder	2,89%

Tabela 80. Coordenadores(as) Estaduais - Com que frequência a sua equipe utiliza a plataforma?

Frequência de utilização da plataforma	Porcentagem
Sempre	44,12%
Às vezes	12,26%
Raramente	10,31%
Nunca	5,45%
Não sei responder	27,86%

Tabela 81. Coordenadores(as) Estaduais - Sobre o registro dos casos, todos os alertas/casos de crianças e adolescentes identificadas como fora da escola são registrados na plataforma?

Registros de todos os casos na plataforma	Sim	Não	Não sei responder
Porcentagem	53,89%	21,65%	24,46%

Tabela 82. Coordenadores(as) Estaduais - Sobre o registro dos casos, todas as informações levantadas nas verificações são registradas diretamente na plataforma?

Registros de casos diretamente na plataforma	Sim	Não	Não sei responder
Porcentagem	28,76%	30,18%	41,06%

Tabela 83. Coordenadores(as) Estaduais - Sobre o registro dos casos, todos os casos registrados na plataforma são acompanhados posteriormente?

Registros de casos acompanhados posteriormente na plataforma	Sim	Não	Não sei responder
Porcentagem	62,04%	9,55%	28,42%

Tabela 84. Coordenadores(as) Municipais - Na sua opinião, quais foram/são as principais dificuldades encontradas durante a implementação da plataforma?

Dificuldades encontradas durante a implementação da plataforma	Porcentagem
As capacitações disponibilizadas foram insuficientes	10,62%
Dificuldade de incorporar o uso da plataforma na rotina dos profissionais	55,44%
Inexistência de recursos/materiais necessários para acessar a plataforma	1,44%
Insuficiência de recursos/materiais necessários para acessar a plataforma	3,18%
Não houve dificuldades	19,12%
Outra(s)	4,36%

Plataforma não permite a integração com outros sistemas	5,95%
Plataforma não é compatível com a realidade do meu município	8,23%
Profissionais não dedicam o tempo necessário para as formações	25,11%
Profissionais não possuem o conhecimento técnico suficiente para o uso da plataforma	22,64%
Uso da plataforma não é uma prioridade da gestão	3,53%
Total de respostas	159,62%

Tabela 85. Coordenadores(as) Estaduais - Na sua opinião, quais foram/são as principais dificuldades encontradas durante a implementação da plataforma?

Dificuldades encontradas durante a implementação da plataforma	Porcentagem
As capacitações disponibilizadas foram insuficientes	10,65%
Dificuldade de incorporar o uso da plataforma na rotina dos profissionais	64,05%
Estado possui outra plataforma para registro de casos de abandono escolar	25,90%
Estado possui outra plataforma para registro de casos de exclusão escolar	5,45%
Não houve dificuldades	5,00%
Outra(s)	16,20%
Plataforma não permite a integração com outros sistemas	24,10%
Plataforma não é compatível com a realidade do meu estado	11,15%
Profissionais não possuem conhecimento técnico para uso da plataforma	37,45%
Profissionais sem perfil para uso de plataformas tecnológica	27,35%
Uso da plataforma não é uma prioridade da gestão	8,95%
Total de respostas	236,25%

Tabela 86: Coordenadores(as) Municipais - Indique seu grau de concordância com: A BAE gerou dados diagnósticos que permitiram desenvolver intervenções mais direcionadas e eficazes.

Dados para intervenções mais direcionadas e eficazes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
Porcentagem	3,7%	12,1%	30,7%	23,4%	22,6%

Tabela 87: Coordenadores(as) Estaduais - Indique seu grau de concordância com: A BAE gerou dados diagnósticos que permitiram desenvolver intervenções mais direcionadas e eficazes.

Dados para intervenções mais direcionadas e eficazes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
Porcentagem	50,9%	22,6%	0,6%	0,1%	25,8%

Tabela 88: Coordenadores(as) Municipais - Com que frequência os dados gerados pela plataforma auxiliam na matrícula de crianças e adolescentes e no seu encaminhamento para os demais serviços públicos?

Frequência	Porcentagem
Regularmente	61,97%
Eventualmente	24,78%
Raramente	5,19%
Nunca	1,79%
Não sei responder	6,27%

Tabela 89: Coordenadores(as) Estaduais - Com que frequência os dados gerados pela plataforma auxiliam na matrícula de crianças e adolescentes e no seu encaminhamento para os demais serviços públicos?

Frequência	Porcentagem
Regularmente	45,45%
Eventualmente	27,80%
Raramente	16,55%

Nunca	10,20%
-------	--------

Mobilização Social

Tabela 90: Coordenadores(as) Municipais - Quais foram os públicos-alvo das campanhas realizadas?

Públicos-alvo	Porcentagem
Escolas	84,62%
Famílias dos estudantes	75,78%
Gestão pública	39,15%
Imprensa	23,44%
Organizações da Sociedade Civil	30,69%
Outros	4,25%
Serviços de Assistência Social	45,04%
Unidades Básicas de Saúde	38,15%
Total de respostas	341,12%

Tabela 91: Coordenadores(as) Estaduais - Quais foram os públicos-alvo das campanhas realizadas?

Públicos-alvo	Porcentagem
Escolas	90,72%
Famílias dos estudantes	90,42%
Gestão pública	29,04%
Imprensa	35,61%
Organizações da Sociedade Civil	27,40%
Outros	8,29%
Serviços Básicos de Saúde	26,43%
Serviços de Assistência Social	35,76%
Total de respostas	343,68%

Tabela 92: Coordenadores(as) Municipais - Quais ações ou estratégias foram utilizadas na realização da campanha de divulgação?

Ações ou estratégias utilizadas	Porcentagem
Ações em conjunto com outras iniciativas do Selo UNICEF	17,60%
Ações junto a Grêmios Estudantis, líderes de turma e ex-estudantes	5,58%
Contatos telefônicos, por WhatsApp e/ou E-mail	61,63%
Divulgação em mídias locais (TV, rádio)	30,44%
Fixação de faixas, distribuição de panfletos ou carros de som	42,32%
Outra(s)	2,42%
Publicações em redes sociais ou em páginas institucionais	58,95%
Realização de evento para dialogar com as equipes escolares	36,98%
Realização de eventos nas escolas para dialogar com as famílias	34,26%
Realização do dia ou semana D da Busca Ativa Escolar	43,81%
Total de respostas	334,00%

Tabela 93: Coordenadores(as) Estaduais - Quais ações ou estratégias foram utilizadas na realização da campanha de divulgação?

Ações ou estratégias utilizadas	Porcentagem
Ações em conjunto com outras iniciativas do Selo UNICEF	26,43%
Ações junto a Grêmios Estudantis, líderes de turma e ex-estudantes	35,54%
Divulgação em mídias locais (TV, rádio)	37,85%
Divulgação por WhatsApp e/ou E-mail	66,08%
Fixação de faixas, distribuição de panfletos ou carros de som	39,42%
Outra(s)	7,62%
Publicações em redes sociais ou em páginas institucionais	76,46%
Realização de evento para dialogar com as equipes escolares	62,57%
Realização de eventos nas escolas para dialogar com as famílias	52,71%
Realização do dia ou semana D da Busca Ativa Escolar	59,36%
Total de respostas	464,03%

7.5.3 Impacto

Tabela 108. Percepção de secretários(as) municipais e estaduais e coordenadores(as) e/ ou supervisores(as) municipais e estaduais sobre a redução das desigualdades escolares entre meninos e meninas

Qual a sua percepção sobre a afirmação:	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
Secretários(as) municipais					
A BAE contribuiu para a redução das desigualdades escolares entre meninos e meninas.	49,8%	34,7%	5,7%	1,9%	7,9%
Coordenadores(as) e supervisores (as) municipais					
A BAE contribuiu para a redução das desigualdades escolares entre meninos e meninas.	57,8%	33,6%	1,7%	0,5%	6,5%
Secretários(as) estaduais					
A BAE contribuiu para a redução das desigualdades escolares entre meninos e meninas.	52,9%	26,0%	1,4%	3,3%	16,4%
Coordenadores(as) e supervisores (as) estaduais					
A BAE contribuiu para a redução das desigualdades escolares entre meninos e meninas.	29,3%	45,3%	1,2%	2,6%	21,7%

Tabela 94: Percepção de secretários(as) municipais e estaduais e coordenadores(as)/supervisores(as) municipais e estaduais sobre a o acesso e permanência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos serviços públicos

Qual a sua percepção sobre a afirmação:	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
Secretários(as) municipais					
A BAE tem impactado positivamente o acesso e permanência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos serviços públicos.	57,8%	33,6%	1,7%	0,5%	6,5%
Coordenadores(as) e supervisores (as) municipais					
A BAE tem impactado positivamente o acesso e permanência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos serviços públicos.	63,1%	29,1%	2,2%	1,3%	4,2%
Secretários(as) estaduais					
A BAE tem impactado positivamente o acesso e permanência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos serviços públicos.	50,7%	31,4%	1,4%	1,4%	15,0%
Coordenadores(as) e supervisores (as) estaduais					
A BAE tem impactado positivamente o acesso e permanência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos serviços públicos.	38,7%	38,5%	0,5%	1,0%	21,3%

Tabela 95: Percepção dos participantes do survey acerca do impacto da BAE sobre as políticas públicas

Qual a sua percepção sobre as afirmações	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
Secretários(as) estaduais					
A BAE incentiva o uso de dados diagnósticos para basear o planejamento e elaboração de políticas públicas.	93,8%	4,8%	0,0%	1,4%	0,0%
A BAE abriu portas para parcerias com organizações da sociedade civil a fim de implementar políticas públicas.	90,5%	6,7%	1,4%	1,4%	0,0%
A BAE influencia o aprimoramento/desenvolvimento de diferentes políticas públicas no estado.	84,1%	11,2%	3,3%	1,4%	0,0%
A BAE promoveu e incentivou o aprimoramento/elaboração de políticas públicas intersetoriais e de atuação coordenada.	51,4%	39,2%	2,2%	2,1%	5,1%
Coordenadores(as) e supervisores (as) estaduais					
A BAE incentiva o uso de dados diagnósticos para basear o planejamento e elaboração de políticas públicas.	83,2%	15,6%	0,5%	0,0%	0,7%
A BAE abriu portas para parcerias com organizações da sociedade civil a fim de implementar políticas públicas.	78,1%	9,8%	0,7%	0,0%	11,4%
A BAE influencia o aprimoramento/desenvolvimento de diferentes políticas públicas no estado.	73,5%	20,1%	0,1%	0,1%	6,1%
A BAE promoveu e incentivou o aprimoramento/elaboração de políticas públicas intersetoriais e de atuação coordenada.	72,7%	20,9%	0,2%	0,2%	6,0%
Secretários(as) municipais					
A BAE incentiva o uso de dados diagnósticos para basear o planejamento e elaboração de políticas públicas.	61,1%	31,1%	2,3%	0,8%	4,7%
A BAE abriu portas para parcerias com organizações da sociedade civil a fim de implementar políticas públicas.	48,5%	36,3%	4,0%	3,6%	7,6%
A BAE influencia o aprimoramento/desenvolvimento de diferentes políticas públicas no estado.	53,7%	36,1%	3,1%	2,1%	5,0%
A BAE promoveu e incentivou o aprimoramento/elaboração de políticas públicas intersetoriais e de atuação coordenada.	57,2%	34,1%	2,5%	2,4%	3,9%
Coordenadores(as) e supervisores (as) municipais					

A BAE incentiva o uso de dados diagnósticos para basear o planejamento e elaboração de políticas públicas.	60,5%	31,4%	1,6%	2,2%	4,3%
A BAE abriu portas para parcerias com organizações da sociedade civil a fim de implementar políticas públicas.	54,2%	32,4%	3,2%	4,1%	6,1%
A BAE influencia o aprimoramento/desenvolvimento de diferentes políticas públicas no estado.	53,7%	36,1%	3,1%	2,1%	5,0%
A BAE promoveu e incentivou o aprimoramento/elaboração de políticas públicas intersetoriais e de atuação coordenada.	56,5%	34,2%	2,7%	2,5%	4,1%

Tabela 96: Percepção dos participantes sobre a contribuição da BAE para a proteção integral de crianças e adolescentes e o beneficiamento por políticas de cuidado

Qual a sua percepção sobre as afirmações	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não sei responder
Secretários(as) estaduais					
A implementação da BAE tem contribuído para a proteção integral de crianças e adolescentes.	62,6%	26,2%	0,0%	6,2%	5,0%
A partir das ações da BAE, crianças/adolescentes e suas famílias foram beneficiadas por políticas de cuidado.	56,2%	22,6%	0,0%	0,0%	21,2%
Coordenadores(as) e supervisores (as) estaduais					
A implementação da BAE tem contribuído para a proteção integral de crianças e adolescentes.	55,8%	26,5%	0,6%	1,0%	16,2%
A partir das ações da BAE, crianças/adolescentes e suas famílias foram beneficiadas por políticas de cuidado.	37,5%	36,6%	0,1%	2,6%	23,1%
Secretários(as) municipais					
A implementação da BAE tem contribuído para a proteção integral de crianças e adolescentes.	60,6%	32,5%	1,2%	0,2%	5,5%
A partir das ações da BAE, crianças/adolescentes e suas famílias foram beneficiadas por políticas de cuidado.	51,6%	35,7%	3,1%	1,1%	8,5%
Coordenadores(as) e supervisores (as) municipais					
A implementação da BAE tem contribuído para a proteção integral de crianças e adolescentes.	65,1%	27,3%	3,0%	0,6%	4,1%
A partir das ações da BAE, crianças/adolescentes e suas famílias foram beneficiadas por políticas de cuidado.	55,6%	32,8%	2,8%	1,5%	7,3%

7.5.4 Sustentabilidade

Tabela 97: Coordenadores(as) Estaduais - Você acredita que a gestão estadual daria continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma sem o apoio da Gestão Nacional da Busca Ativa Escolar?

Continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma.	Porcentagem
Sim	37,2%
Não	27,9%
Não sei responder	35,0%
Total válido	100,0%

Tabela 98: Coordenadores(as) Municipais - Você acredita que a gestão municipal daria continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma sem o apoio da Gestão Nacional da Busca Ativa Escolar?

Continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma.	Porcentagem
Sim	40,2%
Não	42,2%
Não sei responder	17,6%
Total válido	100,00%

Tabela 99: Coordenadores(as) Municipais - Você acredita que a gestão municipal daria continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma sem o apoio da Gestão Nacional da BAE?

Continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma, por região.	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor -p	Força de associação
Sim	44,90%	46,20%	38,90%	36,40%	20,00%	0	Médio
Não	39,70%	44,10%	43,20%	48,30%	23,30%	0	Médio
Não sei responder	15,40%	9,80%	17,90%	15,40%	56,70%	0	Médio

Tabela 100: Coordenadores(as) Municipais - Você acredita que a gestão municipal daria continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma sem o apoio da Gestão Nacional da BAE?

Continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma, por Selo UNICEF.	Não (%)	Sim (%)	Valor-p	Força de associação
Sim	30,50%	46,80%	0,001	Pequeno
Não	43,00%	41,70%	0,001	Pequeno
Não sei responder	26,50%	11,50%	0,001	Pequeno

Tabela 101: Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre: "Os RECURSOS MATERIAIS necessários para a implementação da BAE têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada pelo meu município"?

Recursos materiais disponibilizados, por região	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Concordo totalmente	52,3%	56,8%	41,6%	45,5%	53,3%	0,433	Qui-quadrado (simulado)
Concordo parcialmente	38,6%	36,4%	48,6%	42,8%	33,3%	0,433	Qui-quadrado (simulado)
Discordo parcialmente	4,5%	3,5%	3,6%	8,6%	6,7%	0,433	Qui-quadrado (simulado)

Discordo totalmente	0,0%	1,3%	1,5%	2,6%	6,7%	0,433	Qui-quadrado (simulado)
Não sei responder	4,5%	2,0%	4,7%	0,5%	0,0%	0,433	Qui-quadrado (simulado)

Tabela 102: Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre: “Os RECURSOS HUMANOS necessários para a implementação da BAE têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada pelo meu município”?

Recursos humanos disponibilizados, por região.	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Concordo totalmente	43,2%	51,4%	36,4%	41,4%	40,0%	0,032	Qui-quadrado (simulado)
Concordo parcialmente	43,2%	41,5%	51,5%	35,9%	53,3%	0,032	Qui-quadrado (simulado)
Discordo parcialmente	11,4%	4,0%	6,2%	15,6%	0,0%	0,032	Qui-quadrado (simulado)
Discordo totalmente	0,0%	1,1%	3,3%	6,0%	6,7%	0,032	Qui-quadrado (simulado)
Não sei responder	2,3%	2,0%	2,5%	1,0%	0,0%	0,032	Qui-quadrado (simulado)

Tabela 103: Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre: “Os RECURSOS FINANCEIROS necessários para a implementação da BAE têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada pelo meu município”?

Recursos financeiros disponibilizados, por região.	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Concordo totalmente	39,8%	45,1%	32,4%	39,3%	46,7%	0,231	Qui-quadrado (simulado)
Concordo parcialmente	42,0%	38,0%	47,1%	31,4%	40,0%	0,231	Qui-quadrado (simulado)
Discordo parcialmente	6,8%	7,5%	7,5%	14,4%	0,0%	0,231	Qui-quadrado (simulado)
Discordo totalmente	2,3%	3,2%	5,2%	6,5%	13,3%	0,231	Qui-quadrado (simulado)
Não sei responder	9,1%	6,3%	7,9%	8,2%	0,0%	0,231	Qui-quadrado (simulado)

Tabela 104: Coordenadores(as) Municipais - “Os INSUMOS POLÍTICOS necessários para a implementação da BAE têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada pelo meu município”?

Insumos políticos disponibilizados, por região.	CENTRO OESTE (%)	NORDESTE (%)	NORTE (%)	SUDESTE (%)	SUL (%)	Valor-p	Teste
Concordo totalmente	48,9%	49,9%	38,8%	35,2%	46,7%	0,091	Qui-quadrado (simulado)
Concordo parcialmente	42,0%	39,2%	44,7%	42,8%	40,0%	0,091	Qui-quadrado (simulado)

Discordo parcialmente	4,5%	4,9%	8,0%	11,3%	0,0%	0,091	Qui-quadrado (simulado)
Discordo totalmente	2,3%	1,3%	3,5%	4,6%	13,3%	0,091	Qui-quadrado (simulado)
Não sei responder	2,3%	4,8%	4,9%	6,0%	0,0%	0,091	Qui-quadrado (simulado)

Tabela 105: Secretários(as) Municipais - Com que frequência os dados da plataforma apoiam o monitoramento e a avaliação da estratégia no seu município?

Frequência de monitoramento e avaliação da BAE,	Porcentagem
Sempre	60,4%
Às vezes	20,4%
Raramente	5,5%
Nunca	2,5%
Não sei responder	11,3%
Total válido	100,00%

Tabela 106: Coordenadores(as) Estaduais - O plano de ação da BAE está sendo monitorado e avaliado periodicamente?

Frequência de monitoramento e avaliação da BAE	Porcentagem
Sim, trimestralmente	38,12%
Sim, semestralmente	26,87%
Sim, anualmente	4,47%
Sim, sem periodicidade específica	22,57%
Não	7,97%
Total válido	100,00%

Tabela 107: Coordenadores(as) Municipais - Com que frequência você oferece formações sobre a BAE para a sua equipe?

Frequência de oferecimento de formações sobre a BAE, coordenadores(as) municipais, por Selo UNICEF	Não (%)	Sim (%)	Valor-p	Teste
Sempre ou quase sempre	28,3%	46,9%	0,002	Qui-quadrado
Às vezes	50,5%	45,5%	0,002	Qui-quadrado
Nunca ou quase nunca	21,2%	7,6%	0,002	Qui-quadrado

Tabela 108: Secretários(as) Municipais -Qual a sua percepção sobre a afirmação: O planejamento da prefeitura e/ou SME do meu município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência ao Ensino Fundamental

Ações voltadas para ampliação do acesso e permanência ao Ensino Fundamental,	Porcentagem
Concordo totalmente	87,3%
Concordo parcialmente	12,0%
Discordo parcialmente	0,6%
Discordo totalmente	0,1%

Tabela 109: Secretários(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre a afirmação: O planejamento da prefeitura e/ou SME do meu município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência de bebês e crianças à Educação Infantil

Ações voltadas para ampliação do acesso e permanência no Ensino Infantil	Porcentagem
Concordo totalmente	75,2%
Concordo parcialmente	22,0%
Discordo parcialmente	2,6%
Discordo totalmente	0,2%

Tabela 110: Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre a afirmação "O planejamento da prefeitura e/ou SME do meu município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência de bebês e crianças à Educação Infantil

Previsão de ações voltadas para ampliação do acesso e permanência no Ensino Infantil,	Porcentagem
Concordo totalmente	71,0%
Concordo parcialmente	26,6%
Discordo parcialmente	1,1%
Discordo totalmente	1,4%

Tabela 111: Coordenadores(as) Municipais - Qual a sua percepção sobre a afirmação "O planejamento da prefeitura e/ou SME do meu município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência ao Ensino Fundamental

Previsão de ações voltadas para ampliação do acesso e permanência ao Ensino Fundamental	Porcentagem
Concordo totalmente	83,7%
Concordo parcialmente	15,2%
Discordo parcialmente	0,8%
Discordo totalmente	0,3%

Tabela 112: Coordenadores(as) Estaduais - O Plano Estadual possui metas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes?

Existência de metas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Plano Estadual	Porcentagem
Sim	97,6%
Não	0,5%
Não sei responder	2,0%

Tabela 113: Coordenadores(as) Estaduais -Qual a sua percepção sobre a afirmação "O planejamento do governo estadual e/ou SEDUC prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência à escola

Existência de ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência à escola Plano Estadual e/ou SEDUC	Porcentagem
Concordo totalmente	82,0%
Concordo parcialmente	17,5%
Discordo parcialmente	0,0%
Discordo totalmente	0,0%

7.6 Termo de consentimento para uso da informação



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS

A **H&P**, empresa de consultoria especializada em pesquisas sociais, está conduzindo um estudo em parceria com o UNICEF e Undime, com o objetivo de compreender o processo de implementação da estratégia Busca Ativa Escolar nos estados e municípios e seus resultados.

Destacamos que não existem respostas certas ou erradas. Quanto mais fidedignas a sua realidade forem suas respostas, mais precisos serão os resultados da pesquisa e as possibilidades de aprimorar a Busca Ativa Escolar. Além disso, sua participação nesta pesquisa será anônima e todas as informações que você compartilhar serão sigilosas, utilizadas apenas para os fins de pesquisa e análise e respeitando as leis brasileiras que protegem suas informações (como a Lei Geral de Proteção de Dados -LGPD). A seguir, detalhamos a política de coleta e tratamento de dados.

A seguir, detalhamos a política de coleta e tratamento de dados.

Dados pessoais coletados

(i) Cargo/Função; (ii) Tempo no cargo/função

Finalidade

Os dados pessoais coletados serão utilizados apenas para os objetivos da pesquisa realizada. Serão analisados de forma agregada com o de todos os respondentes e somente poderão ser compartilhados de maneira anonimizada e sem identificação do indivíduo para os fins desta pesquisa. Manteremos os dados pessoais somente pelo tempo necessário para que as finalidades informadas sejam atingidas ou em conformidade com as obrigações legais.

A H&P, empresa que está conduzindo a pesquisa junto com UNICEF e Undime, se compromete a cumprir com as leis vigentes, em especial as Leis de Proteção de Dados Aplicáveis. O uso destas informações está em conformidade com os procedimentos de segurança da informação e proteção de dados da H&P, com as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e com a nossa Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

Segurança e confidencialidade

Estou ciente do compromisso assumido pela H&P, UNICEF e Undime em tratar meus dados de forma sigilosa e confidencial, mantendo-os em ambiente seguro e não sendo utilizados para qualquer finalidade que não os descritos neste termo.

Compartilhamento de dados

Estou ciente que a H&P poderá compartilhar meus dados caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo, desde que sejam respeitados os princípios da LGPD.

Direito dos titulares

Como **TITULAR**, estou ciente que posso exercer, a qualquer tempo, os seguintes direitos em relação aos meus dados: (i) Confirmação da existência do tratamento; (ii) Acesso aos dados; (iii) Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; (iv) Solicitação de suspensão de tratamento de dados pessoais; (v) Eliminação; (vi) Informação sobre uso e compartilhamento de dados; (vii) Oposição a um tratamento de dados; (viii) Revogação do consentimento.

Caso tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa ou queira obter mais detalhes sobre como tratamos dados pessoais na H&P, empresa que está conduzindo a avaliação, entre em contato conosco pelo e-mail: juliana.vasconcelos@hep.solutions

7.7 Instrumentos de coleta de dados

ACESSO A INSTRUMENTOS DE COLETA UTILIZADOS

ROTEIRO QUESTIONÁRIO

Secretários Estaduais

Secretários Municipais

Coordenadores Municipais

Coordenadores Estaduais

ROTEIRO ENTREVISTA

Secretários Municipais

Coordenadores Municipais

Supervisores Municipais

Técnicos verificadores

Agentes comunitários

Famílias

Secretários Estaduais

Coordenadores Estaduais

Coordenadores Regionais

Supervisores

Técnicos Verificadores

7.8 Metodologia de Cálculo dos Indicadores

Taxas de conversão¹¹³

As taxas de conversão têm como objetivo mensurar o desempenho dos municípios e estados em cada etapa do fluxo de atendimento da Busca Ativa Escolar (BAE), que compreende as seguintes fases: alerta, pesquisa e análise técnica, gestão do caso, rematrícula e acompanhamento. Esses indicadores permitem identificar os pontos de maior retenção ou perda ao longo do processo, orientando estratégias de melhoria.

As fórmulas para cálculo das taxas são:

$$\text{Taxa de conversão de alerta em pesquisa e análise técnica: } \frac{\text{Nº de casos com pesquisa e análise técnica realizadas}}{\text{Nº de alertas aprovados}} \times 100$$

$$\text{Taxa de conversão de pesquisa e análise técnica em gestão do caso: } \frac{\text{Nº de casos encaminhados}}{\text{Nº de casos com análise técnica realizada}} \times 100$$

Taxa de conversão de gestão do caso em rematrículas:

$$\frac{\text{Nº de casos rematriculados}}{\text{Nº de casos encaminhados}} \times 100$$

Taxa de acompanhamento após rematrícula:

$$\frac{\text{Nº de casos em observação}}{\text{Nº de casos rematriculados}} \times 100$$

Taxas de rematrícula e abandono¹¹⁴

Essas taxas visam avaliar a efetividade das ações de reintegração escolar e a permanência dos estudantes após o retorno à escola. As fórmulas para cálculo das taxas são:

Taxa de rematrícula:

$$\frac{\text{Nº de casos rematriculados}}{\text{Nº total de casos}} \times 100$$

$$\text{Taxa de rematrícula por faixa etária, gênero e raça: } \frac{\text{Nº de casos rematriculados (por faixa etária, gênero ou raça)}}{\text{Nº total de casos (por faixa etária, gênero ou raça)}} \times 100$$

Taxa de abandono:

$$\frac{\text{Nº de estudantes que abandonaram a escola após a rematrícula (casos interrompidos)}}{\text{Nº total de casos rematriculados}} \times 100$$

Taxa de abandono por faixa etária, gênero e raça:

$$\frac{\text{Nº de estudantes que abandonaram a escola após a rematrícula (casos interrompidos) por faixa etária, gênero ou raça}}{\text{Nº total de casos rematriculados (por faixa etária, gênero ou raça)}} \times 100$$

¹¹³ Casos cancelados foram excluídos dos cálculos.

¹¹⁴ Foram considerados apenas os casos com formulário de pesquisa finalizado. Casos cancelados foram excluídos dos cálculos.

7.9 Usos da Avaliação

Os usos esperados da Avaliação estão detalhados no quadro abaixo.

Tabela 123. Usos esperados da avaliação e documentos que acessarão, por público

Tipos de usuários	Usuários	Usos da avaliação	Documentos
Primários	UNICEF Brasil, Undime	- Compreender os potenciais e as limitações dos pressupostos estabelecidos para a estratégia no alcance dos resultados almejados. - Avaliar se a atuação em regime de colaboração tem ocorrido de maneira a garantir a matrícula e a permanência das crianças e adolescentes em todas as etapas de ensino. - Fortalecer arranjos intersetoriais e o <i>advocacy</i> em torno da desnaturalização da exclusão escolar para o enfrentamento das suas causas. - Identificar e promover modelos de implementação mais efetivos, de modo a fortalecer a estratégia. - Avaliar se, e em que medida as capacidades desenvolvidas em estados e municípios têm sido suficientes para o alcance de resultados. - Compreender a pertinência da implementação da estratégia nos estados e municípios frente aos desafios atuais da exclusão escolar. - Disseminar boas práticas identificadas na avaliação para municípios e estados.	- Relatório Final por etapa de ensino - Relatório Final Consolidado - Mensagem-chave - Infográfico - Apresentação dos resultados
	Governos subnacionais	- Promover ajustes no desenho local de implementação da estratégia. - Contribuir para alavancar a implementação e os resultados de estados e municípios. - Engajar a população no processo de desnaturalização da exclusão escolar.	- Relatório Final por etapa de ensino - Relatório Final Consolidado - Mensagem-chave - Infográfico - Apresentação dos resultados
	Contrapartes (Congemas, Conasems, Uncme, Atricon, Parceiros, implementadores, Parceiros financiadores)	- Conhecer os resultados e apoiar o trabalho do UNICEF na superação dos desafios relacionados à matrícula e exclusão escolar. - Advogar pela garantia do acesso e permanência das crianças e adolescentes à escola.	- Relatório Final por etapa de ensino - Relatório Final Consolidado - Mensagem-chave - Infográfico - Apresentação dos resultados
Secundários	Sociedade Civil	- Reconhecer e valorizar a importância da superação da cultura de exclusão escolar na sociedade. - Engajar-se na Busca Ativa Escolar como parte dos atores da rede de proteção de direitos.	- Mensagem-chave - Infográfico - Apresentação dos resultados
	UNICEF LACRO (Latin America and the Caribbean Regional Office)	- Tomar conhecimento sobre a efetividade da Busca Ativa Escolar enquanto estratégia de referência do UNICEF para o enfrentamento à cultura de fracasso e exclusão escolar. - Cumprir sua missão institucional de fortalecimento de uma cultura de avaliação	- Relatório Final Consolidado - Mensagem-chave - Infográfico - Apresentação dos resultados

Tipos de usuários	Usuários	Usos da avaliação	Documentos
		para o aperfeiçoamento das estratégias e programas. ▪ Contribuir com a disseminação dos resultados da estratégia junto a outros países da região latino-americana, impulsionando o desenvolvimento de novas iniciativas voltadas para o enfrentamento da exclusão escolar.	

7.10 Modelos Multivariados

Este anexo explica em detalhe os modelos de análise multivariada utilizados na avaliação da Estratégia Busca Ativa Escolar (BAE). Em seguida, são apresentados os resultados obtidos, acompanhados de uma análise interpretativa que busca evidenciar padrões, correlações e possíveis relações causais.

Impacto no acesso à escola

O objetivo desse modelo é compreender como as variáveis de interesse afetam de maneira significativa as taxas de matrícula no período de 2017 a 2023, nos municípios brasileiros que aderiram à BAE. São considerados tanto os municípios que se mantiveram participantes do projeto até o fim do período considerado quanto os que chegaram a participar da iniciativa, porém sua participação, em algum momento, foi descontinuada.

As taxas de matrícula são as variáveis dependentes dos modelos, ou seja, aquelas que pretendemos explicar. São tratadas separadamente as taxas de matrícula da Creche, da Pré-Escola, dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Nas tabelas dos modelos, as variáveis dependentes poderão ser identificadas como:

$tx_{matricula_{creche}}$: corresponde à taxa de matrícula da Creche, da rede pública de ensino.

$tx_{matricula_{preescola}}$: corresponde à taxa de matrícula da Pré-Escola, da rede pública de ensino.

$tx_{matricula_{ai}}$: corresponde à taxa de matrícula dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública de ensino.

$tx_{matricula_{af}}$: corresponde à taxa de matrícula dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede pública de ensino.

$tx_{matricula_{em}}$: corresponde à taxa de matrícula do Ensino Médio, da rede pública de ensino.

As variáveis independentes são aquelas que são aplicadas ao modelo para que seja verificada sua influência sobre a variável dependente. O modelo retorna um p-valor que expressa se a variável independente em questão possui uma relação significativa com a variável dependente e um coeficiente que informa o quanto ela interfere. No caso do presente estudo, uma variável independente é considerada significativa para explicar o comportamento da variável dependente quando o p-valor indicado pelos modelos é igual ou inferior a 0,05.

No conjunto de variáveis independentes que colocamos ao modelo por acreditarmos que todas elas em conjunto afetam a variável dependente, algumas são colocadas para de fato serem testadas, dados os nossos interesses específicos de pesquisa. Essas serão aqui chamadas de variáveis independentes de teste. Outras, por sua vez, são lançadas aos modelos para que quando ele realize os testes sobre as variáveis independentes de teste, as análises sobre elas não sejam viesadas por outras, colineares ou não. Essas são chamadas variáveis independentes de controle e são de suma importância para que possamos afirmar que os efeitos observados das variáveis independentes de teste não são contaminados por outras razões externas mensuráveis.

Como dito, as modelagens realizadas se preocupam em entender os fatores que explicam as taxas de matrícula, em cada etapa de ensino. As nossas variáveis independentes de teste são:

$total_{anos_{adesao_{bae}}}$: corresponde ao tempo transcorrido de adesão do município à BAE (em anos).

$selo_{unicef}$: variável indicadora que identifica os municípios participantes do selo Unicef no escopo estrito de municípios que aderiram à BAE.

uf: variável que diz respeito à Unidade da Federação (UF) a que os municípios pertencem. A UF de referência é o Espírito Santo. Dessa forma, o modelo compara os municípios de todas as demais UF com o desempenho dos municípios do Espírito Santo.

Já as variáveis independentes de controle são:

ano₂₀₁₈: variável indicadora que indica a presença de dados (estudantes identificados) no município para o ano de 2018.

ano₂₀₁₉: variável indicadora que indica a presença de dados (estudantes identificados) no município para o ano de 2019.

ano₂₀₂₀: variável indicadora que indica a presença de dados (estudantes identificados) no município para o ano de 2020.

ano₂₀₂₁: variável indicadora que indica a presença de dados (estudantes identificados) no município para o ano de 2021.

ano₂₀₂₂: variável indicadora que indica a presença de dados (estudantes identificados) no município para o ano de 2022.

ano₂₀₂₃: variável indicadora que indica a presença de dados (estudantes identificados) no município para o ano de 2023.

log_{pib}: corresponde ao logaritmo do valor do Produto Interno Bruto dos municípios. A conversão para a escala logarítmica se deve à distribuição assimétrica dos dados (alguns valores possuem valores muito acima dos demais). O modelo de regressão linear é mais robusto quando os valores se encontram uma distribuição normal e a transformação logarítmica age na normalização da distribuição dos nossos dados.

log_{população}: corresponde ao logaritmo dos valores do tamanho da população residente nos municípios.

idade: corresponde à idade média dos estudantes identificados fora da escola pela BAE, na respectiva etapa de ensino e município.

perc_{homens}: corresponde ao percentual de estudantes homens identificados fora da escola pela BAE, na faixa etária da respectiva etapa de ensino e município.

perc_{branca}: corresponde ao percentual de estudantes de cor ou raça branca identificados fora da escola pela BAE, na faixa etária da respectiva etapa de ensino e município.

perc_{preta_parda}: corresponde ao percentual de estudantes de cor ou raça preta ou parda identificados fora da escola pela BAE, na faixa etária da respectiva etapa de ensino e município.

perc_{indigenas}: corresponde ao percentual de estudantes de cor ou raça indígena identificados fora da escola pela BAE, na faixa etária da respectiva etapa de ensino e município.

Muitas dessas variáveis de controle são do tipo variável indicadora, também conhecidas como *dummies*. Uma variável indicadora é uma variável binária que assume o valor 1 quando determinada condição é satisfeita e 0 caso contrário. Elas são utilizadas em modelos de regressão para representar categorias ou eventos específicos, permitindo a comparação entre grupos ou a captação de efeitos fixos ao longo do

tempo. No presente estudo, por exemplo, as variáveis ano_2017 a ano_2023 são variáveis indicadoras que informam se há presença de dados para o respectivo município no ano em questão.

A equação abaixo expressa a fórmula do modelo:

$$y = \beta_0 + \beta_1 \text{total_anos_adesao_bae} + \beta_2 \text{selo_unicef} + \beta_3 \text{idade} + \beta_4 \text{perc_homens} + \beta_5 \text{perc_brancos} + \beta_6 \text{perc_preto_pardo} + \beta_7 \text{perc_indígenas} + \beta_8 \log_{\text{pib}} + \beta_9 \log_{\text{populacao}} + \beta_{10} \text{uf} + \beta_{11} \text{ano}_{2017} + \beta_{12} \text{ano}_{2018} + \beta_{13} \text{ano}_{2019} + \beta_{14} \text{ano}_{2020} + \beta_{15} \text{ano}_{2021} + \beta_{12} \text{ano}_{2018} + \beta_{13} \text{ano}_{2019} + \beta_{14} \text{ano}_{2020} + \beta_{15} \text{ano}_{2021} + \beta_{16} \text{ano}_{2022} + \beta_{17} \text{ano}_{2023} + \varepsilon$$

Onde:

Y: Taxa de rematrícula

β_0 : Intercepto

$\beta 1$ a $\beta 17$: Coeficiente angular de cada variável independente

ϵ : Erro (diferença entre o valor real e o previsto)

Resultados

A seguir, são apresentados os resultados dos modelos estimados. As variáveis indicadoras de ano não serão objeto de interpretação, pois não possuem significado direto no contexto do modelo, uma vez que não há dados completos – por toda a série histórica – para a maioria dos municípios. A inclusão das variáveis sobre o ano de referência dos dados se deu estritamente em caráter de controle estatístico, servindo para captar variações associadas a cada ano e corrigir possíveis efeitos de tendências temporais e/ou flutuações periódicas.

Modelo sobre a taxa de rematrícula da Creche

Coefficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
Intercept	0.631559	0.292075	2.162	0.0310*
Log PIB	-0.033457	0.023665	-1.414	0.1579
Log população	0.005383	0.011635	0.463	0.6438
Selo Unicef	0.404847	0.048519	8.344	4.79e-16***
Idade Ponderada	-0.018502	0.011581	-1.598	0.1106
% Homens	0.016658	0.029369	0.567	0.5708
% Brancos	0.119788	0.127212	0.942	0.3468
% Preto e Pardo	0.145869	0.123705	1.179	0.2388
% Indígenas	0.117379	0.145473	0.807	0.4200
UFAL	0.027132	0.100481	0.270	0.7872
UFAM	0.032244	0.097671	0.330	0.7414
UFAP	0.037594	0.151228	0.249	0.8038
UFBA	-0.122412	0.094606	-1.294	0.1962
UFCE	0.008083	0.093532	0.086	0.9312
UFES	-0.017354	0.127153	-0.136	0.8915
UFGO	-0.242063	0.168727	-1.435	0.1519
UFMA	-0.041606	0.092241	-0.451	0.6521
UFMG	-0.229829	0.123267	-1.864	0.0627
UFMT	-0.190313	0.116797	-1.629	0.1037
UFPA	0.047292	0.098422	0.481	0.6310
UFPB	-0.059160	0.098242	-0.602	0.5473
UFPE	-0.027683	0.097147	-0.285	0.7758

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
UFPI	-0.075738	0.095664	-0.792	0.4288
UFRJ	0.089799	0.131640	0.682	0.4954
UFRN	-0.104693	0.101855	-1.028	0.3044
UFRO	-0.057246	0.116503	-0.491	0.6233
UFRR	0.048603	0.115812	0.420	0.6749
UFRS	0.003845	0.171590	0.022	0.9821
UFSC	-0.532859	0.218605	-2.438	0.0151*
UFSE	0.045693	0.101940	0.448	0.6541
UFSP	0.279653	0.135904	2.058	0.0400*
UFTO	-0.024204	0.106315	-0.228	0.8200
Total Anos Adesão	0.015410	0.009714	1.586	0.1132
Ano 2018	-0.159768	0.072996	-2.189	0.0290*
Ano 2019	0.047015	0.037952	1.239	0.2159
Ano 2020	-0.002355	0.031668	-0.074	0.9407
Ano 2021	-0.040116	0.032013	-1.253	0.2106
Ano 2022	-0.007137	0.025199	-0.283	0.7771
Ano 2023	-0.002297	0.026096	-0.088	0.9299
Residuals: Min (-0.97744); 1Q (-0.00245); Median (0.05240); 3Q (0.12158); Max (0.68720)				
Residual standard error: 0.2709 on 611 degrees of freedom				
Multiple R-squared: 0.2729, Adjusted R-squared: 0.2277				
F-statistic: 6.036 on 38 and 611 DF, p-value: < 2.2e-16				

No que se refere à etapa de Creche, os municípios participantes do Selo Unicef apresentam taxas de matrícula significativamente mais altas, com uma diferença estimada de aproximadamente 0,40 pontos percentuais em relação aos demais.

No que diz respeito às Unidades da Federação, observou-se que os municípios de Santa Catarina e de São Paulo apresentam taxas de matrícula estatisticamente distintas das registradas nos municípios do Espírito Santo — sendo, respectivamente, 0,53 pontos percentuais mais baixos e 0,27 pontos percentuais mais altas. Para os municípios dos demais estados brasileiros, as taxas de matrícula não se diferenciam estatisticamente daquelas observadas nos municípios do Espírito Santo.

As demais variáveis analisadas não apresentaram efeitos estatisticamente significativos sobre as taxas de matrícula.

Modelo sobre a taxa de matrícula da Pré-Escola

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
Intercept	0.648583	0.191272	3.391	0.000716***
Log PIB	0.003802	0.014107	0.270	0.787580
Log população	-0.001090	0.007339	-0.149	0.881949
Selo Unicef	0.237104	0.028015	8.464	< 2e-16***
Idade Ponderada	-0.033554	0.020780	-1.615	0.106594
% Homens	0.005957	0.022466	0.265	0.790921
% Brancos	-0.064605	0.067109	-0.963	0.335876
% Preto e Pardo	-0.059475	0.064411	-0.923	0.355975
% Indígenas	0.008922	0.086629	0.103	0.917985
UFAL	0.128757	0.068639	1.876	0.060884
UFAM	0.115016	0.071012	1.620	0.105531
UFAP	0.172712	0.099955	1.728	0.084228
UFBA	0.020085	0.065256	0.308	0.758289

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)							
UFCE	0.105067	0.065735	1.598	0.110192							
UFES	0.101816	0.080818	1.260	0.207945							
UFGO	-0.040006	0.107347	-0.373	0.709446							
UFMA	0.137528	0.064635	2.128	0.033533*							
UFMG	0.160737	0.073658	2.182	0.029261*							
UFMT	-0.013173	0.113825	-0.116	0.907882							
UFPA	0.154448	0.071070	2.173	0.029934*							
UFPB	0.065927	0.068633	0.961	0.336935							
UFPE	0.13313	0.065910	2.020	0.043578*							
UFPI	0.125179	0.066683	1.877	0.060696							
UFRJ	0.099018	0.067250	1.472	0.141141							
UFRN	0.028049	0.132336	0.212	0.832173							
UFRO	0.189376	0.083154	2.277	0.022913*							
UFRR	0.116983	0.067345	1.737	0.082596							
UFRS	0.127888	0.071851	1.780	0.075308							
UFSC	0.149262	0.091405	1.633	0.102701							
UFSE	0.133243	0.086313	1.544	0.12288							
UFSP	-0.001750	0.094155	-0.019	0.985172							
UFTO	0.078472	0.071373	1.099	0.271755							
UFAL	0.172182	0.091590	1.880	0.060328							
UFAM	0.176121	0.069106	2.549	0.010924*							
Total Anos Adesão	0.014669	0.005916	2.480	0.013272*							
Ano 2017	-0.690017	0.257239	-2.682	0.007396**							
Ano 2018	0.005821	0.034802	0.167	0.867186							
Ano 2019	0.029434	0.018678	1.576	0.115290							
Ano 2020	0.050037	0.016450	3.042	0.002396**							
Ano 2021	-0.005726	0.015751	-0.364	0.716233							
Ano 2022	-0.009044	0.013859	-0.653	0.514149							
Ano 2023	0.022456	0.014584	1.540	0.123831							
Residuals: Min (-0.97829); 1Q (-0.00821); Median (0.05292); 3Q (0.10374); Max (0.53868)											
Signif.	codes: 0	'***'	0.001	'**'	0.01	'*'	0.05	'.'	0.1	'	1
Residual	standard	error:	0.2496	on	1392	degrees	of	freedom			
Multiple	R-squared: 0.1966,		Adjusted	R-squared:		0.1729					
F-statistic: 8.307 on 41 and 1392 DF, p-value: < 2.2e-16											

Também no caso da Pré-Escola, os municípios participantes do Selo Unicef apresentaram taxas de rematrícula significativamente mais altas, com uma diferença média de aproximadamente 0,24 pontos percentuais em comparação aos demais municípios.

Neste modelo, um número maior de estados apresenta diferenças estatisticamente significativas em relação ao Espírito Santo. Os municípios do estado da Paraíba registram a menor diferença positiva, com uma taxa de rematrícula 0,13 pontos percentuais acima da referência. Já os municípios do estado do Rio de Janeiro apresentam a maior diferença, com uma taxa 0,19 pontos percentuais superior. Os municípios do Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso também exibem taxas significativamente mais altas, situando-se entre os valores observados para Paraíba e Rio de Janeiro.

Além disso, os municípios com maior tempo de adesão à BAE tendem a apresentar taxas de rematrícula ligeiramente mais elevadas: a cada ano adicional de adesão, estima-se um aumento médio de 0,01 ponto percentual na taxa.

As demais variáveis analisadas não apresentaram efeitos estatisticamente significativos sobre as taxas de rematrícula.

Modelo sobre a taxa de rematrícula dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
Intercept	0.5986650	0.1674576	3.575	0.00036***
Log PIB	-0.0190977	0.0124174	-1.538	0.12423
Log população	-0.0010254	0.0068197	-0.150	0.88050
Selo Unicef	0.2590550	0.0235225	11.013	< 2e-16***
Idade Ponderada	0.0174154	0.0077367	2.251	0.02451*
% Homens	-0.0006718	0.0236576	-0.028	0.97735
% Brancos	0.0828668	0.0638355	1.298	0.19441
% Preto e Pardo	0.0462020	0.0597363	0.773	0.43937
% Indígenas	0.0121320	0.0850989	0.143	0.88665
UFAL	0.0026675	0.0627521	0.043	0.96610
UFAM	0.0383323	0.0664337	0.577	0.56401
UFAP	0.0346249	0.0952211	0.364	0.71618
UFBA	-0.1120261	0.0597524	-1.875	0.06098
UFCE	-0.0141172	0.0600745	-0.235	0.81424
UFES	-0.0170112	0.0724080	-0.235	0.81429
UFGO	-0.1812643	0.1009824	-1.795	0.07282
UFMA	-0.0163751	0.0594034	-0.276	0.78284
UFMG	-0.1735543	0.0668565	-2.596	0.00951**
UFMT	-0.1550762	0.1097282	-1.413	0.15775
UFPA	-0.0040798	0.0649653	-0.063	0.94993
UFPB	-0.0200972	0.0633006	-0.317	0.75091
UFPE	-0.0052135	0.0605114	-0.086	0.93135
UFPI	-0.0517109	0.0614564	-0.841	0.40022
UFRJ	0.0028814	0.0609357	0.047	0.96229
UFRN	0.1296522	0.1309636	0.990	0.32232
UFRO	0.0536574	0.0757871	0.708	0.47904
UFRR	-0.0243656	0.0612037	-0.398	0.69060
UFRS	-0.0657519	0.0672314	-0.978	0.32821
UFSC	0.0135926	0.0890485	0.153	0.87870
UFSE	-0.1173433	0.0795742	-1.475	0.14049
UFSP	-0.1748890	0.0911690	-1.918	0.05523
UFTO	-0.0139651	0.0650113	-0.215	0.82994
UFAL	0.0084388	0.0815348	0.103	0.91758
UFAM	0.0523470	0.0631191	0.829	0.40702
Total Anos Adesão	0.0044438	0.0053432	0.832	0.40571
Ano 2017	-0.1025669	0.1508681	-0.680	0.49669
Ano 2018	0.0042807	0.0293576	0.146	0.88409
Ano 2019	0.0218819	0.0158622	1.380	0.16791
Ano 2020	0.0625415	0.0144412	4.331	1.57e-05***
Residuals: Min (-0.95191); 1Q (-0.02824); Median (0.05321); 3Q (0.11079); Max (0.59905)				
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1				
Residual standard error: 0.2551 on 1772 degrees of freedom				
Multiple R-squared: 0.2407, Adjusted R-squared: 0.2232				
F-statistic: 13.7 on 41 and 1772 DF, p-value: < 2.2e-16				

No que se refere aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, observa-se novamente que os municípios participantes do Selo Unicef apresentaram taxas de rematrícula superiores, com uma diferença média de 0,26 pontos percentuais em relação aos municípios que não manifestaram tal interesse.

Diferentemente da etapa anterior, nota-se aqui um efeito positivo da idade média dos estudantes sobre a taxa de rematrícula: a cada aumento de um ano na idade média, estima-se um acréscimo de aproximadamente 0,02 pontos percentuais na taxa de rematrícula.

No que diz respeito às diferenças entre estados, apenas os municípios de Minas Gerais apresentaram uma variação estatisticamente significativa em relação aos municípios do Espírito Santo, com taxas de rematrícula, em média, 0,17 pontos percentuais mais baixos.

Modelo sobre a taxa de rematrícula dos Anos Finais do Ensino Fundamental

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
Intercept	1.0090587	0.2021608	4.991	6.6e-07***
Log PIB	-0.0085376	0.0130998	-0.652	0.51466
Log população	-0.0094010	0.0070010	-1.343	0.17951
Selo Unicef	0.2868666	0.0245023	11.708	< 2e-16***
Idade Ponderada	-0.0250143	0.0099266	-2.520	0.01183*
% Homens	0.0159237	0.0244158	0.652	0.51437
% Brancos	-0.0268665	0.0685318	-0.392	0.69508
% Preto e Pardo	0.0012202	0.0641171	0.019	0.98482
% Indígenas	-0.0134385	0.0863956	-0.156	0.87641
UFAL	0.0158812	0.0642640	0.247	0.80484
UFAM	0.0316873	0.0670459	0.473	0.63654
UFAP	0.0627315	0.0996303	0.630	0.52901
UFBA	-0.0997358	0.0605812	-1.646	0.09988
UFCE	0.0015709	0.0612368	0.026	0.9795
UFES	0.0081122	0.0757143	0.107	0.91469
UFGO	-0.1026311	0.1155077	-0.889	0.37438
UFMA	-0.0061844	0.0604072	-0.102	0.91847
UFMG	-0.1027179	0.0687552	-1.494	0.13537
UFMT	-0.0640697	0.1043678	-0.614	0.53937
UFPA	-0.0383837	0.0677199	-0.567	0.57092
UFPB	-0.0135632	0.0643991	-0.211	0.83322
UFPE	0.0117784	0.0612553	0.192	0.84754
UFPI	-0.0621151	0.0625024	-0.994	0.32046
UFRJ	0.0080666	0.0618442	0.130	0.89624
UFRN	0.0001681	0.1335112	0.001	0.99900
UFRO	0.1306256	0.0770005	1.696	0.08998
UFRR	-0.0005916	0.0619953	-0.010	0.99239
UFRS	-0.1190033	0.0684875	-1.738	0.08246
UFSC	0.0322258	0.0941120	0.342	0.73208
UFSE	0.0117263	0.0796535	0.147	0.88298
UFSP	-0.1705627	0.0953428	-1.789	0.07380
UFTO	-0.0206420	0.0658287	-0.314	0.75388
UFAL	0.0222888	0.0896971	0.248	0.80379
UFAM	0.0022483	0.0654045	0.034	0.97258
Total Anos Adesão	0.0112040	0.0054466	2.057	0.03983
Ano 2017	0.1192921	0.1525893	0.782	0.43445
Ano 2018	-0.0132944	0.0282329	-0.471	0.63778
Ano 2019	0.0236254	0.0157664	1.498	0.13420
Ano 2020	0.0298595	0.0144681	2.064	0.03918
Ano 2021	0.0097781	0.0139623	0.700	0.48382

Coeficientes		Estimativa		Erro padrão		Valor-t		Pr(> t)					
Ano 2022		0.0009769		0.0127707		0.076		0.93903					
Ano 2023		0.0431937		0.0134845		3.203		0.00138**					
Residuals: Min (-0.98514); 1Q (-0.02488); Median (0.06135); 3Q (0.11174); Max (0.65266)													
Signif.	codes:	0	'***'	0.001	'**'	0.01	'*'	0.05	'.'	0.1	'	'	1
Residual	standard	error:		0.2581	on	1735	degrees	of		freedom			
Multiple	R-squared:		0.2291,		Adjusted	R-squared:		0.2109					
F-statistic: 12.58 on 41 and 1735 DF, p-value: < 2.2e-16													

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, os municípios participantes do Selo Unicef apresentaram, em média, taxas de matrícula significativamente mais altas, com uma diferença de aproximadamente 0,29 pontos percentuais em relação aos municípios que não manifestaram esse interesse. Esse resultado reforça, mais uma vez, a associação positiva entre a participação no Selo Unicef e o engajamento educacional local.

Em relação à idade média dos estudantes fora da escola, observa-se que um aumento de um ano na idade está associado a uma redução média de 0,02 pontos percentuais na taxa de matrícula.

O tempo de permanência dos municípios na BAE exerce também um efeito positivo sobre a taxa de matrícula, ainda que não muito acentuado. A estimativa indica que, para cada ano adicional de adesão, a taxa aumenta em média 0,01 ponto percentual.

As demais variáveis não apresentaram efeitos estatisticamente significativos sobre a taxa de matrícula.

Modelo sobre a taxa de matrícula do Ensino Médio

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
Intercept	1.568163	0.306543	5.116	3.48e-07***
Log PIB	-0.010228	0.014645	-0.698	0.485021
Log população	-0.008450	0.007723	-1.094	0.274044
Selo Unicef	0.361503	0.027358	13.214	< 2e-16***
Idade Ponderada	-0.052604	0.015023	-3.502	0.000474***
% Homens	0.051193	0.026699	1.917	0.055355
% Brancos	-0.074935	0.081998	-0.914	0.360916
% Preto e Pardo	-0.082678	0.077773	-1.063	0.287900
% Indígenas	-0.276501	0.106323	-2.601	0.009387**
UFAL	-0.025526	0.074259	-0.344	0.731082
UFAM	-0.012758	0.077189	-0.165	0.868739
UFAP	0.008633	0.133662	0.065	0.948512
UFBA	-0.174551	0.069536	-2.510	0.012158*
UFCE	-0.111277	0.070158	-1.586	0.112904
UFES	-0.073580	0.087596	-0.840	0.401032
UFGO	-0.146539	0.123246	-1.189	0.234607
UFMA	-0.105700	0.069504	-1.521	0.128501
UFMG	-0.237191	0.076901	-3.084	0.002072**
UFMS	0.025376	0.146373	0.173	0.862383
UFMT	-0.098506	0.079526	-1.239	0.215642
UFPA	-0.139838	0.073619	-1.899	0.057667
UFPB	-0.107154	0.070205	-1.526	0.127117
UFPE	-0.156288	0.071422	-2.188	0.028787
UFPI	-0.083246	0.070988	-1.173	0.241088
UFPR	-0.441856	0.146664	-3.013	0.002627**

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)								
UFRJ	0.063071	0.088638	0.712	0.476838								
UFRN	-0.119829	0.070864	-1.691	0.091023								
UFRO	-0.261296	0.078945	-3.310	0.000953***								
UFRR	-0.016543	0.120144	-0.138	0.890503								
UFRS	-0.078711	0.090232	-0.872	0.383157								
UFSC	-0.127620	0.110866	-1.151	0.249842								
UFSE	-0.125048	0.075328	-1.660	0.097091								
UFSP	-0.040571	0.107547	-0.377	0.706042								
UFTO	-0.153938	0.076656	-2.008	0.044783*								
Total Anos Adesão	0.008860	0.006074	1.459	0.144807								
Ano 2017	-0.163993	0.109173	-1.502	0.133244								
Ano 2018	-0.005073	0.029140	-0.174	0.861813								
Ano 2019	0.014393	0.017269	0.833	0.404696								
Ano 2020	0.053900	0.016310	3.305	0.000970***								
Ano 2021	0.018568	0.015406	1.205	0.228291								
Ano 2022	0.002597	0.014038	0.185	0.853276								
Ano 2023	0.063509	0.014568	4.360	1.38e05***								
Residuals: Min (-0.94920); 1Q (-0.09082); Median (0.07538); 3Q (0.15663); Max (0.67873)												
Signif.	codes: 0	'***'	0.001	'**'	0.01	'*'	0.05	'.'	0.1	'	'	1
Residual	standard	error:	0.2835	on	1708	degrees	of	freedom				
Multiple	R-squared:	0.2602,	Adjusted	R-squared:	0.2424							
F-statistic: 14.65 on 41 and 1708 DF, p-value: < 2.2e-16												

No caso do Ensino Médio, o modelo indica que os municípios participantes do Selo Unicef apresentam, em média, taxas de matrícula significativamente mais altas do que os demais. O coeficiente estimado é de aproximadamente 0,36 pontos percentuais. Comparando-se o efeito da participação dos municípios no selo Unicef sobre cada uma das etapas de ensino, verifica-se que o efeito é mais expressivo, para as taxas de matrícula, no Ensino Médio.

A idade média dos estudantes fora da escola apresenta, por sua vez, um impacto negativo sobre as taxas de matrícula no Ensino Médio: a cada ano adicional, a taxa de matrícula diminui em cerca de 0,05 pontos percentuais.

Destaca-se ainda o coeficiente da proporção de estudantes indígenas, que apresentou um efeito negativo e estatisticamente significativo. Em municípios com maior presença de estudantes indígenas, em termos percentuais, a taxa de matrícula tende a ser menor, em aproximadamente 0,28 pontos percentuais.

Entre as Unidades da Federação, alguns municípios mostraram diferenças negativas e estatisticamente significativas em relação aos municípios do Espírito Santo. Os estados de Tocantins, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rondônia e Paraná possuem municípios com taxas de matrícula, em média, de 0,15 a 0,44 pontos percentuais menor que as dos municípios do Espírito Santo.

Impacto na permanência na escola

Foram empregados dois modelos de regressão linear com o objetivo de identificar as variáveis que afetam de maneira significativa as taxas de abandono escolar, das escolas públicas, no período de 2017 a 2023. Um modelo de regressão linear é uma ferramenta estatística usada para entender a relação entre duas (ou mais) variáveis.

As taxas de abandono escolar são as variáveis dependentes dos modelos, ou seja, aquelas que pretendemos explicar. São tratadas separadamente as taxas de abandono dos Anos Iniciais e Finais do

Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Nas tabelas dos modelos, as variáveis dependentes poderão ser identificadas como:

$tx_{abandono_{ai}}$: corresponde à taxa de abandono escolar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública de ensino.

$tx_{abandono_{af}}$: corresponde à taxa de abandono escolar dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede pública de ensino.

$tx_{abandono_{em}}$: corresponde à taxa de abandono escolar do Ensino Médio, da rede pública de ensino.

As variáveis independentes são aquelas que são aplicadas ao modelo para que seja verificada sua influência sobre a variável dependente. O modelo retorna um p-valor que expressa se a variável independente em questão possui uma relação significativa com a variável dependente e um coeficiente que informa o quanto ela interfere. No caso do presente estudo, uma variável independente é considerada significativa para explicar o comportamento da variável dependente quando o p-valor indicado pelos modelos é igual ou inferior a 0,05.

No conjunto de variáveis independentes que colocamos ao modelo por acreditarmos que todas elas em conjunto afetam a variável dependente, algumas são colocadas para de fato serem testadas, dados os nossos interesses específicos de pesquisa. Essas serão aqui chamadas de variáveis independentes de teste.

Outras, por sua vez, são lançadas aos modelos para que quando ele realize os testes sobre as variáveis independentes de teste, as análises sobre elas não sejam viesadas por outras, colineares ou não. Essas são chamadas variáveis independentes de controle e são de suma importância para que possamos afirmar que os efeitos observados das variáveis independentes de teste não são contaminados por outras razões externas mensuráveis.

Para cada etapa de ensino (Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio), foram realizadas duas modelagens. A primeira delas abrange todos os municípios brasileiros. O interesse de análise, nesse caso, incide principalmente sobre os efeitos da adesão à BAE e de participar do selo da UNICEF sobre as taxas de abandono escolar dos municípios.

No caso das primeiras modelagens, que abrangem todos os municípios do Brasil, portanto, as variáveis independentes de teste são:

$adesao_{bae_{gestao20172020}}$: variável que identifica os municípios que aderiram à BAE no Brasil, no mandato das gestões municipais de 2017 a 2020. Nos casos indicados por esta variável, a gestão municipal subsequente, de 2021 a 2024, não manteve o município como participante da iniciativa.

$adesao_{bae_{gestao20212024}}$: variável que identifica os municípios que aderiram à BAE no Brasil somente no mandato das gestões municipais de 2021 a 2024, não havendo participado anteriormente na iniciativa.

$adesao_{bae_{ambas_{gestoes}}}$: variável que identifica os municípios que participaram da BAE tanto durante a gestão municipal de 2017 a 2020 quanto na gestão municipal de 2021 a 2024.

$selo_{unicef}$: variável que identifica os municípios participantes do selo Unicef no Brasil.

As variáveis $adesao_{bae_{gestao20172020}}$, $adesao_{bae_{gestao20212024}}$ e $adesao_{bae_{ambas_{gestoes}}}$ comparam os seus respectivos municípios assinalados com os municípios do restante do Brasil que nunca aderiram à BAE. E a variável $selo_{unicef}$ compara os municípios participantes do selo Unicef no Brasil com os que não são participantes.

As segundas modelagens para cada etapa de ensino são, por sua vez, focadas somente nos municípios que aderiram à BAE. Tais modelos se preocupam em entender os fatores que explicam intrinsecamente suas taxas de abandono escolar, sem o comparativo com o restante do país. No caso de tais modelos, as variáveis independentes de teste são:

- $total_{anos_{adesao_{bae}}}$: corresponde ao tempo transcorrido de adesão do município à BAE (em anos).
- $selo_{unicef}$: variável indicadora que identifica os municípios participantes do selo Unicef no escopo estrito de municípios que aderiram à BAE.
- uf : variável que diz respeito à Unidade da Federação (UF) a que os municípios pertencem. A UF de referência é o Espírito Santo. Dessa forma, o modelo compara os municípios de todas as demais UF com o desempenho dos municípios do Espírito Santo.

No caso dos segundos modelos, a variável uf é considerada uma variável independente de teste porque temos a intenção de saber se o modelo de implementação (estado como articulador da BAE) pode impactar os resultados observados, expressos nas taxas de abandono escolar.

Em todos os modelos, as variáveis independentes de controle são:

- ano : corresponde ao ano das taxas de abandono escolar. O modelo compara as taxas de cada ano com a taxa do ano 2017, que é o ano base de referência.
- log_{pib} : corresponde ao logaritmo do valor do Produto Interno Bruto dos municípios. A conversão para a escala logarítmica se deve à distribuição assimétrica dos dados (alguns valores possuem valores muito acima dos demais). O modelo de regressão linear é mais robusto quando os valores se encontram uma distribuição normal e a transformação logarítmica age na normalização da distribuição dos nossos dados.
- $log_{populacao}$: corresponde ao logaritmo dos valores do tamanho da população residentes nos municípios.

Contudo, se nas segundas modelagens uf é uma variável independente de teste, nas primeiras é uma variável independente de controle. Nos dois modelos, todavia, ela é estruturada da mesma forma.

- uf : variável que diz respeito à Unidade da Federação (UF) a que os municípios pertencem. A UF de referência é o Espírito Santo. Dessa forma, o modelo compara os municípios de todas as demais UF com o desempenho dos municípios do Espírito Santo.

As equações abaixo expressam as fórmulas de cada um dos modelos.

Modelo 1 (abrange todos os municípios do Brasil)

$$y = \beta_0 + \beta_1 adesao_{bae_{gestao_{2017_{2020}}}} + \beta_2 adesao_{bae_{gestao_{2021_{2024}}}} + \beta_3 adesao_{bae_{ambas_{gestoes}}} + \beta_4 selo_{unicef} + \beta_5 ano + \beta_6 log_{pib} + \beta_7 log_{populacao} + \beta_8 uf + \varepsilon$$

Onde:

- Y : Taxa de abandono escolar
- β_0 : Intercepto

β_1 a β_8 : Coeficiente angular de cada variável independente

ε : Erro (diferença entre o valor real e o previsto)

Modelo 2 (analisa somente os municípios que aderiram à BAE)

$$y = \beta_0 + \beta_1 total_{anos_{adesao_{bae}}} + \beta_2 selo_{unicef} + \beta_3 ano + \beta_4 \log_{pib} + \beta_5 \log_{populacao} + \beta_6 uf + \varepsilon$$

Onde:

Y : Taxa de abandono escolar

β_0 : Intercepto

β_1 a β_6 : Coeficiente angular de cada variável independente

ε : Erro (diferença entre o valor real e o previsto)

Resultados

A seguir, são apresentados os resultados dos modelos, começando pelos resultados dos modelos com todos os municípios do Brasil, que pretende explicar o impacto da adesão ao BAE e do selo Unicef sobre as taxas de abandono escolar.

Modelo 1 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
Intercept	0.416369	0.111651	3.729	0.000192***
Ano 2018	-0.115406	0.018806	-6.137	8.50e-10***
Ano 2019	-0.262177	0.018806	-13.941	< 2e-16***
Ano 2020	-0.269068	0.018813	-14.302	< 2e-16***
Ano 2021	-0.206350	0.019475	-10.596	< 2e-16***
Ano 2022	-0.396893	0.019467	-20.388	< 2e-16***
Ano 2023	-0.566985	0.019469	-29.123	< 2e-16***
Log PIB	-0.037057	0.009868	-3.755	0.000173***
Log População	0.055419	0.004793	11.562	< 2e-16***
Selo Unicef	-0.106750	0.019143	-5.576	2.47e-08***
UFAC	1.913817	0.092312	20.732	< 2e-16***
UFAL	0.527427	0.058547	9.009	< 2e-16***
UFAM	2.337071	0.066250	35.277	< 2e-16***
UFAP	1.279082	0.104657	12.222	< 2e-16***
UFBA	1.400853	0.047909	29.240	< 2e-16***
UFCE	0.094971	0.054242	1.751	0.079979
UFDF	-0.362214	0.378498	-0.957	0.338585
UFGO	0.018236	0.049700	0.367	0.713681
UFMA	1.075158	0.053346	20.154	< 2e-16***
UFMG	-0.028654	0.045253	-0.633	0.526608
UFMS	0.185063	0.060455	3.061	0.002206**
UFMT	0.087382	0.054891	1.592	0.111412
UFPA	1.687014	0.055617	30.333	< 2e-16***
UFPB	1.063406	0.052887	20.107	< 2e-16***
UFPE	0.398916	0.053008	7.526	5.36e-14***
UFPI	0.853857	0.052246	16.343	< 2e-16***
UFPR	-0.210715	0.047874	-4.401	1.08e-05***

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
UFRJ	0.322484	0.058119	5.549	2.90e-08***
UFRN	1.167134	0.054547	21.397	< 2e-16***
UFRO	0.398521	0.069799	5.710	1.14e-08***
UFRR	1.031420	0.107426	9.601	< 2e-16***
UFRS	-0.047199	0.047202	-1.000	0.317343
UFSC	-0.165812	0.048966	-3.386	0.000709***
UFSE	1.126409	0.062350	18.066	< 2e-16***
UFSP	-0.234650	0.046136	-5.086	3.67e-07***
UFTO	0.219618	0.055440	3.961	7.47e-05***
Primeira Gestão	-0.038571	0.026543	-1.453	0.146188
Segunda Gestão	-0.009768	0.019754	-0.495	0.620951
Ambas Gestões	-0.187805	0.014715	-12.763	< 2e-16***
Residuals: Min (-2.752); 1Q (-0.341); Median (-0.108); 3Q (0.143); Max (41.439)				
Signif.	codes: 0	'***'	0.001	'**'
Residual	standard	error:	0.9924	on
Multiple	R-squared:	0.2727,	Adjusted	R-squared:
F-statistic: 384.2 on 38 and 38951 DF, p-value: < 2.2e-16				

No que se refere aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, somente os municípios que aderiram à BAE por mais tempo, durante as duas gestões municipais no período considerado, possuem taxa de abandono escolar significativamente distinta dos municípios que não aderiram. Tais municípios da BAE apresentam taxas de abandono escolar cerca de 0,19 pontos percentuais inferiores.

Os municípios participantes do selo Unicef possuem também taxas de abandono escolar mais reduzidas, com a diferença em torno de 0,11 pontos percentuais.

É importante destacar que, a cada ano, os valores das taxas de abandono escolar, no conjunto dos municípios brasileiros, tendem a cair progressivamente, com exceção do ano de 2020 e 2021. Se em 2018, as taxas de abandono escolar, no conjunto dos municípios brasileiros (controlando-se os demais fatores incluídos no modelo), estavam aproximadamente 0,12 pontos percentuais menores, ao final de 2023, estavam já 0,56 pontos percentuais mais reduzidos. Contudo, nota-se que em 2020 a redução em relação ao ano anterior de deu de maneira tímida e que em 2021 a taxa de abandono escolar apresentou um aumento. Tal variabilidade pode ser decorrente dos efeitos da pandemia de COVID-19.

Município com maior Produto Interno Bruto também tendem a ter menores taxas de abandono escolar. Porém os municípios com maior população tendem a ter taxas superiores. Esses resultados podem parecer contraditórios, mas é importante lembrar que o modelo analisa o impacto de cada variável mitigando os efeitos paralelos das demais. Assim sendo, os resultados indicam que, em municípios de mesmo porte populacional no ano de referência e com as demais variáveis de controle equivalentes, o Produto Interno Bruto em si faz diferença no sentido de reduzir as taxas de abandono escolar. Mas quando estamos olhando municípios com Produto Interno Bruto mais próximo e que também são equivalentes nas demais características de controle, o tamanho populacional tende a interferir no sentido de aumentar as taxas de abandono escolar.

Com relação às Unidades da Federação, nota-se que os municípios do Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do tendem a ter taxas de abandono escolar estatisticamente próximas aos municípios do Espírito Santo. Em todos os demais estados brasileiros, os municípios apresentam diferenças significativas com o Espírito Santo.

Contudo, somente nos municípios de São Paulo, Paraná e Santa Catarina que as taxas se encontram mais reduzidas que as dos municípios do Espírito Santo. As diferenças chegam a 0,23 pontos percentuais.

Já nos municípios dos outros estados, as taxas são maiores que as dos municípios Espírito Santo. Desacatam-se os municípios do Amazonas e Pará, como municípios que, no geral do estado, possuem as taxas mais indesejáveis de abandono.

Modelo 1 – Anos Finais do Ensino Fundamental

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)								
Intercept	4.12017	0.27448	15.011	< 2e-16***								
Ano 2018	-0.31283	0.04623	-6.767	1.34e-11***								
Ano 2019	-1.02468	0.04623	-22.164	< 2e-16***								
Ano 2020	-1.55798	0.04625	-33.687	< 2e-16***								
Ano 2021	-1.15989	0.04788	-24.226	< 2e-16***								
Ano 2022	-1.09193	0.04786	-22.816	< 2e-16***								
Ano 2023	-1.84079	0.04786	-38.460	< 2e-16***								
Log PIB	-0.26641	0.02426	-10.982	< 2e-16***								
Log População	0.08875	0.01178	7.532	5.10e-14***								
Selo Unicef	-0.08196	0.04706	-1.741	0.0816								
UFAC	3.93214	0.22694	17.327	< 2e-16***								
UFAL	2.04615	0.14393	14.216	< 2e-16***								
UFAM	3.73953	0.16287	22.961	< 2e-16***								
UFAP	3.40563	0.25729	13.237	< 2e-16***								
UFBA	4.16264	0.11778	35.343	< 2e-16***								
UFCE	0.07590	0.13335	0.569	0.5693								
UFDF	0.15143	0.93050	0.163	0.8707								
UFGO	-0.32152	0.12218	-2.631	0.0085**								
UFMA	2.71828	0.13115	20.727	< 2e-16 ***								
UFMG	1.23102	0.11125	11.065	< 2e-16***								
UFMS	0.90646	0.14862	6.099	1.08e-09***								
UFMT	0.24374	0.13494	1.806	0.0709								
UFPA	4.10109	0.13673	29.995	< 2e-16 ***								
UFPB	3.11297	0.13002	23.943	< 2e-16***								
UFPE	0.90532	0.13031	6.947	3.78e-12***								
UFPI	1.66908	0.12844	12.995	< 2e-16***								
UFPR	-0.03418	0.11769	-0.290	0.7715								
UFRJ	0.17818	0.14288	1.247	0.2124								
UFRN	3.56219	0.13410	26.564	< 2e-16***								
UFRO	1.04043	0.17159	6.063	1.35e-09***								
UFRR	3.23000	0.26409	12.230	< 2e-16***								
UFRS	0.51147	0.11604	4.408	1.05e-05***								
UFSC	-0.24937	0.12038	-2.072	0.0383*								
UFSE	2.81189	0.15328	18.345	< 2e-16***								
UFSP	-0.53965	0.11342	-4.758	1.96e-06***								
UFTO	0.97832	0.13629	7.178	7.20e-13***								
Primeira Gestão	-0.05864	0.06525	-0.899	0.3689								
Segunda Gestão	-0.06602	0.04856	-1.360	0.1740								
Ambas Gestões	-0.50228	0.03618	-13.884	< 2e-16***								
Residuals: Min (-6.370); 1Q (-1.265); Median (-0.332); 3Q (0.684); Max (81.145)												
Signif.	codes: 0	'***'	0.001	'**'	0.01	'*'	0.05	'.'	0.1	'	'	1
Residual	standard	error:	2.44	on	38951	degrees	of	freedom				
Multiple	R-squared:	0.3105,	Adjusted	R-squared:	0.3098							
F-statistic: 461.6 on 38 and 38951 DF, p-value: < 2.2e-16												

Também no caso dos Anos Finais do Ensino Fundamental, somente os municípios que aderiram à BAE por mais tempo, durante as duas gestões municipais no período considerado, possuem taxa de abandono escolar significativamente distinta dos municípios que não aderiram. Por outro lado, os municípios participantes do selo Unicef não possuem taxas significativamente distintas dos demais municípios do Brasil.

Os dados mostram que as taxas de abandono escolar dos Anos Finais do Ensino Fundamental apresentam uma tendência de redução, interrompida nos anos de 2021 e 2022. Todavia, em 2023 as taxas são as menores em todo o período analisado.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, assim como nos Anos Iniciais, os modelos apontam que os municípios mais populosos tendem a ter taxas superiores de abandono escolar. Já os que possuem Produto Interno Bruto superior, taxas menores. Com exceção de Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraná e Rio de Janeiro, em todos os outros estados do Brasil os municípios possuem, no geral, taxas de abandono significativamente distintas que os municípios do Espírito Santo.

Com exceção dos estados de São Paulo, Goiás e Santa Catarina, em que as taxas de abandono dos municípios são melhores, em todos os outros estados não mencionados, os municípios possuem taxas de abandono piores que os municípios do Espírito Santo. A taxas são mais de 4 pontos percentuais superiores nos estados da Bahia e do Pará.

Modelo 1 – Ensino Médio

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
Intercept	0.47307	0.54949	0.861	0.3893
Ano 2018	-0.16671	0.09259	-1.800	0.0718
Ano 2019	-2.08565	0.09260	-22.524	< 2e-16***
Ano 2020	-4.02892	0.09263	-43.495	< 2e-16***
Ano 2021	-1.62029	0.09589	-16.898	< 2e-16***
Ano 2022	-0.69566	0.09584	-7.258	3.99e-13***
Ano 2023	-3.48852	0.09585	-36.395	< 2e-16***
Log PIB	-0.05543	0.04858	-1.141	0.2539
Log População	0.38512	0.02360	16.316	< 2e-16***
Selo Unicef	-0.61990	0.09429	-6.575	4.94e-11***
UFAC	6.90182	0.45417	15.196	< 2e-16***
UFAL	4.13647	0.29045	14.242	< 2e-16***
UFAM	5.23113	0.32595	16.049	< 2e-16***
UFAP	8.85646	0.51491	17.200	< 2e-16***
UFBA	6.61809	0.23571	28.077	< 2e-16***
UFCE	1.93214	0.26689	7.240	4.59e-13***
UFDF	-0.13590	1.86213	-0.073	0.9418
UFGO	-0.09552	0.24452	-0.391	0.6961
UFMA	4.57129	0.26248	17.416	< 2e-16***
UFMG	4.80108	0.22265	21.564	< 2e-16***
UFMS	3.16223	0.29743	10.632	< 2e-16***
UFMT	6.40804	0.27008	23.727	< 2e-16***
UFPA	9.23643	0.27364	33.754	< 2e-16***
UFPB	5.37967	0.26022	20.674	< 2e-16***
UFPE	-0.38409	0.26080	-1.473	0.1408
UFPI	5.66227	0.25706	22.027	< 2e-16***

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
UFPR	2.41038	0.23554	10.233	< 2e-16***
UFRJ	0.53864	0.28594	1.884	0.0596
UFRN	9.11618	0.26854	33.947	< 2e-16***
UFRO	3.40920	0.34343	9.927	< 2e-16***
UFRR	6.59035	0.52853	12.469	< 2e-16***
UFRS	5.42692	0.23226	23.365	< 2e-16***
UFSC	3.33727	0.24091	13.853	< 2e-16***
UFSE	4.89008	0.30677	15.941	< 2e-16***
UFSP	0.38869	0.22698	1.712	0.0868
UFTO	2.69554	0.27329	9.863	< 2e-16***
Primeira Gestão	0.27816	0.13059	2.130	0.0332*
Segunda Gestão	-0.08154	0.09726	-0.838	0.4018
Ambas Gestões	-0.01210	0.07245	-0.167	0.8673
Residuals: Min (-12.264); 1Q (-3.063); Median (-0.746); 3Q (2.030); Max (42.940)				
Residual standard error:	4.882	on 38890	degrees of freedom	
Multiple R-squared:	0.2562,	Adjusted R-squared:	0.2554	
F-statistic: 352.4 on 38 and 38890 DF, p-value: < 2.2e-16				

No que diz respeito ao Ensino Médio, as taxas de abandono dos municípios que estiveram na BAE em ambos os mandatos das gestões municipais, tanto nos mandatos do período de 2021 a 2024 como no de 2017 a 2020, não são estatisticamente distintas que taxas de abandono dos municípios que somente estiveram no projeto de 2021 em diante e nem estatisticamente distintas que as taxas dos demais municípios do Brasil que nunca aderiram à BAE.

A única diferenciação se dá no caso dos municípios que participaram da BAE no período de 2017 a 2020, mas que não retornaram posteriormente ao projeto. É possível que este resultado seja reflexo de uma relação espúria ou de algum outro fator externo não observado, uma vez que, no período de 2017 a 2020, a BAE ainda não atuava sobre o Ensino Médio.

A participação no selo Unicef, por sua vez, contribui para a redução das taxas, em aproximadamente 0,62 pontos percentuais.

É importante destacar que as taxas de abandono escolar, de maneira geral no período considerado, apresentam, em todos os anos subsequentes a 2017 a 2018, valores inferiores ao observado em 2017. As diferenças chegaram a mais 4 pontos percentuais de diferença no ano de 2020, após uma redução de cerca de 2 pontos percentuais em 2019 em relação a 2017. É possível que a pandemia de COVID-19 interrompeu uma possível tendência de redução das taxas de abandono.

Em 2023, os valores voltaram a se distanciar das taxas de 2017, no sentido de uma redução mais contundente. Contudo, ainda em 2023, apesar das taxas de abandono escolar estarem, de modo geral, 3,49 pontos percentuais inferiores ao ano 2017, ainda não chegaram na diferença observada de 2020 para 2017, de cerca de 4,03 pontos percentuais. É possível que os efeitos da pandemia de COVID-19 não foram ainda completamente superados.

No Ensino Médio, as taxas de abandono escolar não apresentam variações significativas conforme o Produto Interno Bruto dos municípios. Contudo, as taxas tendem a subir em municípios com maior população residente, controlando-se os efeitos das demais variáveis adicionadas ao modelo.

No caso do Ensino Médio as taxas de abandono escolar do Espírito Santo são inferiores a maioria dos estados, com exceção de Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro de São Paulo. Nesses, as taxas de abandono escolar do Ensino Médio apresentam comportamento alinhado ao Espírito Santo, segundo o modelo.

Cabe pontuar que os estados de Pará, Rio Grande do Norte são o que apresentam as taxas mais distantes das taxas do Espírito Santo, apresentando os piores resultados. No caso do Ensino Médio, as distâncias dos estados em relação ao Espírito Santo são mais acentuadas do que as observadas no Ensino Fundamental, havendo maior variação estadual entre os valores.

Modelo 2 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Coefficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)								
Intercept	0.549647	0.149880	3.667	0.000246***								
Ano 2018	-0.155993	0.025830	-6.039	1.57e-09***								
Ano 2019	-0.346994	0.025830	-13.434	< 2e-16***								
Ano 2020	-0.397322	0.025840	-15.376	< 2e-16***								
Ano 2021	-0.294280	0.025853	-11.383	< 2e-16***								
Ano 2022	-0.529476	0.025841	-20.490	< 2e-16***								
Ano 2023	-0.755533	0.025844	-29.235	< 2e-16***								
Log PIB	-0.029841	0.013557	-2.201	0.027735*								
Log População	0.057182	0.006995	8.175	3.10e-16***								
Selo Unicef	-0.120628	0.023193	-5.201	2.00e-07***								
Log PIB	-0.057319	0.005064	-11.319	< 2e-16***								
UFAC	1.985764	0.105556	18.812	< 2e-16***								
UFAL	0.605937	0.067233	9.012	< 2e-16***								
UFAM	2.423796	0.076277	31.776	< 2e-16***								
UFAP	1.334389	0.119558	11.161	< 2e-16***								
UFBA	1.432519	0.055093	26.002	< 2e-16***								
UFCE	0.182426	0.062741	2.908	0.003645**								
UFDF	-0.386958	0.432116	-0.895	0.370530								
UFGO	0.149948	0.064274	2.333	0.019659*								
UFMA	1.150758	0.061610	18.678	< 2e-16***								
UFMG	0.036786	0.052515	0.700	0.483630								
UFMS	0.300289	0.076180	3.942	8.11e-05***								
UFMT	0.142522	0.062813	2.269	0.023278*								
UFPA	1.752398	0.064512	27.164	< 2e-16***								
UFPB	1.109588	0.060942	18.207	< 2e-16***								
UFPE	0.410258	0.061808	6.638	3.25e-11***								
UFPI	0.928368	0.060742	15.284	< 2e-16***								
UFPR	-0.177179	0.060090	-2.949	0.003195**								
UFRJ	0.412001	0.071593	5.755	8.77e-09***								
UFRN	1.240869	0.062969	19.706	< 2e-16***								
UFRO	0.447792	0.080040	5.595	2.23e-08***								
UFRR	1.077851	0.122699	8.785	< 2e-16***								
UFRS	0.033856	0.057283	0.591	0.554505								
UFSC	-0.143922	0.061038	-2.358	0.018385*								
UFSE	1.194728	0.071674	16.669	< 2e-16***								
UFSP	-0.184855	0.057463	-3.217	0.001297**								
UFTO	0.267376	0.064339	4.156	3.25e-05***								
Residuals: Min (-2.964); 1Q (-0.471); Median (-0.142); 3Q (0.200); Max (41.465)												
Signif.	codes: 0	'***'	0.001	'**'	0.01	'*'	0.05	'.'	0.1	'	'	1
Residual	standard	error:	1.131	on	26829	degrees			of			freedom
Multiple	R-squared:		0.25	Adjusted		R-squared:			0.249			
F-statistic: 248.4 on 36 and 26829 DF, p-value: < 2.2e-16												

De acordo com o modelo aplicado somente aos municípios da BAE, buscando explicar as taxas de abandono escolar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o acúmulo de anos que o município participa do projeto contribui para a redução das taxas de abandono escolar.

No geral, os valores das taxas de abandono escolar tendem a uma redução significativa desde 2017, com exceção do ano 2021, que houve um aumento da taxa em relação aos anos anteriores. É importante notar ainda, se compararmos os coeficientes das variáveis ano no modelo somente com os municípios da BAE com o modelo que possui todos os municípios do Brasil (na mesma etapa de ensino – Anos Iniciais do Ensino Fundamental), as distâncias das taxas de 2018 em diante com as de 2017 se mostram maiores, indicando uma redução das taxas de abandono em maior escala entre os municípios da BAE, chegando a um decréscimo de 0,75 pontos percentuais em 2023.

Ressalta-se ainda que quando o município acumula mais um ano de participação na BAE, sua redução da taxa de abandono escolar é ainda mais expressiva, havendo uma redução complementar de cerca de 0,06 pontos percentuais ao ano, para além da tendência geral de redução anual já verificada.

Assim como no conjunto de municípios brasileiros, também no interior do grupo de municípios que aderiram a BAE, os municípios que participam do selo Unicef tendem a ter taxas de abandono escolar mais reduzidas. A diferença, no caso, é de aproximadamente 0,12 pontos percentuais.

Entre os municípios que aderiram à BAE, o Produto Interno Bruto possui influência significativa no abandono escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, contribuindo para a sua redução. Já os municípios de maiores populações, controlando-se o Produto Interno Bruto e outros fatores, tendem a ter taxas superiores.

Com relação às unidades da federação brasileiras, os municípios dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina apresentam taxas de abandono escolar mais positivas que o conjunto de municípios do Espírito Santo. No Distrito Federal e nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os resultados municipais se encontram relativamente próximos ao Espírito Santo. Em todos os demais estados, as taxas de abandono escolar são maiores, com destaque para o estado do Amazonas, cujas taxas dos municípios, tendem a ser 2,4 pontos percentuais superiores.

Modelo 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
Intercept	4.97067	0.35346	14.063	< 2e-16***
Ano 2018	-0.40951	0.06091	-6.723	1.82e-11***
Ano 2019	-1.20180	0.06092	-19.729	< 2e-16***
Ano 2020	-1.97861	0.06094	-32.469	< 2e-16***
Ano 2021	-1.37465	0.06097	-22.546	< 2e-16***
Ano 2022	-1.29719	0.06094	-21.286	< 2e-16***
Ano 2023	-2.23078	0.06095	-36.602	< 2e-16***
Log PIB	-0.27622	0.03197	-8.639	< 2e-16***
Log População	0.06221	0.01650	3.771	0.000163***
Selo Unicef	-0.08680	0.05470	-1.587	0.112527
Total Anos Adesão	-0.13666	0.01194	-11.444	< 2e-16***
UFAC	4.05719	0.24893	16.298	< 2e-16***
UFAL	2.17542	0.15856	13.720	< 2e-16***
UFAM	3.87003	0.17988	21.514	< 2e-16***
UFAP	3.48862	0.28196	12.373	< 2e-16***
UFBA	4.22401	0.12993	32.511	< 2e-16***
UFCE	0.23687	0.14796	1.601	0.109422
UFDF	0.30285	1.01906	0.297	0.766331

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)
UFGO	-0.08818	0.15158	-0.582	0.560754
UFMA	2.83411	0.14530	19.506	< 2e-16***
UFMG	1.34468	0.12385	10.858	< 2e-16***
UFMS	1.16381	0.17966	6.478	9.46e-11***
UFMT	0.36296	0.14813	2.450	0.014283*
UFPA	4.13573	0.15214	27.184	< 2e-16***
UFPB	3.13799	0.14372	21.834	< 2e-16***
UFPE	0.89263	0.14576	6.124	9.26e-10***
UFPI	1.73725	0.14325	12.128	< 2e-16***
UFPR	0.15522	0.14171	1.095	0.273378
UFRJ	0.45069	0.16884	2.669	0.007605**
UFRN	3.66093	0.14850	24.653	< 2e-16***
UFRO	1.11303	0.18876	5.897	3.75e-09***
UFRR	3.29511	0.28936	11.387	< 2e-16***
UFRS	0.76607	0.13509	5.671	1.44e-08***
UFSC	-0.14163	0.14395	-0.984	0.325163
UFSE	2.91615	0.16903	17.252	< 2e-16***
UFSP	-0.35158	0.13552	-2.594	0.009482**
UFTO	0.98365	0.15173	6.483	9.15e-11***
Residuals: Min (-6.478); 1Q (-1.449); Median (-0.375); 3Q (0.818); Max (81.274)				
Signif.	codes: 0	***'	0.001	'**'
Residual	standard	error: 2.668	on 26829	degrees
Multiple	R-squared:	0.2929,	Adjusted	R-squared:
F-statistic: 308.8 on 36 and 26829 DF, p-value: < 2.2e-16				

Dentre os municípios da BAE, os que participam e não participam do selo Unicef não apresentam diferenças estatisticamente significativas de taxa de abandono escolar nos Anos Finais. Todavia, o acúmulo de anos fazendo parte da BAE faz diferença significativa na redução das taxas de abandono.

Com exceção dos anos de 2021 e 2022, as taxas de abandono escolar demonstram uma redução constante a partir de 2017. Em 2023, os valores chegaram a 2,23 pontos percentuais de distância entre os municípios da BAE. No modelo que considerou todos os municípios do Brasil, a distância entre os anos de 2023 e 2017 consistiu em queda de 1,84 pontos percentuais. Ou seja, é possível dizer que entre os municípios da BAE as taxas de abandono escolar seguem com queda mais expressiva que o quadro geral dos municípios do Brasil.

Adicionalmente, observa-se ainda que, para cada ano que eles fazem parte da BAE, a redução das taxas é complementada ainda em cerca de 0,14 pontos percentuais. Pontua-se que os municípios de maiores populações têm taxas superiores e os que possuem maiores Produto Interno Bruto, inferiores.

Com relação às diferenças entre as Unidades da Federação brasileiras, cinco não apresentam taxas significativamente distintas em comparação ao Espírito Santo. São elas: Ceará, Distrito Federal, Goiás, Paraná e Santa Catarina. Em todos os demais estados do Brasil, os municípios que aderem à BAE têm taxas de abandono escolar dos Anos Finais destoantes aos municípios da BAE no Espírito Santo.

São Paulo é o único estado cujos municípios apresentam taxas melhores que o Espírito Santo, em aproximadamente 0,35 pontos percentuais. Todos os outros, com diferenças significativas com relação aos municípios do Espírito Santo, têm municípios com taxas maiores de abandono. Pará e Acre são os estados em que a diferença ultrapassa 4 pontos percentuais e no caso do Amazonas, a diferença consiste em 3,87 pontos percentuais.

Modelo 2 – Ensino Médio

Coeficientes	Estimativa	Erro padrão	Valor-t	Pr(> t)								
Ano 2018	-0.18739	0.11720	-1.599	0.1099								
Ano 2019	-1.97585	0.11720	-16.858	< 2e-16***								
Ano 2020	-4.64921	0.11725	-39.653	< 2e-16***								
Ano 2021	-1.47264	0.11731	-12.554	< 2e-16***								
Ano 2022	-0.64030	0.11724	-5.461	4.77e-08***								
Ano 2023	-4.00322	0.11726	-34.141	< 2e-16***								
Log PIB	0.03313	0.06150	0.539	0.5902								
Log População	0.30728	0.03173	9.683	< 2e-16***								
Selo Unicef	-0.62150	0.10528	-5.903	3.61e-09***								
Total Anos Adesão	0.01678	0.02298	0.730	0.4651								
UFAC	6.90238	0.47854	14.424	< 2e-16***								
UFAL	4.15331	0.30745	13.509	< 2e-16***								
UFAM	5.34727	0.34580	15.463	< 2e-16***								
UFAP	8.84003	0.54202	16.310	< 2e-16***								
UFBA	6.60590	0.24976	26.449	< 2e-16***								
UFCE	1.98558	0.28446	6.980	3.02e-12***								
UFDF	0.14425	1.95891	0.074	0.9413								
UFGO	-0.12629	0.29138	-0.433	0.6647								
UFMA	4.61501	0.27933	16.522	< 2e-16***								
UFMG	4.71545	0.23807	19.807	< 2e-16***								
UFMS	3.23179	0.34535	9.358	< 2e-16***								
UFMT	6.29037	0.28479	22.088	< 2e-16***								
UFPA	9.23433	0.29248	31.573	< 2e-16***								
UFPB	5.34795	0.27630	19.355	< 2e-16***								
UFPE	-0.25572	0.28021	-0.913	0.3615								
UFPI	5.61303	0.27539	20.382	< 2e-16***								
UFPR	2.26334	0.27241	8.309	< 2e-16***								
UFRJ	0.59900	0.32455	1.846	0.0650								
UFRN	9.06402	0.28565	31.731	< 2e-16***								
UFRO	3.35463	0.36289	9.244	< 2e-16***								
UFRR	6.57064	0.55626	11.812	< 2e-16***								
UFRS	5.61524	0.25969	21.623	< 2e-16***								
UFSC	3.59266	0.27671	12.983	< 2e-16***								
UFSE	4.86842	0.32495	14.982	< 2e-16***								
UFSP	0.42961	0.26050	1.649	0.0991								
UFTO	2.49742	0.29228	8.545	< 2e-16***								
Residuals: Min (-12.278); 1Q (-3.298); Median (-0.786); 3Q (2.210); Max (42.658)												
Signif.	codes: 0	'***'	0.001	'**'	0.01	'*'	0.05	'.'	0.1	'	'	1
Residual	standard	error:	5.129	on	26782	degrees	of	freedom				
Multiple	R-squared:	0.2524,	Adjusted	R-squared:	0.2514							
F-statistic: 251.2 on 36 and 26782 DF, p-value: < 2.2e-16												

Analisando agora os dados do Ensino Médio, nota-se que fazer parte da BAE por sucessivos anos ainda não apresenta efeitos sobre a taxa de abandono escolar. Todavia, os municípios que aderiram à BAE, em conjunto, apresentam uma redução nas suas taxas de abandono de mais de 4 pontos percentuais nos anos de 2020 e 2023, se comparado com 2017.

É possível dizer que ocorreu uma queda relevante nos anos de 2019 e 2020, com relação a 2017. Com a pandemia de COVID-19, é visível uma interferência nesta possível tendência de redução. Em 2023, os municípios chegaram novamente a uma taxa de abandono que fosse mais de 4 pontos percentuais inferior

a 2017, tal como o observado em 2020. Porém a diferença do ano de 2020 sobre os valores de 2017 ainda é superior. Ou seja, é possível que os municípios não tenham ainda se recuperado completamente dos efeitos pandemia no que diz respeito ao abandono escolar.

A não recuperação completa das taxas de abandono escolar do Ensino Médio, após a pandemia, também foi algo verificado no modelo com todos os municípios do Brasil. Entretanto, entre os municípios da BAE, as diferenças das taxas de abandono de 2017 e 2023 ultrapassam 4 pontos percentuais, o que não se observa no conjunto de todos os municípios do Brasil, em que a diferença se encontra em 3,49 pontos percentuais, aproximadamente.

Nota-se também que os municípios participantes do selo da Unicef apresentam taxas de abandono inferiores, no interior do grupo de municípios que aderiram à BAE. Suas taxas de abandono escolar no Ensino Médio são 0,62 pontos percentuais mais reduzidos.

No escopo de municípios que aderiram à BAE, o Produto Interno Bruto não interfere nas taxas de abandono escolar do Ensino Médio, mas os municípios com maior tamanho populacional possuem taxas superiores.

Com relação às diferenças entre as unidades da federação, estas possuem taxas estatisticamente próximas ao Espírito Santo: Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Em todos os demais estados brasileiros, as taxas de abandono escolar, nos municípios da BAE, são superiores aos municípios da BAE no Espírito Santo. Os estados do Pará e Rio Grande do Norte, principalmente, apresentam uma larga diferença com o Espírito Santo, superior a 9 pontos percentuais. Em terceiro lugar, o estado do Amapá distancia-se do Espírito Santo com taxas de abandono superiores em 8,84 pontos percentuais.

As taxas de abandono escolar no Ensino Médio apresentam maiores variações que as do Ensino Fundamental e as diferenças entre os estados são mais largas. Outros estados especialmente destoantes em relação ao Espírito Santo, além dos já mencionados são Acre, Bahia e Roraima, com mais de 6 pontos percentuais de diferença.



For further information, please contact:

United Nations Children's Fund

evalhelp@unicef.org

© United Nations Children's Fund (UNICEF)

[Insert month] 2025